

organização

Jaime Hillesheim Vania Maria Manfroi

Ana Maria Baima Cartaxo

Estágio
Supervisionado
em
SERVIÇO
SOCIAL

contradições no cotidiano de trabalho

Estágio
Supervisionado
em
SERVIÇO
SOCIAL

contradições no cotidiano de trabalho

organização

Jaime Hillesheim Vania Maria Manfroi

Ana Maria Baima Cartaxo

Estágio Supervisionado em SERVIÇO & SOCIAL

contradições no cotidiano de trabalho

 **emails**
editora

Apoio:
 **CNPq**

2022

Copyright © emais editora, 2022

Todos os direitos reservados.

Editora-Chefe: Deborah Cristina Amorim

Design Editorial: Laura Pra Baldi de Freitas

Preparação de Texto: Deborah Cristina Amorim

Conselho Editorial

Ana Maria Veiga – UFPB

Antonio Alberto Brunetta – UFSC

Márcia Guedes Vieira – UnB

Murilo Cavagnoli – Unochapecó

Luziele Maria de Souza Tapajos - UFSC

Reinaldo Nobre Pontes – UFPA

Renato Francisco dos Santos Paula – UFG

Stela da Silva Ferreira – Consultora Unesco e Pnud

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

E82

Estágio supervisionado em serviço social [recurso eletrônico] : contradições no cotidiano de trabalho / organização Jaime Hillesheim, Vania Maria Manfroi, Ana Maria Baima Cartaxo. - 1. ed. - Florianópolis [SC] : Emais, 2022.
recurso digital, 5,758 kb

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-85073-24-0 (recurso eletrônico)

1. Serviço social - Estudo e ensino (Estágio). 2. Formação profissional. 3. Programas de estágio. 4. Livros eletrônicos. I. Hillesheim, Jaime. II. Manfroi, Vania Maria. III. Cartaxo, Ana Maria Baima.

22-81466

CDD: 361.007

CDU: 364.4:378.147.091.33-027.22



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

Todos os direitos desta edição reservados à emais

www.emaiseditora.com.br

euquero@emaiseditora.com.br

Florianópolis/SC

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Apresentação

Embora central na formação acadêmico-profissional de assistentes sociais, a temática do estágio supervisionado tem sido objeto de escassas pesquisas e produção bibliográfica pela categoria profissional. Contudo, a coletânea que ora vem a público é relevante não apenas por esse motivo, mas porque traz para o centro da análise o trabalho de assistentes sociais nestes tempos de devastação ultraneoliberal, eixo comum do conjunto de capítulos que a integram. E para isso suas autoras e autores põem em cena a relação, sempre tensa e contraditória, entre estágio supervisionado e trabalho profissional, o que supõe considerar essa atribuição privativa de assistentes sociais em sua dupla dimensão: tanto no âmbito do trabalho acadêmico realizado por docentes nos cursos de serviço social; como no trabalho profissional exercido por assistentes sociais nas instituições públicas e privadas, espaço e chão cotidiano em que se realiza o estágio supervisionado. E nas duas situações o foco recai sobre as condições objetivas e subjetivas, materiais e intelectuais de que dispõem assistentes sociais, como trabalhadoras/es assalariadas/es de instituições públicas e privadas, para realizar o trabalho complexo e qualificado requerido para a formação acadêmico-profissional de estudantes de serviço social, frente aos enormes desafios que se apresentam na conjuntura atual. Como atribuição privativa de assistentes sociais, a supervisão de estágio é uma modalidade de trabalho profissional e, portanto, para sua realização necessita de meios e instrumentos de trabalho que garan-

tam sua adequada realização. Os diferentes textos que integram esse livro escancaram, de múltiplas formas e sob distintas angulações, a insuficiência e a precariedade das condições requeridas para que o estágio supervisionado e a supervisão de estágio cumpram suas finalidades de formar profissionais qualificadas/os e críticas/os do seu tempo. A educação é um direito humano universal e elemento fundante na constituição do ser social das novas gerações de assistentes sociais comprometidas/os com a construção de uma sociedade justa e emancipada. Contudo, na sociedade do capital, e na atual etapa de reestruturação produtiva neoliberal, a formação acadêmico-profissional de assistentes sociais está inscrita no processo de contrarreforma do ensino superior e, assim como as transformações do trabalho no contexto da reestruturação produtiva, incide no trabalho docente e repercute diretamente nas condições concretas em que se materializam o estágio supervisionado e a supervisão acadêmica e de campo. As exigências de empregabilidade, produtividade, flexibilidade e multifuncionalidade que dão sustentação à *cultura da competência* na interdependência entre trabalho e educação, confrontam as diretrizes curriculares da formação em serviço social e alimentam a gestão empresarial-gerencialista, mediada pela crescente presença das tecnologias de informação e comunicação no trabalho docente e profissional, desencadeando novas formas de subsunção do trabalho ao capital. Nesta relevante obra coletiva, o panorama complexo e instigante de antigas e novas questões é enfrentado por docentes e pesquisadoras/es experientes e altamente qualificadas/os. Associando crítica teórica e pesquisa empírica sobre condições de trabalho de assistentes sociais nos espaços onde se realizam os estágios no estado de Santa Catarina, o presente livro apoiou-se em importante articulação de entidades profissionais e acadêmicas, e contou com a valiosa contribuição de docentes e discentes de instituições universitárias nacionais e estrangeiras. Contudo, suas reflexões e elaborações extrapolam o contexto catarinense. Elas constituem valiosa contribuição para o

enfrentamento dos desafios da formação acadêmica e do trabalho profissional que sustentam a materialização do projeto ético-político do serviço social no tempo presente.

Livro oportuno e necessário, sua leitura é mais que compensadora!

Profa. Dra. Raquel Raichelis

Coordenadora e professora do PPG
em Serviço Social – PUC-SP
Abril, 2022.

Prefácio

*“Apenas quando somos instruídos pela realidade
é que podemos mudá-la”*

Bertolt Brecht

É inegável o crescimento da produção bibliográfica do serviço social brasileiro nos últimos 30 anos, crescimento que está assentado em alguns pilares: no processo de renovação e suas exigências de tornar o serviço social contemporâneo do seu tempo; no reconhecimento da profissão como área de produção de conhecimento no âmbito das agências de fomento à pós-graduação e pesquisa; na existência de recursos (ainda que sempre muito escassos e insuficientes) destinados à pesquisa.

Contudo, em que pese o serviço social brasileiro apresentar um volume significativo de produção, ampliado, paradoxalmente, nestes tempos de crise sanitária da COVID-19, ainda possui dívidas expressivas em relação a alguns temas e abordagens, dentre eles o tema do estágio supervisionado.

Não é casual a menção que faço em relação à abordagem. São poucas as obras que se dispõem a problematizar questões concretas do trabalho profissional com a lente focada na realidade e sejam, ao mesmo tempo, capazes de transcender a empiria, a fenomenalidade do real sem, obviamente, descartá-la, movimento de análise que só o método crítico-dialético permite.

1. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/27599/apenas-quando-somos-instruidos-pela>. Acesso 05 de dezembro 2021

É por isso que dentre os méritos da obra que tenho a honra de prefaciar, a centralidade nas condições objetivas nas quais o estágio supervisionado e a supervisão de estágio se realizam, torna sua leitura imprescindível.

Notem que se trata de duas faces de um mesmo objeto cuja natureza e significado, para além dos aspectos singulares, só se explicam quando apreendidas as particularidades que as unificam. É nessa complementaridade dada pelas particularidades desta relação dialética que se localiza toda a riqueza da abordagem que o serviço social brasileiro vem aportando ao continente americano, especialmente à América Latina e, mais recentemente, à América Ibérica. Nisso reside, ainda, a meu ver, a chave da correta interpretação que o Brasil, pós-diretrizes curriculares, logrou alcançar no tratamento desse tema tão complexo quanto impostergável.

Ao tratar a relação entre trabalho e formação, dimensão interventiva e dimensão investigativa, estágio supervisionado e supervisão de estágio à luz da teoria social de Marx e da tradição marxista, identificando as mediações que os conectam, as diretrizes curriculares com sua lógica eminentemente dialética, contribuem para dimensionar o lugar do estágio e a correta apreensão da relação teoria/prática na formação profissional. Esta lógica dá a chave da interpretação da profissão como trabalho, colocando a condição de assalariamento como determinação fundante da profissão, eliminando qualquer resquício de ilusão acerca de o serviço social se constituir em profissão liberal, disciplina científica e/ou como mera prática de ajuda resultante da boa vontade de sujeitos individuais. Ao considerar o trabalho como a categoria ontológica explicativa do ser social, a formação profissional direciona seu foco para as condições e relações nas quais o trabalho se realiza e que devem se converter no conteúdo das matérias e disciplinas que alicerçam a formação profissional, com vistas a imprimir um espírito crítico e uma atitude transformadora nos traços do perfil de profissional a ser construído. Este é o elemento central que hoje nos permite

avançar, como dito, na consideração da relação estágio supervisionado e supervisão de estágio como duas faces de um mesmo objeto.

O espaço no qual o estágio se realiza é o cotidiano de trabalho de assistentes sociais, pleno da contradição central da sociedade capitalista e expressa os interesses antagônicos que, ao tempo em que colocam a necessidade da profissão, também produz a sua exploração, intensificação e precarização.

As categorias que constituem esses espaços socio-ocupacionais que se convertem em campos de estágio são formas moventes, se modificam, se metamorfoseiam, acompanhando o movimento mais geral do trabalho na sociedade burguesa, razão pela qual precisam ser permanentemente estudadas e analisadas, não apenas pela vanguarda ou pela intelectualidade da profissão, mas por assistentes sociais inseridas nestes espaços que fazem o cotidiano e se fazem nele. Daí porque é imprescindível também tomarmos as categorias ontológicas presentes no cotidiano como formas movidas pelos próprios sujeitos que aí atuam: profissionais, assistentes sociais, dentre outros, supervisores ou não, estudantes, cuja energia direcionada aos seus objetos tende a modificá-los, donde se faz necessário identificar o grau/nível de modificação que cada intervenção possibilita na realidade dada.

A adoção desse referencial teórico não é algo formal, como muitas vezes a teoria é tratada aqui e alhures. Só este referencial nos permite identificar a unidade do diverso, no caso do nosso objeto de problematização, a sua dupla face como estágio supervisionado/supervisão de estágio. Nessa concepção se faz plena a unidade trabalho/formação, espaço socio-ocupacional/academia, e se esvaem os argumentos que sustentam a cisão entre os espaços da teoria (academia) e os espaços da prática (campos de estágio), bem como entre os profissionais que pensam e os que fazem.

É esse cotidiano do trabalho profissional que se constitui em campos de estágio, como espaço de contradição, que contempla lógicas e intencionalidades distintas: a lógica da instituição con-

tratante, a lógica/intencionalidade da assistente social supervisora de estágio, a dos/as estagiários/as, da equipe, ou seja, de outras profissionais que atuam na instituição, de outras assistentes sociais que não necessariamente são supervisoras, dos sujeitos que demandam o trabalho profissional etc. São lógicas e intencionalidades que se confrontam, se enfrentam a todo momento, o que constitui a própria dinâmica deste espaço, deste campo, destas relações (institucionais, profissionais, pessoais) porque o estágio é tudo isso e é, fundamentalmente, mas não exclusivamente, espaço de formação de perfis profissionais. É, ainda neste espaço que se antagonizam necessidades sociais, demandas e requisições socioprofissionais e políticas, atestando, como problematizado em toda obra, que o estágio supervisionado não é apenas um espaço físico. As instituições campos de estágio, como espaços socio- ocupacionais de assistentes sociais, contratam sua força de trabalho por um tempo determinado sob dadas condições formais e materiais concretas, objetivas e subjetivas, para atender a um conjunto de requisições institucionais, ao tempo em que, assistentes sociais, no exercício de suas atribuições profissionais, realizam a supervisão de estagiários, como uma atribuição privativa das mais importantes.

Isso requer considerar o estágio supervisionado como um espaço de relações sociais com tudo o que isso significa: relações de trabalho, relações de ensino-aprendizagem, e nele se expressam valores e desvalores da sociabilidade burguesa.

Nesse intuito, os/as autores/as da obra problematizam as condições laborais e a lógica do mercado de trabalho em confronto com a da formação, as relações de trabalho sob a lógica do capital e sua repercussão na saúde mental de trabalhadores e trabalhadoras, as contradições do tempo presente, seus desafios e alternativas, argumentando que, como espaço pleno das contradições da própria realidade, ele também contempla possibilidades.

Aqui se funda, a meu ver, o grande mérito da obra. Resultado de ampla pesquisa documental, bibliográfica e, fundamentalmente,

empírica, traz os dados da realidade na sua atualidade e inteireza, pela interpretação do próprio sujeito que a vivencia, coletados através de questionários e grupos focais. A pesquisa empírica e seus resultados permitem que o livro traga uma interpretação da concretude da realidade vivenciada por assistentes sociais supervisoras de campo e estudantes de unidades de ensino em serviço social no estado de Santa Catarina e atesta a necessidade da investigação que tome a profissão como seu objeto.

Além de apresentar de maneira objetiva e sem rodeios o contexto do seu trabalho profissional, assistentes sociais relatam as difíceis condições de trabalho nas quais a supervisão se realiza, que expressa a nova maneira de ser do trabalho ou nas palavras de Antunes (2013) “a nova morfologia do trabalho”. Identificam renovadas estratégias de exploração e espoliação que envolvem a captura da subjetividade, formas que, embora se façam cada vez mais discretas e sutis, podem ser empiricamente percebidas no cotidiano de trabalho, ainda que, pelas próprias características do cotidiano, nem sempre interpretadas teoricamente².

Em face de tantas formas de alienação, estranhamento e manipulação ideológica que configuram o trabalho nestes tempos sombrios, intensificadas pela crise sanitária da COVID 19, as relações de trabalho são marcadas por traços ainda mais despóticos, tais como as práticas de assédio moral, que afetam a saúde mental, pois condições e relações de trabalho são ao mesmo tempo condições e relações de saúde física e mental. Há uma relação recíproca entre elas que se expressa nos resultados da pesquisa e que se constitui no cerne do instigante e preocupante artigo sobre adoecimento no âmbito do trabalho de assistentes sociais supervisoras de campo do estado de Santa Catarina.

Os artigos mostram que nos espaços laborais de trabalho/campo de estágio se especificam o confronto entre as metamorfoses/

2. Isto porque, como nos ensina Heller, “a vida cotidiana se desenvolve e se refere sempre ao ambiente imediato” (1994, p. 25, tradução nossa), de modo que nela o sujeito realiza uma unidade imediata ente pensamento e ação (Heller, *apud* GUERRA, 2013).

retrocessos no mundo do trabalho, resultado de um novo padrão de acumulação que altera a composição orgânica do capital e da intensificação da utilização da tecnologia poupadora de mão de obra, do desfinanciamento e sucateamento das políticas sociais como um todo, produto das contrarreformas e da lógica gerencialista que o Estado adota na sua condução, da hipertrofia da lógica instrumental contemplada nas políticas educacionais, que promovem sua desqualificação e aligeiramento. Esta lógica é a que sustenta a pesquisa e a produção de conhecimento e rebaixa a formação e o trabalho profissional, este, sendo acometido por processos de desregulamentação, desespecialização e desprofissionalização (GUERRA, 2013). E como se não bastasse, no campo ideopolítico tem-se acentuada expansão do pensamento ultraconservador e de ideologias irracionalistas/negacionistas. Esta realidade, analisada nos textos aqui sumariamente comentados, é o chão no qual o estágio supervisionado e supervisão de estágio se realizam.

Os/as autores/as tratam, ainda, do estágio em outros contextos socio-históricos e geopolíticos, de modo que apresentam uma riqueza de interpretações sobre a relação teórico-prática, sobre o lugar das chamadas “práticas pré-profissionais”, sobre a formação e sobre a profissão. Sem dúvida, encontramos subjacente aos debates sobre o tema concepções de profissão hegemônicas nestes países/regiões, o que dá um traço peculiar a esta obra, e nos coloca diante da necessidade de ter presente os fundamentos teóricos, filosóficos, políticos, sob os quais se assentam as concepções de profissão que orientam a formação e o trabalho profissional nos diversos contextos. Todos eles, em que pesem as condições objetivas e subjetivas adversas, apontam o estágio supervisionado como um rico espaço que tem o potencial de permitir a aprendizagem, mas não só, e aqui quero ratificar uma hipótese que venho trabalhando: é preciso aprender a **aprender**, mas, mais ainda, a **aprender** o significado das coisas, dos processos sociais, captar os seus fundamentos, o que requer se ensinar a indagar a realidade, a não se conformar com

aquilo que se expressa na aparência do real, pois, o real tem várias aparências, ele é composto por várias camadas, de modo que ao descortinarmos uma a outra se dispõe de imediato, exigindo a sua análise e interpretação permanente e provisória.

Ao mesmo tempo, a supervisão de estágio é uma modalidade de intervenção profissional: trata-se de uma atribuição privativa de assistentes sociais e, como tal, tem que estar contemplada nos elementos de perfil profissional. Nesse sentido, é necessário que a formação forneça elementos e subsídios para que essa dimensão formativa, que é atribuição privativa, seja realizada com qualidade. O que me parece paradoxal é que grande parte dos projetos pedagógicos não problematizam a supervisão de estágio, e sua dimensão formativa, muitas vezes, passa ao largo da formação graduada, de modo que, dentre os desafios que gostaria de indicar, talvez este seja um dos mais candentes.

Os componentes que estão presentes nessa modalidade têm aspectos éticos, políticos, filosóficos, teórico-metodológicos, técnico-operativos e tem uma inegável dimensão formativa. Nesse âmbito, a pergunta que não pode deixar de ser feita é: tanto os estudantes quanto nós supervisoras de campo e acadêmicas temos a nitidez de qual é o perfil de profissional que estamos formando? Por certo, este tem que estar assentado nas diretrizes curriculares e é resultado de um longo processo que se inicia na graduação, mas não se limita a ela. Tais traços de perfil não se pautam no que cada sujeito individual considera ser a profissão, mas é resultado de uma construção histórica de mais de 80 anos, 40 dos quais a profissão, no Brasil e em vários países da América Latina, enfrenta o histórico conservadorismo do qual é caudatária. Nestes últimos 40 anos, o serviço social brasileiro tem construído uma cultura profissional renovada composta de alguns documentos jurídicos, uma produção técnica e bibliográfica crítica e por intervenções orientadas por valores civilizatórios que se destacam das práticas conservadoras do serviço social tradicional. Para esse processo de

renovação foi crucial à revisão curricular dos anos de 1980 que passa a ver a profissão como uma totalidade (transcendendo a tradicional fragmentação entre serviço social de Caso, de Grupo e de Comunidade) e a direcionar a formação profissional pelos seus fundamentos histórico-ontológicos, teórico-metodológicos e ético-políticos. É essa formação profissional, revista em meados dos anos de 1990 pelas atuais Diretrizes Curriculares que, há 25 anos, vêm orientando um perfil de profissional através de fundamentos ontológicos, rigor teórico e valores socialistas.

Por óbvio que aqui não falamos de qualquer perfil nem o consideramos como modelo a ser seguido. Falamos de uma nítida intencionalidade ético-política que orienta desde a estrutura curricular, a escolha das matérias/disciplinas, dos componentes curriculares e conteúdos pedagógicos, da bibliografia utilizada e recursos didático-pedagógicos, orientada por uma lógica dialética e assentada em uma Teoria Social crítica. É inegável que como elemento central deste perfil está a formação de uma assistente social intelectual, o que possibilita um enorme avanço, como dito, decorrente do processo de renovação da profissão no Brasil. Na sua condição de intelectual, é essencial o conhecimento profundo, permanente, do seu campo de intervenção.

Esta intelectual, estando ciente ou não, utiliza um método de conhecimento, que vai permitir que organize intelectualmente as categorias presentes na realidade e proceda à sua leitura, recorrendo à bibliografia das ciências sociais e do próprio serviço social, na direção de desvelar a realidade dada. Esta intelectual, que se encontra em permanente processo de formação, ciente de que a elaboração do seu projeto de intervenção depende de quão aproximado for o domínio teórico e prático do seu campo de intervenção, da explícita definição dos seus objetivos (o que fazer) e das suas finalidades (para que fazer) da correta identificação da dinâmica espaço-tempo (onde e quando fazer), pois é desse conhecimento que poderá elaborar

as estratégias (o que fazer) e definir a utilização dos instrumentos e técnicas (com o que fazer).

Contudo, para plasmar seus objetivos na realidade através das suas ações, necessita utilizar um acervo técnico-instrumental e mobilizar uma instrumentalidade orientada por finalidades (como fazer), de modo que se torna necessária a tomada de consciência da racionalidade que a orienta, dos valores nela contidos e das implicações éticas e políticas do seu trabalho profissional.

Assim, para este perfil de profissional, a investigação é a direta correlata da sua intervenção, o que exige que a formação oriente a construção de uma postura investigativa, uma atitude diante da vida que nos leve a perguntar para a realidade **como ela é**, de modo que só podemos projetar nossas ações quando, de fato, obtivermos o conhecimento da situação resultante da investigação. O espaço do estágio supervisionado/supervisão de estágio se constitui, assim, em rico campo de investigação, onde todas as expressões das contradições sociais se evidenciam, estabelecem mediações e se explicitam num processo de totalização, o que requer seu conhecimento para além da empiria, requisito essencial para a elaboração de estratégias alternativas às requisições institucionais.

São esses elementos do perfil profissional orientado pelas Diretrizes Curriculares da formação profissional no Brasil que qualificam as profissionais e lhes atribuem determinada competência. Contudo, cabe elucidar que não estamos nos referindo à concepção de competência posta na chamada “pedagogia das competências”, que orientou um conjunto de reformas em âmbito nacional e internacional. No Brasil, ela se instala no contexto dos debates da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, culminando com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (através da Resolução CEB nº 4, de dezembro de 1999), bem como, no ano seguinte, pelos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico.

Cabe observar que o Parecer 16/1999³, define competências como “capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários **para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho**”⁴. Tal definição expressa nitidamente a lógica tecnicista e instrumental que orienta essa concepção, pautada em tipologias que visam forjar determinados comportamento pragmáticos de um sujeito centrado em si mesmo, focado a resolver problemas da vida cotidiana.

No contraponto a esta definição, propomos a “pedagogia da autonomia” em que a relação entre ensino e aprendizagem se faz como “uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética” (FREIRE, 2004, p. 13). Essa pedagogia centra-se na relação entre os sujeitos reais e concretos com suas capacidades e limites, resultante da sua forma de inserção na realidade, na qual cada protagonista tem o seu papel que é singular e complementar. Nesta relação, figuram o supervisor de campo, o supervisor acadêmico, o estagiário, outros profissionais que compõe a equipe, todos e cada um sendo parte da totalidade e, como tal, responsáveis pelo processo. Além disso, aqui, a concepção de ensino-aprendizagem não se reduz a transmissão de conhecimento⁵. Trata-se de aprender a transformar e transformar aprendendo. É nessa direção que entendemos competência como a capacidade relacional, como algo que se constrói coletivamente, para o que, trata-se de desenvolver valores coletivos, valores sociocêntricos e o estágio supervisionado/supervisão de estágio é um espaço pleno de tais possibilidades. Nessa concepção, competência não se restringe ao desempenho de uma profissão, ela não é estática, definida a priori, mas processual e construída em relação, ela é um campo de

3. BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº 16/99. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf. Acesso em: 29 de dezembro de 2021.

4. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/dicionario-jornalistico/pedagogia-das-competencias>. Acesso em: 29/12/2021.

5. Citando Freire: “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (2004, p.25).

possibilidades posta pela capacidade humana de se questionar, de se renovar, de “vir a ser”, na direção da construção de uma educação integral, humanista e totalizadora. A competência de que falamos possui dimensões teóricas, éticas, políticas e técnicas, de modo que não se satisfaz com produto elaborado, um exercício solucionado, uma fórmula decorada ou um comportamento assimilado. Ao contrário, a competência se constrói na relação entre supervisores e estudantes, através da experiência de ensino-aprendizagem compartilhada, na qual estudantes vão progressivamente assumindo o protagonismo do seu processo educativo e conquistando gradualmente a sua autonomia, o que implica compromisso pessoal, social, institucional. Nesta experiência, o par dialético competência/compromisso é mediado pelo conhecimento crítico sistematicamente construído, reconstruído e compartilhado.

O serviço social brasileiro tem assentado sua formação nessa concepção de educação integral, humanista e crítica, e numa experiência coletiva de definição de Diretrizes curriculares nacionais, de orientações precisas de uma Política Nacional de Estágio, na defesa de Políticas de permanência estudantil, de ações afirmativas, de Diretrizes ao debate étnico-racial e na construção de valores anti-capitalistas, antirracistas, antimachista, dentre outros. Tudo isso se faz em plena articulação das entidades representativas da categoria profissional: Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO com as instituições campo de estágio, unidades de formação acadêmicas (UFAS) e os Fóruns de Estágio e Em defesa da Educação, o que tem sido fundamental no enfrentamento dos desafios que este tempo histórico nos coloca. Esta experiência assenta-se em alguns princípios essenciais, dentre eles na defesa de uma educação étnico-racial, democrática, autônoma, presencial, socialmente referenciada e de uma concepção de estágio supervisionado/supervisão de estágio como espaço de construção coletiva, compromisso, competência e autonomia.

Foi nessa direção que esta obra foi construída. Ela é fruto de uma experiência fecunda de articulação entre o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/SC) e seus Núcleos de Base (NUCRESS) mobilizados a participarem das oito Oficinas sobre “Atribuições e Competências e Relação teoria-prática” realizadas em todo estado de Santa Catarina. Parte da pesquisa realizada entre os anos de 2017-2021, contou com apoio financeiro do CNPq (Edital Universal) e os dados coletados vêm gestando muitos frutos tais como TCCs, teses e dissertações e relatórios de estágio pós-doutoral. Uma experiência enriquecedora como esta não propicia apenas dados dos mais relevantes a serem transformados em conteúdos das disciplinas de graduação e pós-graduação e em pautas políticas das nossas entidades, mas se constitui em espaço socioeducativo, contribuindo com a educação permanente e qualificação de assistentes sociais.

Na sua estruturação, a obra contou com a participação de docentes e discentes de instituições de ensino superior catarinenses e de três universidades estrangeiras, uma sul americana (Universidad de la República Uruguay - UDELAR) e duas europeias (Universidad de Barcelona e de Valência-ES), protagonizada por docentes da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Organizada por Vania Maria Manfroi, Jaime Hillesheim e Ana Maria Baima Cartaxo, a quem agradeço a generosidade do convite, ela é a expressão concreta dos resultados que somente o trabalho coletivo é capaz de reverberar.

Passemos à sua leitura!

Yolanda Guerra⁶

Rio de Janeiro/ Praia Vermelha, maio de 2022.

6. Yolanda Guerra: Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente permanente do quadro PPGSS/UFRJ e Professora Visitante do PPGSS/UFPA. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC/UFRJ) e do Projeto de Pesquisa Serviço Social: fundamentos, história, memória, trajetórias.

Referências

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. 447 p. (Col. Mundo do Trabalho.)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GUERRA, Y. Expressões do pragmatismo no serviço social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis**, n.16 (spe), 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000300004>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

HELLER, A. **Sociología de la vida cotidiana**. Traducción de J. F. Ivars y Eric Pérez Nadal. Barcelona: Ediciones Península, 1994.

Sumário

Introdução	23
Capítulo 1	
Condições laborais, estágio e supervisão: subsídios para pensar os dilemas entre os objetivos da formação em serviço social e a agenda do mercado de trabalho	35
Inez Rocha Zacarias Jaime Hillesheim	
Capítulo 2	
As relações de trabalho dos supervisores de campo de estágio: assédio moral e seus impactos na saúde	65
Ana Maria Baima Cartaxo Denise Aparecida Michelute Gerardi	
Capítulo 3	
Estágio supervisionado em serviço social: contradições do tempo presente	93
Ana Maria Baima Cartaxo Maria Regina de Ávila Moreira Maria Teresa dos Santos	
Capítulo 4	
Condições de trabalho, estágio e supervisão de estágio em serviço social: questões suscitadas na produção técnico-acadêmica da área	122
Jaime Hillesheim Bruna Depiné	

Capítulo 5
Os desafios e alternativas no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais: um diálogo entre universidade e campos de estágio em contexto de crise capitalista **160**

Vania Maria Manfroi
Aline de Andrade Rodrigues
Nalá Ayalén Sanchez Caravaca

Capítulo 6
Trabajo Social en Uruguay en tiempos de incertidumbre: aportes para la reflexión a partir de los espacios ocupacionales y la formación profesional **193**

Adela Claramunt
Sandra Leopold
Carolina Incerti

Capítulo 7
Organización de la práctica preprofesional en trabajo social **220**

Ana Vázquez-Cañete

Estágio em Serviço Social na Espanha – Entrevista com a Professora Doutora Eveline Chagas Lemos **247**

Vania Maria Manfroi
Aline de Andrade Rodrigues

Introdução

O estágio e a supervisão de estágio em serviço social tem sido objeto de importantes reflexões já traduzidas num conjunto de produções que, ao longo do tempo, vêm subsidiando a organização desse componente curricular nas unidades de ensino. A despeito de diferentes enfoques e bases teóricas, estas produções revelam o compromisso que o serviço social brasileiro continua reafirmando com um projeto de formação que se orienta a partir da necessidade de formular respostas às demandas da classe trabalhadora, fundamentado numa perspectiva teórico-crítica que permite a apreensão da realidade social em sua totalidade e que considere as particularidades dessa realidade numa economia periférica e dependente como a do Brasil.

Para que este projeto seja efetivado é preciso que profissionais e estudantes de serviço social se determinem em conformidade com esses fundamentos que lhe servem de direcionamento ético, político e teórico-metodológico. A produção intelectual que ora socializamos pretende contribuir com aquelas supracitadas, relacionando o estágio e a supervisão de estágio em serviço social com as condições e relações de trabalho dos principais sujeitos envolvidos nesses indissociáveis processos, incluindo, aí, aqueles segmentos da classe trabalhadora que neles comparecem na condição de usuários¹ dos serviços sociais constitutivos das diversas políticas sociais públicas nas quais esta categoria atua. Ao mesmo tempo,

1. Advertimos que em todos os manuscritos que compõem esta coletânea buscamos garantir fluidez da leitura. Por isso optamos por fazer uso da linguagem padrão, que se reporta ao masculino. Apesar dessa opção, problematizamos tal procedimento e esperamos que nossa linguagem em breve se ajuste à necessidade de incluir o feminino no discurso.

pretende trazer à luz questões já identificadas na Política Nacional de Estágio formulada no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2010), a exemplo das tensões existentes entre os objetivos que orientam a formação e as determinações do mercado de trabalho, questão que se complexifica no atual contexto marcado pela intensificação da precarização das condições e relações laborais a que estão submetidos profissionais, estudantes e população usuária.

Além de necessários, estudos correlacionando essas duas dimensões – estágio/supervisão de estágio e condições e relações de trabalho – são extremamente relevantes para retroalimentar o projeto de formação explicitado nas Diretrizes Curriculares (DC) elaboradas há 25 anos, a partir de um amplo debate coordenado pela ABEPSS em nível nacional e que constantemente vêm sendo objeto de reflexões por parte da categoria profissional. Em tais diretrizes se aponta para o necessário rigor teórico-metodológico para o trato da questão social, cujas expressões são objeto do trabalho profissional. Considerando que a questão social se põe em face dos processos de exploração do trabalho assalariado pelo capital e as lutas da classe trabalhadora contra estes processos de exploração e suas mais diversas expressões, nada mais coerente com a perspectiva das DC problematizar as situações concretas vivenciadas pelos assistentes sociais no exercício da supervisão de estágio, pelos estudantes nas práticas de estágio e pela população usuária demandatária do trabalho desses sujeitos em diferentes espaços socio-ocupacionais.

O conjunto das discussões que dão corpo à presente coletânea, em maior ou menor grau, aborda manifestações da questão social que estão organicamente vinculadas às condições objetivas e subjetivas de vida e de trabalho dos trabalhadores assistentes sociais supervisores de estágio, estudantes estagiários e usuários das políticas sociais públicas implementadas diretamente pelo Estado ou por meio de organizações da sociedade civil. Especificamente, dizem respeito a apreensão de dimensões da realidade do trabalho e da

formação profissional viabilizada por meio da pesquisa intitulada “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços socio-ocupacionais”.

O percurso metodológico para a investigação partiu do pressuposto que, a discussão e a avaliação do estágio supervisionado em Serviço Social, enquanto momento privilegiado da formação, não podem ser realizadas de modo apartado das condições concretas do exercício profissional (ABEPSS, 1996; 2010). Tal princípio se impõe tanto pela relação direta que determina a inserção, a qualidade, a consecução dos objetivos a que se destina o estágio, como e fundamentalmente, pela configuração socio-histórica do Serviço Social como profissão constitutiva da divisão sociotécnica do trabalho, a partir das contradições da sociabilidade contemporânea.

Os procedimentos metodológicos adotados buscaram apreender a complexidade do objeto a partir de dados objetivos e subjetivos que pudessem contribuir para a identificação de avanços, dificuldades, desafios e estratégias à consolidação do projeto ético-político profissional em tempos de crise do capital e de regressão de direitos.

De caráter quanti-qualitativo, a pesquisa mencionada foi desenvolvida tendo como uma de suas bases fontes documentais e bibliográficas. Também foi feito uso de outros mecanismos exploratórios que integram as fases de coleta e análise dos dados, atendendo ao conjunto de objetivos e metas delimitados no projeto de pesquisa. Tendo em vista que o método que ancorou essa pesquisa foi o crítico-dialético, tinha-se clareza de que a metodologia inicialmente proposta consistia em uma teleologia, uma projeção sobre a forma de conhecer a realidade. A dinâmica do real, contudo, acabou se impondo como determinação fundamental que só a ação de investigar pode mostrar. Assim, o caminho sugerido no projeto precisou ser refeito várias vezes para superar dificuldades e fazer ajustes nas etapas previamente definidas, fato que, ao mesmo tempo, propiciou um enriquecimento do processo de pesquisa.

Sinteticamente a pesquisa foi desenvolvida a partir dos seguintes procedimentos: a) pesquisa bibliográfica, cujas fontes foram os anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social, realizados entre os anos de 2010 e 2018; b) pesquisa documental, cujas fontes privilegiadas foram projetos pedagógicos das Instituições de Ensino Superior (IES), na modalidade presencial e a distância existentes em Santa Catarina e o banco de dados dos campos de estágio mantido pelo Conselho Regional de Serviço Social da 12ª Região; c) aplicação de questionários junto a profissionais supervisores (acadêmicos e de campo) e a estudantes estagiários²; d) realização de grupos focais com a participação desses mesmos sujeitos de pesquisa³; e) realização de oficinas com assistentes sociais de diferentes regiões do estado nas quais foram coletadas informações a partir da abordagem do tema das atribuições e competências profissionais⁴, cuja operacionalização contou com o apoio do CRESS/12ª Região e de seus núcleos regionais denominados NUCRESS.

Foi a partir desse processo de investigação que a maior parte das produções que compõem este livro foi elaborada. As discussões pro-

2. Os questionários foram encaminhados aos sujeitos da pesquisa entre os meses maio e dezembro de 2019. Além do envio através dos endereços de e-mail e divulgação junto às redes sociais, os questionários também foram aplicados no momento da realização das oficinas sobre Atribuições e Competências Profissionais. No período da coleta, estavam cadastrados no sistema de cadastro interno do CRESS-SC: 44 (quarenta e quatro) supervisores acadêmicos, 283 (duzentos e oitenta e três) supervisores de campo e 339 (trezentos e trinta e nove) estagiários, todos registrados até julho de 2019. Como saldo da coleta de dados por meio dos questionários de pesquisa – respondidos e devolvidos por meio do *google forms* ou preenchidos e entregues no momento da realização das oficinas – foram obtidas respostas de 27 (vinte e sete) estudantes; 62 (sessenta e dois) supervisores de campo e 05 (cinco) supervisores acadêmicos. O conjunto das respostas foi convertido para o Excel com a finalidade de sistematizar as informações coletadas, facilitando a análise dos dados.

3. Com roteiro previamente elaborado para cada um dos segmentos envolvidos, foram realizados 4 grupos focais com estudantes estagiários (vinculados a IES localizadas em Florianópolis (2), Blumenau (1) e Lages (1)), com supervisores acadêmicos e de campo (vinculados a IES localizadas em Florianópolis (2) e Blumenau (1)), sendo que em Lages apenas um supervisor de campo se propôs a participar da atividade, o que levou o grupo de pesquisa a convertê-la numa entrevista.

4. Foram realizadas 8 oficinas entre os meses de setembro e dezembro de 2019 nas seguintes regiões do estado: Extremo Oeste, Oeste, Médio Vale do Itajaí, Planalto Catarinense, Alto Vale do Rio do Peixe, Norte e Vale do Itapocú (agrupadas), Vale do Itajaí e Grande Florianópolis. Esta estratégia não estava prevista na proposta inicial de pesquisa, mas trouxe importantes e ricas contribuições para a problematização do objeto.

postas pelos autores se sustentam na seguinte hipótese de trabalho: os dilemas enfrentados no processo de implementação da política de estágio nas unidades de formação só poderão ser enfrentados se forem localizados na dinâmica própria do desenvolvimento da sociedade capitalista, considerando, em particular, as novas formas de uso e controle da força de trabalho em face da crise estrutural dessa forma social e histórica.

Os leitores e as leitoras dos artigos apresentados não encontrarão neles respostas acabadas para suas inquietações teóricas, éticas e políticas, mas subsídios para formular novas e fundamentais questões sobre o tema que deu origem à pesquisa supracitada. Ainda que o *locus* da investigação tenha sido o contexto catarinense, as questões por ela suscitadas são de interesse de todos aqueles que se dedicam ao estudo do estágio, da supervisão de estágio e do trabalho do assistente social em seus diversos aspectos.

O livro que ora apresentamos, como já mencionamos, é resultado de um processo de articulação com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/SC) e com seus Núcleos de Base (NUCRESS), bem como com docentes e discentes de instituições de ensino superior catarinenses (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB; Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC). Além disso, a coletânea conta com a contribuição de docentes estrangeiras contratadas no contexto da iniciativa CAPES/PRINT/UFSC voltada para o avanço da internacionalização da pós-graduação da UFSC. Por meio dessa iniciativa viabilizou-se uma aproximação com docentes de cursos de serviço social da Universidade de Barcelona e de Valência, cujos desdobramentos ganham materialidade em produções que ora socializamos. Mais, sendo o PPGSS/UFSC um programa que vem estimulando o ingresso de estudantes estrangeiros, especialmente da América Latina, novas articulações têm sido viabilizadas, tal como a que proporcionou o convite para que uma egressa juntamente com outras docentes da Universid de la

República Uruguay (UDELAR) socializassem suas reflexões sobre a realidade enfrentada pelos profissionais de serviço social nos diferentes espaços de trabalho naquele país.

Como resultado direto da pesquisa supracitada, então, são apresentados cinco artigos de autoria dos pesquisadores que deram consecução à proposta investigativa, todos orientados a partir do eixo de análise condições de trabalho e estágio e supervisão de estágio em serviço social.

No primeiro artigo, intitulado **Condições laborais, estágio e supervisão: subsídios para pensar os dilemas entre os objetivos da formação e a agenda do mercado de trabalho**, Jaime Hillesheim e Inez Rocha Zacarias sintetizam os complexos processos que estão em curso no mundo do trabalho, particularmente com o advento do modelo de acumulação flexível e das variadas estratégias desenvolvidas no âmbito da sociedade capitalista para arregimentar a força de trabalho de modo a permitir a sonegação de quaisquer regras de proteção do trabalho. A partir dessa síntese, relacionam tais transformações com a realidade do trabalho de assistentes sociais sujeitos da pesquisa que deu origem a presente coletânea. Ao se ocuparem das informações coletadas no percurso da investigação realizada, destacam as contradições que perpassam o cotidiano de trabalho de assistentes sociais supervisores de estágio em serviço social. Orientados pelo objeto da análise trazem à reflexão um importante indicativo: o processo de intensificação da precarização do trabalho desses profissionais é acompanhado do desmonte de direitos dos trabalhadores em geral, processo que constitui uma das respostas à contratendência da queda das taxas de lucro do capital, no contexto da sua crise estrutural. Nesta direção, defendem que as estratégias de enfrentamento dos desafios impostos à profissão não podem ser pensadas de modo desvinculado das lutas da classe trabalhadora.

No segundo artigo denominado **As Relações de Trabalho dos supervisores de campo de estágio: assédio moral e seus impactos**

na saúde, Ana Maria Baima Cartaxo e Denise Aparecida Michelute Gerardi discutem o tema do assédio moral nas relações de trabalho nas quais estão inseridos os profissionais supervisores de estágio em serviço social. Além disso, trazem à reflexão a relação entre o assédio moral e a saúde do trabalhador a partir da realidade de trabalho revelada pelos profissionais que participaram da pesquisa aqui já mencionada. A perspectiva teórica escolhida pelas autoras para analisar o binômio saúde-doença é baseada nas determinações estruturais do sistema capitalista, contrária, portanto, a uma perspectiva de análise meramente gnosiológica. Segundo a análise das autoras, as contradições do sistema capitalista agudizadas pela sua crise a partir da década de 1970 e, particularmente acirrada, no Brasil, com o golpe de 2016, aprofundou a precarização das relações e condições de trabalho, impactando negativamente na saúde da classe trabalhadora, na qual se inclui a categoria profissional dos assistentes sociais e, concretamente, verificada nos sujeitos da pesquisa. Entre as doenças provenientes do trabalho e/ou de suas condições de realização ressaltou-se o assédio moral como forma de gestão e controle pelo medo, por meio de estratégias de coerção/consentimento, captura da subjetividade do trabalhador na adesão aos objetivos empresariais e ou institucionais, causando sofrimento, estresse e adoecimento. Tal fenômeno, somado a outros, evidencia a intensificação da precarização do trabalho que resulta em processos de adoecimento físico e mental de assistentes sociais, ao mesmo tempo que impacta negativamente na qualidade dos serviços prestados à população usuária. E, em face das atribuições de supervisão de estágio, pode-se dizer que os efeitos negativos supracitados se espalham, também, para o processo formativo de futuros profissionais de serviço social.

No capítulo intitulado **Estágio Supervisionado em Serviço Social: contradições do tempo presente**, Ana Maria Baima Cartaxo, Maria Regina de Ávila Moreira e Maria Teresa dos Santos defendem que as contradições e tensões do estágio supervisionado

são determinadas precipuamente pela precarização das condições de trabalho e das políticas sociais. Numa apreensão mais ampla de totalidade, tais questões precisam ser localizadas no interior dos processos que configuram a crise do sistema capitalista internacional. Os retrocessos no âmbito dos direitos e das políticas sociais, portanto, são correlacionados ao intento de o capital recompor suas taxas de lucro em face da mencionada crise. A particularidade do caso brasileiro é discutida principalmente na conjuntura do período 2016-2021, marcada pelo golpe parlamentar, midiático e jurídico que impôs à classe trabalhadora uma política de base ultraneoliberal e de reforço ao conservadorismo, expressos pelas contrarreformas educacionais e trabalhistas e demais ajustes de austeridade que têm impactado diretamente na formação profissional mediada singularmente pelo estágio supervisionado. A partir de suas análises, as autoras mostram as contradições entre os fundamentos, diretrizes e valores constitutivos do Projeto Ético Político Profissional, presentes também no Plano Nacional de Estágio e as condições concretas de realização do trabalho dos profissionais supervisores nos diversos espaços socio-ocupacionais. A precarização da vida e do trabalho também é constatada na realidade explicitada pelos estudantes em sua luta pela sobrevivência. O percurso de análise empreendida pelas autoras caracteriza-se, ainda, pela problematização da contrarreforma da educação superior, o que permitiu a elas mostrar a relação desse processo com as contradições que se manifestam no trabalho profissional dos supervisores de estágio em serviço social, bem como no dos estagiários na condição de estudantes e de trabalhadores, eixos centrais das reflexões apresentadas para pensar os desafios da formação no tempo presente.

A produção técnico-acadêmica de pesquisadores, docentes e profissionais de serviço social sobre o estágio e a supervisão de estágio em serviço social, considerando as condições de trabalho existentes tanto nas instituições concedentes como nos espaços de formação, foi o ponto de partida para as análises apresentadas no

artigo de Jaime Hillesheim e Bruna Depiné intitulado: **Condições de trabalho, estágio e supervisão de estágio em serviço social: questões suscitadas na produção técnico-acadêmica da área.** Trata-se de uma síntese sobre o tema elaborada a partir das publicações em Anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e dos Encontros Nacionais de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ENPESS) realizados entre os anos de 2010 e 2018. Os dados mostram que, a despeito da necessidade de aprofundamento dos debates que relacionam o estágio e a supervisão às condições de trabalho de estudantes, profissionais e docentes, a temática, com esta ênfase, tem sido objeto de poucos estudos e pesquisas. Por outro lado, constata-se que, nas produções identificadas e que serviram de fonte para o estudo, as análises vinculam os imperativos do cotidiano do trabalho profissional às determinações mais gerais da forma social capitalista, corroborando com a tese de que os problemas existentes em relação à implementação desse componente curricular não podem ser enfrentados sem levar em conta a compreensão das transformações em curso no mundo do trabalho.

No capítulo: **Os desafios e alternativas no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais: um diálogo entre universidade e campos de estágio em contexto de crise capitalista** as autoras Vania Maria Manfroi, Aline de Andrade Rodrigues e Nalá Ayalén Sanchez Caravaca se debruçaram sobre as reflexões que os assistentes sociais catarinenses fizeram nas Oficinas sobre Competências e Atribuições realizadas no curso da pesquisa e em articulação com o CRESS 12^a Região e com os NUCRESS. O ponto de partida da análise é a crise capitalista e os impactos para o trabalho profissional para apreender como os assistentes sociais enfrentam os desafios postos no âmbito das políticas sociais, lócus do seu processo de intervenção e as projeções alternativas críticas deste processo. Recorrem às falas dos profissionais para apresentar as tendências de desmonte das políticas sociais, bem como da precarização do

trabalho profissional, ao passo que mostram estratégias adotadas para o enfrentamento dos retrocessos relatados.

O esforço em trazer, ainda que a partir de outras chaves analíticas, os debates e experiências do serviço social em nível internacional a respeito do tema do estágio e da supervisão de estágio em serviço social ganham concretude em dois escritos elaborados por profissionais do Uruguai e da Espanha, bem como em uma entrevista concedida por uma docente espanhola, cujas reflexões possibilitam uma interessante comparação sobre concepções e processos que envolvem a implementação deste componente curricular em escolas desses países. Além disso, sinalizam para novos e velhos desafios do serviço social brasileiro na sua interlocução com o serviço social latino-americano e europeu. Tal interlocução, além de importante do ponto de vista técnico-acadêmico, constitui tática política singular no contexto da disputa hegemônica do serviço social no mundo.

No artigo *Trabajo Social en Uruguay en tiempos de incertidumbre: aportes para la reflexión a partir de los espacios ocupacionales y la formación profesional* de Adela Claramunt, Sandra Leopold e Carolina Incerti, as autoras procuram, a partir de um levantamento bibliográfico, destacar as preocupações e as perspectivas teóricas que subsidiam as análises de questões que atravessam tanto o processo de formação como a prática profissional, num contexto de incertezas marcado por um novo governo de coalisão, no campo conservador, pondo fim a um ciclo de avanços em termos econômicos e de proteção social que se verificou naquele país desde os anos de 2010. Ao situarem a reflexão proposta levando em conta a crise sanitária decorrente da pandemia da Covid 19, as autoras também problematizam as respostas formuladas no âmbito do Estado que, com o advento do novo governo, teve seu papel redimensionado. Segundo elas, trata-se de uma perspectiva que se assenta na despolitização dos conflitos sociais e que, ao mesmo tempo, apela ao compromisso e responsabilidade de cada indivíduo para enfrentar a crise econômica e social que se materializam

no crescimento da pobreza e do desemprego. Considerando estas determinações da realidade, as autoras trazem à reflexão os processos de precarização das condições de trabalho dos profissionais de serviço social, bem como indicam como tais determinações acabam por tensionar o projeto de formação, muito mais suscetível às perspectivas subalternizantes e moralizantes que caracterizaram a origem da profissão também naquele país.

Já no artigo da professora Ana Vázquez-Cañete, da Universidade de Valência, cujo título é *Organización de La práctica preprofesional em trabajo social*, a autora apresenta a forma de organização das práticas pré-profissionais e faz referência às mudanças do Tratado de Bolonha no processo de formação profissional na Espanha. Apresenta, de forma detalhada, o processo de supervisão e os desafios atuais para o processo de formação.

No mesmo sentido de abordagem sobre a realidade do estágio supervisionado num âmbito mais amplo, como parte das atividades da Bolsa Sanduíche da doutoranda Aline Rodrigues, sob a orientação da professora Vânia Maria Manfroi – no contexto da iniciativa CAPES/PRINT/UFSC supracitada – socializa-se, aqui, uma entrevista com Eveline Chagas Lemos, da *Universidad de Barcelona*. Nela se aborda a forma de organização das práticas pré-profissionais na realidade da universidade catalã. A entrevistada, em suas reflexões, também discorre sobre os processos de alteração do Tratado de Bolonha e seus impactos na formação do trabalhador social, bem como apresenta subsídios que permitem o aprofundamento de aspectos relacionados à organização das práticas pré-profissionais na UB.

Por oportuno, queremos agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter financiado a pesquisa, cuja proposta foi aprovada por ocasião do Edital/ Chamada: Universal nº 01/2016. Agradecemos também ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina pelo apoio

institucional dispensado aos docentes e discentes que integraram a equipe de pesquisa. Ao Conselho Regional de Serviço Social da 12ª Região, pela parceria estabelecida em todo o percurso da pesquisa, o que proporcionou momentos singulares com os profissionais em diferentes regiões do estado de Santa Catarina por meio das oficinas “Atribuições e Competências Profissionais: os desafios da relação teoria-prática”. Por fim, mas não menos importante, queremos agradecer imensamente aos sujeitos da pesquisa – estudantes e supervisores de estágio em serviço social – pela confiança e disposição para fornecer as informações requisitadas por meio dos questionários aplicados e grupos focais realizados.

Em tempos de destruição da vida, objetiva e subjetivamente, de negacionismo científico, de acelerada perda de direitos da classe trabalhadora, de cerceamento das liberdades, de restrições de recursos destinados ao desenvolvimento da ciência e à produção do conhecimento comprometido com as necessidades da sociedade, apresentamos o resultado de um instigante processo de pesquisa sobre a relação entre estágio e supervisão de estágio e as condições de trabalho de assistentes sociais em Santa Catarina. Esperamos trazer novos elementos para este debate e contribuir com a construção de estratégias de enfrentamento dos complexos desafios que se impõem ao projeto de formação defendido no âmbito do serviço social brasileiro.

Condições laborais, estágio e supervisão: subsídios para pensar os dilemas entre os objetivos da formação em serviço social e a agenda do mercado de trabalho

Inez Rocha Zacarias¹
Jaime Hillesheim²

Introdução

Necessários avanços teóricos e práticos sobre o estágio e a supervisão de estágio em serviço social têm sido verificados graças às contribuições de um conjunto importante de autores que têm se dedicado a pesquisar sobre os temas. Do mesmo modo, tais avanços dão materialidade às discussões coletivas realizadas no âmbito das organizações da categoria profissional, notadamente no interior da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Grande parte da produção intelectual a respeito das temáticas está voltada para os debates sobre as dimensões pedagógicas do processo de estágio, bem como sobre os desafios para a implementação deste componente curricular no contexto das contrarreformas, especialmente no âmbito da educação superior. Nesta direção são emblemáticos os princípios e diretrizes apontadas na Política Nacio-

1. Mestre e doutora em Serviço Social pela PUCRS. Professora do Departamento de Serviço Social da UFSC. Pesquisadora das áreas de formação e trabalho profissional.

2. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em serviço social da UFSC. Membro do Núcleo de Estudos: Trabalho, Questão Social e América Latina, vinculado ao PPGSS/UFSC.

nal de Estágio formuladas no âmbito da ABEPSS (2010), na Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008 do CFESS, bem como as problematizações sobre o estágio e sobre a supervisão – entendidas, aqui, como atividades sempre correlacionadas – socializadas por Guerra (2010), Lewgoy (2010), Santos, Lewgoy e Abreu (2016).

Nosso objetivo neste texto é trazer algumas reflexões especificamente sobre a supervisão de estágio, entendida como uma importante atribuição profissional que possibilita a articulação entre o cotidiano do trabalho e a formação – numa unidade dialética –, com ênfase nas condições de trabalho de um dos segmentos envolvidos neste processo: os supervisores de campo. Trata-se de uma síntese elaborada com base nos dados empíricos coletados por meio da pesquisa **As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços socio-ocupacionais**, cuja metodologia já foi devidamente detalhada na apresentação da presente obra.

A despeito desse detalhamento prévio, gostaríamos, aqui, apenas de mencionar que dentre os procedimentos metodológicos adotados para dar operacionalidade à proposta de investigação destacam-se: o estudo da literatura envolvendo as principais categorias de análise (estágio, supervisão de estágio, trabalho profissional, condições de trabalho, trabalho), a aplicação de questionários (por meio do *google forms*) com estudantes e supervisores de campo e acadêmicos, bem como a realização de grupos focais, a partir de critérios previamente definidos no projeto³.

3. Aqui faremos uso especialmente de informações coletadas nos grupos focais realizados com supervisores de campo desenvolvidos nas cidades de Blumenau (1) e Florianópolis (2), totalizando três grupos focais. No desenvolvimento da pesquisa, além desses, foram realizados outros quatro grupos focais com estudantes estagiários (nas cidades de Lages (1), Blumenau (1) e Florianópolis (2)). Em um dos grupos focais realizados em Florianópolis com supervisores, houve a participação de uma supervisora de campo vinculada a uma IES que possuía curso de serviço social na modalidade EAD, pois não houve adesão de outros supervisores acadêmicos à proposta. A operacionalização do grupo focal realizado em Blumenau foi viabilizada com a participação simultânea de supervisores de campo e acadêmicos por escolha dos próprios sujeitos, pois alguns deles, por terem duplo vínculo laboral, realizavam tanto supervisão de campo como acadêmica, ainda que não para os mesmos estudantes, segundo informações fornecidas no momento da realização da atividade.

Considerando o objetivo supracitado, iniciamos nossas reflexões trazendo alguns elementos que nos permitem localizar o objeto na história, notadamente no contexto das grandes transformações em curso na sociabilidade regida pelo capital, com ênfase naquelas mais diretamente relacionadas ao mundo do trabalho e seus desdobramentos na realidade brasileira, no trabalho e na formação profissional. Em seguida, à luz do acervo teórico-metodológico adotado, apresentamos e problematizamos dados empíricos coletados no curso da pesquisa de modo a enfatizar uma das dimensões constitutivas do objeto: as condições de trabalho dos profissionais de serviço social para o exercício da supervisão de campo. Por fim, apresentamos algumas considerações a respeito das questões suscitadas pelo estudo.

As transformações no mundo do trabalho e seus impactos no serviço social

O modo de produção capitalista vem, pelo menos desde o final da década de 1960 e início da década de 1970, se movimentado nos quadrantes de uma crise sem precedentes que é adjetivada por Mészáros (2002) como sendo uma crise de natureza estrutural. Seu enfrentamento tem exigido uma ofensiva contrarrevolucionária que se articula a partir de alguns elementos estruturantes, dentre os quais destacamos a chamada reestruturação produtiva em nível global, a programática neoliberal e a hegemonia ou o comando do capital financeiro. Este, aliás, por meio de grandes conglomerações, controla o mundo da produção e, ao mesmo tempo, torna muito imprecisa ou tênue a clássica divisão entre capitais, haja vista que ele se faz presente em todos eles (na indústria, nos serviços, no comércio, no agronegócio etc.).

Ainda que não possamos abordar com profundidade cada um desses aspectos – o que nos leva a correr o risco de formular algumas afirmações imprecisas ou até mesmo muito abstratas – pensamos

ser importante mencionar algumas questões que são incontornáveis para as reflexões que, aqui, pretendemos desenvolver.

Em relação às transformações em curso na esfera da produção – entendida aqui em sua totalidade, nos termos desenvolvidos por Marx (2008) na sua contribuição à crítica da economia política –, vivenciamos um século XXI que se caracteriza por processos de continuidade e ao mesmo tempo de descontinuidade e no qual pretéritas formas de uso da força de trabalho, próprias de séculos precedentes, reaparecem desdobradas, mais complexas, portanto. Isso se verifica não só em virtude da desproteção do trabalho em face da intensa regressão de direitos laborais, mas também pelas mais variadas estratégias das quais o capital lança mão para expropriar o mais-valor produzido pela atividade do trabalho, a partir de formas disfarçadas do assalariamento contemporâneo.

Ao fim e ao cabo, pensados numa unidade dialética, estes processos operam na realidade no sentido de dar prosseguimento à reprodução do próprio modo de produção assentado na propriedade privada e na exploração da força de trabalho, em condições cada vez mais precárias, ainda que esta precarização seja uma característica inerente a este modo de produção. O avanço da ciência e da tecnologia orientado pela lógica do capital tem como substrato relações laborais cujos marcadores (maior exploração, prolongamento das jornadas de trabalho, diluição dos limites entre os tempos do trabalho e os da vida privada, insegurança em face das novas modalidades de contrato, esgotamento físico e mental etc.) são formas de aparecer ou sínteses de processos de desumanização a que estão submetidos os trabalhadores.

No contexto da chamada Indústria 4.0, em tempos nos quais diferentes léxicos são assimilados e parecem significar uma objetivação a serviço e benefício de todas as pessoas (*internet, hardware e software*, plataformas digitais, aplicativos, inteligência artificial, algoritmos, trabalho digital, *home office*, trabalho remoto, teletrabalho, *big data, machine learning, virtual private network (VPN)* etc.) o

capital encontra um ambiente que viabiliza um novo *modus operandi* para arregimentar a força de trabalho que permite a sonegação de quaisquer regras de proteção do trabalho. Neste sentido, a ideologia do empreendedorismo – na qual o trabalhador se percebe como “empresários de si mesmos” –, a uberização, o chamado contrato “zero hora”, o contrato intermitente, bem como a terceirização e a crescente informalização são exemplos que materializam as novas formas de uso da força de trabalho pelo capital e que acabam por dar uma configuração múltipla à classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, produzir também o que Antunes (2018) qualifica como “escravos digitais”.

A complexidade e a velocidade das inovações tecnológicas são espantosas e fazem com que o melhor dos mundos para o capital pareça estar prestes a ser alcançado: o funcionamento da produção independente da força de trabalho, com unidades produtivas postas em movimento por meio de mecanismos operados pela inteligência artificial.

Estas transformações na estrutura produtiva repercutem – a partir de uma relação dialética entre as dimensões econômica e política – na esfera do Estado, dando materialidade à programática neoliberal⁴, cujos efeitos perversos do ponto de vista do trabalho se agudizam. A história tem mostrado que mesmo aquelas alternativas elaboradas no âmbito da luta política da classe trabalhadora, para tentar conter ou diminuir o ritmo da ofensiva do capital, têm sido destruídas em face do acervo de instrumentos políticos, econômicos e ideológicos do capital-imperialismo, nos termos definidos por Fontes (2010) para quem esta fase do desenvolvimento capitalista corresponde à uma “[...] totalidade que somente pode existir em processo permanente de expansão e que, tendo ultrapassado determinado patamar de concentração, se converte em forma de extração

4. Considerações importantes a respeito do uso e significado desta categoria podem ser encontradas em FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde de São Joaquim Venâncio; Universidade Federal do Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

de mais-valor dentro e fora das fronteiras nacionais.” (FONTES, 2010, p.152).

A despeito das inúmeras estratégias neoliberais implementadas em todo o mundo, fato é que estas têm promovido a reconfiguração do Estado, de modo a alterar sua dinâmica e funcionamento com vistas a salvaguardar os interesses das classes proprietárias. No Brasil, estas estratégias têm ganhado concretude, especialmente a partir dos anos de 1990, por meio dos processos de “reformas” do Estado: privatizações, parcerias público-privadas, parcerias com organizações sociais, criação de fundações estatais de direito privado etc. Por tratar-se de um processo que implica a destruição das conquistas alcançadas pela classe trabalhadora, mesmo em contexto de modernização conservadora, Behring (2008) entende-o como um processo de “contrarreformas”. Estas, por sua vez, impactaram diretamente nas políticas sociais, *locus* privilegiado da inserção dos profissionais de serviço social, seja no estrito espaço estatal ou no das organizações sociais em suas variadas formas de constituição (OS, OSCIP, ONG, Fundações Estatais de direito privado etc.).

Os desdobramentos dos efeitos agudizados da programática neoliberal, assim, repercutem negativamente tanto no conteúdo das políticas sociais elaboradas como respostas às demandas da classe trabalhadora – pelo desfinanciamento, pela definição de critérios cada vez mais restritivos de acesso, pelas diretrizes centradas na lógica do mercado etc. – como nas condições e relações de trabalho dos trabalhadores inseridos nos espaços socio-ocupacionais supracitados.

No âmbito da formação, estas transformações tensionam o projeto hegemônico defendido pela categoria profissional, questão que já nos anos de 1990 mereceu atenção de José Paulo Netto que afirmava objetivamente que “[...] é ingenuidade supor profissões como blocos homogêneos e/ou identitários – praticamente todas estão vincadas por enorme diversidade, tensões e confrontos internos” (NETTO, 1996, p. 89). Para o autor, as respostas às demandas profissionais

estariam condicionadas ao entrosamento do serviço social com a hegemonia política que se afirmava e que avançou nos períodos subsequentes. E, como bem esclarecem Mota e Amaral (1998, p. 26) a problematização das demandas profissionais é fundamental para que sejam estabelecidas as mediações que conectam as necessidades de reprodução do capital – no contexto da crise estrutural – com “[...] exigências do mercado de trabalho profissional”. Isso porque as demandas apresentadas pela classe trabalhadora no cotidiano profissional são apenas formas de aparecer das necessidades concretas desta classe que por elas podem até ser transfiguradas em seu contrário (MOTA; AMARAL, 1998, p. 26).

Ora, se as exigências do mercado de trabalho acabam por servir de parâmetro para os debates em torno do projeto profissional e das dimensões do trabalho do assistente social do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, há que se reafirmar a vinculação deste projeto a um projeto societário. Isso implica considerar a diversidade, tensionamentos e conflitos no interior da profissão, haja vista que esta constitui um campo de permanentes disputas. Tais disputas ganham materialidade nos espaços socio-ocupacionais, no confronto entre os princípios, valores, concepções teóricas e políticas entre profissionais (do serviço social e de outras áreas) com as diretrizes e objetivos das instituições empregadoras que se estruturam e se dinamizam em conformidade com as necessidades da produção e da reprodução ampliada do capital. Se materializam também nos espaços da formação, no confronto entre projetos de universidade, pois, como afirma Marilena Chaui (2003, p. 5) “[a] universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”. E, mais especificamente em relação à formação em serviço social, os tensionamentos ganham evidência em face dos processos de mercantilização do ensino – notadamente pela ampliação do ensino privado na modalidade a distância – pelo aligeiramento do processo de formação, pelo avanço do pensamento

conservador restaurador e moralizante, inclusive e principalmente em suas vertentes atualizadas e funcionais à reprodução da sociabilidade burguesa.

Estes tensionamentos e mesmo limites impostos pela degradação da formação pautada por um projeto de universidade cujas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão se articulam e são direcionadas para os interesses do mundo produtivo em detrimento das necessidades da sociedade e, particularmente, daqueles segmentos da classe historicamente alijada do acesso à riqueza social, colocam inúmeros desafios ao projeto de formação que pretende desenvolver nos estudantes uma capacidade de apreensão crítica da gênese, estrutura e dinâmica da sociedade de classes, de sua particularidade na realidade brasileira e de seus desdobramentos no trabalho profissional, traduzidos nas requisições institucionais.

E, neste sentido, ainda que se possa falar numa relativa autonomia profissional no mercado de trabalho, certo é que nele existem constrangimentos concretos tendo em vista que

[...] os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos (IAMAMOTO, 2011, p. 219).

Por outro lado, conforme assevera Marilda Iamamoto (2011, p. 219) não se trata de assumir uma postura na qual o profissional se adequa a estas imposições do mercado de trabalho de modo a reproduzir acriticamente o trabalho alienado. Pensamos que a criação das condições para que sejam feitos os enfrentamentos necessários com vistas a garantir a manutenção da direção social ao trabalho do assistente social exige a permanente articulação entre os espaços da formação e aqueles onde ocorrem os processos e relações de trabalho nas quais se inserem os assistentes sociais. E, aí, o estágio e a supervisão de estágio podem servir como um importante elo

de conexão, colocando no centro da análise e das proposições não só os desafios, mas também as possibilidades existentes e a serem criadas nesta relação. Esta articulação corrobora para o que Marilda Yamamoto (2011) indica como questão essencial para pensarmos a elaboração de respostas profissionais no contexto de intensas e profundas transformações. Segundo Yamamoto (2011, p. 221):

[...] os processos sociais não têm uma refração imediata e automática, no mesmo ritmo temporal, na produção acadêmico-profissional. Se os processos que ocorrem na vida em sociedade impõem limites e descortinam potenciais alternativos para o exercício profissional, eles têm que ser apropriados e elaborados pelos agentes profissionais, configurando-se como desafios na esfera da ação e da produção de conhecimentos, de modo a se transformarem em propostas de trabalho e de pesquisa.

Este desafio, entendemos, foi recolocado pelos resultados da pesquisa sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, considerando a realidade dos estágios nos espaços socio-ocupacionais, haja vista que indicam a necessidade de apreensão das determinações da realidade hodierna tanto no espaço da formação como no do mercado de trabalho que, sem sombra de dúvida, não podem ser analisados e tampouco entendidos de maneira dissociada, posto que expressam ou manifestam as contradições da sociabilidade na qual se processam o próprio trabalho e a formação profissional.

Em síntese, esta realidade que até aqui procuramos problematizar engendra, entre outras, uma articulação entre necessidades de recomposição das taxas de lucro do capital, inovações tecnológicas, novas formas de uso e controle da força de trabalho, regressão de direitos e reorganização do Estado. A dinâmica desta unidade no diverso converge para as tentativas de a ordem sociometabólica do capital enfrentar a sua crise estrutural, combinada com as crises periódicas nos termos analisados por Meszáros (2002). A crise estrutural do capital, para o autor, “[...] não está relacionada aos limites *imediatos*, mas aos limites *últimos* de uma estrutura global”

(MESZÁROS, 2002, p. 797, grifo do autor). Daí a importância da sua advertência quanto ao problema das respostas reformistas vislumbradas no campo das lutas da classe trabalhadora que podem ser assimiladas pelo próprio sistema do capital e, por isso, corroborar com os processos de integração da classe à ordem. Neste sentido, no âmbito da luta por direitos, no espectro da emancipação política possível no interior da sociabilidade burguesa, os desafios são tão complexos como diversos.

Feitas estas considerações, nos interessa doravante trazer à reflexão como esses processos mais universais se singularizam no cotidiano de trabalho dos profissionais de serviço social e, mais especificamente, como eles conformam o exercício (ou não) da supervisão de estágio em diferentes espaços socio-ocupacionais.

Supervisão de estágio em serviço social no contexto de intensificação da precarização das relações e condições de trabalho

Afirmar o serviço social enquanto uma especialização do trabalho coletivo, que se insere no âmbito da divisão social e técnica do trabalho, pressupõe reconhecer as contradições que permeiam o trabalho assalariado, circunscrito na esfera da reprodução social nos marcos do capitalismo. Assistentes sociais são profissionais requisitados para, a partir de determinadas atribuições e competências que possuem, construir e executar estratégias de enfrentamento às expressões da questão social. Por não possuírem os meios necessários para o desenvolvimento do seu trabalho, vendem a sua força de trabalho aos mais diversos empregadores: Estado, organizações privadas empresariais, ONGs, sindicatos, entre outros. É no interior destas instituições, sob as condições de compra e venda da sua força de trabalho, que este profissional irá construir respostas as mais diversas demandas conformadas pela luta de classes, entre interesses opostos e por vezes incompatíveis, seja contribuindo

para a reprodução ampliada do capital – por intervir na esfera da regulação social –, seja ao atender as necessidades objetivas e subjetivas da classe trabalhadora.

Para o serviço social, as últimas quatro décadas constituíram-se em um período marcado pela construção de uma nova direção social, associada a um projeto societário que, conforme afirma Netto (2006) rege-se pela recusa e crítica ao conservadorismo profissional, de forte crítica ao capitalismo e comprometido com a construção de uma nova sociabilidade. O que denominamos de projeto ético-político expressa-se pelo compromisso com os interesses e necessidades da classe trabalhadora, o que requer que determinados valores e princípios conduzam o trabalho profissional sob as demandas contraditórias que se conformam objetivamente no cotidiano laboral. Contudo, a viabilidade deste projeto profissional, que se situa na contracorrente à sociedade do capital, está atrelada à condição assalariada de seus trabalhadores, assim como, as cada vez mais precárias configurações que as relações de trabalho vêm assumindo, particularmente no contexto da acumulação flexível, tanto no setor privado como no público, com desdobramentos que se espriam para todas as dimensões da vida social.

Diante destes pressupostos, os dados empíricos apresentados na sequência, coletados, sistematizados e analisados a partir da pesquisa já referida na introdução deste capítulo, buscam retratar como as transformações do mercado de trabalho, sob as circunstâncias da supervisão de estágio, repercutem no processo de formação profissional, assim como nas condições objetivas e subjetivas para a concretização do projeto profissional. A pesquisa em questão, teve como participantes diferentes sujeitos que compõe o processo formativo no âmbito do estágio supervisionado: estagiários, supervisores acadêmicos e supervisores de campo. O resultado da análise dos dados coletados corrobora para a confirmação de uma realidade na qual a precarização do trabalho está presente na vida de cada um desses sujeitos, expressando-se de modo diverso, mas que,

ao mesmo tempo, possui uma mesma genealogia, seja nos espaços institucionais de formação, seja nos campos de estágio/trabalho.

Os dados coletados e analisados demonstram como o processo de precarização das relações e condições de trabalhado é marcado por diferentes aspectos: baixa remuneração dos profissionais, o que por vezes acarreta a sujeição à múltiplos vínculos de trabalho; espécies contratuais de trabalho – por tempo determinado, temporário, eventual ou intermitente (via “pejotização”), parcial, por empresa interposta (terceirização), *trainee* –; situações de assédio moral e outros constrangimentos; ampliação da carga horária e da intensidade do ritmo de trabalho; espraiamento da cultura gerencialista no âmbito das políticas sociais, que aumenta o controle sobre o trabalho; a exploração da força de trabalho do estagiário como mão de obra de baixo custo para suprimir a escassez de recursos humanos⁵, dentre outros.

No que tange à remuneração dos profissionais participantes da pesquisa, os dados dão conta que mais da metade dos assistentes sociais recebe até 4 (quatro) salários mínimos⁶ por mês (51%). Somados aos que recebem até 5 (cinco) salários mínimos, esta porcentagem se elevava a 80%. No que se refere ao acesso de estagiários às bolsas ou benefícios para subsidiar este momento do processo formativo, a pesquisa constatou que do total que preencheu o questionário (27), 74,1% tem acesso a algum benefício estudantil, contra 25,9% que não recebe nenhum apoio desta natureza. Contudo, para 63,7% dos que responderam ter acesso, estes benefícios se resumem ao vale-transporte (27,3) e ao seguro contra acidentes

5. No momento que estamos escrevendo este artigo no interior da categoria está ocorrendo um debate sobre mais uma forma de precarização do trabalho profissional instituída por iniciativa do Ministério Público e do Poder Judiciário de várias unidades da federação, mas também autorizado no âmbito da administração pública federal. Trata-se de estágio para estudantes de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) ou pós-doutorado. No âmbito federal, em 17 de dezembro de 2019, foi publicada a Instrução Normativa n.º 213 na qual está prevista também a contratação de estagiários que estejam matriculados em cursos de pós-graduação. A mesma normativa prevê ainda que um(a) profissional supervisor(a) (de qualquer área) pode ter sob sua supervisão até dez estagiários. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-213-de-17-de-dezembro-de-2019-234040690>>. Acesso em: 17 set. 2021.

6. Na ocasião da coleta de dados, o salário mínimo nacional era de R\$998,00.

(36,4%), ou seja, o acesso à bolsa existe para somente 36,4% dos estagiários. Para completar estas informações, no que se refere ao valor das bolsas, 75% estava na faixa de até R\$ 1.000,00, sendo que, deste total, 16,7% recebiam bolsas no valor de até R\$ 500,00, ou seja, aproximadamente meio salário mínimo por mês⁷.

A economia de trabalho vivo marca do atual estágio do capitalismo, acarreta em graves consequências ao conjunto da classe trabalhadora. A começar pela concorrência que se estabelece entre os trabalhadores para acesso ao mercado de trabalho. O desemprego estrutural promove uma equação sem desfecho, pois eleva-se o número de trabalhadores sem emprego na mesma ordem em que se reduzem as vagas no mercado trabalho. Esta concorrência para inserir-se nestas vagas, acaba por reduzir ainda mais o valor que é pago como remuneração. Trabalhadoras e trabalhadores se sujeitam a venda da sua força de trabalho por valores exíguos que não atendem as suas necessidades básicas. Esta realidade também vivida por assistentes sociais faz parte do processo restaurador do capitalismo que, junto a outras medidas, tem na flexibilização das relações de trabalho o fundamento para este novo estágio de reprodução do capital,

Ao mesmo tempo, os novos processos produtivos têm implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital; resultado direto na sociedade capitalista: o crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital – e os economistas burgueses (que se recusam a admitir que se trata do exército industrial de reserva próprio do tardo-capitalismo) descobrem... o ‘desemprego estrutural’! De fato, o chamado ‘mercado de trabalho’ vem sendo radicalmente reestruturado – e todas as ‘inovações’ levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a or-

7. Uma abordagem mais aprofundada sobre a questão da remuneração do estágio como estratégia de reprodução social (individual e/ou familiar) do estudante e, particularmente, como meio de garantir a sua permanência na universidade, encontra-se em Hillesheim (2016).

dem do desemprego e da insegurança no trabalho. (NETTO, 2012, p. 209-210)

As baixas remunerações as quais trabalhadoras e trabalhadores estão submetidos, que acometem também a vida laboral de assistentes sociais, são responsáveis por um outro fenômeno: o pluriemprego. Entre os supervisores de campo, 21% afirmou possuir mais de um vínculo de emprego, destes 16% com dois vínculos, 2% com 3 três e 3% com mais de três vínculos. Dos que responderam possuir mais de um vínculo de trabalho, 58% atuam na área do serviço social, contra 16% com vínculos distintos da profissão, sendo que outros 26% não responderam ao questionamento. Além disso, constatou-se que o fenômeno do pluriemprego entre profissionais é, por vezes, acompanhado do fato de que os seus postos de trabalho são em municípios distintos. Dos que responderam possuir mais de um vínculo, quatro trabalham em municípios diferentes com distâncias entre 8 a 23 quilômetros.

O fenômeno do pluriemprego está atrelado diretamente às condições salariais destes profissionais. Quando a Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010 foi sancionada, estabelecendo a jornada de trabalho dos assistentes sociais em até 30 horas semanais, foi observado um processo de redução das faixas salariais, acompanhado do fenômeno do pluriemprego. A vinculação a mais de um campo de trabalho vem cumprindo o papel de alternativa para as baixas remunerações oferecidas no mercado de trabalho.

A maior parte dos supervisores de campo (48,4%) tem jornada de trabalho de até 30 horas semanais, seguindo a regulamentação disposta em lei federal. Outros 34% têm jornada semanal de 40 horas, mas constata-se que 8% têm jornada superior a 40 horas semanais, com menções a jornadas de até 60 horas por semana. Constatou-se a existência de vínculos cuja jornada de trabalho é parcial de 20 horas. Além disso, identificou-se situação em que o profissional trabalhava 30 horas semanais e tinha, com o mesmo empregador, uma extensão de jornada de 10 horas remuneradas

além daquelas. Já quando se reportaram ao principal empregador, 58% afirmaram que sua jornada de trabalho semanal era de 30 horas e 34% que era de 40 horas semanais. Usando o mesmo parâmetro, menos de 5% disseram que a jornada laboral semanal era inferior a 30 horas (entre 20 e 22 horas) e menos de 2% tinham jornada intermediária de 35 horas semanais⁸.

A elevação da jornada de trabalho deve ser tema de constante debate para a profissão, pois é um fenômeno que rebate diretamente sobre as condições necessárias para a realização do trabalho, pois amplia o desgaste físico e mental, acirrando processos de adoecimento. Ademais, a elevação das horas trabalhadas sempre vem acompanhada da aceleração do ritmo de trabalho, outra marca da superexploração da força de trabalho, condição estrutural das economias periféricas e dependentes, conforme argumentos trazidos por Marini (2000) e Valencia (2009). Inúmeros estudos (ALVES, 2000; ANTUNES, 2014, 2019; HARVEY, 2014) mostram que reestruturação produtiva vem se materializando na flexibilização da produção e das relações de trabalho, processo que não tem atingido somente a esfera privada, mas também, com características particulares, a estrutura estatal (DRUCK *et al.*, 2018). As consequências das privatizações e terceirizações são intensificadas pela adoção de uma cultura gerencialista em diferentes áreas do setor público-estatal, provocando alterações na própria natureza das políticas sociais.

O gerencialismo enquanto ideologia de gestão capitalista em tempos de crise do capital ganha espaço como estruturador das relações de trabalho entre empregadores e trabalhadores. Reproduzem-se no campo da ação estatal as tendências de empresariamento do trabalho, que visam a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, fazendo prevalecer a razão instrumental em detrimento da razão crítica (RAICHELIS, 2018, p.57).

8. Esses dados convergem com pesquisa realizada junto a profissionais de serviço social vinculados ao Sistema Único de Assistência Social do estado catarinense, em 2020, durante o período da pandemia da Covid 19. Segundo Hillesheim *et al.* (2020, p. 20), dos 213 assistentes sociais participantes da pesquisa, 4,2% trabalhavam até 20h semanais, 50,7% trabalhavam 30h semanais, 3,7% trabalhavam 35h semanais e 41,3% trabalhavam 40h semanais ou mais.

Ainda segundo Raichelis (2018), a ideologia do gerencialismo é uma face renovada da modernização conservadora no campo das políticas sociais, denotando em uma falsa renovação no âmbito da gestão das políticas e do trabalho, via a sobrevalorização da dimensão técnica, de controle sobre a execução dos serviços, perpassando metas disciplinares, metas de qualidade e priorização da produtividade (valorização da quantidade em detrimento da qualidade). São medidas que exacerbam o controle dos processos de trabalho, pois, ao cercar processos reflexivos e criativos, submetem cada intervenção ao crivo de práticas protocolares e burocratizadas. No curso da pesquisa em comento, quando da realização de grupos focais com os assistentes sociais, supervisores de campo, foram coletados depoimentos que auxiliam na compreensão de como este fenômeno tem se manifestado no âmbito do trabalho profissional:

É, o medo está forte... vou colocar assim, de uma forma ligada à reestruturação produtiva. Porque apesar do nosso espaço socio-ocupacional, em sua maioria, ser o Estado, mas ele também tem lógicas, por exemplo, a lógica gerencial, aplicada também no trabalho. Se a gente fala do produtivo, a lógica qual é? Duas formas de fazer a valorização do valor, de extrair a mais-valia seria intensificar o trabalho ou aumentar as horas de trabalho. E não é isso o que está acontecendo conosco? Né? Você está tendo as equipes reduzidas e você está tendo que fazer as atividades que aquela pessoa fazia e não está mais lá. Outra: a desprofissionalização [...]. Desde a especialização, desprofissionalização, todas essas tendências que a gente vive no cotidiano tiram esse profissional, jogam uma nova atribuição, por exemplo os benefícios eventuais e falam “agora vocês todos vão fazer isso aí” e jogam a gente ali pra fazer naquele horário de trabalho. Não importa se você é pedagogo, se você é psicólogo, médico, dentista. Você vai conseguir. Porque o estado ele é um braço do capital, ele é um instrumento de coerção, de consenso, então ele adotou a lógica gerencial já há muito tempo, acho que lá em 95 com Bresser-Pereira e agora está vindo uma nova reforma administrativa que vai apertar mais ainda a gente. Então é dos dois lados, é a classe trabalhadora de quem está no Estado. Não vou entrar naquela discussão do setor produtivo e o setor improdutivo, mas é classe

trabalhadora que está sendo massacrada e é esse o caminho do capital. [AS3-GF2⁹]

A maioria dos supervisores de campo que responderam ao questionário da pesquisa atua em instituições de direito público na esfera municipal (62%). Outros 13% afirmaram atuar em instituições de direito privado/organização social/associação filantrópica, seguidos de 8% que atuam em instituições de direito público na esfera estadual e 6% em instituições de direito público na esfera federal. Estes números demonstram como o Estado ainda se confirma como o principal empregador da força de trabalho dos assistentes sociais. Ainda circula uma falsa compreensão de que o trabalho no âmbito estatal está protegido dos processos de precarização das condições e regulações do trabalho, assim como das situações de controle, de assédios e constrangimentos. Os depoimentos que seguem evidenciam como a realidade do trabalho no setor público vem sofrendo alterações, convergindo com os intensos processos de precarização observados no setor privado:

Embora eu esteja há pouco tempo como funcionária pública, mas eu visualizo isso também, acho que, sei lá, a reforma trabalhista, vamos pensar, mesmo que foi aprovada na CLT, acho que impactou no serviço público de outras formas. Acho que nessa coisa das chefias se sentirem autorizadas a expressar um pouco dessas reformas e dessas formas de pensar a gestão dos serviços em geral e da forma como se lida com a classe trabalhadora em geral. Eu vejo muitos mais processos seletivos, no setor público, que tem uma alta rotatividade de profissionais, a instabilidade... fica muito mais à mercê da gestão porque a qualquer momento pode ser demitido. Então, acho que essa é uma forma de precarização dos serviços e que impacta também até [...] [no trabalho dos] profissionais efetivos, porque você não consegue ter uma continuidade no serviço. É difícil sentir que você está construindo algo ao longo prazo ali naquele espaço. Acho que assédio moral vem também dessa forma e também de outras que é se sentir autorizada a precarizar [AS6-GF2].

9. Foram utilizadas siglas para identificar os participantes da pesquisa em substituição dos nomes.

[...] é processo seletivo, né? Todos os profissionais de nível fundamental médio e superior. Hoje eu posso dizer que agora, falando assim pra vocês, metade da equipe do CRASS, pouco mais, assim, serviço de convivência, duas educadoras, os técnicos administrativos [...], assistentes sociais e psicólogos [...] a metade, mais do que a metade da equipe é processo seletivo e aí CLT, é um ano prorrogável para dois, no máximo. É isso a metade da equipe [AS3-GF2].

A gestão do desempenho, conformada pela adoção de práticas estritamente técnicas, voltadas para o controle e fixação/padronização dos processos de intervenção, e conduzidas pelas facilidades trazidas pela informatização do trabalho e, de outro lado, pela flexibilização dos contratos de trabalho também na esfera pública, elevam a insegurança dos trabalhadores que acabam por se submeter a ritmos e ao domínio das suas atividades laborais para não se somarem aos contingentes cada vez maiores de desempregados.

Essa padronização do trabalho que acaba por equiparar o trabalho do assistente social a de um “técnico social” também foi mencionada pelos assistentes sociais supervisores de campo participantes da pesquisa. Vejamos:

Enquanto técnico eu vou ser bem honesta, a gente segue a cartilha lá no serviço. A gente segue os manuais. Por mais que a gente tente fazer entender diferente, e eu falo agora como técnica, porque eu trabalho num CREAS. A gente tem que ter produtividade, você tem que atender uma determinada demanda [...]. Mas com base nas orientações técnicas, nas cartilhas que vem dos ministérios... porque se a gente não atender aquela demanda ali dentro daquele quadradinho, como foi falado aqui. A gente... se tiver um CRAS, um CREAS lá num rincão, lá eles colocam a gente. Assim que a gente hoje está sofrendo [...] (AS1GF2).

Porque realmente é um engessamento e é uma prisão onde a gente vai e quase coloca às famílias como responsáveis por tudo, esquecendo da luta de classes, do contexto capitalista em que a gente vive e tudo mais [AS11-GF2].

Raquel Raichelis (2018) explica como estas alterações no contexto do Estado vêm alavancando novas formas de exploração da força de trabalho, replicando estratégias já empregadas no setor privado. Segundo ela:

Nessa ambiência institucional, as estratégias de intensificação do trabalho vão sendo incorporadas de forma sutil e gradativa. Elas ganham concretude no ritmo e na velocidade do trabalho, na polivalência e na multiatividade, nas cobranças de metas de produtividade, no maior volume de tarefas, no peso da responsabilidade. Esta gestão do desempenho dos trabalhadores adota ferramentas do setor privado mediante indicadores de resultados e sistemas de incentivos orientados por avaliações sistemáticas e subordinados à demanda de ‘cidadãos-clientes’ (RAICHELIS, 2018, p. 59).

Essas estratégias de uso e controle da força de trabalho para permitir inclusive a mensuração das atividades profissionais – com vistas a definir metas que passam a servir de parâmetro para a avaliação de desempenho –, dentro da lógica produtivista, também foi explicitada em outro relato:

Eu tenho até vergonha de falar, mas a gente tem uma produtividade vinculada à quantidade de famílias que a gente atende. Se a gente não atende essa quantidade de famílias, a gente não ganha esse valor. [...] Então, quando me perguntam sobre as minhas condições de trabalho: eu me sinto massacrada, eu me sinto sem energia pra nada após o trabalho. Há dias que eu tenho que fazer uma escolha de onde eu vou investir a minha energia, porque é sobre isso também, é sobre eu ser trabalhadora e chegar em casa e usar o posto de saúde e aí é isso, é participar do Conselho Local de Saúde, porque eu acredito na construção social popular, e aí eu estou lá no conselho de saúde, sabe? E aí é isso também, essa coisa do corpo, da gente ver os colegas adoecendo. E aí eu falo como alguém que adoeceu e ficou afastada do trabalho por conta disso, então? [AS9-GF2].

Ademais, a pesquisa também coletou depoimentos que retratam o processo de desmonte das políticas sociais, que perpassa não

somente o enxugamento dos recursos destinados à oferta de benefícios sociais que deveriam atender às necessidades básicas da classe trabalhadora usuária das políticas sociais, mas, na mesma razão, afeta as condições de trabalho de quem atua nos espaços nos quais tais políticas são implementadas. Esses processos são verificados tanto nos espaços públicos como nos privados, onde o trabalho profissional é desenvolvido. O excerto que segue é ilustrativo ao descrever sobre como esta realidade tem provocado rebatimentos significativos no trabalho dos assistentes sociais:

Eu vou falar a partir da perspectiva do terceiro setor [...]. Então, eu tenho algum tempo lá na instituição e eu percebo, principalmente, que está se transmitindo também para aquele espaço, que a princípio é uma organização sem fins lucrativos e um espaço que executa quatro programas sociais. No entanto [...], o discurso é sempre de que há necessidade dos recursos, de haver os recursos suficientes para atender esses quatro programas, então a gente percebe que há uma redução, um enxugamento do quadro de funcionários, por nível. E no setor social, no setor do Serviço Social demitiu 50% das profissionais, sem reduzir as demandas, obviamente. Então o que a gente percebe é que há uma pressão. Já teve um dos programas que teve a redução [...]. Na verdade, no meu entendimento, [...] é brutal assim, porque quem assumiu como coordenadora é assistente social e extinguiu uma área de atribuição específica do assistente social [...]. E tá havendo agora meio que de forma mais sutil um questionamento do tempo que a gente leva pros atendimento [sic], quantos são os atendimentos pra começar a mensurar em questão de tempo, assim, ‘quanto tempo tu leva fazendo isso?’, ‘quanto tempo leva fazendo aquilo?’ Tanto para o serviço social quanto para a Psicologia. Então a gente percebe que é uma forma também deles perceberem como poderiam reestruturar o setor, se poderiam enxugar ainda mais, ou, em fim. E como eu trabalho no programa da aprendizagem, que é a inserção do aprendiz no mercado de trabalho, percebo também reflexo nesse espaço. Assim, [...] tem empresas que, por mais que exista uma legislação e também tem aquela questão crítica de que é o aprendiz numa empresa ou quanto que é positivo ou não, né?, Mas tanto o discurso da empresa de haver uma crise então também diminui a estrutura deles, quanto também deles

sentirem no fazer do dia a dia deles o reflexo disso. Por exemplo, tem algumas que estão enxugando o quadro de funcionários, reflete muito no dia a dia dos aprendizes que estão assumindo funções que anteriormente eram executadas por funcionários. Então percebo muito assim... e a gente sempre fica assim numa zona de conflitos porque até quando você, enquanto profissional da instituição precisa responder às demandas da instituição a partir daquilo que a instituição quer porque não pode perder os convênios com as empresas. Então, muitas vezes você quer defender os direitos do usuário mas precisa balancear pra não afetar nos interesses da empresa e não refletir numa redução de convênios [AS12-GF2].

O registro supra também evidencia o desgaste emocional dos assistentes sociais na medida em que enfrentam constantemente conflitos diversos e são submetidos a condições de trabalho que obstam (ou pelo menos dificultam) o alcance dos objetivos profissionais conformados em princípios éticos e políticos defendidos pela categoria. Além disso, na medida em que ocorre a intensidade e a diversificação de atividades (muitas adversas às atribuições específicas) em face da redução do número de trabalhadores nas instituições empregadoras, as demandas que chegam aos profissionais não são suficientemente problematizadas, conforme indicamos na seção anterior. Isso reitera dinâmicas que convergem sobremodo para a restauração de práticas conservadoras que corroboram para a reprodução das relações sociais próprias da sociabilidade burguesa.

Os relatos feitos pelos profissionais supervisores de campo evidenciam uma rotina de trabalho que é intensificada não apenas pelas atividades que dizem respeito às atribuições privativas, mas por um conjunto de outras necessárias para a realização do trabalho do assistente social. No excerto que segue esta questão é destacada:

Desse espaço de trabalho, não ter lugar para sentar, não ter computador. Aquilo que a [nome da palestrante] falou que a gente acaba fazendo muita tarefinha: atender a recepção, pegar o prontuário, abrir o prontuário fazer não sei o quê, atender o telefone. Eu não tenho o tempo necessário para planejar aquela

intervenção, planejar os grupos, planejar os espaços. E isso tudo é como estão as nossas condições. Pelo menos falando desde o CRASS, não sei nos outros espaços. [...] A gente vai incorporando muita coisa de outras profissões. Inclusive eu estava pensando: nossa, verdade! Eu me sinto bem incomodada quando eu peço pra técnica administrativa pra fazer uma coisa que eu poderia fazer, mas não poderia porque não é do Serviço Social. [...] Como que consegue transitar nesse espaço e pensar todas as atividades que seriam o suporte para a realização das novas atividades específicas, mas que a gente acaba fazendo tudo? E realmente, faz tudo, desde o café, pegar café para o grupo, colocar o café, botar a sala, arrumar a sala, limpar a sala pra fazer o grupo. E isso, tentar acompanhar esse processo e ainda assim tentar fazer um processo de reflexão da prática, de como a gente faz a entrevista, com que objetivo [...] [AS7-GF3].

Ao mesmo tempo, diante dos constrangimentos impostos pela dinâmica do mercado de trabalho, os profissionais acabam por se adequar ao instituído ou elaboram estratégias vislumbrando algum respiro no cotidiano de trabalho:

Às vezes a gente ouve falar de recuar. Na verdade, não é recuar. É fazer estratégias pra sobreviver nesse estado, sobreviver nesse campo de trabalho que é adoecedor, que é muito preconceituoso de todas as formas [AS8-GF1].

Há que se destacar que esses marcadores das condições de trabalho atravessam a realidade dos profissionais independentemente dos tipos de vínculos que estabelecem com seus empregadores. Neste particular, aliás, os dados da pesquisa que aqui utilizamos para desenvolver nossa análise mostram que aproximadamente 76% dos profissionais supervisores de campo possuíam vínculo empregatício regulado pelo Regime Jurídico Único. Outros 21% afirmaram ter seus contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Apesar do número pequeno, foi identificado contratos de trabalho via CNPJ, processo denominado de “pejotização”, espécie de contratação que vem se alargando após a contrarreforma trabalhista que se caracteriza pela transferência das

reponsabilidades pela reprodução da força de trabalho exclusivamente ao trabalhador. Também foi constatado casos de contrato temporário de trabalho entre os participantes. O número, ainda que reduzido destas formas ultraprecárias de contratação, pode sinalizar que a supervisão de estágio tem se concentrado entre profissionais que possuem vínculos de trabalho com um mínimo de garantias, tendo em vista que, sob circunstâncias muito precárias, profissionais têm rejeitado esta atribuição tanto para não expor os estudantes como para se proteger de um possível aumento da carga de trabalho. Dos participantes, 40,3% afirmou não receber nenhum estímulo ou condições do empregador para supervisionar.

Em um subprojeto desta mesma pesquisa, que contou com a participação de assistentes sociais trabalhadores do SUAS em Santa Catarina, a sobrecarga de demandas no cotidiano de trabalho foi destacada como um dos motivos para a indisposição destes profissionais para supervisionar estagiários, sob a justificativa de que o processo de supervisão se conformaria em mais uma atribuição em uma rotina de trabalho já intensificada. Também foram mencionados a falta de incentivo das instituições empregadoras, precarização dos vínculos de trabalho, e até mesmo o não reconhecimento de vantagens ou benefícios profissionais para assumir esta responsabilidade.

Esses aspectos também foram citados quando da realização dos grupos focais. Profissionais mencionaram a falta de condições objetivas e subjetivas que é determinante na decisão de aceitar ou não a supervisão de estagiários. A preocupação dos assistentes sociais é com o fato de que tais condições podem submeter os estudantes a mesma realidade de exploração da força de trabalho a que estão sujeitos.

A preocupação dos assistentes sociais em não contribuir para uma lógica que subverta a condição de sujeito em formação em força de trabalho a ser explorada sob baixa remuneração apareceu ao longo da pesquisa. Foram relatadas também situações de dis-

putas no âmbito institucional sobre o papel a ser cumprido pelo estagiário, sob um tensionamento no qual agentes institucionais e até outros profissionais vislumbram nesse sujeito a possibilidade do uso dessa força de trabalho, em processo de qualificação, como estratégia de suprir a deficiência de pessoal.

Algumas dessas questões suscitadas podem ser identificadas por meio do relato a seguir apresentado. Nele, ao contrário do que foi relatado por outros profissionais¹⁰, constata-se o estímulo institucional à abertura de campo de estágio com vistas a suprir a falta de profissionais:

[...] eu percebo que a prefeitura tem incentivo sim [...] [E]m alguns momentos a pressão é que o profissional aceite, assuma o estagiário. Eu já fui chamada na secretaria pelo secretário pra eu ligar, pegar alguém né, porque... eu naquela época fiquei contra, na EAD também né, mas no sentido de que o estagiário, sim, é mão de obra barata. Não precisa contratar novo profissional porque o estagiário vai te ajudar a tocar o serviço tal e o serviço tal. [...] [N]a verdade é o contrário, é demanda a mais pra gente porque a gente precisa orientar [...]. Agora mesmo, de últimos tempos pra cá eu não sinto mais essa pressão, a porta fica aberta, [...] mas assim no início eu percebi muito a questão do incentivo e da pressão no sentido de que 'nós não vamos contratar novos assistentes sociais, não vamos contratar psicólogos nem pedagogos, vocês assumem os estagiários e os estagiários tocam serviço no CRAS, tocam o serviço no CREAS, faz a visita de intervenção na violência doméstica, faz...'. Então os estagiários, nesse sentido né, não sei... [AS7-GF1].

Vasconcelos (2009) defende que o enfrentamento a esta lógica mercantil que tende a submeter o estagiário ao uso da sua força de trabalho como uma alternativa de substituição da força de trabalho de um trabalhador efetivo, principalmente pelo baixo custo que demanda, deve constituir uma luta diária não somente

10. Na verdade, nos relatos dos profissionais supervisores de campo a referência dos profissionais ao não estímulo por parte dos empregadores em relação ao estágio está muito mais direcionada à atribuição da supervisão em si do que em relação à abertura de campos de estágio, haja vista que geralmente o que o empregador vislumbra quando da autorização para a abertura de vaga é a colaboração dessa força de trabalho adicional na realização de determinadas tarefas.

dos supervisores, mas da categoria profissional em geral. Trata-se de um desafio ainda mais complexo, tendo em vista o processo de pauperização do conjunto dos estudantes, que acaba por vislumbrar no estágio uma fonte de renda, nas situações nas quais são ofertadas bolsas, ou como uma oportunidade de efetivação posterior à conclusão da graduação. Desta forma, muitos se conformam com o desvirtuamento do processo formativo para quem sabe atrair outras oportunidades. Para a autora:

Nesta sociabilidade em que vivemos, não dá para definir se o estágio responde, unicamente, a uma demanda de exploração do trabalho ou se ele se configura um espaço de formação profissional, pois ele é, simultaneamente, as duas coisas: para as entidades concedentes significa possibilidade de exploração da força de trabalho estudantil, para nós, espaço didático-pedagógico. Daí a importância de reforçarmos, em meio a esta contradição, a dimensão pedagógica dos estágios (VASCONCELOS, 2009, p. 75).

Esta é uma preocupação que não pode ficar circunscrita à avaliação dos profissionais supervisores de campo, ao contrário, este é um debate a ser articulado entre as unidades de ensino, os campos de estágio e as organizações da categoria profissional e estudantil. Sob as circunstâncias que o mercado de trabalho vem se moldando, é imperativo a defesa da garantia dos processos educacionais e formativos colados aos valores e princípios do projeto profissional alinhado à perspectiva de superação da ordem burguesa. Contudo, ao mesmo tempo, não se pode ignorar as contradições que permeiam o trabalho do assistente social, pois compreendê-las é imprescindível para orientar as estratégias de enfrentamento dos desafios impostos pela sociedade de classes.

Não se trata de “conciliar” as exigências do mercado de trabalho com o projeto ético e político do serviço social forjado nas últimas décadas e que redefiniu o significado social da profissão. Este projeto – como teleologia – não desconsidera e, nem poderia, as condições objetivas nas quais ele se desenvolve. Trata-se, no nosso entendi-

mento, de elaborar respostas às demandas do mercado de trabalho não a partir dos parâmetros de um “possibilismo” estéril, mas a partir de uma compreensão da realidade que é simultaneamente singular, particular e universal. Compreender as conexões entre essas dimensões da realidade, a partir da teoria social crítica, é condição indispensável para que o trabalho profissional seja pensado como potência capaz de desencadear processos que, ao mesmo tempo, explicitem as contradições desta sociedade de classes e permitam o enfrentamento da questão social, a despeito dos constrangimentos impostos pelo mercado de trabalho.

Considerações finais

Os resultados desse processo investigativo corroboram para a apreensão de uma dura realidade que é enfrentada pelo conjunto dos trabalhadores e, particularmente, pelos trabalhadores assistentes sociais. Os processos relacionados à reestruturação produtiva no contexto da acumulação flexível, em países periféricos, como é o caso do Brasil, exacerbam uma condição de superexploração da força de trabalho, marca de um capitalismo dependente e ao mesmo tempo funcional ao capitalismo em sua totalidade. As consequências deste processo é a redução drástica das possibilidades de inserção no mercado de trabalho – formal ou informal, nos diferentes setores da economia e suas intersecções, em atividades mais manuais ou mais intelectualizadas –; o aviltamento dos salários; a ausência de garantias mínimas de proteção, devido a proliferação de contratos de trabalho (terceirizados, subcontratos, temporários, por tempo parcial, por tarefas, entre outros); aumento das jornadas e do ritmo de trabalho, além do controle minucioso das atividades via informatização. Esta é a realidade da classe, mas é também a dos profissionais assistentes sociais que atuam num conjunto variado de espaços socio-ocupacionais nos quais se implementam políticas sociais que atendem parte das demandas da própria classe trabalha-

dora. Como procuramos demonstrar, o processo de intensificação da precarização do trabalho desses profissionais é acompanhado do desmonte de direitos dos trabalhadores em geral com vistas a construir respostas à tendência da queda das taxas de lucro do capital, no contexto da sua crise estrutural.

A despeito da complexidade da realidade que a história nos impõe é importante demarcar que a categoria dos assistentes sociais continua fazendo frente aos inúmeros desafios que se colocam na realidade do trabalho assalariado, seja por meio das entidades profissionais da categoria e estudantis, dos sindicatos nos locais de trabalho, seja na academia por meio dos grupos de pesquisas empenhados na construção de conhecimento. Desta forma é imperativo a continuidade de estudos que tragam visibilidade para a vivência cotidiana desses profissionais, retratando processos contraditórios que permeiam as condições objetivas de trabalho e que interferem diretamente na materialização do projeto ético-político e que, por certo, repercutem também no processo de formação, haja vista que tais condições são determinantes para o exercício da supervisão de estágio e também para a prática do estágio por parte dos estudantes que têm, a partir dele, uma primeira aproximação com a complexa realidade do mercado de trabalho profissional.

Entendemos que o rigor teórico-metodológico para compreender a dinâmica da sociedade capitalista, suas particularidades no contexto brasileiro, bem como as formas de aparecer de suas determinações no cotidiano de trabalho profissional, é condição indispensável para identificar as possibilidades nele existentes que viabilizem ações que confluem para a efetividade do projeto profissional supracitado. Parte significativa dos desafios atuais continuam sendo desdobramentos da degradação cultural e ideológica que as sociedades humanas vêm vivenciando a um longo e árido tempo e que se expressa na ascensão do pensamento pós-moderno e neoconservador, dentro e fora do serviço social. Apesar da complexidade da realidade e das suas encruzilhadas, não estamos diante do fim

da história. O desânimo e a falta de perspectiva são próprios dos que não realizam a crítica radical que, como nos ensinou Marx, significa atacar a raiz dos problemas. Aí, podemos localizar o desafio de sempre: sem articularmos as lutas cotidianas travadas no interior da profissão com as lutas da classe trabalhadora continuaremos a reeditar velhas ilusões.

Referências

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª edição. São Paulo; Cortez, 2008.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 24, set./dez., 2003, p. 5-15. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5n-c4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

DRUCK, Graça; SENA, Jeovana; PINTO, Marina Morena; ARAÚJO, Sâmia. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: CAMPOS, André Gambier (org.). **Terceirização do trabalho no Brasil**: novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília: IPEA, 2018, p. 113-141. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32326:terceirizacao-do-trabalho-no-brasil=-novas-e-distintas-perspectivas-para-o-debate&catid=410:2018&directory=1>. Acesso em: 23 ago. 2021.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde de São Joaquim Venâncio; Universidade Federal do Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-6282010000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 set. 2021.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 25ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HILLESHEIM, Jaime *et al.* **Relatório de pesquisa**: Condições e relações de trabalho dos profissionais do SUAS/SC no contexto da crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19. Florianópolis/SC: DSS/UFSC; FETSUAS/SC, 2020, p. 71. Disponível em: <https://suassc-covid19.files.wordpress.com/2021/03/relatoriofetsuassc_ufsc1.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

HILLESHEIM, Jaime. As controvertidas questões do estágio profissional no contexto de precarização do trabalho. *In*: SILVESTRE, Luciana Pavowski Franco. **Liame entre serviço social e trabalho**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2018/08/E-book-Servi%C3%A7o-Social-e-Trabalho-4.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2021. IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. **A dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MESZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. São Paulo: Cortez, 1998, p. 23-44.

NETO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 50, p. 87-132, 1996.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Revista Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão no capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel *et al.* **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez. 2018 p. 25-66.

SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpídio (org.). **A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios**. São Paulo: Lumn Juris, 2016.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho**. Uberlândia: Edufu, 2009.

VASCONCELOS, Iana. Dilemas e desafios do estágio curricular em Serviço Social.: expressão dos (des)encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. **Revista Temporalis**, nº 17, p. 61-82, Brasília: ABEPSS, 2009.

As relações de trabalho dos supervisores de campo de estágio: assédio moral e seus impactos na saúde

Ana Maria Baima Cartaxo¹
Denise Aparecida Michelute Gerardi²

Introdução

Este artigo tem como objeto de estudo o assédio moral nas relações de trabalho dos supervisores de campo de estágio do estado de Santa Catarina a partir de uma análise de totalidade das relações flexibilizadas do trabalho na conjuntura brasileira, especificamente no período de 2016-2021. Está baseado em uma pesquisa de campo intitulada “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços socio-ocupacionais”³, tem por objetivo “analisar as formas de estruturação e dinâmica do estágio em Serviço Social e as determinações do mercado de trabalho, considerando as condições laborais dos profissionais supervisores de estágio e estudantes estagiários de Serviço Social” (MANFROI, 2018, p. 01).

Segundo Santos, Gomes e Lopes (2016) a supervisão de estágio é o momento em que o profissional responsável pela supervisão

1. Professora aposentada do Departamento de Serviço Social e colaboradora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFSC.

2. Assistente Social, mestra em Serviço Social e doutoranda do PPGSS/UFSC.

3. Esta pesquisa foi aprovada e financiada pelo edital universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cadastrada no Sistema Plataforma Brasil em 21 de dezembro de 2018. Teve como coordenadora a Profa. Vania Maria Manfroi e como membros pesquisadores: Professores Ana Maria Baima Cartaxo, Inez Rocha Zacarias, Jaime Hillesheim, Maria Regina Moreira Ávila, Maria Teresa dos Santos e Vania Maria Manfroi; Doutorandas: Aline Andrade Rodrigues e Nalá Sanchez Caravaca; Mestre Denise Aparecida Michelute Gerardi e a graduada Bruna Depiné. A pesquisa contou com apoio efetivo do CRESS 12ª região e NUCRESS.

de campo ou acadêmica e o estudante se dedicam a pensar sobre o exercício profissional e a realidade em que está imerso o espaço socio-ocupacional, fundamentados nos aportes teóricos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão. As autoras acrescentam que a supervisão de estágio é parte intrínseca tanto do processo de formação quanto do processo de trabalho profissional, constitui uma atribuição privativa do assistente social, que articula o processo de formação e o exercício profissional.

No entanto, a qualidade da formação profissional e preocupação com o desenvolvimento do senso crítico dos futuros profissionais não fazem parte do horizonte das políticas de governo. Atualmente vivenciamos o constante processo de precarização da educação superior no Brasil, que não exclui a formação em Serviço Social, deixando nítida a mercantilização da educação, com a ampliação do número de cursos de Serviço Social privados, principalmente os de ensino à distância, além da redução do tempo de formação, visando o atendimento das necessidades do mercado.

A precarização das relações e condições de trabalho, antecedida e somatizada pela precarização da formação profissional, indica possibilidades de adoecimento físico e mental de assistentes sociais, ameaça o exercício profissional comprometido com as necessidades das classes trabalhadoras e com o Projeto Ético-Político Profissional, impactando, negativamente, no atendimento aos usuários e nas atribuições da supervisão de campo de estágio, trazendo sérias consequências para a formação profissional dos futuros profissionais.

Dessa forma, torna-se relevante discutir os fenômenos sociais, como por exemplo o assédio moral, que ocasionam sofrimento e adoecimento da categoria profissional.

Segundo Raichelis (2011, p. 426),

[...] a temática da superexploração e do desgaste físico e mental no trabalho profissional é um tema novo, pouco debatido, pouco pesquisado, portanto pouco conhecido pelo Serviço

Social e seus trabalhadores, e que não apresenta acúmulo na literatura profissional.

Cabe informar que este artigo tem por base os dados obtidos com parte da amostra da pesquisa, ou seja, vai considerar apenas os dados coletados junto aos supervisores de campo de estágio. Esta parte da amostra é composta por 62 supervisores de campo que responderam ao instrumental de pesquisa, o questionário com perguntas abertas e fechadas, no período de junho a 20 de dezembro de 2019, e por 55 supervisores de campo que participaram dos grupos focais⁴.

Quanto ao perfil dos supervisores de campo de estágio que constituem parte da amostra da pesquisa, 94,99% são profissionais do sexo feminino; 38,64% têm idade entre 34 a 43 anos; 91,77% são graduados em cursos presenciais; 51,52% destes participantes se formaram no período compreendido entre 2009 e 2018 e 74,06% possuem vínculo com o Regime Jurídico Único com a instituição empregadora na área de Serviço Social.

Este artigo está estruturado, além da introdução e das considerações finais, em mais dois capítulos que abordam a saúde do trabalhador e seus determinantes sociais; as condições e relações de trabalho versus a saúde do trabalhador; o assédio moral e o sofrimento; e, o impacto do assédio moral na saúde dos supervisores de campo de estágio de Santa Catarina.

A Saúde do Trabalhador e seus determinantes sociais

A concepção do processo de saúde/doença abarca as teorias científicas na interpretação dos fenômenos do mundo. Entre estas destacamos a gnosiológica, que permeou durante um tempo a

4. Foram realizados três grupos focais com supervisores de campo: um em 19 de novembro de 2019 nas dependências da Universidade Regional de Blumenau (FURB) em Blumenau (SC), outro no dia 04 de dezembro de 2019 em Florianópolis (SC) e o terceiro também no dia 04 de dezembro de 2019 em Florianópolis (SC), ambos nas dependências físicas da UFSC.

apreensão do mundo baseada em uma postura passiva do homem diante da objetividade dos fatos.

Parte-se do ponto de que exista na *coisa* um *ser em si* e que, portanto, quando a tomarmos por objeto de estudo, deveremos subsumir nossa razão à mesma, na busca por revelar sua essência. Trata-se de uma preocupação em capturar as determinações gerais do objeto (SOUZA, 2020, s/p).

Contrária a essa posição, a partir dos estudos de Marx no século XIX e da ontologia social de Lukács, uma nova compreensão do mundo é apreendida em uma relação dialética entre objeto-sujeito, no qual a essência dos fatos determina a consciência dos homens e não ao contrário. Para Lukács, “Marx teria descoberto e delineado uma nova concepção da substancialidade do mundo dos homens; este seria absolutamente histórico e social” (LESSA, 2021, p. 46). Nesse entendimento a essência do mundo está na ação e no pensamento humano. Lessa complementando o pensamento Luckasiano afirma: “[...] Isso significa que os homens fazem a sua história e que este fazer a história não encontra em nenhuma instância não social – ‘natural’ ou não – qualquer limite ao seu desenvolvimento” (LESSA, 2021, p. 46).

Baseadas nessa compreensão consideramos que o processo de saúde e o adoecimento do trabalhador são determinados socialmente e tem como centralidade o trabalho em suas condições de realização na produção capitalista (Souza, 2020; Lara, 2016; e Mario e Amorim, 2016). Conforme Marx (1996) esse processo se inicia com a compra da força de trabalho que, ao se tornar mercadoria, resulta em capital, ou seja, valor advindo desta força de trabalho, propiciando, de um lado, riqueza para o capitalista e, de outro lado, expropriação e pobreza para o trabalhador. “A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção da mais valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital” (MARX, 1996, p. 138). Essa engrenagem ocorre por meio da

extração da mais valia absoluta e relativa⁵, ou seja, do excedente do trabalho além do necessário à reprodução da força de trabalho, isto significa, trabalho não pago que é apropriado pelo capitalista. Neste processo segundo Marx,

O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital (MARX, 1996, p. 138).

Contraditoriamente, embora o trabalho seja a razão da produção de valor, conforme Marx, o mesmo em si “não tem valor” (MARX, 1996, p. 167). O processo contínuo de expansão e acumulação do capital determina uma permanente expansão dos meios de exploração do trabalho, ao mesmo tempo em que, por meio desse processo com o avanço da maquinaria e tecnologias, acarreta a redução do número de trabalhadores, que se torna exército de reserva, cuja utilidade para o capital é pressionar por baixo a taxa salarial e ao mesmo tempo se tornar disponível à necessidade dos capitalistas.

Diante disso, se conclui que o processo de exploração do trabalho, quer por meio do rebaixamento da taxa salarial, quer através da intensificação da jornada de trabalho e outros meios, conduz às condições de vida do trabalhador levando-o ao adoecimento. Isso já foi denunciado no século XIX por Marx quando trata da “Legislação Fabril (Cláusulas sanitárias e educacionais)”.

Uma única scutching mill Kildinan (perto de Cork) registrou, de 1852 a 1856, 6 casos fatais e 60 mutilações graves, todos podendo ter sido evitados mediante dispositivos dos mais simples, ao preço de poucos xelins. O Dr. White, o certifying surgeon das fábricas de Downpatrick, declara num relatório oficial de 16 de dezembro de 1865: “Os acidentes nas scutching mills são da espécie mais terrível. Em muitos

5. Para Marx a mais valia absoluta é quando depende exclusivamente da força do trabalho físico e psíquico do trabalhador. É relativa quando é mediada pela máquina e decorrentes tecnologias (MARX, 1996).

casos, um quarto do corpo é arrancados do tronco. A morte ou um futuro de mísera incapacitação e sofrimentos são as consequências usuais dos ferimentos” (MARX, 1996, p. 110).

Laurell (1978), a partir de Marx, explicita esse processo de trabalho em dois aspectos: técnico, por meio do qual produz os bens necessários à vida humana, e social, quando o que importa para o capitalista é a produção da mais valia para valorização, acumulação e expansão do capital. De forma específica, a autora traduz o legado marxiano da mais valia absoluta e relativa com base em três elementos que compõem o processo do trabalho: trabalho, instrumento e objeto. Com assente nesse cômputo a autora identifica as várias formas de exploração e, conseqüente, produção do adoecimento do trabalhador. Desenvolvendo a sua reflexão ela compreende que o objeto de trabalho sobre o qual debruça o trabalhador possui qualidades quer físicas, químicas ou biológicas que podem acarretar em sérios riscos para o trabalhador, e que são cada vez mais conseqüentes em razão das exigências crescentes da produção em seu desenvolvimento capitalista. Igualmente os instrumentos, como meios de trabalho, que em razão do desenvolvimento técnico científico estão cada vez mais sofisticados, ao contrário de proporcionarem melhores condições de vida para o trabalhador, o submete determinando o ritmo e limitando o poder do trabalhador sobre os mesmos instrumentos. Segundo Laurell (1978), isto implica em diferentes formas de desgastes com maior risco ocupacional, produzindo, paradoxalmente, sob o capitalismo avançado, acidentes e estresse emocional e, complementamos, demais formas de adoecimento. Ao fazer uma distinção a respeito entre a mais valia absoluta e a mais valia relativa, a autora considera que a mais valia absoluta é a forma mais primitiva da exploração do trabalhador: *“La extracción de plusvalía absoluta es la forma más primitiva de explotación del obrero, ya que no es más que el incremento de la jornada laboral o una reducción del salario sin ningún*

cambio en los instrumentos y la organización del proceso de trabajo” (LAURELL, 1978, p. 6).

Para ela significa uma combinação de dispêndio de esforço calórico, físico e insuficiente descanso (Laurell, 1978). Ao associar um nível salarial baixo determina limites às necessidades básicas do trabalhador e sua família, ou seja, a reprodução de sua força de trabalho induzindo-o a um maior desgaste. Segundo a mesma autora, a mais valia relativa tem como resultado o aumento da produtividade através das máquinas e demais tecnologias e a intensidade do trabalho, induzindo a uma maior exposição aos riscos e acidentes, podendo acarretar, além do estresse, a fadiga sob as quais predis põe o trabalhador a patologias diversas (1978).

Assim involuntariamente o seu corpo (e mente) carrega as implicações das atividades realizadas. Encurva, enrijece, enrugua, perde a força, funcionalidade, inclusive a capacidade de raciocínio, envelhece prematuramente e morre antes do tempo (LOURENÇO, 2016, p. 29).

Conclui, então, a autora que “[...] o processo de trabalho e o modo como o trabalho está organizado têm um peso fundamental para o desgaste da saúde, envelhecimento e morte precoce e para as incapacidades temporárias e permanentes que afetam a classe trabalhadora” (LOURENÇO, 2016, p. 29).

As condições e relações de trabalho no Brasil têm se agravado a partir da década de 1990 com a entrada do neoliberalismo, mas se agudizou com o golpe de 2016, que colocou no poder Michel Temer, ultraneoliberal, orientação agudizada, exponencialmente, com o governo Bolsonaro desde 2018.

Condições e relações de trabalho versus saúde do trabalhador

A concretude de precarização das condições e relações de trabalho no Brasil no âmago do sistema capitalista, em sua restauração

à crise a partir de meados de 1970, expressa-se mais predadora, no país, com o golpe de 2016, dado pelo impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff e a colocação ilegítima de Michel Temer no poder e, como mencionamos anteriormente, seguido de forma mais dilapidadora pelo governo de Bolsonaro a partir de 2018. As contrarreformas, que foram sendo materializadas, explicitam por si mesmas a verdadeira razão do golpe, no sentido de interromper o social desenvolvimentismo por contrarreformas amplas – trabalho, previdência, saúde, educação – e grande programa de privatizações, imprimindo, dessa forma, uma orientação ultraneoliberal no re-
crudescimento de uma política conservadora.

Analisar a saúde do trabalhador a partir das condições e relações de trabalho remete à compreensão não apenas da contrarreforma trabalhista em si, mas também do conjunto de contrarreformas que incidem direta e indiretamente na saúde desse trabalhador pela precarização ou ausência de sua proteção. Desta forma assinalamos: a Emenda Constitucional (EC) nº 95 de 15 de dezembro de 2016 que impede por 20 anos o aumento dos gastos primários (nas políticas sociais), limitando ao índice inflacionário e a contrarreforma previdenciária – EC nº 103 de 12 de novembro de 2019 dificultou o acesso e/ou destituiu direitos sociais de proteção ao trabalho.⁶ Além do represamento dos benefícios que concorrem com prazos longos para o recebimento dos mesmos, a implantação do INSS-digital em substituição ao atendimento presencial, tem dificultado o acesso aos benefícios. Isso em razão do baixo grau de escolaridade da grande maioria dos beneficiários que acessa à previdência, da falta de condições para a aquisição de recursos de

6. Tais como, no caso de trabalhadores vinculados ao INSS: extinção da aposentadoria por idade ou por contribuição, passou a ser aposentadoria que alia tempo de contribuição e idade mínima; aumento de idade para mulheres de 60 para 62 e, de contribuição para os homens: de 15 para 20 anos; pensão por morte e auxílio reclusão antes sem carência passou a exigir carência. E a pensão por morte não é mais vitalícia, o tempo de duração depende da faixa etária do pensionista e será vitalícia a partir de 45 anos de idade, está limitada a 50% ao invés de 100% a que teria direito o segurado a aposentadoria por invalidez; aposentadoria especial somente com exposição efetiva ao dano de 15, 20 e 25 anos e com a idade de 55, 58 e 60 anos de idade. Para outros esclarecimentos consultar a EC referida.

informática ou uso de *lan houses* expõem essa classe trabalhadora à penúria, à miséria e doenças.

A reestruturação produtiva vem ocorrendo desde os anos de 1990 no Brasil, que nunca teve o pleno emprego e se caracteriza pela fragilidade salarial de um país dependente cujo trabalho tem a marca de superexploração, como denomina Marini (2005) e Fernandes (2014)⁷ e tem sido mais destrutiva a partir de 2014 quando se instala uma crise econômica e política no país. Assume uma maior amplitude com a Lei nº 13.429 de 31 de março de 2017, de terceirização⁸ ilimitada e com a contrarreforma trabalhista, Lei 13.467, de 13 de julho de 2017⁹, que propiciaram a flexibilização das regulamentações das leis trabalhistas.

Conforme Souza (2020), a terceirização no Brasil remonta aos anos de 1990 como exigência dos órgãos multilaterais ao enfrentamento da crise do capitalismo no sentido de garantir “[...] maior liberdade econômica nas quais os direitos do trabalho foram taxados de riscos empresariais” (MARCELINO, 2013 *apud* SOUZA, 2020, p. 522). Segundo Antunes e Druck (2014.p.16),

Se no século XX presenciamos a vigência da *era da degradação do trabalho*, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, estamos diante de novos modos de ser e modalidades da precarização, da qual, *a terceirização* tem sido um dos elementos decisivos. (grifo no original)

7. Para Marini, a superexploração como uma das características das condições de trabalho na América Latina, particularmente no Brasil, significa que o salário do trabalhador é inferior ao necessário para sua reprodução. Fernandes considera que a superexploração é devida à herança colonial e escravocrata brasileira dos países de capitalismo centrais.

8. Trata-se de trabalho temporário “[...]nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. [...]” E se define como: “Art. 2º Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços, para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços” (BRASIL, Lei 13 429 de 31/ 03.2017, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13429.htm Acesso: 05.08.2021.

9. Alterou vários dispositivos da CLT (1943) no sentido de sua flexibilização: férias, acordos entre patrões e empregados (prevalecem sobre a lei), contribuição sindical, atuação dos órgãos fiscalizadores, rescisão, remuneração e jornada de trabalho, trabalho parcial, intermitente, teletrabalho entre outros dispositivos. Para maior esclarecimento consultar a Lei referida.

E os mesmos autores complementam,

[...] o crescimento e a difusão da terceirização a reafirmam como uma modalidade de gestão, organização e controle do trabalho num ambiente comandado pela lógica da acumulação financeira que, no âmbito do processo, das condições e do mercado de trabalho *exige total flexibilidade em todos os níveis* ela institui um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação capital-trabalho em todas as dimensões (2014, p. 16).

Especificamente no Brasil, em razão da fragilidade legal das relações trabalhistas, a terceirização se espalhou em diversas áreas das indústrias brasileiras. Entre estas adquire predominância o ramo da construção civil, particularmente do subsetor de edificações, que, segundo Cunha (2015) apresentado por Souza (2020, p. 524), vem se constituindo como “[...] importante estratégia de competitividade adotadas pelas empresas de construção [...]”. Baseada em Filgueiras (2015), Souza (2020, p. 524) informa que

[...] nesse setor o processo de terceirização tem assegurado maior flexibilidade às empresas ao mesmo tempo em que tende a precarizar o trabalho ao se tornar um mero artifício para driblar encargos sociais e trabalhistas e de radicalizar a individualização, no sentido de que distancia ainda mais a empresa da responsabilidade pelos trabalhadores que produzem seus lucros.

A saúde do trabalhador se expressa no quadro dessa conjuntura e nas mudanças estruturais do capitalismo em sua nova forma de organização e gestão do trabalho e nos modos de produzir. Os mesmos, com o uso de tecnologias como a robótica, automação microeletrônica, têm concorrido para intensificação do trabalho, pressionando os trabalhadores por maior “fidelidade” à empresa com salários determinados pelas avaliações de produtividade e cumprimento de metas. Associada a esse quadro destaca-se a gestão da produção, por meio dos Círculos de Controle de Qualidade, dos Programas de Qualidade Total e “as racionalizações” como

“downsizing” e “reengenharia” (LARA, 2016, p. 340), que ao favorecerem a centralização, fusão, e aquisição das empresas têm causado o desemprego. Isso facilitado pela flexibilização do trabalho com as contrarreformas trabalhistas, a fragilidade desses vínculos expropria direitos e têm concorrido para doenças profissionais como as lesões por esforços repetitivos e doenças sociopsicológicas e psicossomáticas – visto que o medo pelo espectro da demissão, as várias formas de doenças mentais e até o suicídio têm se expressado nas estatísticas oficiais.

Em concordância com Antunes (2018), Silva (2013) que apontam, por meio de estudos, com base em Sussekind e outros (1996), que os limites da jornada de trabalho estão baseados em fatores de ordem biológica – problemas psicofisiológicos; social – direito de o trabalhador viver uma vida plena na sociedade; e, econômica – limita o desemprego. E assevera conforme os estudos de fisiologistas que o excesso de trabalho acarreta fadiga em razão de causar,

A perda de oxigenação do sangue, o aumento de sua taxa hidrogênica, a formação excessiva de ácido e de CO_3H_2 são alguns fatores que concorrem para a formação das toxinas da fadiga. A acidemia que se forma excita a respiração e aumenta a ventilação pulmonar, produzindo os sintomas subjetivos de mal-estar ou dispneia (Gomes; Gottschalk, 1968, p.270) (SILVA, 2013, p. 63).

De acordo com Anne Spurgeon (2003), a fadiga decorrente dessa situação é relacionada com o estresse ocupacional causando “[...] doenças mentais e cardiovasculares” (SILVA, 2013, p. 70).

Em razão de todo esse quadro de reestruturação produtiva no Brasil, no período de 2001 a 2008 ocorreu um aumento de 60% nos casos de acidentes do trabalho e de 586% de LER/Dort entre 2006 a 2008 (SILVA, 2013, p.69). Conforme “[...] o Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (Brasil, 2008^a) houve 551.023 acidentes com CAT¹⁰, em 2008, sendo 80% (441.925) de acidentes

10. Comunicação de Acidentes de Trabalho.

típicos” (SILVA, 2013, p. 69). Segundo Cardoso (2021), houve um aumento de 5,09% nos acidentes de trabalho registrados de 2017 para 2018, passando de 557.626 para 586.017; e um aumento de 3,09% em 2019. Conforme Cardoso (2021), com base no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) de 2019, houve aumento de 0,61% na quantidade total de acidentes de trabalho liquidados, os quais passaram de 595.237 (2018) para 598.901 em (2019).

A reestruturação produtiva que concorre para os acidentes do trabalho e as doenças profissionais, conforme Alves (2011, p. 111), não se limita ao saber e fazer dos trabalhadores “[...], mas a sua disposição intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização”. Nesse sentido, o trabalhador é incentivado a pensar e agir “pro-ativamente” no interesse empresarial, mobilizando iniciativas “intelectuais-afetivas” (Alves, 2011, p. 111) à finalidade não apenas de produção de mercadorias, mas sobretudo de agregação de valores.

Esse processo subjetivo de cariz psicofísico que incide sobre o trabalhador é denominado por Alves (2011) como de “captura da subjetividade”, através da qual a organização empresarial tende a manipular “[...] conhecimentos, capacidades, atitudes e valores” (ALVES, 2011, p. 113) em prol de seus interesses. De forma avessa, essa captura ocorre também pela administração do olhar nos espaços socio-ocupacionais denominado por “administração *by panopticum*” (ALVES, 2011, p. 115)¹¹. Dentro desse quadro de controle consideramos o assédio moral como forma de administração através do medo, que será objeto de explanação a seguir. Esse conjunto de situações se constitui como estratégias de coerção/consentimento levando ao estresse e adoecimento.

Ao expor esse quadro geral a respeito da saúde do trabalhador identificamos a categoria dos profissionais assistentes sociais, que

11. Conforme Alves (2011, p. 115) “[...] o panóptico, ideia do utilitarista Jeremy Bentham no século XIX era um projeto arquitetônico de instituições disciplinares que utilizavam o olhar como instrumento de controle”.

como parte da classe trabalhadora vem sendo impactada pela flexibilidade das regulamentações, baixos salários e desproteção social.

Assédio Moral – impacto na saúde dos supervisores de campo de estágio de Santa Catarina

Assédio moral e sofrimento

Com base em Barreto (2003), Souza e Ducatti (2013) conceituam assédio moral como a “[...] exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas em situações ligadas ao trabalho e ao exercício de suas funções” (SOUZA E DUCATTI, 2013, p. 163). Difere-se do dano moral por envolver atos de ofensa e humilhação que ocorrem em situações cotidianas entre sujeitos que detêm os mesmos direitos. Além disso, Souza e Ducatti (2013) destacam que a reação à perseguição e humilhação, quando não há laços de poder e relações de trabalho, pode tratar-se de escolha pessoal. Já reagir a estas situações quando há relações de trabalho significa que as consequências se estenderão para o vínculo de trabalho. Dessa forma, contempla deixar a pessoa vítima de assédio sem saída, cercada, envolta em relações de poder. Apesar de que, nem sempre, o assédio é praticado por quem detém poder na estrutura organizacional.

Souza e Ducatti (2013) acrescentam que as situações de assédio moral no trabalho envolvem atos objetivos, quando desconstruem o trabalho do trabalhador, e subjetivos, que buscam construir uma imagem de incompetência do trabalhador vítima do assédio para os demais trabalhadores e para si mesmo. Assim, quando o assédio está bem consolidado no ambiente laboral, os demais trabalhadores julgam aquele determinado trabalhador como merecedor do assédio, e este, muitas vezes, se julga culpado em ser vítima em razão da suposta incompetência para o seu trabalho.

Barreto, em entrevista concedida à Souza (2019), afirma que “O assédio do trabalho, enquanto humilhação, não é algo novo, porém, nesses últimos 20 anos, vem se intensificando, [...] tem uma relação direta com as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho” (BARRETO, 2019 *apud* SOUZA, 2019, p. 642). Souza e Ducatti (2013) complementam que o assédio moral passa a ser uma forma de gestão necessária na acumulação flexível do capital, no início dos anos 1970, para enfrentar as manifestações dos trabalhadores. Barreto (2019) também apresenta o assédio como forma de gestão quando afirma que este é “[...] uma forma de administrar, é uma forma de gerir aquela empresa, aquele departamento, aquele conjunto de trabalhadores” (BARRETO, 2019 *apud* SOUZA, 2019, p. 645).

Como o assédio moral no trabalho é uma forma de gestão de trabalho que se utiliza das características pessoais do sujeito para assediá-lo, depreende-se que não há um tipo psíquico mais facilmente identificável como assediador [...]. O que significa que todos(as), independentemente de suas características psíquicas, podem ser assediados(as) ou assediadores(as), bem como podem recusar o papel de assediador e superar o de assediado. Recusar o papel de assediador é uma escolha pessoal, para superar o de assediado também é necessária uma decisão pessoal, mas só é possível realizar a superação coletivamente (SOUZA E DUCATTI, 2013, p. 164).

Souza e Ducatti (2013) afirmam que há uma lógica no assédio moral, assim como há uma lógica em relação à escolha do trabalhador a ser assediado por representar algum incômodo à lógica neoliberal. Após a escolha, o início do assédio se dá com o isolamento sem explicações da vítima, passando a ser desacreditada por meio de processos repetidos e sutis, sem que os envolvidos percebam a verdadeira intencionalidade. O grupo acaba por internalizar e reproduzir os processos, sendo por concordância, competitividade ou receio de sofrer retaliações. Assim, rompe-se os laços afetivos com a vítima que gradativamente se fragiliza e desestabiliza, enquanto o

grupo mantém o “pacto da tolerância e do silêncio” (BARRETO, 2019 *apud* SOUZA E DUCATTI, 2013, p. 165).

Ponciano e Oliveira (2017), com base em Oliveira e Tolfo (2015), relatam que a vítima do assédio, ao perceber as alterações no ambiente laboral e motivada pelos ataques iniciais do agressor, passa a desenvolver várias alterações de personalidade. A vítima passa a ficar em alerta constante em razão do medo, estresse e tensão. Tentando não prolongar a situação, muitos optam por abdicar da vaga que ocupam no mercado de trabalho, sendo atingidos por um sentimento de culpa e diminuição frente ao processo. Outras vítimas, apesar de sentirem a necessidade de abdicar da vaga que ocupam, não o fazem por várias questões, entre elas a econômica. Essas mudanças podem ocasionar, na vítima, “[...] alteração de personalidade, diminuição como pessoa, e uma alteração de comportamento social, com amigos e família e a propensão de desencadeamento de traumas de diferenciadas espécies” (PONCIANO E OLIVEIRA, 2017, p. 8).

Por meio de pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (2003), Ponciano e Oliveira (2017) afirmam que no processo de assédio moral podem ser desenvolvidas doenças psicossomáticas, entre elas: taquicardia, cefaleia, dermatites, dores musculares e gastrites; podem também ser desenvolvidas doenças psicopatológicas, como: ansiedade, depressão, insegurança, insônia, pânico e fobias; além de doenças de cunho comportamentais, entre elas: distúrbios de apetite, isolamento social, agressividade contra si e contra outros. Os autores destacam a depressão, considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um transtorno mental frequente que atinge mais de 350 milhões de pessoas em todo mundo, responsável pelo afastamento de grande parcela de trabalhadores de seus postos de trabalho.

Nesse contexto, de acordo com Mendes e Werlang (2013), sofre-se muito com o adoecimento e possibilidade de morte delineados no ambiente de trabalho, ou seja, onde o trabalho humano

se desenvolve como expressão da precariedade e da precarização das condições de vida, geradas pela incitação econômica do sistema capitalista de produção, há presença de sofrimento social. Este sofrimento estaria vinculado também a “[...] sentimentos de isolamento social, de perda, de sentimentos aliados à depressão, ansiedade, culpa, humilhação e estresse” (MENDES e WERLANG, 2013, p. 132). Também estaria vinculado segundo as autoras, com base em Dejours (2006), com o sofrimento daqueles que trabalham e são submetidos a riscos de diferente ordem, inclusive riscos ligados ao horário de trabalho e riscos que atingem a sua relação com o seu coletivo de trabalho.

Os trabalhadores tenderiam, em escala crescente, a se tornar competitivos, desafiando os colegas de trabalho e o grupo, que, aos poucos, vai tendendo à dissolução, ao arrefecimento. Destarte, [...] os trabalhadores que estão efetivamente trabalhando não se encontram necessariamente felizes, plenamente realizados. Emerge, assim, a questão do sofrimento no trabalho (MENDES e WERLANG, 2013, p. 138).

Assim, Mendes e Werlang (2013) destacam que o sofrimento gerado pelo trabalho influencia diretamente na saúde física e psíquica do trabalhador. Enquanto categoria constituinte da classe trabalhadora, o assistente social não deixou de ser impactado pelo adoecimento decorrente deste fenômeno presente nos mais diversos ambientes de trabalho.

Sendo uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, o serviço social não foge à influência das mudanças históricas no interior das estruturas e nas novas formas de organização e de gestão do trabalho. Portanto, as/os assistentes sociais, assim como outros/as trabalhadores/as, também são passíveis e têm sido vítimas de assédio moral em seus espaços ocupacionais (PINHEIRO, 2011, p. 01).

O fenômeno é tão presente nos espaços laborais da categoria que inclusive o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por

meio do CFESS Manifesta, realizou em 2011 um chamado para denúncias junto aos CRESS, desta “[...] violência insidiosa e difícil (porém, não impossível) de ser identificada” (PINHEIRO, 2011, p. 02), visando combater a proliferação nos espaços de trabalho.

A Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social (FENASPS) (2021) denunciou recentemente em sua página na internet o “assédio moral criminoso” (INSS, 2021, p. 01) cometido pela gestão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sobre os assistentes sociais do próprio instituto, visando impor um projeto piloto de avaliação social de análise da deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) por meio de teleavaliação. Segundo a FENASPS (2021) esse projeto não atende à perspectiva de acesso ao direito das pessoas com deficiência (PcD) e à avaliação biopsicossocial prevista na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, excluindo aquelas “[...] que não têm acesso as tecnologias informacionais – aproximadamente 40 milhões de brasileiros, segundo o IBGE [...]” (INSS, 2021, p. 01) –, da possibilidade de acesso ao benefício.

Além disso, a gestão ainda impõe que esses(as) profissionais tenham que arcar com toda estrutura de equipamentos, sem a menor possibilidade de garantia de sigilo no âmbito de suas próprias residências, expondo as pessoas com deficiência e o ambiente doméstico dos(as) assistentes sociais (INSS, 2021, p. 01).

Assim, percebemos que há mais de uma década o assédio moral vem sendo instituído como gestão nos espaços laborais da categoria profissional, vitimando os assistentes sociais às suas mais graves consequências, comprometendo o exercício profissional e impactando negativamente na atribuição de supervisão de estágio.

As manifestações do assédio moral no cotidiano de trabalho dos supervisores de campo de estágio

Visando não identificar os sujeitos da pesquisa, os grupos focais, em número de três, são considerados como GF1¹², GF2¹³ e GF3¹⁴ e os participantes são identificados como “Assistente Social” seguido de numeração. Igualmente, os que contribuíram com o preenchimento dos questionários são apresentados como “Participantes”.

Os dados obtidos possibilitaram identificar, entre outros aspectos, as relações e as condições de trabalho, sendo presentes vivências de assédio moral no espaço laboral, a que estão submetidos os assistentes sociais que atuam como supervisores de campo de estágio em Santa Catarina (SC). Do total de participantes da pesquisa, 37,03% manifestaram vivenciar alguma situação de assédio moral no local de trabalho. A princípio este percentual pode parecer inexpressivo, mas traz consigo mais uma confirmação de que também os assistentes sociais, que exercem a atribuição de supervisores de campo, são vítimas dessa nova forma de gestão organizacional.

Entre os assistentes sociais dos grupos focais, encontramos falas¹⁵ que merecem destaque. Entre elas:

[...] Também no serviço público a gente está percebendo muito essa questão do assédio moral mesmo. Das cobranças descabidas, de achar que a gente tem que fazer números mesmo de atendimentos. E aqui [...] tem um governo autoritário que já chegou em 2017 tratorando os trabalhadores da prefeitura (acho que tá todo mundo acompanhando pela nossa greve). Assim, com a tentativa de retirada total de direitos, em 2017 a gente perdeu

12. Grupo focal realizado nas dependências da UFSC, em Florianópolis, no dia 04 de dezembro de 2019, sob a coordenação dos professores Jaime Hillesheim e Maria Regina De Avila Moreira e pela discente de doutorado Nalá Ayalén Sánchez Caravaca.

13. Grupo focal realizado nas dependências da UFSC, em Florianópolis, no dia 04 de dezembro de 2019, sob a coordenação das professoras Inez Rocha Zacarias e Maria Teresa dos Santos.

14. Grupo focal realizado nas dependências da FURB, em Blumenau, no dia 19 de novembro de 2019, sob a coordenação dos professores Jaime Hillesheim e Vania Maria Manfroi e pelas discentes de doutorado Aline Rodrigues de Andrade e Nalá Ayalén Sánchez Caravaca.

15. Todas as falas dos participantes foram editadas para garantir fluidez na leitura.

uma série de coisas, em 2018 continuamos perdendo, 2019 também [AS11-GF1].

De acordo com Raichelis (2011), as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da crise estrutural do capitalismo iniciada na década de 1970, afetaram não só a classe operária, mas aos assalariados e todos aqueles que vivem do trabalho.

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011, p. 422).

Na condição de trabalhador assalariado, é possível identificar que o assistente social percebe o vínculo entre a forma de gestão e o assédio moral, confirmando que esta relação tem sido adotada nos espaços laborais do assistente social, inclusive no serviço público, que é o caso acima, com cobranças quanto a números de atendimentos e ataques aos direitos trabalhistas até então conquistados.

[...] Acho que o aumento da demanda da classe trabalhadora vem em geral pelas políticas que a gente geralmente trabalha. Nos benefícios eventuais eu percebi muito isso, por exemplo, precarização do trabalho dos usuários mesmo, contratos temporários e aí a pessoa adoce e não tem pra onde recorrer. Eu percebi pelos relatórios um aumento da demanda e aí continuam os mesmos profissionais, reduzindo inclusive o quadro de profissionais [AS 6-GF2].

Raichelis (2011) coloca que é frequente que o assistente social analise a exploração e desgaste que são submetidos os trabalhadores assalariados, mas sem a relação de pertencimento.

De modo geral, as pesquisas e análises sobre trabalho e saúde, ou mais propriamente sobre o adoecimento dos trabalhadores decorrente das condições em que realiza seu trabalho, são relações problematizadas a partir da sua incidência na classe trabalhadora, não incluído aí o assistente social como *sujeito vivo* do trabalho social, sendo quase inexistentes estudos e pesquisas que tomam como objeto os próprios profissionais que sofrem e adoecem a partir do cotidiano de seu trabalho e da violação de seus direitos (RAICHELIS, 2011, p. 426).

Contrariando o que é mais frequente, a fala acima demonstra a leitura do assistente social enquanto parte da classe trabalhadora assalariada vítima da precarização das condições e relações de trabalho, fazendo comparativo com as demandas da classe trabalhadora usuária dos serviços da categoria profissional.

[...] Qual é a estratégia do grande capital, agora financeirizado? Ele está trilhando pra que ele possa aumentar o mais valor? Quem produz mais valor são os trabalhadores, não vai eliminar isso nunca! Mas ele vai aumentar o mais valor com tecnologia, com assédio. Com essa imposição de um trabalho maior que nossa capacidade de atendimento, gerando sofrimento [AS3-GF1].

Assim, segundo Raichelis (2011), o assistente social adentra o mercado de trabalho enquanto “proprietário de sua força de trabalho especializada, conquistada por meio de formação universitária” (RAICHELIS, 2011, p. 425). No entanto, os empregadores institucionais devem colocar à sua disposição recursos materiais, humanos e financeiros objetivando colocar a sua força de trabalho em ação.

Ao mesmo tempo que o trabalho do assistente social torna-se fragilizado em razão da indisponibilidade dos recursos necessários, novas estratégias de intensificação do trabalho são incorporadas pela gestão, tornando a realidade ainda mais exaustiva, já que além de não dispor dos recursos necessários, as cobranças tendem a sugerir que são realizadas em virtude de aspectos profissionais individuais e subjetivos dos profissionais.

De acordo com Raichelis (2011), as estratégias de intensificação nem sempre são percebidas pelos trabalhadores. Acabam sendo identificadas no maior volume de tarefas, nas exigências de produtividade e no peso das responsabilidades. Nesse processo de intensificação e controle sobre o trabalho, estão presentes as tecnologias de informação, que “[...] organizam e encadeiam as tarefas de modo que desapareçam os tempos mortos, quantificam as tarefas realizadas e permitem a ampliação da avaliação fiscalizatória do desempenho do trabalhador” (RAICHELIS, 2011, p. 433). Raichelis (2011) aponta a necessidade de refletir sobre os efeitos das tecnologias de informação no trabalho do Serviço Social e na relação dos assistentes sociais com os usuários, que muitas vezes contam com o computador como instrumento de mediação nos espaços laborais.

Se esta reflexão já se fazia importante, passa a ser crucial com as transformações impostas pela pandemia de COVID-19, já que muitas vezes as tecnologias de informação deixam de ser mediadoras e passam a exercer o papel de verdadeiros instrumentos de acesso à comunicação com os usuários, já que muitos profissionais têm buscado fazer uso de computador/celular vinculados à internet para comunicação com os usuários.

Então: aumenta a demanda, reduz o quadro de profissionais, precariza esse trabalho e aí a gente vai adoecendo e de uma forma muito individualizada. Daí a gente já está precarizado e se individualiza, fica na questão de recorrer às saídas individuais nesse desespero e fica essa bola de neve [AS6-GF2].

As estratégias de intensificação do trabalho ainda contam com a redução do quadro de trabalhadores. À medida que o trabalhador encontra-se totalmente consumido pelo trabalho, com condições e relações precarizadas, pautadas no assédio moral como modo de gestão, desencadeia-se o seu processo de adoecimento, que passa a ser apontado como característica individual da sua fragilidade orgânica ou emocional.

Eu passei por um processo de assédio moral [...] por doze meses. [...] Só me dei conta do assédio moral quando eu já estava adoecida. [...] Eu percebi que esse assédio já tinha começado em janeiro, e em outubro eu estava no fundo do poço, fiz uso de psicoterapia, psicotrópicos. Enfim, foi uma situação bem complicada, [...] é um processo bem doloroso [...] [AS17-GF3].

O adoecimento não é interpretado como resultado de um processo de exploração aquém das possibilidades humanas, mas como algo individualizado, predestinado a emergir e que o próprio trabalhador precisa resolver. Assim, inicia-se a busca por saídas individuais frente à culpa e questionamentos quanto às suas condições próprias para o desempenho das atribuições. Esse caminho individualizado pode incluir tratamentos médicos, terapias, entre outros, que terão sua relevância no processo. Mas, destinados individualmente ao trabalhador, não dão conta de resolver um problema de amplitude coletiva originado na necessidade de acumulação cada vez maior de mais valor pelo capital.

[...] se nós estamos adoecendo, o estagiário está adoecendo no mesmo processo. Então ele também pega toda essa violência estatal que nós estamos pegando, se nós somos profissionais que realmente defendemos o nosso projeto. [...] Assim, toda essa carga que você tem de enfrentamento, teu estagiário paga o preço. Inclusive teve uma estagiária que colocou no TCC que ela pagou o preço de ser minha estagiária, porque o nome dela estava agredido ao meu nome na instituição [AS7-GF1].

[...]. Mas as condições são precárias, é a realidade, é isso. Não tem como não fazer uma supervisão de estágio estando [à] parte dessa realidade [...] [AS3-GF1].

No contexto de precarização das condições e relações de trabalho, há preocupação por parte dos supervisores de campo que os estagiários sejam submetidos às mesmas violações de direitos impostas aos mesmos. E, considerando todo o exposto, acreditamos que o exercício profissional em conformidade com o Projeto Ético-Político Profissional é ameaçado. Inclusive, alguns dos participantes

informaram realizar tarefas contraditórias com os princípios éticos e políticos da profissão, impactando, negativamente, no atendimento aos usuários e no exercício das atribuições da supervisão de campo de estágio.

Considerações finais

O acirramento das formas de acumulação capitalista em razão da crise estrutural do capitalismo, conforme mencionamos anteriormente, provocaram sérias mudanças no mundo do trabalho, como a incorporação do assédio moral enquanto forma de gestão das organizações. Assim, o sofrimento ocasionado pelo assédio moral passou a fazer parte da rotina laboral, tendo como consequência o adoecimento dos trabalhadores vítimas de assédio, sendo que a escolha da vítima não é ocasional, pois de alguma forma ela é vista como ameaça a este modo de gestão. Muitas vezes o que salienta o sofrimento da vítima é o exercício ou convivência do assédio por seus pares, que motivados pelo espírito de competitividade implantado pelo capitalista, como forma de acelerar o processo de produção, priorizam a manutenção do emprego em detrimento da coletividade entre os trabalhadores. Assim, como consequência do sofrimento ocasionado pelo assédio moral, temos o adoecimento dos trabalhadores.

Buscamos compreender a relação saúde-doença como determinante das relações sociais de produção no sistema capitalista, tendo como eixo central o trabalho.

Conforme o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes do Trabalho - DIESAT (s/d, p. 21)

[...] o trabalho representa uma dimensão fundamental na estruturação da subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras, por outro, com a centralidade que ocupa nas relações sociais, o mesmo define o modo como se vive, se habita, se reproduz, se alimenta e se educa a classe trabalhadora. Portanto, os trabalhadores e trabalhadoras adoecem e morrem

por circunstâncias que estão intrinsecamente relacionadas do trabalho, como consequência direta das atividades laborais que exercem ou exerciam e pelas condições adversas em que o trabalho é executado.

O assédio moral, no contexto da reestruturação produtiva, constitui-se como uma das formas, no conjunto de medidas, de precarização do trabalho na sociedade contemporânea geradora do adoecimento do trabalhador. Realidade que se inclui a categoria do assistente social em seus diversos contextos sócio-ocupacionais, entre os quais identificamos os supervisores de campo do estado de Santa Catarina. Urge, num movimento contra hegemônico, que a categoria dos assistentes sociais, por meio de suas organizações, através do conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), se alie à classe trabalhadora em geral, por meio de suas representações, no sentido de promover um conjunto de saberes e práticas entre as instituições, com a participação efetiva dos trabalhadores com o objetivo de empreenderem pesquisa no campo de saúde do trabalhador. Esse conhecimento não se restringe aos aspectos técnicos e materiais do trabalho, mas sobretudo a compreensão de seus determinantes estruturais, razão fundamental do processo de saúde-doença.

De acordo com Raichelis (2011), quanto mais qualificado estiver o trabalhador, mais preparado estará para enfrentar o assédio moral no trabalho. A perspectiva neoliberal faz uso de vários mecanismos para dividir os trabalhadores e suas entidades representativas, mas, Raichelis (2011) cita a organização coletiva como forma de criar “[...] condições concretas para a resistência frente à violação dos direitos, pela melhoria das condições de trabalho e fortalecimento do compromisso do Serviço Social por uma sociedade emancipada” (RAICHELIS, 2011, p. 436).

O assédio moral identificado nas relações laborais dos supervisores de campo do estado de Santa Catarina instiga à compreensão mais ampla da precariedade das condições gerais do trabalho vi-

venciadas pela classe trabalhadora, no conjunto de retrocessos dos direitos sociais e trabalhistas, do investimento público nas políticas sociais e do trabalho a que estão submetidos esses trabalhadores na sociedade contemporânea brasileira.

A luta e resistência da classe trabalhadora, na qual destacamos a categoria dos assistentes sociais têm como norte a emancipação humana. Como estratégia nessa direção concordamos com o DIE-SAT (Projeto de Articulação e Qualificação de Controle Social) (s/d, p. 25) quando anuncia que,

A participação social e o controle social se apresenta como expressão da luta de classes, embora no cenário institucional, o controle social apresenta-se como um mecanismo estabelecido de participação da sociedade na formulação, execução e gestão dos recursos de planos, programas e projetos que efetivem os direitos sociais e representem espaços de resistências à privatização e precarização dos serviços públicos.

Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade** - o espírito do toytismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão** - o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A Epidemia da Terceirização. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e Miséria no Brasil** - III. São Paulo: Boitempo, 2014, p.13-24

CARDOSO, Raíra **Previdência Social divulga as últimas estatísticas de acidentes do trabalho**. Disponível em: <https://protecao.com.br/estatisticas/previdencia-social-divulga-as-ultimas-estatisticas-de-acidentes-de-trabalho-no-pais/> Acesso em: 27 jul. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS E PESQUISAS DE SAÚDE E DOS AMBIENTES DO TRABALHO – DIESAT - Projeto de Articulação e Qualificação do Controle Social – **O Controle Social em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no Brasil- Práticas Territoriais**. Disponível em: <https://diesat.org.br/wp-content/>

uploads2/2020/10/DIESAT_-_O_CS_em_STT_no_BR.pdf Acesso em: 05 ago. 2021.

Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social (FENASPS). INSS aprofunda assédio moral institucionalizado e metas abusivas, além de impor teleavaliação social para acesso ao BPC. Brasília – DF, 23 de julho de 2021. Disponível em: <http://fenasps.org.br/2021/07/23/inss-aprofunda-assedio-moral-institucionalizado-e-metas-abusivas-alem-de-impor-teleavaliacao-social-para-acesso-ao-bpc/> Acesso em: 26 jul. 2021

INSS APROFUNDA ASSÉDIO MORAL INSTITUCIONALIZADO E METAS ABUSIVAS, ALÉM DE IMPOR TELEAVALIAÇÃO SOCIAL PARA ACESSO AO BPC. Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social (FENASPS). Brasília (DF), 23 de julho de 2021. Disponível em: <http://fenasps.org.br/2021/07/23/inss-aprofunda-assedio-moral-institucionalizado-e-metas-abusivas-alem-de-impor-teleavaliacao-social-para-acesso-ao-bpc/> Acesso em: 26 jul. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2014.

LARA, Ricardo. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (org.) **Saúde do Trabalhador e Trabalhadora e Serviço Social**. Campinas-SP: Papel Social, 2016, p.339- 354.

LAURELL, Asa Cristina. **Proceso de trabajo y salud**. Cuadernos Políticos, número 17, México, D.F.: editorial Era, julio-septiembre de 1978, pp.59-79.

LESSA, Sergio. **4 ensaios: Lukács e a ontologia**. – Maceió: Coletivo Veredas, 2021. 114 p. (e-book).

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no Capitalismo Contemporâneo. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (org.) **Saúde do Trabalhador e Trabalhadora e Serviço Social**. Campinas-SP: Papel Social, 2016, p.27-47

MANFROI, Vania Maria et al. **As condições de trabalho dos assistentes sociais**: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais. 2018. Projeto de Pesquisa – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MARINI, Mauro Ruy. Dialética da Dependência. *In*: TRANSPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs). **Ruy Mauro Marini**- vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005

MARIO, Marilane Carneiro di; AMORIM, Mário Lopes. Contribuições de Asa Laurell para compreensão da saúde dos trabalhadores. *In*: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (org.) **Saúde do Trabalhador e Trabalhadora e Serviço Social**. Campinas-SP: Papel Social, 2016, p.101-116

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro Primeiro – Processo de Produção do Capital. Tomo 2 (Capítulos XII a XXV) – Coleção Os Economistas. São Paulo: editora Nova Cultura, Ltda, 1996

MENDES, Jussara Maria Rosa; WERLANG, Rosangela. Sofrimento social e a Saúde do Trabalhador. **Revista Em Paula**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 131 - 150, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/10159>. Acesso em: 04 ago. 2021.

PINHEIRO, Neile d'Oran. Assédio Moral nas relações de trabalho. **CFESS Manifesta**. Brasília – DF, 10 de maio de 2011. Disponível em: http://cfess.org.br/arquivos/cfess_manifesta_assedioFINAL.pdf Acesso em: 05 jul. 2021.

PONCIANO, Luana Modesto; OLIVEIRA, Tiago Guimarães. Assédio Moral e o Impacto na Qualidade de Vida do Trabalho. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Edição 06. Ano 02, Vol. 01. pp 42-59, Setembro de 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/kalins-pdf/singles/assedio-moral-trabalho.pdf> Acesso em: 01 jul. 2021.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420 – 437, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/xJZpht8LVT96vSvn7cPNQMR/abstract/?lang=pt> Acesso em: 26 jul. 2021.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; GOMES, Daniele Cristina Silva; LOPES, Ludmila Pacheco. Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios e estratégias para a sua operacionalização. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpídio (Orgs.). **A supervisão de estágio em Serviço Social**: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

SILVA, José Antonio Ribeiro de Oliveira. A Flexibilização de Jornada de Trabalho e seus reflexos na saúde do trabalhador. *In*: NAVARRO, Vera Lúcia e LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (orgs). **Avesso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Expressão Popular, 2013

SILVA, Ociana Donato da; RAICHELIS, Raquel. Assédio Moral no Trabalho de Assistentes Sociais: estratégia de Gestão em Tempos de Crise do Capital. *In*: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (org.) **Saúde do Trabalhador e Trabalhadora e Serviço Social**. Campinas-SP: Papel Social, 2016, p.119-134

SOUZA, Edvânia Ângela. Assédio moral e reforma trabalhista: entrevista com Margarida Barreto. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 641 – 651, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/alyTv98MKnpqH5k7pXcbXmy7p/?lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SOUZA, Renata Silva. Terceirização, Adoecimento de Trabalho na Construção Civil da Grande Vitória. *Revista ABET*, vol.19, nº2, julho – dezembro 2020 p. 521- 534

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos; DUCATTI, Ivan. A gênese do assédio: uma análise histórico-social. **Revista Em Paula**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 151-172, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/10160/8145>. Acesso em: 14 jun. 2021.

Estágio supervisionado em serviço social: contradições do tempo presente

Ana Maria Baima Cartaxo¹
Maria Regina de Ávila Moreira²
Maria Teresa dos Santos³

Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões acerca das tensões que tangenciam o cotidiano do estágio supervisionado em Santa Catarina a partir dos dados da pesquisa “As condições de trabalho dos(as) assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços socio-ocupacionais”, realizada no período de junho de 2017 a maio de 2021⁴.

A pesquisa em referência teve como principal finalidade analisar as formas de estruturação e dinâmica do estágio em serviço social e as determinações do mercado de trabalho, considerando as condições laborais dos profissionais supervisores de estágio e estudantes estagiários. Para tanto, partiu-se do pressuposto que

1. Professora aposentada do Departamento de Serviço Social - UFSC, professora colaboradora do PPGSS/UFSC

2. Professora associada do Departamento de Serviço Social - UFSC

3. Professora associada do Departamento de Serviço Social - UFSC

4. Cabe destacar que a fase final da pesquisa ocorreu no contexto da pandemia da Covid19, que impactou na realização de atividades presenciais previstas, bem como em todo o cenário que envolve as unidades de ensino e os espaços socio-ocupacionais onde os estágios se desenvolvem, acirrando situações-limite no campo da sua operacionalização. O novo coronavírus, inicialmente detectado na China no final de 2019, espalhou-se pelo planeta onde, até o momento de conclusão deste artigo, só no Brasil, já alcançou a marca de mais de 600 mil mortes, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, conforme informações disponíveis em <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/10/08/covid---600-mil-mortes---brasil.htm>> Acesso em 10/10/2021.

[...] os processos de precarização das condições de trabalho e de flexibilização e desregulamentação das relações laborais que afetam o conjunto dos trabalhadores estão presentes no mercado de trabalho dos assistentes sociais e condicionam o tipo e a qualidade das respostas profissionais às demandas apresentadas nos diferentes espaços socio-ocupacionais. [MANFROI et. al., 2021, p. 5]

A supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social está prevista na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93), mas é também uma prática do assistente social, portanto, configura-se como espaço em que se particularizam tensionamentos e contradições da relação formação e exercício profissional. O cenário é muito desafiador e para compreendê-lo faz-se necessário discutir as determinações mais amplas no âmbito das contrarreformas do Estado, o desmonte das políticas sociais que tanto repercute diretamente nos espaços socio-ocupacionais de assistentes sociais, como na precarização das condições do trabalho e do ensino de uma forma geral.

Não é novidade que o crescimento das unidades de ensino em serviço social nos últimos anos ocorre principalmente a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que oportunizou a ampliação exponencial dos cursos na modalidade de ensino à distância - EaD. Particularmente nas duas últimas décadas, tem sido recorrente o posicionamento das entidades representativas da categoria como o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress); a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso), em defesa de uma formação de qualidade e contra o aligeiramento do ensino⁵.

5. A exemplo do enfrentamento a esse aligeiramento e desqualificação do ensino, as entidades da categoria elaboraram a cartilha sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social Volumes 1 e 2 (CFESS, 2015; CFESS, 2014).

Dentre tais ações destacam-se a pesquisa de avaliação dos dez anos das diretrizes curriculares realizada pela Abepss em 2006 (ABEPSS, 2007), a aprovação da Resolução Cfess nº 533/08, que regulamenta a supervisão direta de estágio (CFESS, 2008) e a Política Nacional de Estágio (PNE), elaborada pela Abepss (Gestão 2009 – 2010). Conforme bem explicado por Ortiz (2014), tais iniciativas fizeram parte de um plano de lutas do conjunto da categoria, como forma de enfrentamento ao processo de precarização do ensino superior, com incidência direta e imediata no estágio supervisionado.

Na mesma medida que se acirram as condições objetivas para a efetivação do estágio supervisionado como importante elemento do ensino da prática em serviço social, também tem se intensificado estudos e produções de pesquisadores da área do serviço social em relação à esta temática⁶. Cabe, contudo, lembrar que esse é um desafio político que extrapola as entidades representativas do serviço social no Brasil, já que implica no enfrentamento das contradições emergentes da relação dos limites do exercício profissional *versus* a exigência de uma formação com fundamentação crítica e comprometida com as classes subalternizadas.

Assim, as reflexões aqui apresentadas visam contribuir neste debate, com questões suscitadas na pesquisa mencionada que em sua metodologia contemplou a coleta de dados empíricos junto a assistentes sociais supervisores de campo e estagiários de unidades de ensino em serviço social no estado de Santa Catarina, valendo-se de instrumentos como questionários e grupos focais⁷.

Por sua vez, os dados acerca do estágio supervisionado precisam ser compreendidos à luz da conjuntura política e econômica que permeia a crise do capital, como variáveis das condições em que os

6. Para tanto, ver estudos de: Guerra (2016); Ortiz (2010a; 2010b); Guerra e Braga (2009); Lewgoy (2009); Vasconcelos (2009), entre outros.

7. Foram respondidos 62 questionários por supervisoras de campo; 05 por supervisoras acadêmicas e 27 por estagiárias, totalizando 94 questionários. Realizaram-se ainda, 08 grupos focais (05 com estagiárias/os) e 03 com supervisoras de campo) entre os meses de novembro e dezembro de 2019.

curso são oferecidos e desenvolvidos e que impactam na realidade das condições de trabalho dos profissionais que supervisionam estagiários. Neste sentido, tais condições de realização dos estágios em serviço social devem ser compreendidas antes como constituintes deste processo, do que apenas pano de fundo.

Assim, num primeiro momento, este texto aborda a educação superior na conjuntura atual, buscando situar essa discussão particularmente nos últimos anos, como aspecto determinante nas condições em que os cursos de serviço social são oferecidos, âmbito no qual se insere o estágio supervisionado.

Na segunda parte, discutiremos as tensões em torno das condições de trabalho dos assistentes sociais, considerando a crise estrutural do capitalismo e as mudanças com relação ao trabalho que vêm ocorrendo no Brasil, a partir da década de 1990, com o ideário neoliberal. Para tanto, se contempla os dados empíricos relativos às condições de trabalho dos supervisores de campo e as contradições percebidas em face dessa realidade.

Essa discussão é fundamental para o desenvolvimento da terceira parte deste artigo, que apresenta as percepções de estagiários de serviço social, na sua condição de estudantes, que como trabalhadores lutam pela sobrevivência e pela possibilidade de concluir o curso superior.

Dos ataques à educação superior: a conjuntura do estágio supervisionado

Eu desde que eu entrei na universidade, eu sempre trabalhei e daí quando entrou em processo de estágio pra mim não tinha possibilidade dele não ser remunerado e se não fosse eu já estaria fora faz tempo, assim... sem condições de permanecer [ES7-GF4].⁸

8. Os depoimentos dos sujeitos da pesquisa serão identificados pelas siglas correspondentes aos grupos focais realizados com assistentes sociais [AS-GF] ou estudantes [ES-GF], seguido de numeração.

Acreditamos que não é possível refletir sobre a formação profissional e mais especificamente o estágio supervisionado em serviço social, sem considerar as condicionantes da política de ensino superior no Brasil na sua relação com a política econômica em dada conjuntura.

Para responder tal questão, nos limites deste capítulo, buscaremos apresentar alguns elementos que nos ajudam a compreender a política educacional, especialmente na última década, para em seguida problematizarmos a realidade dos cursos de serviço social nesse cenário mais recente.

A crise estrutural do capitalismo iniciada na década de 1970 no cenário mundial e repercutida nos países latino-americanos, no final da década de 1980, capturou o Estado burguês no ideário neoliberal. No Brasil, os tímidos avanços da social-democracia conquistados na Constituição de 1988, que vêm sendo paulatinamente destruídos encontrou no golpe parlamentar midiático e jurídico ocorrido em 2016⁹, a base necessária da finitude dos direitos sociais de proteção social ao trabalho com destaque na previdência e nos direitos trabalhistas que dispensando o braço militar, ocorreu no âmago das instituições democráticas.

Na conjuntura dos desatinos advindos com esse golpe de 2016 e exacerbado nos governos de Michel Temer (2016 – 2018) e de Jair Bolsonaro (2019 –), vêm ocorrendo a demolição da universidade pública em seus ideais fundantes como instituição social, que segundo Chauí (2021, s/p) significa

[...] uma *ação* social, uma *prática* social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. [Grifos da autora]

9. Em 31 de agosto de 2016, o senado brasileiro confirmou a remoção de Dilma Rousseff do cargo de presidenta da república no Brasil, cujo afastamento já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados em abril do mesmo ano. Tal afastamento foi semelhante ao que aconteceu em 2009 com Manuel Zelava, em Honduras e com Fernando Lugo, em 2012 no Paraguai.

Nesse sentido, segundo a mesma autora, isso conferiu à universidade a ideia “[...] de democracia e democratização do saber” como direito à educação e à cultura conquistado pelas lutas sociais e políticas em uma perspectiva “[...] de formação *reflexão, criação e crítica*” (CHAUI, 2021, s/p – grifos da autora). Isso pressupõe uma autonomia em face da religião e do Estado. Coadunando com esse pensamento Leher cita o Andes (2021, p. 25) quando se refere que

A concepção de autonomia abrange a relação da universidade com o Estado, as confissões religiosas, os governos, os partidos e objetiva lastreá-la como espaço capaz de produzir conhecimento novo eticamente referenciado para cumprir as demandas legítimas da sociedade em termos de pesquisa, ensino e extensão.

Esse ideário vem sofrendo inflexões pelas contrarreformas educacionais do ensino superior e outras medidas, como a ingerência na escolha de reitores das universidades públicas federais e institutos federais de educação¹⁰. A esse respeito, segundo Roberto Leher (2021), das 51 nomeações realizadas em abril 2021, somente 18 foram com base na consulta realizada, as demais foram autoritariamente executadas e a perspectiva era de ampliar esse domínio por meio das Medidas Provisórias 914 e 979 ambas de 2019¹¹, esta última semelhante ao Decreto-Lei nº 6.733/79¹² da ditadura militar.

As contrarreformas do ensino superior têm sido implantadas desde o governo Fernando Henrique Cardoso¹³ como premissas

10. É importante notificar que o Supremo Tribunal Federal negou a ação movida pelo Partido Verde sobre a nomeação de reitores pelo governo federal por “suprimir a autonomia das universidades, desrespeitando a lista triplíce e nomeando candidatos sequer presentes na lista ou com baixíssima aprovação da comunidade acadêmica” (BIMBATTI, 2021). Disponível em: (<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/10/09/stf-decisao-reitores-nomeados-bolsonaro.htm>). Acesso em: 13.10.2021

11. A MP 914 perdeu a validade e a oposição solicitou a devolução da MP 979 /2019. Dados disponíveis em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/10/oposicao-pede-devolucao-de-mp-sobre-escolha-de-reitores>> Acesso em: 07.10.21

12. De acordo com o Relatório II Congresso do Andes, realizado em 1983, citado por Roberto Leher, em Leher (2012).

13. No presente artigo, em razão do período estipulado neste estudo, nos deteremos aos governos Temer-Bolsonaro, de caráter ultraneoliberal.

determinantes do neoliberalismo implantado no Brasil a partir do início da década de 1990, como exigência, entre outras, dos ajustes impostos pelos organismos unilaterais. No Brasil houve um terreno fértil pela dependência estrutural, alicerçada na nossa herança colonial e escravocrata, que considera a educação em sua dualidade entre as classes.

[...] uma educação aligeirada, sem crítica e criatividade para os trabalhadores e seus filhos e uma educação de elite para os filhos da burguesia, articulada à mercantilização da educação são eixos constitutivos do capitalismo e, no capitalismo dependente, ganham contornos bem definidos, pois a burguesia dos países subdesenvolvidos concebe a educação como (i) formação da força de trabalho minimamente qualificada para a classe trabalhadora, (ii) um lucrativo serviço a ser negociado no *mercado educacional*, articulando o setor privado local, os conglomerados internacionais e a rentabilidade da bolsa de valores, bem como (iii) um privilégio destinado à formação de novos quadros dirigentes, quando ofertados para os seus filhos. (LIMA, 2019, p.9-10 - grifo da autora).

Essas determinações internacionais aliadas ao nosso lastro estrutural explicam, na nossa compreensão, a verdadeira razão das contrarreformas educacionais. Lima (2019) considera que o padrão de dependência da educação superior constitui-se espaço preeminente para exploração lucrativa da educação pelos setores privados nacionais e internacionais. Como dinâmica desse quadro soma-se a histórica dívida pública que cresceu 33% em 2020, no chamado “Orçamento de Guerra”, aprovado por meio da Emenda Constitucional 106/2020 no contexto da pandemia do Covid19¹⁴ e a “racionalidade” do ajuste fiscal, determinantes desses períodos de crise e neoliberalismo que se coadunam com a política de privatização.

Lima (2019, p. 18) considera que o ProUni e principalmente o Fies – respectivamente, Programa Universidade para Todos (Lei nº 11.096/2005) e Fundo de Financiamento Estudantil (Lei nº

14. Segundo dados disponíveis em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-publica-cresceram-33-em-2020>

10.260/2001) – tiveram como principal objetivo atender às determinações internacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) facilitando dessa forma a expansão de vagas nas instituições privadas por meio de verbas públicas. Convém considerar que a expansão da educação faz parte dos próprios interesses capitalistas, como qualificação dos trabalhadores para atendimento do setor produtivo. Paradoxalmente a instituição de cotas sociorraciais nas instituições superiores e nas instituições federais do ensino médio (Lei nº 12.711/12) propiciaram o acesso de estudantes negros, pardos e indígenas consideradas importantes pelos trabalhadores e ao mesmo tempo foi, e é, combatida pelos reacionários capitalistas por atentar contra a concentração de renda (LIMA, 2019).

A ascensão da ultradireita conservadora ao poder com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 para a gestão 2019-2022, acirrou os ajustes como centrais à sua política de governo, acrescentando-se os princípios da Frente Parlamentar Evangélica denominado “Manifesto à nação: Brasil para os brasileiros” (LIMA, 2019, p. 28) que possui quatro pilares: modernização do Estado – extensão do setor privado x redução da máquina pública; segurança jurídica – como forma de viabilizar novos investimentos; segurança fiscal – aprofundamento dos superávits primários como salutar à economia; e a revolução da educação – significando escola sem partido e ideologia, oposição à [...] “ideologia de gênero e a instrumentalização das escolas e universidades públicas a serviço de ideologias totalitárias e ditaduras comunistas” (Frente Parlamentar Evangélica, 2018, p. 55, *apud* LIMA, 2019, p. 29).

Como base neste postulado a pretensão é também de “libertar” os cursos de mestrado e doutorado das determinações da Capes, modernizá-los exigindo que cada docente oriente mais de oito estudantes e que aqueles de universidades públicas exerçam por um semestre ensino aos analfabetos em todo o país. Esses aspectos estão incluídos no Plano de Governo de Bolsonaro intitulado “O Caminho da Prosperidade” (LIMA, 2019), cuja justificativa seria

livrar o país do que denomina de “marxismo cultural” e gramscianos, que segundo o Partido Social Liberal dominaram por 30 anos o Brasil. Uma crítica afrontosa ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao considerarem, entre outras, serem contrários aos fundamentos da propriedade privada e do liberalismo econômico. Para tanto, são determinadas mudanças no ensino enfatizando a matemática, ciências e português, disciplinas que devem ser prioritárias com ênfase na educação básica e no ensino médio/técnico. Consta também neste plano a mudança de gestão no sentido de “modernizar” os conteúdos extirpando o que chama de ideologia de Paulo Freire.

Com base nos determinantes econômicos propõe mudanças na área de ciência e tecnologia ao considerar obsoleto o modelo baseado no financiamento público, devendo ser incentivado as parcerias com empresas privadas e ao mesmo tempo o empreendedorismo, o que sem dúvidas colide com a concepção social da universidade referenciada e pública pela direção aos interesses mercadológicos. Além desses aspectos nefastos centrais da economia política e educacional, esse governo constitui também como eixos o armamento da população e a consequente “[...]criminalização dos movimentos sociais pela reformulação do Estatuto de Desarmamento e pela tipificação das ocupações de propriedades rurais e urbanas organizadas pelos movimentos sociais (como terrorismo)” (LIMA, 2019, p. 31-32), numa blindagem claramente neofacista.

Compondo esse processo destruidor ultraneoliberal e ultraconservador foi instituído o Future-se – Programa de Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, um verdadeiro ataque às universidades públicas quando determina a captação de recursos das instituições federais junto às empresas privadas, as denominadas parcerias público-privado e ao mesmo tempo avança no sentido da privatização do patrimônio público cuja gestão deve ser operacionalizada por organizações sociais.

Complementando esse quadro, não é possível descolar os mais recentes ataques à educação pública e serviços públicos em geral,

que implicam diretamente sobre as condições de efetivação do estágio supervisionado em serviço social.

O primeiro relaciona-se aos cortes orçamentários que têm prejudicado os investimentos em pesquisa, ensino e extensão. Desde a Emenda Constitucional n. 95 (EC95)¹⁵, aprovada em 2016 e que limita os gastos públicos nas áreas sociais à inflação pelos próximos 20 anos, até a mais recente pretensão de corte de 92% da Ciência e Tecnologia pelo governo¹⁶, os ataques sobre a produção do conhecimento centrais no processo de crise do capital e suas tentativas de recomposição.

As investidas e perseguições contra uma educação pública crítica e independente não cessam e constituem-se numa outra frente de ataques à educação pública. As argumentações do Projeto Escola Sem Partido são exemplares destas investidas, pois significam uma verdadeira “[...]desqualificação do papel da escola e do educador, promovendo uma centralidade da figura familiar e desestimulando a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas — princípios promulgados pela Constituição Federal em 1988” (FERNANDES; FERREIRA, 2021, p. 194). Outro exemplo é o “Reuni Digital”, projeto do MEC que propõe a criação de uma universidade federal digital, de modo a atingir a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e destas 40% no ensino público (BRASIL, 2014), também compondo as bases que buscam aniquilar os interesses de uma educação voltada para os reais problemas da população brasileira.

Por fim, ainda temos a inconstitucional proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Poder Executivo, a chamada PEC da reforma administrativa que altera dispositivos sobre servidores

15. Em dezembro de 2016, o governo Michel Temer (PMDB) aprovou a EC 95 que limita os gastos públicos nas áreas sociais à inflação pelos próximos 20 anos.

16. Conforme informações disponíveis em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/a-pedido-de-guedes-congresso-nacional-retira-quase-toda-verba-da-ciencia-e-tecnologia1>>. Acesso em: 21 out.21

e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (AGENCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021), que escancara a privatização das políticas públicas.

Ao considerarmos tal cenário, remetemos à Mészáros (2008), para quem a luta e mudança em prol de uma educação humanamente emancipadora consiste na indispensável transformação estrutural do sistema capitalista por outra ordem societária. Isto porque,

As determinações gerais do capital afetam profundamente *cada âmbito particular* com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se estiverem em sintonia com *as determinações educacionais gerais da sociedade* como um todo (MÉSZÁROS, 2008, p.43 – grifos do autor).

Sendo isso determinante também é indeclinável a função da educação que juntamente com as organizações sociais possibilitam a transformação societária. A educação, notifica o autor, pode ser emancipatória ou de conformidade ao sistema, sendo esta última impossível em um processo mercantilizado de educação que apenas cumpre o papel de consenso da sociedade atual. Insiste ainda Mészáros que a educação não se conforma apenas a formal, consiste em um processo contínuo por meio da qual plasma a consciência social dos indivíduos com vistas à autoemancipação para uma sociedade humana digna para todos. Supõe, para o autor referido, focar na essência central do sistema capitalista, o trabalho alienado, ao transformar o tempo do trabalho necessário à produtividade em tempo de trabalho disponível (MÉSZÁROS, 2008).

Fazendo alusão a essa educação emancipatória consideramos oportuno nos reportarmos a Mészáros, que fundamentado em Constantino reflete a educação “[...] na totalidade das práticas

político-educacional-culturais, na mais ampla concepção do que seja transformação emancipadora” (MÉSZÁROS, 2008, p. 57).

Considerando a nossa educação colonial, como nos referimos em Lima (2019), ponderamos complementando o mesmo MéSZáros que “[...] é desse modo que uma contraconsciência, estrategicamente concebida como alternativa necessária à internalização dominada colonialmente, poderia realizar sua grandiosa missão educativa” (MÉSZÁROS, 2008, p. 57-58).

No nosso entendimento, tal perspectiva, se coaduna com o projeto ético político profissional, baseado nos princípios éticos da justiça, liberdade, direitos humanos, democracia radical, equidade e justiça, o qual tem como norte a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24).

Esse projeto constitui o fundamento das diretrizes curriculares no qual o estágio supervisionado é preponderante na formação dos futuros profissionais, assistentes sociais e que no momento encontra-se precarizado quer pelas atuais condições educacionais, do trabalho, como pelo conjunto de ajustes que será a seguir percorrido.

As condições de trabalho do assistente social versus materialidade do estágio supervisionado

Então quando me perguntam sobre as minhas condições de trabalho: eu me sinto massacrada, eu me sinto sem energia pra nada após o trabalho [AS9-GF2].

Analisar o estágio, como componente curricular fundamental à formação profissional em serviço social, implica necessariamente na discussão das condições de trabalho na sociedade contemporânea brasileira, de forma específica com relação à categoria profissional do assistente social, como parte da classe trabalhadora cujas tensões se interpõem à efetivação das diretrizes curriculares do curso.

As crises do sistema capitalista, segundo Mandel (1982), são cíclicas e imanentes ao próprio sistema, determinadas pela queda da taxa de valorização do capital. O mesmo em seu movimento de restauração empreende estratégias e estabelece um novo padrão de acumulação¹⁷. A crise a partir da década de 1970, ao contrário do que ocorreu em 1929-32, buscou mudanças na organização do trabalho dos moldes fordista-taylorista para o toyotismo¹⁸ ou acumulação flexível, conforme denominação de Harvey (2008).

No Brasil essas mudanças com relação ao trabalho se dão a partir do ideário neoliberal, imposto pelos organismos internacionais, como forma de sanar as dívidas dos países latinos americanos com os EUA, particularmente no início da década de 1990, como mencionado. O acirramento, no entanto, desse processo depredador das condições em que se realiza o trabalho na sociedade brasileira contemporânea advém de forma mais intensa com o golpe parlamentar já citado.

Segundo Boito Jr, o objetivo desse golpe “[...] foi uma ofensiva política restauradora da grande burguesia associada contra a grande burguesia interna [...] [para] acabar com o neodesenvolvimentismo e restaurar o neoliberalismo da década de 1990” (2021, s/p). Isso nos leva a concluir que a razão precípua desse golpe foi aprofundar os ajustes estruturais e contrarreformas, na mira dos interesses da classe burguesa.

A flexibilização do trabalho pela regulamentação das atividades terceirizadas ampliada e sem limites para todas as atividades, (Lei nº 13.429 de 31/03/2017) e a contrarreforma trabalhista (Lei 13.467 de 13 de julho de 2017) que atinge medularmente a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (1943) – são formas de valorização

17. Na crise de 1929-30 a restauração ocorreu com base nos fundamentos de Keynes, que propôs o pleno emprego para as pessoas aptas ao trabalho e políticas sociais para as pessoas sem condições de trabalhar, formas que objetivavam o aumento da demanda ao consumo impulsionando, portanto, a cadeia de produção e de circulação das mercadorias.

18. Sobre o assunto, consultar: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011 e do mesmo autor, **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999

do capital em detrimento do trabalho no âmbito da sociedade capitalista, tendo como consequência a sua total precarização¹⁹.

Embora faça parte da própria dinâmica do capitalismo, segundo Mészáros (2013), o que distingue a crise dos anos 1970 das anteriores é ser ao mesmo tempo cíclica e estrutural, ao atingir o ponto central do sistema, o trabalho. Barros (2019) e Antunes (2018) elucidam as várias formas de precarização que abrangem aspectos objetivos e subjetivos, tais como: contratos atípicos, processos de controle sobre o trabalho, extensas jornadas, exacerbação do ritmo de produção, baixos salários, desemprego, informalidade, extensão do subemprego, ofensiva maior sobre os trabalhadores e suas entidades representativas, gerando medo, insegurança, angústia e, acrescentamos, adoecimento.

Antunes (2018) observa ainda o crescimento do trabalho por meio de *call centers* e *telemarketing* com relação às empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e a “*era da informatização do trabalho* no mundo maquinal-digital [...]” (p. 119). O autor chama atenção para a contradição desse processo haja vista que é permeado pela informalidade dos trabalhadores, ampliando formas de trabalho em tempo parcial, teletrabalho e assim alastrando desmesuradamente o trabalho precarizado.

No Brasil essas características gerais que perfilam a organização do trabalho permitindo uma desmedida flexibilização, como reestruturação produtiva, propiciou conjuntamente com o ideário neoliberal e a financeirização da economia mudanças na “morfologia da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2018, p. 120), combinando aspecto da modalidade taylorista-fordista com a acumulação flexível e particularizou uma nova forma de capitalismo brasileiro. “A articulação resultante dessas mutações nos padrões produtivos e

19. A precarização do trabalho para Marx faz parte da própria dinâmica do sistema capitalista, ao descrever a lei geral de acumulação capitalista. O capital para acumular e se expandir é determinado pela mais valia absoluta e relativa, formas de expropriação do trabalho em prol do capital. Para tanto, conferir em Marx, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política, Livro Primeiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultura, 1996

tecnológicos, incentivadas pela intensificação dos níveis de exploração do trabalho, constitui-se no *leitmotiv* do capitalismo da era neoliberal no Brasil” (ANTUNES, 2018, p. 120).

Antunes considera que na “nova morfologia da divisão sociosexual e racial do trabalho” (2020, p. 10) as mulheres trabalhadoras brancas são mais penalizadas do que os homens brancos, enquanto que as trabalhadoras negras são mais atingidas do que as brancas. E conclui: “[...] as discriminações de classe, gênero e raça se intensificam ainda mais quando contemplamos as trabalhadoras indígenas, imigrantes e refugiadas” (2020, p. 10).

O tratamento dispensado pelo governo federal aos trabalhadores por meio da Lei nº 14.020, de 06/07/ 2020, anteriormente MP 936 /2020 que estabeleceu, em seu art. 5º, a redução proporcional da jornada de trabalho e de salário e também a suspensão temporária do contrato de trabalho – foi (e está sendo) perverso. Além disso, poderiam ser negociadas antecipação de férias individuais, coletivas, banco de horas e home office²⁰. O objetivo maior de fato é preservar as finanças das empresas.

Atualmente o Brasil conta com 14 milhões de desempregados e a taxa de informalidade é de 39,1% da população ocupada, o que significa 33,5 milhões de trabalhadores informais em todo o país (IBGE, 2021, s/p).

A precariedade das condições de trabalho no Brasil é estrutural, conforme nos ensina Fernandes (2014), localizando a exploração da classe trabalhadora advinda do período colonial e escravocrata, na dependência do país aos ditames dos países desenvolvidos e centrais. Para Marini (2013), que analisa esse fenômeno em uma outra perspectiva, para nós, complementar à Fernandes, a classe trabalhadora brasileira é caracterizada pela superexploração e determinada pela dependência da América Latina na qual se inclui

20. Isso durante a vigência da MP 927 que perdeu o prazo para votação no dia 19/07/20, e, assim, sua validade, mas alguns de seus dispositivos, como: redução da jornada de trabalho e suspensão de contratos tornaram-se presentes na MP 936/2020, foram prorrogados e convertidos na Lei 14.020 de 14/07/2020, conforme notificamos acima.

o Brasil aos ditames do capitalismo internacional. Ele considera a superexploração do trabalho em razão do salário ser inferior ao necessário para reprodução da força de trabalho e declara que

- a) não garante a reprodução normal da força de trabalho;
- b) assume a forma enganadora de mais-valia relativa (ao contrário do que supõe a maioria dos autores que se referem à questão), pois, mantendo-se invariável a jornada, se reduz aparentemente o tempo de trabalho necessário; c) não se confunde com o conceito de mais-valia extraordinária, ou seja, a que o capitalista individual obtém em proporção superior a seus concorrentes, ao reduzir o tempo de produção de sua mercadoria, mas não seu valor (uma vez que o valor da mercadoria se estabelece de acordo com as condições gerais, e não individuais, de produção). (MARINI, 2013, p. 110).

Nessa conjuntura de precarização das condições e relações de trabalho está a categoria dos assistentes sociais, particularmente os supervisores de estágio, como trabalhadores inseridos na divisão sociotécnica do trabalho coletivo, nos diversos espaços socio-ocupacionais das instituições públicas e privadas.

Dentre os profissionais supervisores de estágio, sujeitos da pesquisa, verificou-se depoimentos que ilustram essa realidade e que envolve o estágio supervisionado:

Quando aparece a possibilidade de supervisionar alguém você pensa assim: como é que eu vou submeter alguém a passar essa raiva que eu passo, a esse sofrimento que eu passo? Como é que eu vou submeter a ter que comer correndo na sala dos fundos, a não ter um banheiro para usar, que foi o que aconteceu com a minha estagiária, sabe? [...] estou falando de não ter água pra tomar. É nesse nível. Então a gente, enquanto trabalhador, é isso. Eu costumo falar que ao mesmo tempo que eu estou de um lado da mesa pro atendimento, eu também estou do outro... então enquanto classe trabalhadora, como sobreviver? [AS3-GF2].

O depoimento acima revela, de uma só vez, a precarização das condições de trabalho do assistente social e dos espaços socio-ocupacionais onde atua e onde a população usuária do serviço social é

atendida, além de se configurar como campos em que os estágios se efetivam.

Segundo Raichelis (2011), o assistente social sofre os mesmos problemas de alienação pertinentes ao trabalho assalariado e mediado pelas contradições de classes do sistema capitalista. Agrega-se, paradoxalmente, às tensões determinadas pela direção social da profissão – expressas na Lei de regulamentação da profissão, no Código de Ética da(o) Assistente Social, e nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, – as diversas formas de precarização do trabalho no Brasil, que se expressam pela mercantilização da força de trabalho, na fragilização dos sujeitos individuais e coletivos, na gestão e nas exigências institucionais em um contexto de flexibilização do trabalho.

Especificamente com relação ao campo de trabalho do assistente social, segundo Raichelis, se assiste a uma exacerbação dos processos de terceirização, subcontratação de serviços individuais, “[...] temporário, por projeto, por tarefa, em função de novas formas de gestão das políticas sociais” (RAICHELIS, 2011, p. 431). Nesse sentido, a autora considera o crescimento do trabalho informatizado que limita os processos socioeducativos junto à população substituindo por atividades mecânicas e irrefletidas.

Trata-se de uma dinâmica institucional que vai transformando insidiosamente a própria natureza da profissão de Serviço Social, sua *episteme* de profissão relacional, fragilizando o trabalho direto com segmentos populares em processos de mobilização e organização, e o desenvolvimento de trabalho socioeducativo numa perspectiva emancipatória. (RAICHELIS, 2011, p.433)

É na conjuntura contemporânea brasileira de precarização do trabalho e do retrocesso das políticas sociais que identificamos uma das tensões profissionais que se estabelece na confrontação com o estágio supervisionado, como uma das mediações da formação na direção do projeto ético político profissional. Essa contradição do

tempo presente reverbera não somente na supervisão desses profissionais, mas na subjetividade de suas concepções a respeito dessa função, conforme constatamos no desenvolvimento da presente pesquisa e que a seguir abordaremos.

Argumentos voltados tanto às condições de jornada de trabalho, com pouco tempo para dar atenção aos estagiários, acúmulo de trabalho ou mesmo dupla jornada em espaços distintos, incidem sobre as possibilidades objetivas e subjetivas em cumprir essa função.

Outros depoimentos demonstram que a precarização do trabalho passa pelo sucateamento da própria política social, a qual se vincula o trabalho do assistente social, neste caso, a política de assistência social:

Eu trabalho no CREAS e a gente vem sentindo o desmonte das políticas públicas, a redução do quadro de funcionários e com isso o aumento da nossa carga de trabalho. Se antes a nossa demanda, a cada dupla, o serviço social tinha que atender vinte famílias, hoje a cobrança é que a gente atenda trinta famílias pra que não exista a tal da fila de espera. Tem uma cobrança muito maior em relação aos números, ao quantitativo de atendimentos [...]. Também percebemos o adoecimento dos colegas. Muita gente adoecendo por causa de toda essa pressão [AS1-GF2].

A questão da precarização cruza com o assumir a supervisão direta do estágio, por preocupação dos profissionais em não ter como “oferecer” estágio sem as mínimas condições de se efetivar como uma experiência significativa no processo formativo do estudante. Igualmente esse obstáculo é creditado ao rebaixamento dos recursos para o atendimento à população: “o que vou ensinar? Não estamos podendo fazer muita coisa”.

Como é que nós vamos garantir os direitos pra população? A demanda reprimida é cada vez maior e a população inclusive, nós percebemos ali no meu espaço de trabalho que a população tem deixado de procurar, inclusive. Deixaram de reivindicar. Porque vai lá e sabe que vai receber um não bem respeitoso, né,

vai ser bem atendido pela assistente social. Mas a assistente social vai dizer que não tem recurso hoje para atender a demanda ou as demandas que a população busca. Pelo menos no espaço do poder público, né? [AS3- GF3].

Nesse cenário é com o comprometimento até da sua própria saúde mental que os profissionais se posicionam em relação a isso. É fato o quanto a prática profissional tem adoecido os assistentes sociais e lidar com estágio é um encargo a mais, cujas condições não estão propícias, ao contrário, se apresentam como mais um “gatilho” desse adoecimento.

Várias abstrações podem depreender dessa situação, com todo o reconhecimento da legitimidade das posições e da materialidade das consequências. Entre elas o peso da responsabilização individual pelo exercício profissional, pela opção em supervisionar com qualidade, mostra o quanto é difícil incorporar uma perspectiva teórica política e encurtar a distância entre o que se apreende enquanto explicação, daquilo que se vivencia da prática profissional cotidianamente.

[...] e aí parece que toda hora a gente está tendo que justificar que que é o estágio, tem que apresentar..., mas é quase todo dia, né? Então, eu acho que tem esse impacto, tem essa questão que eu acho bem problemática, mas que, acho que faz parte dessa contradição e receber essa questão, dentro da condição recente, tinha começado num trabalho novo, num espaço novo e em condições bastante precárias, mas então eu penso, isso é parte do nosso trabalho, infelizmente. Então toda essa precarização, a gente quer acabar com isso, a gente quer construir outra lógica de trabalho e tudo mais, mas é parte também e a gente não tem como esconder, a gente precisa lidar com isso como é e acho que o estágio faz parte disso também, né [AS6-GF2].

Se há tantas limitações nas condições objetivas de trabalho do assistente social que restringem sua atuação como supervisores de estágio, por outro lado, a pesquisa demonstrou que a supervisão de estagiários é momento de aprendizado e troca e que exercitar

a supervisão de campo como atribuição privativa e competência profissional implica em “forçar” o profissional a voltar aos fundamentos éticos e conteúdo da formação profissional em face das contradições postas na realidade do campo de trabalho; ser modelo para o outro, favorecer o “olhar-se” como assistente social. Tais afirmativas indicam a compreensão da supervisão do estágio como um elemento impulsionador de aprendizagem e autoavaliação para o próprio profissional [MANFROI *et al.*, 2021].

Considera-se que o supervisor de estágio, não é somente o profissional da prática, mas é aquele que estando diretamente com o estudante no campo de estágio, pode favorecer a compreensão do que significa a relação teoria-prática, discutindo-a, interpretando-a à luz das situações que expressam a questão social, objeto da profissão, no cotidiano e a partir das demandas do espaço socio-ocupacional, onde o estágio se realiza (PINTO, 1986).

[...] pra mim o processo [de] supervisionar é uma troca. É um aprendizado tanto pra gente que supervisiona como pros estagiários... e a gente aprende muito com eles assim como estão ali para aprender naquele espaço socio-ocupacional [AS11- GF1].

O processo de ensino-aprendizagem, contudo, como bem sabemos, não depende apenas da “boa vontade” dos supervisores de estágio, especialmente em uma conjuntura tão desfavorável às condições de trabalho destes profissionais. Um resultado mais qualificado no processo de supervisão de estágio, na perspectiva da PNE, implica no comprometimento da Universidade, como principal *locus* formativo do assistente social, questão que não será tratada aqui, em razão de espaço, mas que deve ser considerada em qualquer análise sobre essa temática.

Nesse sentido, a pesquisa demonstrou também a consonância das condições com o que os próprios estagiários vivenciam e refletem a respeito das dificuldades e precariedade das condições concretas de realização do estágio supervisionado nos espaços socio-ocupacionais, como veremos a seguir.

O estágio e o estagiário: os dilemas da sobrevivência

[...] eu faço estágio de trinta horas remunerado, obrigatório um, é muito tempo, né? Antes eu militava bastante dentro do movimento estudantil, hoje eu não consigo mais fazer nada, tô bem desligada disso, isso me levou a um processo também depressivo [...] de eu só ter que trabalhar de fato, né? E o estágio se tornar trabalho pra mim assalariado no sentido de não eu poder falar certas coisas, não criticar muitas coisas porque eu preciso do dinheiro pra sobreviver [ES11- GF4].

O estágio supervisionado em serviço social tem se constituído em importante elemento pedagógico de aprendizagem, espaço privilegiado para a compreensão da síntese dialética da relação teoria-prática, considerando a natureza interventiva da profissão (GUERRA, 2016). Nesta direção, o estágio também é um dos componentes curriculares que evocam maior expectativa no corpo discente, já que a dissociação teoria e prática, continua sendo uma afirmativa muito recorrente dentre os estagiários de serviço social e mesmo entre profissionais²¹.

Considerado como importante elemento pedagógico das diretrizes curriculares, o estágio supervisionado passa a ocupar um lugar de maior destaque ao ser contemplado como parte das atividades indispensáveis do currículo, descrito como “[...] atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71).

A partir de 2008 por meio da Lei Federal n. 11.788/2008, a realização de estágio na formação escolar passa por nova regulamentação, considerando qualquer das modalidades, obrigatório

21. Há várias produções sobre o tema na profissão e dentre várias autoras no serviço social que discutem o tema destacamos aqui, além da própria Yolanda Guerra (2016), a produção de Cláudia Mônica dos Santos, em especial “Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço Social” (2010).

ou não obrigatório, como curriculares, o que indica a necessidade dos projetos pedagógicos dos cursos preverem suas sistematizações dentro dos currículos. A diferença entre ambas modalidades está na composição do estágio dentro da matriz curricular, conforme o primeiro parágrafo da Lei

[...] estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. § 2o Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (BRASIL, 2008)

Essas diretrizes explicitam a necessidade de articulação das unidades de ensino e do estágio, considerando que a supervisão do estagiário se realizará concomitantemente por um professor supervisor no âmbito da academia e diretamente por um assistente social no campo de estágio. Contudo, os estudantes reiteram as queixas dos supervisores de campo sobre suas críticas condições de trabalho, que não raras vezes, acabam por inviabilizar a supervisão direta:

[...] não vejo que é uma postura rígida assim da profissional, mas a precariedade do trabalho assim, porque ela não tem como pegar um tempo e falar assim “hoje vamos ficar umas três horas, duas horas, vamos dialogar sobre esse período anterior”, simplesmente ela é atropelada pelo cotidiano [ES7-GF5].

Na pesquisa de avaliação das diretrizes curriculares de 1996, realizada pela Abeps (ABEPSS, 2008) um dos aspectos identificados foi a dificuldade na viabilização dos conteúdos referentes aos processos de trabalho e, dentre eles, a operacionalização do estágio supervisionado, como a desarticulação dos conteúdos das disciplinas e “[...] as precárias relações em que vem se realizando o estágio profissional, em muitos casos, exclusivamente, como mão de obra barata e em condições que fazem sucumbir o objetivo da aprendizagem profissional” (PAIXÃO, 2006, citada por ABEPSS, 2008).

Pelas questões já expostas, é inegável a complexidade e a importância do estágio supervisionado no processo de formação, para todos os segmentos envolvidos: supervisores de campo, supervisores acadêmicos e estudantes. No entanto, os dados da pesquisa permitem inferir que nenhum segmento vive esse processo com mais conflitos que os estudantes, como os relatos até aqui já vem demonstrando.

[...] a minha relação com a minha supervisora no geral é muito boa, ela é uma ótima supervisora assim, não tem nada que reclamar dela, mas a questão de tu entrar no estágio, por exemplo, pra alguém que trabalha informalmente no cotidiano como, por exemplo, eu fazia faxinas, né, eu tive que me desligar de muitos lugares que eu fazia faxina pra conseguir fazer o estágio [ES12-GF4].

A realidade dos estagiários é de estudantes trabalhadores que precisam ir ao estágio e, cada vez menos raro, sem condições de sustentar a sua vida e a de sua família. A perversidade que separa os estágios obrigatórios de não obrigatórios pelo critério de remuneração (bolsas estágio) tem sido um fator de atraso e evasão dos cursos.

[...] alguns professores que diziam “não, estágio não precisa ser” [remunerado], mas aí a que ponto precariza a condição de vida do estudante que também é trabalhador, que também é pai, mãe, né? Exatamente, que paga pra fazer estágio, paga pra... a gente também tinha algumas questões no sentido de que faz o período integral, sim, tem aula de manhã, estágio à tarde, no meu caso eu tenho aula de manhã e tenho estágio até sete horas da noite e aí precariza também a minha condição enquanto estudante [ES4-GF5].

Dentre as dificuldades encontradas na operacionalização da PNE, Ortiz (2014, p. 215) chama à atenção para a escassez de vagas de estágio com bolsa, gerando uma situação de perversidade aos estudantes, que por vezes se submetem a estágios sem bolsa, de baixa qualidade, estabelecendo relação de competitividade entre estudantes à semelhança do que ocorre no mercado de trabalho.

A minha situação foi bem complicada, porque eu trabalhava oito horas para pagar a graduação, então quando veio o estágio obrigatório a empresa não quis conciliar, então eu fui demitida, aí fiquei desempregada e agora tenho bolsa ciência na universidade, mas para entrar na rotina foi bem difícil assim né? Tu entra[s] num universo que é bem instável assim, porque eu ganhava bem, aí sempre pagava as contas, aí agora é só o namorado que cuida da casa, do financeiro, então tipo eu me tornei dependente dele, e eu não gosto disso, porque eu sempre trabalhei, então o estágio obrigatório foi bem difícil assim [ES2-GF2].

O acesso ao estágio não obrigatório é limitado pelo número restrito de vagas e a oferta dos estágios obrigatórios para a integralização do currículo são majoritariamente sem bolsa. É um momento de angústia para o estudante, pois embora a realidade do estudante-trabalhador seja causada por determinantes econômicos e sociais, acaba sendo vivenciada como um problema individual em face da obrigatoriedade de se fazer o estágio.

Neste cenário, realizar o estágio passa a ser um fardo, apesar de toda a expectativa em viver esse momento.

Assim, discutir as contradições e tensões na materialização do estágio implica em discutir as condicionantes que estão postas no cenário de precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais e, principalmente, nos obstáculos à permanência de estudantes trabalhadores nos cursos de graduação, especialmente no momento do estágio supervisionado.

Considerações finais

Os dados coletados na pesquisa e parcialmente expostos neste texto nos indicam as tensões e contradições que permeiam a efetivação da supervisão de estágio como um recurso que possibilite uma leitura teórico-crítica da realidade, que fundamente e direcione a ação profissional no cotidiano dos espaços socio-ocupacionais de assistentes sociais.

De um lado esse é um processo intrínseco, até porque para a construção de estratégias, do que nomeamos como mediação, é preciso tempo e qualificação permanente. De todo o modo, são elementos que apontam para os *locus* formativos, os cursos de graduação e pós-graduação, a construção de espaços privilegiados para os supervisores. Aqui não estamos falando da formação para a pesquisa ou docência *stricto sensu*. Falamos da abertura para especializações e supervisões técnicas, via projetos de extensão que possam ser viabilizados.

Contudo, tal indicação nos leva às universidades e igualmente a todo o processo de precarização, que principalmente a educação pública vem atravessando. Desde a concepção do público às condições para uma formação crítica e de qualidade são incompatíveis com a mercadorização e produtivismo que invadem o espaço acadêmico. A captura quase que integral do tempo com tarefas e não com uma produção intelectual, afetam a formação a partir daquilo que se construiu nas Diretrizes Curriculares (1996).

Como síntese às considerações já apresentadas, compreende-se que os elementos identificados na realidade do estágio supervisionado não são novos, mas talvez indiquem a necessidade de pensarmos em novas formas de lidar com o estágio, tendo a realidade como àquela que se impõe.

A primeira delas é a de incorporar de maneira mais qualitativa e consequente as análises das contradições do capitalismo sobre a organização do trabalho dos assistentes sociais, como classe trabalhadora. Em especial quando se trata do exercício profissional, cotidiano e pressupostos ético-políticos.

É fundamental evitar a dissociação de análises da totalidade das relações sociais e do cotidiano, do processo de trabalho, seus instrumentos e técnicas. O fato de admitirmos as explicações críticas a essa sociabilidade não exige reduzirmos a análise da prática profissional ao exercício da vontade de cada profissional. Superar isso nos ajuda a apreender que nessa conjuntura, em que as perversas

contradições do capitalismo assolam todas as dimensões da vida, o estágio toma ainda uma relevância maior.

No entanto, exige uma qualificação permanente dos profissionais supervisores de campo e acadêmicos no sentido de conseguir que isso seja trabalhado nas sessões de supervisão. Qualificação de conteúdo e de forma, de metodologia de construção de um espaço onde as mediações não sejam abstrações tão somente. Faz-se necessário que o estágio supervisionado seja lugar de vivência da unidade teórico-prática. Nem os supervisores de campo necessariamente dominam a prática profissional e nem os supervisores acadêmicos sabem o melhor caminho. Além disso, temos os sujeitos fundamentais nesse processo que são os estudantes. Igualmente não estão ali apenas para aprender a ser assistentes sociais, mas também para mostrar o que e como ensinar.

Referências

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio (PNE)**. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2010. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf. Acesso em: 08.out. 2021.

ABEPSS. **Pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**: relatório final. São Luís: Abepss, 2008. [CD-Rom]

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de serviço social (com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 08 de novembro de 1996). *In: Cadernos Abess* - Edição especial. Formação profissional: trajetória e desafios. São Paulo: Cortez Editora, novembro de 1997 (p. 58-76).

AGENCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. PEC muda regras para futuros servidores e altera organização da administração pública. 04 setembro 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/690350-pec-muda-regras-para-futuros-servidores-e-altera-organizacao-da-administracao-publica/>. Acesso em: 21.out.2021

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Adeus ao trabalho.** São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

BARROS, Albani de. **Precarização:** degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

BOITO JR. Armando. **A burguesia brasileira de Lula a Bolsonaro.** A unidade em torno da política social neoliberal e regressiva de Paulo Guedes. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-unidade-em-torno-da-politica-social-neoliberal-e-regressiva-de-paulo-guedes/>. Acesso em: 14.out.2021.

BIMBATI, Ana Paula. Governo não é obrigado a nomear reitor mais votado, decide STF. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/10/09/stf-decisao-reitores-nomeados-bolsonaro.htm>. Acesso em: 13.out.2021.

BRASIL. Lei n. 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 12.abr.2022.

BRASIL. Lei n. 8662, de 07 de junho de 1993, que dispõe a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 08.out.2021.

BRASIL. Lei n. 11.788 de 25/09/2008. Dispõe sobre o estágio a estudantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 08.out.2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2018. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre o ensino à distância e o serviço social:** volume 1. 2.ed. Brasília: Cfess, 2015.

_____. **Sobre a incompatibilidade entre o ensino à distância e o serviço social:** volume 2. Brasília: Cfess, 2014.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. n. 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: 12.out.2021.

CHAUI, Mariliena **O lugar da universidade brasileira**. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/o-lugar-da-universidade-brasileira/?utm_term=2021-09-05&doing_wp_cron=1630956676.1872050762176513671875. Acesso em: 06 set.2021.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. 2. reimp. São Paulo: Globo, 2014

FERNANDES, L. I.; FERREIRA, C. A. (2021). O Movimento Escola Sem Partido: ascensão e discurso. **Humanidades em diálogo**, 10, 194-209. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2021.159234>. Acesso em: 08 out.2021.

GUERRA, Yolanda. O estágio supervisionado como espaço da síntese dialética da unidade teoria-prática: o perfil do profissional em disputa. *In*: SANTOS, Claudia Monica; LEWGOY, Alzira; ABREU, Maria Helena E. [orgs] **A supervisão de estágio em serviço social**: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, M.E. Supervisão em serviço social. *In*: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF:2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social**: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

LEHER, Roberto. O Andes-SN e o autogoverno da universidade pública. **Universidade e Sociedade** / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano XXXI, nº 68 (jul. 2021) Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.2021 [p. 20 – 33]

LIMA, Kátia. Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital. **Universidade e Sociedade**. Edição Especial América Latina, outubro 2019.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANFROI, V. M. et al. **As condições de trabalho dos(as) assistentes sociais**: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais. Relatório de pesquisa. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

MARINI, Rui Mauro. **Duas notas sobre o socialismo**. Disponível em: Lutas Sociais http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v5_artigo_ruy.pdf. Acesso em: 30.mar.2021.

MARX, Karl. **O capital**. Livro Primeiro, vol.II Rio de Janeiro: Civilização, 1980.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editora, 2013.

_____. **Educação para além do capital**. 2d. São Paulo: Boitempo, 2008.

ORTIZ, Fátima Grave. A Política Nacional de Estágio e a supervisão direta: avanços e desafios. **Temporalis** – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Ano XIV, n. 27 (jan/jun. 2014) p. 203 - 219.

_____. Desafios contemporâneos para o processo de estágio e supervisão em serviço social. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (org's.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010a.

_____. A supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (org's.). **A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010b.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política educacional e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1986.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2011, n. 107, pp. 420-437. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003>>. Epub 13 Set 2011. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003>. Acesso em: 14.abr.2022.

VASCONCELOS, Iana. Dilemas e desafios do estágio curricular em Serviço Social: expressão dos (des)encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. In: **Temporalis** – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Ano IX, n. 17 (jan/jul. 2009) p. 61-82.

Capítulo 4

Condições de trabalho, estágio e supervisão de estágio em serviço social: questões suscitadas na produção técnico-acadêmica da área

Jaime Hillesheim¹
Bruna Depiné²

Introdução

As condições de trabalho dos assistentes sociais supervisores de estágio e a dos estudantes de serviço social para a realização deste componente curricular constituíram o mote da pesquisa que deu origem a esta coletânea³. O conjunto das reflexões aqui apresentadas tem sustentação numa das etapas desta proposta investigativa na qual se realizou uma pesquisa bibliográfica, cujas fontes privilegiadas foram os Anais de Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e de Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizados entre os anos de 2010 e 2018. Ainda, estas reflexões partem do pressuposto de que as condições de trabalho desses profissionais e estudantes estagiários de serviço social impactam diretamente no processo de formação dos novos assistentes sociais. E, por certo, uma análise rigorosa do tema exige problematizá-lo à luz das determinações sociais mais gerais, dentre as quais a estrutura e dinâmica da sociabilidade regida pelo capital,

1. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em serviço social da UFSC. Membro do Núcleo de Estudos: Trabalho, Questão Social e América Latina vinculado ao PPGSS/UFSC.

2. Assistente social graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina. Participou da pesquisa que deu origem às produções constantes desta coletânea na condição de pesquisadora de Iniciação Científica.

3. Trata-se da pesquisa intitulada “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços socio-ocupacionais”, cujo detalhamento metodológico e outras informações adicionais foram previamente expostos na apresentação dessa obra.

em sua fase monopolista (MANDEL, 1998) e de mundialização sob a hegemonia do capital financeiro (CHESNAIS, 1996) e no contexto da sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2011).

Assim, como os demais segmentos da classe trabalhadora, o assistente social, profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho, também vivencia em seu cotidiano as novas formas de uso e de controle da força de trabalho, materializadas por relações cada vez mais precárias, conforme evidencia estudos realizado por Santos e Manfroi (2015), Hillesheim e Zanfra (2021) e Raichelis (2018).

Esse profissional tem entre suas atribuições privativas a supervisão direta de estágio de estudantes de serviço social, tanto no âmbito da formação como no do mercado de trabalho, por meio da supervisão acadêmica e de campo, respectivamente. Entende-se que esse processo, por constituir-se como parte do trabalho dos assistentes sociais, também é perpassado pelo avanço do capital sobre o trabalho que tem redundado num intenso processo de precarização das relações e condições laborais as quais estão submetidos estes trabalhadores.

Diferentemente de outros valorosos estudos que abordam a dimensão pedagógica do estágio e/ou da supervisão (GUERRA e BRAGA, 2009; GUERRA, 2010; LEWGOY, 2010; SANTOS e ABREU, 2011; SANTOS e PINI, 2013; SANTOS, LEWGOY e ABREU, 2016), aqui, nossa análise está voltada para os debates em torno da operacionalização deste componente curricular a partir das condições objetivas (e subjetivas, certamente) de trabalho dos principais sujeitos nele envolvidos. Especificamente, pretendemos trazer à reflexão se e como o estágio em serviço social e a supervisão têm sido abordados em relação com as condições e relações de trabalho presentes nos diversos campos socio-ocupacionais onde atuam os profissionais supervisores e estagiários.

A seleção das fontes de pesquisa – artigos publicados em Anais de CBAS e ENPESS – foi realizada em quatro etapas. A metodologia delineada para a primeira etapa consistiu no levantamento de artigos

nos respectivos Anais por meio da utilização do descritor “estágio” contido em seus títulos, exclusivamente. Nos CBAS houve uma ascensão e estabilidade em termos quantitativos de produções nas quais se abordava a temática do estágio. Do total de 3.629 trabalhos publicados nos Anais deste evento nos anos estudados, em 73 artigos (2%) tratava-se do tema (2010: 914/19; 2013: 1.288/27; 2016: 1.427/27). Já nos ENPESS pode-se notar a diminuição da produção relativa ao estágio, exceto em 2012 (2010: 1.293/23; 2012: 1.343/26; 2014: 1.097/21; 2016: 917/17; 2018: 1.156/18). Do total de 5.806 trabalhos publicados nos Anais dos ENPESS no período pesquisado, 105 deles (1,8%) referiam-se à temática.

EVENTO	ANO	TOTAL DE TRABALHOS	TEMÁTICA ESTÁGIO
CBAS	2010	914	19
	2013	1288	27
	2016	1427	27
SUBTOTAL		3.629	73 (2%)
ENPESS	2010	1.293	23
	2012	1.343	26
	2014	1.097	21
	2016	917	17
	2018	1.156	18
SUBTOTAL		5.806	105 (1,8%)
TOTAL		9.435	178 (1,88%)

FONTE: Anais dos CBAS e ENPESS realizados entre 2010 e 2018.

Somando-se as publicações de ambos os eventos, no período pesquisado, constatamos que foram aprovados 9.435 artigos e que em 178 deles o estágio era abordado, representando 1,8% daquele

total. Foram estes artigos que compuseram uma primeira amostra da pesquisa.

A partir destes parâmetros, na segunda etapa do levantamento, identificamos as produções a partir dos descritores “condição/condições de trabalho”, “condição/condições de trabalho do assistente social”, “trabalho do assistente social”, “precarização do trabalho” e “trabalho precário” no corpo dos trabalhos selecionados na primeira etapa. Por meio deste procedimento foram identificados 113 artigos que faziam menção aos descritores supracitados e, portanto, constituíram uma segunda amostra da pesquisa.

Após a sistematização dos dados coletados nestas duas primeiras etapas, procuramos, na etapa seguinte, identificar trabalhos nos quais os autores relacionavam o estágio e/ou supervisão com as condições de trabalho. Dos 113 artigos selecionados na segunda etapa chegamos, assim, a 13 produções que abordavam mais diretamente a referida relação. A análise foi realizada a partir da leitura dos resumos e do conteúdo geral dos artigos que apresentavam pelo menos dois dos descritores antes mencionados, repetidos ou não, no corpo do texto.

Ao procedermos a análise mais aprofundada do conteúdo dos artigos, observamos que o fato de os descritores indicados constarem dos textos selecionados não significava, necessariamente, que havia uma relação direta entre a questão da prática de estágio e da supervisão com as condições e relações de trabalho dos profissionais de serviço social e/ou estudantes da área. Essa abordagem, muitas vezes, era feita genericamente, de modo a mencionar os processos de precarização do trabalho de maneira mais abstrata e não necessariamente analisando como esses processos impactam nas práticas de estágio e da supervisão, a partir das realidades do mercado e da formação profissional.

De todo modo, a partir dos procedimentos metodológicos que adotamos para identificar e selecionar as fontes de pesquisa, passamos a problematizar as questões trazidas pelos diversos autores dos

artigos selecionados, envolvendo tanto a prática de estágio como a da supervisão de estágio em serviço social e as relações e condições de trabalho sob as quais estas práticas se processam.

Os extratos retirados das fontes que aqui faremos uso foram destacados com base nos descritores anteriormente mencionados, entendendo que neles os autores expunham suas concepções (ou fundamentaram-nas em outros autores) sobre a temática.

Para darmos conta deste nosso propósito, primeiramente faremos uma breve discussão sobre a questão do estágio e a supervisão de estágio em serviço social, de modo a evidenciar elementos que possam subsidiar a análise dos dados que serão apresentados na sequência. Em seguida apresentaremos algumas questões suscitadas nas fontes selecionadas com vistas a problematizá-las à luz dos debates teóricos aos quais nos filiamos. Por fim, na expectativa de indicarmos alguns elementos que possam orientar as ações coletivas da categoria profissional em relação ao tema, apresentamos nossas considerações conclusivas.

Estágio e supervisão de estágio em serviço social no contexto de intensificação da precarização do trabalho

As produções sobre a importância, os avanços e os limites das normativas e da Política Nacional de Estágio (PNE) em Serviço Social (ABEPSS, 2010; LEWGOY, 2010; SANTOS e ABREU, 2011; SANTOS e PINI, 2013; SANTOS 2016) evidenciam que os temas do estágio e da supervisão de estágio constituem objeto constante de estudos e pesquisas, bem como pauta das lutas políticas da categoria.

Nossa intenção, aqui, como já anunciado, não é fazermos uma abordagem sobre os aspectos diretamente relacionados à dimensão pedagógica do estágio e da supervisão, ainda que consideremos as reflexões a respeito sempre urgentes e necessárias, dados os desafios

que temos enfrentado para a implementação da política nacional supracitada no âmbito das unidades de ensino. Tais desafios são extremamente complexos em face dos processos vivenciados nos espaços da formação, especialmente nestes tempos de ataque à ciência e à universidade, em particular à universidade pública. Advertimos ainda que, dados os limites objetivos deste manuscrito, não será possível estabelecermos uma interlocução qualificada com outras áreas do conhecimento que também tratam do tema do estágio e da supervisão de estágio, o que indica, nesse sentido, aqui, uma endogenia na abordagem passível de críticas.

A estruturação para e a implementação das diretrizes apontadas pela PNE sofrem as imposições da dinâmica do mercado de trabalho capitalista, a despeito de movimentos e estratégias criadas no âmbito da categoria profissional que visam preservar o caráter eminentemente pedagógico desse componente curricular. Esse intento tem envolvido o conjunto das organizações da profissão – Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS – de maneira a construir orientações que possam subsidiar as escolas de serviço social na organização do estágio profissional. As proposições em torno da questão não podem ser pensadas e problematizadas sem levar em conta o espaço no qual elas são implementadas: a universidade. Dito de outro modo, não se pode discutir o estágio profissional sem considerar os processos que incidem no âmbito da universidade brasileira, notadamente em face dos processos de desmonte perpetrado pelos governos neoliberais, aparentemente filiados a diferentes espectros políticos.

Os ataques promovidos têm a pretensão de tornar as universidades públicas simples organizações prestadoras de serviços em detrimento da sua essência de ser uma instituição, *locus* em que se “aspira à universalidade” (CHAUÍ, 2003, p. 6). Segundo Marilena

Chauí (2003), as pressões do capital sobre as universidades visam o deslocamento de uma concepção na qual sua função essencial está relacionada à produção do conhecimento, da ciência e tecnologia comprometida com os interesses do conjunto da sociedade para uma concepção na qual se prioriza a construção de respostas às demandas dos setores produtivos, com saberes utilitaristas que aumentem a produtividade. Neste sentido enfatiza a autora que em uma universidade que se caracteriza como uma organização prestadora de serviços,

[...] pesquisa não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. [Nela] não há tempo para reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. [A] atividade cognitiva não tem como nem por que se realizar. Em contrapartida, no jogo estratégico da competição do mercado, a organização mantém-se e firma-se se for capaz de propor áreas de problemas, dificuldades, obstáculos sempre novos, o que é feito pela fragmentação de antigos problemas em novíssimos microproblemas, sobre os quais o controle parece ser cada vez maior. A fragmentação, condição de sobrevivência da organização, torna-se real e propõe a especialização como estratégia principal e entende por “pesquisa” a delimitação estratégica de um campo de intervenção e controle. É evidente que a avaliação desse trabalho só pode ser feita em termos compreensíveis para uma organização, isto é, em termos de custo-benefício, pautada pela ideia de produtividade, que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido. Reduzida a uma organização, a Universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva. (CHAUI, 2003, p. 7-8).

A autora se questiona sobre as razões dessa escolha e afirma que isso tem a ver com os processos de privatização e de mercantilização da educação a que a universidade pública está submetida. Nesta direção, o conhecimento por ela produzido é direcionado aos interesses privados, fato também relacionado ao fortalecimento das

perspectivas que valorizam o pragmatismo científico ou enfatizam a “aplicabilidade” da ciência (CHAUÍ, 2008).

Este processo analisado por Marilena Chauí se desenvolve, ou seja, se complexifica, em virtude da predominância do capital financeiro para o qual o domínio e o controle das informações e do conhecimento são imprescindíveis. Isso porque, segundo Chauí (2003, p. 8)

[...] o poder econômico baseia-se na posse de informações e, portanto, essas tornam-se secretas e constituem um campo de competição econômica e militar sem precedentes, ao mesmo tempo em que, necessariamente, bloqueiam poderes democráticos, os quais se baseiam no direito à informação, tanto o direito de obtê-las como o de produzi-las e fazê-las circular socialmente.

Ao analisarmos os acontecimentos mais recentes, podemos inferir que há, sim, uma intensificação da ofensiva sobre as universidades, especialmente sobre as públicas, com vistas a dar consecução a um projeto que faz delas espaços terceirizados dos setores produtivos privados.

Entendendo a universidade como organização social, produz-se aquilo que podemos denominar de universidade operacional, espaço no qual “a Universidade [...], por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos” (CHAUÍ, 2014, p. 5).

Esta universidade é regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, estando fragmentada em micro-organizações que ocupam seus docentes e submetem seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual (CHAUÍ, 2003).

Tendo em vista este cenário, identifica-se a falta de autonomia das universidades, aspecto que se expressa no “[...] aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados,

a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc.” (CHAUÍ, 2003, p. 7). Em face desta lógica produtivista, a universidade “[...] não está imune às metamorfoses capitalistas e seus efeitos” (PEREIRA; BALESTRIN; OLIVEIRA, 2013, p. 11). Neste sentido, a educação não tem como um fim gerar conhecimento, mas tornar-se uma mercadoria, um negócio no qual o mercado regula as relações e as domina, visando o lucro. Na medida em que se avança neste processo de mercantilização, as consequências negativas nas relações de trabalho, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão restam evidenciadas.

Em sendo assim, também os projetos de formação e, particularmente, as práticas de estágio e de supervisão, não estão imunes às consequências desta mercantilização, haja vista que sofrem todas as implicações desse processo, influenciando, ainda, sobre o perfil dos estudantes (GUIRALDELLI, 2019).

É importante ressaltar que, apesar de o estágio (e da supervisão correlacionada) constituir-se como espaço de legitimação da profissão ao contribuir para a construção de um perfil profissional crítico e propositivo, existem problemas relacionados ao caráter reducionista que lhe é conferido, promovido pela lógica capitalista que assola a educação brasileira, conforme mencionamos. Ao utilizar os estudantes como força de trabalho barata, desfigura-se a dimensão educativa desta atividade, prevista e defendida na PNE da área de serviço social.

O estágio não pode ser entendido, tanto pelas unidades de ensino como pelas unidades concedentes, como política de permanência na universidade, direito que deveria ser de responsabilidade da política de assistência estudantil. Para isto, é necessário que haja gestões permanentes no combate à essa distorção, para que também o estágio possibilite ao estudante de serviço social a necessária inserção no cotidiano do trabalho do assistente social e a capacitação para o exercício da profissão (ABEPSS, 2010, p. 8).

Dito isso, cremos que um dos dilemas enfrentados na consecução das diretrizes da PNE se expressa exatamente na condição dos estudantes trabalhadores para darem cumprimento ao estágio em face da urgência da busca por respostas às suas necessidades de reprodução da vida. Ainda que os processos de precarização do trabalho sejam inerentes ao próprio modo de produção regido pelo capital, o estágio – dadas as exigências impostas pelas condições de vida dos estudantes da classe trabalhadora – é instrumentalizado para que esta força de trabalho em processo de qualificação seja usada de modo a baratear os custos com as despesas com o capital variável no âmbito da iniciativa privada ou com as despesas com pessoal no âmbito do Estado. Não raramente, quando remunerados, os estágios profissionais acabam por ser a única fonte de renda dos estudantes e/ou de suas famílias. É exatamente aí que, embora entendendo a função precípua do estágio no processo de formação, os estudantes trabalhadores precisam secundarizar a dimensão pedagógica deste componente curricular e fazer dele meio de sobrevivência e de manutenção da permanência na universidade. Por isso, desde logo, não têm outra alternativa a não ser se sujeitarem às regras e condições impostas pelas organizações públicas ou privadas para a realização do estágio. Quando não remunerado, a submissão a essas condições ocorre com vistas a dar cumprimento a obrigatoriedade da realização do estágio para a conclusão do curso. Ainda, assim, quase sempre a prática do estágio obrigatório e não remunerado se torna um fardo em face da necessidade do estudante desenvolver algum trabalho que lhe garanta alguma renda, seja formal ou informal. Na medida em que precisa conciliar este conjunto de atividades se vê obrigado a não priorizar as oportunidades apresentadas no espaço acadêmico: não participa de eventos científicos, de iniciativas de pesquisa e extensão, não consegue estabelecer nem ritmo nem disciplina de estudo, o que redundando também no rebaixamento da qualidade da formação.

Não obstante estas questões, muitas vezes o estágio é entendido como um momento privilegiado para a operacionalização de ações profissionais para aquisição de comportamentos e de treinamento de habilidades. Esse ponto de vista tem levado supervisores a referir o processo de estágio como prestação de serviços e não como um momento privilegiado na formação profissional (GUERRA; BRAGA, 2009) que propicia o desenvolvimento da criticidade em face da realidade do próprio mercado de trabalho.

Em síntese, do ponto de vista dos estudantes em face de suas condições objetivas de vida, conforme apontam Guerra e Braga (2009), já não se verificam resistências a essa lógica perversa de uso de sua força de trabalho. A procura por vagas de estágio curricular obrigatório ou não que configurem uma fonte de renda constitui uma iniciativa frequente dos próprios estudantes, que as disputam acirradamente. Além disso, como mostram dados da pesquisa que deu origem ao presente artigo, estudantes enfrentam processos seletivos de estágio que acabam por reproduzir em grande medida as desigualdades sociais, haja vista que em muitos deles passam a ser valorizadas determinadas características que conformam um perfil de estudante que destoa do existente pelo menos quando se analisa quem são os estudantes dos cursos de serviço social. Esses processos seletivos acabam por valorizar aqueles que têm domínio de língua estrangeira ou vivências de outros estágios e intercâmbios no exterior, excelente domínio da escrita formal da língua portuguesa e outras habilidades que nem sempre os estudantes tiveram oportunidade de desenvolver em seus processos formativos precedentes, no ensino médio e fundamental. Do mesmo modo, os processos seletivos para a ocupação das vagas de estágio não raramente têm sido marcados por posturas que evidenciam a reprodução do racismo estrutural e das opressões de gênero, questões que passam a ser denunciadas pelos próprios estudantes.

No âmbito das unidades de ensino, os docentes supervisores também enfrentam os profundos processos de intensificação de suas

atividades em face da lógica produtivista que antes fizemos alusão. Nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas as ofensivas contra à universidade que se materializam pelo desfinanciamento, pela não reposição de pessoal técnico e docente, pela não recuperação das estruturas físicas etc., repercutem diretamente no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estes trabalhadores da educação reiteradamente têm enfrentado propostas de destruição das carreiras, supressão de direitos, bem como deterioração dos salários. A proposta de contrarreforma administrativa constante do Projeto de Emenda Constitucional nº 32/2020 em tramitação no Congresso Nacional constitui mais uma etapa desta ofensiva. Já no âmbito das IES privadas esta ofensiva se materializa nas formas cada vez mais precárias de contratação, quase que extinção do regime de trabalho com dedicação exclusiva e sua substituição por regime “horista”, pela adoção da modalidade de ensino a distância e, dentro dela especialmente (mas não exclusivamente), o aparecimento de contratações de docentes por atividade (aula, módulo, curso, orientação) ou produtos (plano, projeto, relatório etc.). Além disso, estas IES invariavelmente aderem ao projeto do empresariado da educação, cuja direção é dada por grupos como Kroton Educacional, Estácio Participações S/A, Universidade Paulista (UNIP), Cruzeiro do Sul Educacional, Ser Educacional S/A, Universidade Nove de Julho, GAEC Educação (Ânima) etc.

De acordo com Bênia (2020, p. 79):

Nos anos 2000, algumas IESPs⁴, já atuando no modelo empresarial, que passou a ser permitido na década anterior, cresceram mediante a profissionalização da sua gestão, da captação de recursos financeiros de fundos de investimentos nacionais e estrangeiros e da abertura de capital na bolsa de valores. Esses recursos impulsionaram um movimento de fusões e aquisições de IESPs que se constitui na principal estratégia de expansão das grandes empresas do setor para atingir novos mercados no país. Tais empresas constituem

4. ESPs: Instituições de Ensino Superior Públicas.

verdadeiros conglomerados, com atuação, além da educação superior, em segmentos como sistemas de educação, edição de livros didáticos e cursos profissionalizantes e de idiomas. Recentemente, começaram a se expandir para os ensinamentos fundamental e médio, por meio da mesma estratégia de aquisição de instituições já estabelecidas no mercado.

Estudos (CORBUCCI, KUBOTA e MEIRA, 2016) mostram uma tendência de oposição entre o aumento do número de matrículas e a redução do número de docentes nas IES privadas, o que resulta na elevação da relação número de docente/número de estudante e, do nosso ponto de vista, repercute sobremodo na qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido.

Já no âmbito das instituições concedentes – campos de estágio – os profissionais assistentes sociais – assim como estudantes e docentes e trabalhadores em geral – estão submetidos a condições de trabalho cada vez mais difíceis, caracterizadas por contratos precários, jornadas de trabalho extenuantes, baixos salários, sobrecarga de trabalho, complexificação das demandas profissionais a serem respondidas, assédio moral e sexual, falta de infraestrutura e de equipamentos, discriminação por condição de classe, gênero, raça, etnia, adoecimento em virtude do trabalho etc..

Os postos de trabalho desses profissionais supervisores se localizam majoritariamente nas estruturas do Estado e, nesta esfera, ainda que a contratação típica seja aquela via concurso público, constata-se uma redução deles e um aumento de contratações atípicas, conforme mostram estudos de Druck (2021) o que gera maior insegurança no trabalho e, ao mesmo tempo, a assunção de funções e atribuições nem sempre condizentes com o cargo ocupado. No caso específico dos profissionais de serviço social isso implica na realização de tarefas burocrático-administrativas que viabilizem o alcance dos objetivos dos processos interventivos nem sempre inerentes ao trabalho profissional, mas que viabilizam a “funcionalidade” do cotidiano institucional.

É neste contexto que a prática da supervisão de estágio também se insere, muitas vezes não reconhecida pelas instituições empregadoras e/ou assumidas pelos assistentes sociais como mais uma atribuição no conjunto de suas inúmeras atividades cotidianas. Em ambos os casos a supervisão de estágio acaba por configurar sobretrabalho, dado que sua realização implica em procedimentos e exigências próprias das atividades acadêmicas: leitura de relatórios, realização de avaliações, reuniões, fóruns, além do sistemático acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários. As reais condições de trabalho dos assistentes sociais supervisores de estágio raramente convergem para viabilizar o cumprimento das normativas previstas na Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008, do CFESS.

Em face da sintética abordagem do tema aqui apresentada, nota-se que o estágio e respectivamente a supervisão, elementos intrínsecos à formação e ao trabalho profissional, sofrem conjuntamente os reflexos da dinâmica da sociedade capitalista, num contexto de crise, contrarreformas do Estado, mercantilização da educação e intensos processos de precarização das relações e condições de trabalho que afetam o conjunto da classe trabalhadora.

Neste contexto inúmeros problemas e polêmicas têm surgido, demandando reflexões e estratégias que nem sempre conseguem dar efetividade aos princípios e diretrizes defendidos no âmbito do serviço social brasileiro. Por isso, temos uma hipótese de trabalho que nos parece bastante consistente, ainda que, aqui, não possamos desenvolvê-la: os problemas e polêmicas supracitadas só poderão ser enfrentados no conjunto das lutas por melhores condições de trabalho da classe trabalhadora e, particularmente, dos trabalhadores assistentes sociais. E, nesta direção, vale dizer, a organização política da categoria é condição indispensável para este enfrentamento.

Feitas estas considerações, na sequência, apresentamos as discussões suscitadas pelas produções técnico-acadêmicas selecionadas

na pesquisa, cujo percurso metodológico delineamos na seção introdutória do presente artigo.

Estágio, supervisão de estágio em serviço social e condições de trabalho: uma análise a partir da produção técnico-acadêmica

Conforme já assinalamos na introdução do presente artigo, este estudo integra o projeto “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços socio-ocupacionais”. Um dos objetivos desta pesquisa mais ampla era analisar as produções da área sobre a temática, dando ênfase às condições e relações de trabalho dos assistentes sociais e estudantes na dinâmica do estágio profissional, o que pressupõe também a supervisão desta prática. Nesta direção, aqui, analisaremos como estas questões estão sendo abordadas na produção técnico-acadêmica constante dos Anais dos principais eventos da categoria – ENPESS e CBAS –, considerando aqueles realizados entre os anos de 2010 e 2018⁵.

Dentre as produções técnico-acadêmicas que constituíram nossas fontes de pesquisa, constatamos que os autores enfatizam o fato de que o ritmo exaustivo de trabalho dos supervisores de campo acaba por consumir toda a carga horária de trabalho deste profissional, impossibilitando a realização da supervisão de estágio, o que a transforma num sobretrabalho, corroborando para o que se constatou na pesquisa empírica supracitada.

Essa questão resta evidenciada no excerto de uma das fontes de pesquisa selecionadas:

[...] a supervisão de estágio é identificada como sobretrabalho, por exigir um tempo superior ao disponível pelos supervisores de campo, quando somadas suas atividades cotidianas de

5. Para evidenciar as diferenças entre o que são extratos retirados dos artigos que constituíram as fontes da pesquisa e as citações de autores usadas para fundamentar nossas análises, apresentamos as passagens das fontes selecionadas em itálico, ainda que observando o formato de citações no texto.

trabalho, o que demanda diálogo entre as IES e os campos de estágio no sentido de definir alternativas para o exercício da atividade de supervisão (SERVO; DELGADO, 2013, p. 07).

Cabe destacar que o processo de supervisão é inerente ao estágio e caracteriza-se como atividade privativa do assistente social, devendo fazer parte de sua carga horária total de trabalho. Observa-se que a sobrecarga de trabalho amplia e intensifica a precarização na medida em que repercute sobre as atividades de estágio desenvolvidas pelos estudantes. Além disso, seus efeitos são sentidos em todo o processo de formação, haja vista que a forma apressada, sem planejamento ou até mesmo a ausência da supervisão obsta o desenvolvimento de habilidades e competências que devem ser requeridas do estudante em conformidade com as diretrizes da própria formação. Entendemos que a supervisão realizada pelos profissionais de campo viabiliza a análise crítica da realidade de modo a nela identificar as possibilidades da própria ação interventiva. Dito de outro modo, quando a supervisão não ocorre, estudantes e supervisores envolvidos neste processo perdem um

[...] momento ímpar de análise concreta de situações concretas e relevantes para se compreender as dimensões constitutivas das questões específicas que se põem no campo de estágio, como também para a instrumentalização do/a estagiário/a. [Esse processo] Configura-se como espaço para se equacionar o significado e o lugar do instrumental técnico, para se criar e recriar possibilidades políticas para a ação profissional; para se desenvolver valores éticos, e é, sem dúvida, momento privilegiado para se superar o nível de uma racionalidade imediata que é própria da vida cotidiana, e possibilitar a construção de mediações (CAPUTI, 2016, p. 393).

A limitação do tempo para a supervisão não é o único aspecto a ser considerado nesse debate, mas também a qualidade desse momento que, ao ser afetado pelos processos de precarização do trabalho profissional, não é garantida. A preocupação com a qualidade

da supervisão é evidenciada nas produções analisadas, conforme se constata no extrato de outra fonte selecionada:

Buriolla (2008), considera que a sobrecarga de tarefas, funções e atribuições delegadas aos supervisores, refletem diretamente na qualidade da supervisão e nas condições físicas e psíquicas dos supervisores, levando esta a ser preocupação de segundo plano (NORONHA, 2016, p. 09).

De fato, a qualidade da supervisão é influenciada pelas condições de trabalho do assistente social. No cotidiano de trabalho é comum a “[...] falta de condições propícias para que o/a profissional possa realizar a supervisão de campo com qualidade. O/a profissional está sobrecarregado de atividades e demandas, não consegue tempo e até mesmo recursos [...]” (CAPUTI, 2016, p. 04) para dar consecução ao seu trabalho.

Estas condições acarretam, ainda, implicações para a saúde mental dos assistentes sociais, que assim como outros trabalhadores vêm sofrendo com as consequências da precarização do trabalho que perpassam as dimensões objetivas e subjetivas de suas vidas, colocando em risco sua saúde psíquica (FAERMANN; MELLO, 2016). Todas essas questões merecem e precisam ser compreendidas para serem enfrentadas. E, conforme pontua Guerra (2010, p. 722)

[...] muito raramente a literatura produzida no Serviço Social se debruça sobre as consequências geradas pela degradação das condições de trabalho e vida dos assistentes sociais. Por vezes, as ações repetitivas, rotineiras e acríticas, os imediatismos, a fragmentação do trabalho, a urgência em dar respostas, a necessidade de buscar soluções individuais, sendo responsabilizado pelo seu sucesso ou fracasso, acarreta doenças profissionais, submetidos que estão à pressão para resolver os problemas que requisitam respostas imediatas e urgentes. Neste contexto, a insatisfação no que se refere às condições e relações de trabalho produz sofrimento e desgaste emocional [...].

O processo de adoecimento está presente em todos os espaços de trabalho e inúmeros estudos apontam para o seu aumento em face das novas exigências impostas pelos modelos de gerenciamento e organização da força de trabalho. No âmbito acadêmico, por exemplo, estudos mostram que o adoecimento docente está intimamente relacionado aos processos de ofensiva às universidades, especialmente as públicas e à perspectiva produtivista imperante (LEITE, 2017; SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009).

Ora, para que o processo de estágio e supervisão seja exitoso e possa cumprir, de fato, sua função pedagógica, as condições objetivas e subjetivas para a sua realização precisam ser observadas. Essas condições são destacadas na produção técnico-acadêmica selecionada, conforme se constata pelo excerto a seguir apresentado:

[...] a prática da ação supervisora pressupõe a existência de condições mínimas, o que perpassa o preparo do profissional e um ambiente favorável, na figura de um espaço apropriado para o exercício da reflexão e discussão entre supervisor e supervisionado. Estes devem poder sentar-se, sem interrupções, resguardando um tempo e horário previamente combinados. Só assim a supervisão se processa e o objetivo é alcançado (GUIMARÃES; STEDILE; BORGES, 2012, p. 08).

À vista disso, cabe pontuar que a resolução do CFESS nº 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, apesar de não discorrer acerca da supervisão em seus artigos, também é fundamental para que esta ocorra com qualidade, proporcionando a realização das discussões em ambientes adequados, contando com privacidade, iluminação, ventilação etc. Para além do espaço físico, a preparação/qualificação profissional para a supervisão coloca-se como necessária, pois constitui-se como meio para a “[...] construção de possibilidades para seu fortalecimento, [...] visando qualificar o processo de supervisão e a consolidação da PNE na sua totalidade” (CAPUTI, 2016, p. 05).

Dessa forma e conforme salientamos anteriormente, depreende-se que para uma supervisão de qualidade é necessário um conjunto de elementos para que, além da sua realização, exista o máximo aproveitamento de suas potencialidades pelos sujeitos envolvidos.

Outra questão apresentada na produção técnico-acadêmica identificada no processo de pesquisa diz respeito à necessidade de respostas profissionais imediatas em face das demandas que chegam ao assistente social, fazendo com que estas não sejam suficientemente problematizadas. E, não raras vezes, os supervisores que também estão inseridos nesta desgastante dinâmica cotidiana acabam por não perceber a importância de, na prática da supervisão de estágio situada no conjunto das atividades de formação, refletir criticamente sobre estas demandas com os estudantes, de modo a corroborar, inclusive, com a superação do falso e conhecido dilema da dicotomia entre teoria e prática. Tal aspecto é exposto em uma das produções que nos serviram de fonte de pesquisa:

Partindo do pressuposto de que Estágio supervisionado compõe parte intrínseca e tem valor central no processo formativo, a precarização do trabalho faz com que hoje os profissionais de Serviço Social percam de vista a importância em articular as outras dimensões da formação ao Estágio supervisionado. Isso se dá, pois, os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social demandam atualmente cada vez mais respostas quantitativas, produtivistas e de resultados imediatistas, o que tendencialmente atropela o cotidiano profissional, levando muitos Assistentes Sociais ao velho dilema de “na prática a teoria é outra” (SILVA; NETO, 2016, p. 09).

Esse dilema se manifesta em virtude da concepção utilitarista de que a teoria pode ser aplicada, ou, até, dar respostas ou modelos de intervenção. De acordo com Guerra (2005), nesta perspectiva se entende que as teorias sociais constituem “[...] um conjunto de regras, modelos, procedimentos e referências instrumentais precisas, capazes de serem imediatamente aplicáveis na realidade”

(GUERRA, 2005, p. 03). Ou seja, se assim não forem, não serão úteis para dar respostas à profissão.

A reprodução de uma pretensa dicotomia entre “pensamento e ação”, “teoria e realidade” e entre a “teoria e a prática” acaba por ter implicações diretas sobre o processo de supervisão e sobre o estágio. Essa perspectiva revela o não entendimento da função da teoria e a sua natureza como “tradução do real” (NETTO, 2011), como meio de colocar luzes sobre a própria realidade no sentido de compreendê-la em sua própria forma de ser. Não raramente o que se espera da teoria é que ela forneça os instrumentos e meios de intervenção e respostas às demandas profissionais imediatas postas no cotidiano de trabalho do assistente social. Nesse sentido, as mediações subjetivas e objetivas necessárias para que se reconheça a relação existente entre a teoria e a prática são abstraídas. Na medida em que isso ocorre, os profissionais se deparam, de fato, com um hiato entre esses momentos e acabam por requisitar tipos de conhecimentos que se limitam a dar explicações superficiais da realidade e que tenham natureza eminentemente instrumental e pragmática.

Entende-se que “o estágio não é a hora da prática” (LIMA, 2004, p. 08), “[...], mas um espaço de unidade, por possibilitar uma prática fundamentada numa teoria em confronto com a realidade, numa relação dialética que as inter-relaciona, recriando-as no cotidiano” (ASSIS; ROSADO, 2012, p. 206).

Avançando em nossa exposição, consideramos relevante mencionar que outro debate em relação às condições de realização do estágio mencionado na produção que nos serviu de fonte de pesquisa diz respeito às formas pelas quais ele é aceito no âmbito das instituições concedentes. Em linhas gerais, a polêmica que se impõe é se isso é uma decisão exclusiva do profissional, da instituição empregadora ou de ambos. No excerto que segue esta questão é apresentada:

Identifica-se que nem sempre o assistente social decide realizar ou não a supervisão de estagiários, ou melhor, à esta decisão implicam fatores externos ao profissional, como por exemplo, o contrato /convênio com as unidades de ensino; decisão do gestor; entre outros (PORTES; TORRES, 2014, p. 06).

Isso nos faz questionar o real motivo da abertura de campos de estágio. Essa abertura seria uma forma de suprir a demanda por mais profissionais por parte da instituição por meio de uma força de trabalho em processo de formação com menor custo? Ou, de fato, a instituição entende e preza pelo caráter pedagógico do estágio? Essas questões perpassam a realidade deste processo e por isso devemos nos atentar às dinâmicas institucionais que tendem a descaracterizar a função do estágio, visando a utilização da força de trabalho de estudantes, sem levar em conta a precípua finalidade do estágio.

É indispensável considerar as consequências que o processo de precarização das relações laborais traz à formação do assistente social, haja vista que o vínculo formado entre estudante e supervisor é considerado fundamental na construção da identidade profissional, conforme evidenciam os excertos destacados dos artigos selecionados para nossa análise:

A relação do estudante-estagiário com o supervisor de campo influencia fortemente na construção da sua identidade profissional. [...] Ao supervisor é conferida a figura positiva quando o estudante estagiário diz 'quando crescer quero ser igual a você' ou negativa, quando dizem ao supervisor acadêmico 'uma coisa tenho certeza: não quero ser um profissional igual a ela ou ele' e assim, a identidade profissional do estudante-estagiário poderá ser formada ou não. Segundo Buriolla. (1994) essa identidade está na relação com o supervisor de campo, e não com o supervisor acadêmico, restringindo o processo de construção de identidade profissional a uma dimensão operacional, de preparação para o trabalho do assistente social (SERVO; DELGADO, 2013, p. 06-07).

Atribuir essa função ao supervisor de campo pode implicar em análises idealistas sobre o papel deste profissional, visto que existem

limites postos para a atuação do supervisor, condicionados pelas condições objetivas e subjetivas de trabalho e pelas determinações da própria sociabilidade do capital que se singularizam no cotidiano institucional. Essa visão idealizada do profissional supervisor de estágio, seja de campo ou acadêmico, pode não levar em conta as contradições presentes na realidade de estágio e que determinam as respostas profissionais formuladas em face das complexas demandas apresentadas. Não raramente são criadas imagens negativas do profissional supervisor sem que tais contradições sejam identificadas e problematizadas. Quando isso ocorre, frequentemente os profissionais são culpabilizados pela não superação dos dilemas apresentados no espaço de trabalho.

Nos artigos que nos serviram de fonte de pesquisa podemos observar que a luta coletiva contra a precarização do trabalho e da formação em serviço social e o intenso debate acerca das Diretrizes Curriculares, do projeto ético político e da política nacional de estágio são apresentados como estratégia para enfrentar as ofensivas do capital sobre o trabalho e a educação. Nesta direção os autores dos referidos artigos asseveram:

A conquista de um processo de estágio supervisionado de qualidade está ligada à luta contra a precarização do trabalho e da formação profissional, que requer a luta contra a mercantilização e aligeiramento que acometem o atual panorama do ensino superior no Brasil (NORONHA, 2016, p. 10).

Torna-se imprescindível que o estágio supervisionado ganhe visibilidade a toda categoria profissional envolvendo os desafios apresentados, e no que tange à supervisão de qualidade se possa lutar contra a precarização do trabalho e formação profissional que '[...] requer a apropriação das diretrizes curriculares e de outros instrumentos normativos e legais da categoria' (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 549 apud AMICUCCI, 2012, p. 10).

Nota-se que nos extratos selecionados os autores demonstram uma correta vinculação do estágio e da supervisão de estágio com

aspectos mais amplos da realidade social, tanto daqueles relativos às novas requisições e transformações no/do mundo do trabalho, como daqueles relacionados aos processos instituídos no âmbito da universidade, no espaço da formação. Isso também recoloca ao conjunto da categoria, permanentemente, diversas demandas para enfrentar a ofensiva conservadora dentro e fora da profissão, bem como para disputar teórica e politicamente um projeto de profissional articulado com a superação da sociabilidade burguesa.

Por isso a importância de ampla luta e resistência junto às entidades da profissão e estudantil, buscando debater acerca do estágio, supervisão, condições de trabalho, formação etc. para que se possa qualificar esses processos, “[...] [travando lutas] na defesa da educação de qualidade e a resistência com relação à precarização da educação superior e suas ressonâncias no Serviço Social, sobretudo, no que diz respeito à modalidade de Ensino a Distância [...]” (CAPUTI, 2016, p. 02).

Outra consequência da precarização das relações de trabalho que atinge o processo de supervisão e as práticas de estágio está ligada à relação entre instituição de estágio e de ensino, conforme expresso no excerto a seguir:

Os/as supervisores/as relataram que a relação entre supervisores/as acadêmicos e de campo é relegada à formalidade. Indicam que não há uma relação concreta, efetiva entre supervisor/a acadêmico/a e de campo, cada uma das partes tem desenvolvido suas atividades, atribuições dentro do possível, e este possível não se aproxima da condição ideal. Essa realidade é condicionada aos ditames do capitalismo, do neoliberalismo e toda sua lógica que impera sobre as condições de trabalho tanto dos/as supervisores/as de campo como acadêmicos (PORTES; TORRES, 2014, p. 08).

Embora seja possível questionar sobre o que é uma “condição ideal” para o desenvolvimento do estágio e da supervisão, bem como argumentar que as considerações apresentadas são ainda muito abstratas, não há como negar que tal problemática histórica-

mente é apontada pelos sujeitos envolvidos no processo de estágio e que, embora alguns avanços possam ser observados na tentativa de dirimir o mencionado “afastamento” entre os referidos espaços e sujeitos, o desafio permanece e se reatualiza constantemente. Contudo, acreditamos que essa já é uma expressão dos processos de precarização que aqui estamos problematizando. E, nessa direção, reafirmamos, uma primeira e importante iniciativa deve ser a apreensão desses processos, de modo a construir alternativas éticas e políticas que possam criar tensionamentos institucionais, tanto no espaço da formação como no de atuação profissional.

Nessa perspectiva, Caputi (2016) afirma que a precarização do trabalho e da educação constitui uma das causas que transformam a relação entre instituição de estágio e de ensino desafiante e marcada pelo distanciamento. Tal distanciamento é extremamente prejudicial, pois para uma supervisão de qualidade demanda-se, conforme Caputi (2016, p. 04),

[...] uma relação de unidade e de diálogo permanente entre supervisor/a de campo, supervisor/a acadêmico/a e estagiário/a e, também, a construção coletiva de uma proposta de estágio, bem como do processo de supervisão direta e sistemática. Assim, há a necessidade dos atores se conhecerem; conhecerem os respectivos planos de trabalhos, a matriz curricular e o projeto pedagógico do curso [...].

O distanciamento em comento torna-se ainda maior quando o profissional está submetido a contratos precários de trabalho, como, por exemplo, no chamado terceiro setor, no qual tem-se uma significativa rotatividade de profissionais, ou mesmo nos espaços estatais em que cada vez mais os profissionais são contratados temporariamente por meio de processos seletivos simplificados. Essa rotatividade fragiliza a própria articulação com os espaços de formação quando estas instituições são campo de estágio. Em virtude disso, ocorrem outros prejuízos para estudantes, para a

própria instituição e para usuários, haja vista que ações, projetos e programas sofrem solução de continuidade.

Guerra (2010) ao problematizar esta questão afirma que as diversas formas de contratação e de condições socio-ocupacionais influenciam na fragmentação da categoria profissional, reduzindo sua capacidade de se contrapor a essa lógica, pois “[...] dentro de um mesmo espaço laboral os profissionais são contratados sob modalidades diversas, com salários diferentes para realizar, em muitos casos, atividades similares” (GUERRA, 2010, p. 720).

Neste diapasão, diante da retração das funções sociais do Estado poder-se-á brevemente se constatar uma tendência de redução do espaço profissional do assistente social nessa esfera que, certamente, estará relacionada à necessidade de cortes pelo desfinanciamento das ações pactuadas com o próprio Estado ou pelo deslocamento de suas ações para as organizações da sociedade civil. Essa reorganização do Estado operada no contexto das contrarreformas rebate diretamente na dinâmica dos serviços operacionalizados tanto pelas organizações do terceiro setor como naquelas que ainda são implementadas diretamente pela instância estatal.

No excerto selecionado e exposto a seguir essa questão é explicitada:

[...] uma questão relevante é o obstáculo da continuidade dos projetos sociais nas instituições do ‘Terceiro Setor’ em razão da busca pela sobrevivência das organizações por meio da captação de recursos públicos e privados que as submete à incerteza da aprovação e renovação dos seus projetos junto aos ‘parceiros’/órgãos financiadores. Isto acarreta a não garantia da continuidade do trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais junto aos usuários e, assim, das condições mínimas para a continuidade do estágio supervisionado dos alunos. Articulado a este ponto também apontamos a rotatividade dos profissionais de Serviço Social nos espaços do ‘Terceiro Setor’, devido às precárias condições de trabalho (salário, jornada de trabalho, acesso a direitos trabalhistas, etc.) (DUARTE, 2013, p. 06).

No mesmo sentido, em uma das produções que nos serviram de fonte de pesquisa se reitera esta percepção e, ao mesmo tempo, aponta-se as consequências da flexibilização das relações trabalhistas também para o próprio processo de supervisão de estágio:

A flexibilização das relações trabalhistas, caracterizadas por baixos salários, terceirizações, ou por contratos temporários, demandam diferentes vínculos institucionais dos profissionais. Logo, implicam não só na redução da carga horária dos assistentes sociais no espaço sócio ocupacional, como também na transitoriedade destes na busca por melhores condições de trabalho. Isso fragiliza sobremaneira o processo de supervisão, não só pela redução da disponibilidade do profissional para o acompanhamento do estagiário, como também no rompimento ou dificuldade de estabelecimento do vínculo do supervisor de campo com o estagiário, implicando em prejuízos para o processo pedagógico (MONTEIRO, 2012, p. 07).

De fato, a ocupação pelos assistentes sociais destes espaços laborais tende a ser marcada pela precarização das relações de trabalho, consequência desse processo de flexibilização das relações contratuais que provocam alta rotatividade de emprego, multiplicidade dos vínculos de trabalho e níveis salariais reduzidos (SERRA, 2000).

Conforme aponta Guerra (2010, p. 721)

[...] a descontinuidade no/do exercício profissional [...] incentiva intervenções pontuais, de caráter eventual, visando respostas imediatas, sem continuidade. Essa descontinuidade não permite a apreensão do processo no qual o exercício profissional se realiza, limitando o conhecimento da totalidade dos elementos que constituem a situação.

Nesse cenário a supervisão de estágio não encontra espaço para ser realizada de forma a responder às necessidades da formação, haja vista a preocupação constante dos assistentes sociais em manterem-se empregados, submetendo-se a condições e relações de trabalho que obstam o processo pedagógico. Essas condições também impactam negativamente na formação porque comprometem

a relação dos estudantes estagiários com as instituições campos de estágio que não raramente os aceitam nos espaços socio-ocupacionais como alternativa para suprir a falta de profissionais em face do volume de trabalho.

Dessa maneira, podemos observar que quanto maior for o nível de precarização do trabalho do assistente social, maior será o impacto na sua atuação, no processo de supervisão e, conseqüentemente, na formação dos estudantes. E, para além disso, também impacta negativamente sobre as respostas profissionais elaboradas com vistas a atender as necessidades da classe trabalhadora, usuária das políticas sociais nas quais atuam os profissionais.

Embora já tenhamos apresentado majoritariamente aspectos que dizem respeito aos impactos da precarização das condições e relações de trabalho no processo de supervisão envolvendo os profissionais que atuam nos campos de estágio, nota-se, conforme exposto nos excertos que seguem, que tal precarização está presente nas realidades enfrentadas pelos docentes supervisores, no âmbito das IES. Vejamos:

Em relação ao exercício da supervisão acadêmica, os desafios impostos pela reestruturação do capital e as condições de trabalho docente também são precarizadas. Exige-se produtividade que submete a autonomia intelectual do docente, a capacidade criativa e as práticas pedagógicas relegadas à reprodução de tarefas e limites para operacionalizá-las. (LEWGOY, 2009 apud AMICUCCI; OLIVEIRA, 2014, p. 09).

[...] percebe-se que a conjuntura neoliberal precariza as condições e relações de trabalho nos espaços acadêmicos, assim, os supervisores acadêmicos [...] vivenciam as tendências de intensificação da exploração e da precarização do trabalho (VASCONCELOS, 2009, apud AMICUCCI; OLIVEIRA, 2014, p. 09).

Como assinalamos na seção anterior deste artigo, os docentes também estão submetidos à lógica produtivista, tendo que, além de assumir atribuições relativas ao ensino, pesquisa e extensão, assumir

atribuições de natureza administrativa que consomem grande parte de suas jornadas de trabalho. Concordamos com a análise de Guerra (2010) para quem a realidade acadêmica atualmente se caracteriza pela redução da contratação de docentes e técnicos-administrativos

[...] gerando sérios problemas, tais como: salas superlotadas, falta de espaço físico adequado, [...] aumento da carga horária docente [...], exploração da sua força do trabalho [e a] preocupação restrita ao atendimento de metas de produtividade em detrimento da qualidade (GUERRA, 2010, p. 727).

É nessa dinâmica que surgem os cursos a distância, estes aclamados pelo mercado como forma aligeirada e barata de garantir diplomas, por meio dos quais são contratados poucos professores e o estudante não necessita se locomover para ter acesso às aulas. Nessa modalidade de ensino, em regra, formam-se profissionais com reduzido senso crítico, cuja formação é norteada pelo “[...] uso de material sucateado e de má qualidade, comprometendo inteiramente o perfil de profissional que se deseja” (GUERRA, 2010, p. 728).

Nesse mesmo sentido, ao abordar a perda de qualidade da formação profissional causada pelos impactos da implementação do ensino a distância e da precarização das relações e condições de trabalho, autores cujas produções constituíram nossas fontes de pesquisa asseveram que

O estágio supervisionado como fundamental para a formação do assistente social encontra grandes desafios frente à sociedade capitalista que impulsiona a expansão do Ensino a distância e a precarização do trabalho do assistente social, fatos que implicam na qualidade da formação profissional (SILVA; NETO, 2016, p. 02).

Se no ensino presencial encontram-se dificuldades para a realização do estágio supervisionado, no ensino a distância estas potencializam-se. Por exemplo, para a realização da supervisão acadêmica é necessário um docente “[...] com visão generalista e consistente

dos elementos que constituem a formação profissional” (CAPUTI, 2016, p. 392), que consiga articular as dúvidas dos estudantes com o conteúdo de outras disciplinas e refletir sobre o processo de estágio. No entanto, no ensino a distância, essa relação não é possível, pois não há encontros com supervisores e estudantes que propiciem o debate e a reflexão. Em uma das produções selecionadas para a nossa análise esta questão é abordada nos seguintes termos:

[...] o estágio e a supervisão no EAD são incógnitos, é uma modalidade que transgride a processualidade ética da formação profissional do assistente social, totalmente na contramão do projeto ético-político que coloca o estudante na condição de objeto, embora seja uma via mais fácil de acesso ao ensino superior comparado aos valores dos cursos em instituições de ensino privadas e comodidade, sendo mais fácil conciliar o trabalho com os estudos, pois é perceptível o grau de não exigência de tais cursos, pois [...] há estudo de apostilas em detrimento de livros (AMICUCCI, 2012, p. 25).

Entendemos que todos esses processos são inerentes aos movimentos do capital para criar contratendências à queda das taxas de lucro e que se singularizam nos espaços de trabalho dos assistentes sociais, de modo a trazer implicações tanto para a atuação dos supervisores de campo, como para os supervisores acadêmicos, ao passo que também rebatem na formação de novos profissionais. No entanto, em relação ao âmbito acadêmico, cabe ressaltar que os assistentes sociais inseridos nas instituições privadas de ensino sentem de forma muito mais intensa a precarização das suas relações de trabalho, dado o fato de que se deparam muito mais diretamente com as implicações da relação entre trabalho e capital.

Nesse sentido, conforme afirma Guerra (2010, p. 729), “[...] a precarização do trabalho docente nas universidades públicas [...], que vem se acentuando, se manifesta em ritmos, grau e intensidade diversos que a precarização nas universidades privadas e/ou comunitárias”. Nessas instituições verifica-se que essa precarização

se hipertrofia com a adoção de um conjunto de estratégias gerenciais e novas formas de contratação e uso da força de trabalho docente.

O processo de precarização – no contexto da acumulação flexível – levado a cabo para recuperar o ciclo reprodutivo do capital apresenta consequências para todos os âmbitos da profissão. Tal argumento e percepção também foram identificados na produção analisada, conforme podemos constatar pelos extratos que seguem:

A formação e o exercício profissionais e conseqüentemente a supervisão e o estágio, enquanto partes dessa totalidade, foram e são atravessados por tais determinantes [financeirização da economia, Estado neoliberal e sua fórmula de redução dos direitos sociais, novos padrões de produção e organização do trabalho, num amplo processo de reestruturação produtiva], seja nos aspectos que incidem diretamente no projeto de mercantilização do ensino superior e de precarização do trabalho docente, afetando a qualidade da formação profissional, seja no âmbito do mercado de trabalho do assistente social e das demandas de qualificação profissional, bem como nas condições de realização desse trabalho (NUNES, 2010, p. 04).

A crise do capital e suas estratégias de reprodução confluem em alterações nas condições e relações de trabalho, atingindo o cotidiano profissional, as políticas sociais com as quais trabalha e até mesmo a formação profissional, conseqüentemente atingindo os estágios e os processos de supervisão. A precarização do ensino se expande, através da proliferação de cursos à distância e de pouca qualidade, bem como as dificuldades dos cursos presenciais que enfrentam a lógica de mercadorização do ensino. Assim, a reprodução da acumulação do capital atravessa tanto as instituições de ensino como os espaços de estágio e o próprio mercado de trabalho do assistente social, enfraquecendo a dimensão pedagógica e acirrando sua dimensão controlista, burocrática. (GUERRA, 2009). Nesse sentido também é importante estar atento ao uso dos estagiários enquanto mão-de-obra barata, já que muitas vezes o estágio remunerado é uma forma de sustento do estudante (GUIMARÃES; STEDILE; BORGES, 2012, p. 08).

Cabe evidenciar que “[...] essas características marcam os espaços laborais dos assistentes sociais, ainda que de formas, níveis e graus distintos, segundo a sua inserção diferenciada e diferentes condições sócio ocupacionais” (GUERRA, 2010, p. 719).

Por fim, é necessário evidenciar, conforme exposto nos excertos das fontes de pesquisa que por nós foram selecionadas, que o trabalho profissional, o estágio e a supervisão estão sujeitos às determinações socio-históricas que precisam ser identificadas e compreendidas, com vistas a localizar as possibilidades existentes na própria realidade e que podem desencadear processos que confrontem os avanços do capital sobre o trabalho. Vejamos:

Compreende-se assim que a supervisão, bem como o trabalho do assistente social, não podem ser pensados de forma isolada, pois ambos encontram-se inseridos em um contexto histórico, marcado por aspectos políticos, econômicos, sociais e religiosos, particular a cada momento histórico vivido pela profissão (MORANI, 2012, p.04).

Assim, a compreensão desse processo, implica o desvelamento das atuais configurações da sociedade, baseadas em um novo modelo de acumulação do capital. Financeirização da economia, Estado neoliberal e sua fórmula de redução dos direitos sociais, novos padrões de produção e organização do trabalho, num amplo processo de reestruturação produtiva provocam efeitos perversos para as classes trabalhadoras, precarização e desregulamentação, desemprego, alta concentração de renda e pauperização. Todo esse cenário repercute no Serviço Social, apontando a necessidade de um projeto capaz de responder às “velhas” e novas expressões da “questão social”, resultantes do conflito capital/trabalho (NUNES, 2010, p. 03).

Neste sentido, reiteramos a importância de apreender a realidade na qual estes processos são engendrados, haja vista que produto de uma forma social e histórica determinada de organização da produção. Esta realidade ganha nuances mais complexas a partir dos anos de 1970 quando o capital passa a enfrentar sua crise estrutural, cujos desdobramentos se materializam num cenário de barbárie

e desumanização. Compreender a historicidade desse processo nos possibilita buscar alternativas para enfrentá-lo, construindo estratégias de fortalecimento da classe trabalhadora, visando sua emancipação a partir de um novo projeto de sociedade e de um projeto profissional alinhado com essa perspectiva.

Considerações finais

Ao situarmos a intensificação dos processos de precarização do trabalho no contexto de crise estrutural do capital procuramos demonstrar, a partir das produções técnico-acadêmicas que nos serviram de fontes de pesquisa, se e como esses processos ganham visibilidade quando da análise do estágio e da supervisão de estágio em serviço social. Conforme restou evidenciado, essa abordagem, ainda que existente, é diminuta. Por essa razão entendemos que o aprofundamento do tema é imprescindível. Por outro lado, constatamos que, nas produções identificadas, as análises vinculam os imperativos do cotidiano do trabalho profissional às determinações mais gerais da forma social capitalista, corroborando com a tese de que os problemas existentes em relação à implementação de uma política de estágio na área não podem ser enfrentados sem levar em conta a compreensão das transformações em curso no mundo do trabalho.

As condições de trabalho precárias determinam o ser existente do serviço social e também o vir a ser, na medida em que interferem na e condicionam a formação dos futuros assistentes sociais. Entendemos que a crise estrutural do modo de produção capitalista que se manifesta a partir da década de 1970 está intimamente ligada ao processo de deterioração das condições e relações laborais e, também, na forma e no conteúdo do trabalho do assistente social, impactando sobre todas as requisições que a ele chegam, inclusive a de supervisão de estágio. E, neste sentido, é preciso que esta complexa realidade seja apreendida em sua totalidade, o que requer investimento em estudos e pesquisas que sejam orientados

por um rigor teórico e metodológico que nos permita identificar as possibilidades de fazer avançar o projeto ético e político defendido pelo serviço social brasileiro.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política nacional de estágio**, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_mai02010_corrige.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva de. Elementos para reflexão sobre a supervisão acadêmica de estágio em serviço social. *In*: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2014, Natal. **Anais...** Natal: ENPESS, 2014.

AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes. **Estágio supervisionado em serviço social**: processos de estigmatização e invisibilidade social. Anais do 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Juiz de Fora. 2012.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. **A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção**. Revista *katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 203-211, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2021.

BÊNIA, Gerson Carvalho. O surgimento de grandes grupos empresariais de educação superior e os efeitos sobre a qualidade do ensino. *In*: RESENDE Guilherme Mendes; SACCARO JÚNIOR, Nilo Luiz; MENDONÇA, Mário Jorge. **Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise das políticas de defesa da concorrência**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020, p. 79- 113. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10524/1/OSurgimentodeGrandesGruposEmpresariaisdeEducacao_cap3.pdf>. Acesso em: 2 set. 2021.

CAPUTI, Lesliane. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&

pid=S1414-4980201600300389&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2021.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. ° 24, p. 1413-2478, set/dez, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Contra a Universidade operacional**: a greve de 2014. Disponível em <https://www.adusp.org.br/files/database/2014/tex_chau.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORBUCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luis Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. **Reconfiguração estrutural da educação superior privada no Brasil**: nova fase da mercantilização do ensino. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2256.pdf>. Acesso em: 2 set. 2021.

DEPINÉ, Bruna. **Estágio supervisionado em serviço social e o trabalho profissional do assistente social**. Orientador: Jaime Hillesheim. 2019, p. 71. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Florianópolis/SC: DSS/UFSC, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204790>>. Acesso em: 15 set. 2021

DRUCK, G. **Terceirização no serviço público brasileiro**: instrumento de privatização do Estado. Cadernos da Reforma Administrativa [17]. Brasília: Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE), 2021. Disponível em: <https://www.sinait.org.br/doc_reforma/caderno17.pdf>. Acesso em: 2 set. 2021.

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. O estágio supervisionado nas organizações do “terceiro setor”: questões para reflexão. *In*: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2013, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia: CABAS, 2013.

FAERMANN, Lindamar Alves; MELLO, Cássia Camila Val de. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p.96-113, 2016. GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Ser-**

viço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 715-736, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-66282010000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 set. 2021.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. In: **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasil, 2009. Disponível em: <<http://cressrn.org.br/files/arquivos/46m757L9z28C-08m9UzW7b.pdf>>. Acesso em: 16 Set. 2021.

_____. No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra”? In: **Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel, Unioeste, out, 2005.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; STEDILE, Fabiana da Silva; BORGES, Karla Cardoso. Mercado de trabalho do assistente social e o processo de supervisão de estágio. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2012, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: ENPESS, 2012.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ALMEIDA, Janaina Loeffler de. A construção dos Fóruns de supervisão de estágio em serviço social. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 395-402, dez 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802016000300395&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2021. HILLESHEIM, Jaime; ZANFRA, Mary Kazue. Serviço social e trabalho mediado pelo uso de tecnologias de comunicação e informação: o que a crise sanitária revelou?. In: PAIVA, Beatriz Augusto de; SAMPAIO, Simone Sobral. **Serviço social, questão social e direitos humanos**. Florianópolis/SC: Edufsc, 2021, p. 405-444.

IAMAMOTO, Marilda V. Os espaços sócio ocupacionais do assistente social. In: **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL**. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 341-375.

LEITE, Janete Luzia. Publicar ou perecer. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 207-215, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592017v20n2p207/34401>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, M. A. O mal-estar docente e o trabalho do professor: algumas contribuições da psicanálise. In: PAIVA, E. V. (Org.). **Pesquisando a formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004. MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. Formação profissional do serviço social no contexto brasileiro: desafios para pensar o estágio na contemporaneidade. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2012, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: ENPESS, 2012.

MORANI, Carla do Nascimento Santos. A supervisão de estágio em serviço social. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2012, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: ENPESS, 2012. NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NORONHA, Bianca Geraldo. Implicações e rebatimentos na supervisão de estágio em serviço SOCIAL: um estudo acerca da realidade dos supervisores e as consequências para o processo de formação profissional. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2016, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: ENPESS, 2016.

NUNES, Carla Alessandra da Silva. Supervisão de estágio em serviço social: uma reflexão sobre a formação e o trabalho profissional. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENPESS, 2010.

PEREIRA, Álaba Cristina. BALESTRIN, Éliester Lílian Brum. OLIVEIRA, Marlize Rubin. O papel da universidade na sociedade contemporânea. II CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 2013, Paraná. **Anais...** Francisco Beltrão: CONAPE, 2013. Disponível em: <<https://silو.tips/download/o-papel-da-universidade-na-sociedade-contemporanea>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

PORTES, Melissa Ferreira; TORRES, Mabel Mascarenhas. Serviço social e estágio supervisionado: a formação continuada direcionada ao supervisor de campo. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PES-

QUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2014, Natal. **Anais...** Natal: ENPESS, 2014.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão no capitalismo contemporâneo. *In*: RAICHELIS, Raquel et al. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018 p. 25-66.

SANTOS, Cláudia Mônica; ABREU, Maria Helena Elpídio. Os impactos da Política Nacional de estágio na formação profissional frente à universidade neoliberal. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, nº 27, p. 127-142, jul. 2011. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2502/1936>>. Acesso em: 2 set. 2021.

SANTOS, Cláudia Mônica; PINI, Francisca. A transversalidade do ensino da prática na formação profissional do assistente social e o projeto ABEPSS itinerante. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 133-153, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/4855>>. Acesso em: 2 set. 2021.

SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpídio (org.). **A supervisão de estágio em serviço social**: aprendizados, processos e desafios. São Paulo: Lumn Juris, 2016.

SANTOS, Maria Teresa dos; MANFROI, Vania Maria. Condições de trabalho dos assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2015-n. 36, v. 13, p. 178 – 196. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/21057>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

SERRA, Rose M. S. **Crise de materialidade no Serviço Social**: repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

SERVO, Liege Maria da Silva; DELGADO, Josemara. A supervisão de estágio no processo de trabalho hospitalar. *In*: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2013, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia: CABAS, 2013.

SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, J. R. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, Silvana Alves dá; NETO, Francisco dos Santos. Precarização do trabalho e suas implicações no processo de estágio supervisionado em

serviço social. *In*: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2016, Olinda. **Anais...** Olinda: CBAS, 2016.

Os desafios e alternativas no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais: um diálogo entre universidade e campos de estágio em contexto de crise capitalista

Vania Maria Manfroi¹

Aline de Andrade Rodrigues²

Nalá Ayalén Sanchez Caravaca³

Introdução

Como parte do processo de investigação já devidamente detalhado na apresentação desta coletânea, a equipe de pesquisa compreendeu a necessidade de articular a pesquisa, com a formação, o exercício profissional e a perspectiva política dos profissionais. Assim, surgiu a proposta das Oficinas sobre “Atribuições e Competências e Relação teoria-prática”. Nesse sentido, neste capítulo apresentamos algumas reflexões sobre o trabalho profissional a partir das reflexões dos assistentes sociais que participaram das oficinas sobre competências e atribuições profissionais realizadas em conjunto com o CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) 1^a Região, os NUCRESSs (núcleos de base do CRESS), o Departamento de Serviço Social (DSS) e o Programa de Pós-Graduação

1. Professora Titular aposentada do Departamento de Serviço Social da UFSC, professora voluntária do PPGSS e coordenadora da Pesquisa “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais”. vaniamanfroi@gmail.com

2. Doutoranda do Programa do PPGSS/UFSC e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). aalinear@gmail.com

3. Doutoranda do PPGSS/UFSC e bolsista CAPES. nalaayalen@gmail.com

em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁴.

As oficinas tiveram como objetivo central “possibilitar a reflexão sobre os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do serviço social contribuindo para o exercício profissional crítico e competente na defesa dos valores do projeto ético-político da profissão” e configuraram-se como um espaço de formação e reflexão sobre as atribuições, as competências, as demandas e respostas profissionais, que foram apresentadas pelos assistentes sociais após a atividade em grupo — e, posteriormente, sistematizadas pelas autoras para esta publicação. Os encontros aconteceram em oito diferentes cidades do estado de Santa Catarina no ano de 2019, e não puderam se estender para outras cidades no ano de 2020 — o que seria o programado — em razão da irrupção da pandemia da Covid-19.

Este capítulo pretende realizar uma reflexão sobre as atividades, demandas, requisições e respostas que não se resumem à profissão, pois correspondem às expressões da questão social e às respostas dadas pelas classes sociais em confronto, mediadas por políticas sociais, programas, projetos e arquitetura institucional, nos quais se inserem os assistentes sociais. Ele é produto das considerações dos assistentes sociais partícipes das oficinas, as quais pretenderam ser, aos termos de Agnes Heller, um momento de *suspensão do cotidiano* sobre o trabalho profissional e, aqui, aparecem sistematizadas. Parte-se da totalidade para compreender a particularidade do tema em questão e, por considerar a dimensão dialética e provisória que compõe a realidade, almeja-se refletir e dar respostas aos fenômenos aparentes, sem o intuito de saturar a realidade que “é sempre mais

4. As oficinas foram realizadas nas seguintes datas e locais: Extremo Oeste: 11 de setembro de 2019; Oeste: 13 de setembro de 2019; Médio Vale do Itajaí: 25 de setembro de 2019; Planalto Catarinense: 9 de outubro de 2019; Alto Vale do Rio do Peixe: 17 de outubro de 2019; Norte e Vale do Itapocú: 6 de novembro de 2019; Vale do Itajaí: 21 de novembro de 2019 e Grande Florianópolis: 4 de dezembro de 2019.

rica do que o conhecimento que temos dela” (KONDER, 2008, p. 36).

O presente capítulo se inicia apresentando uma breve reflexão sobre as implicações e determinações da crise capitalista para o contexto profissional. No subcapítulo 2 realiza-se uma análise da relação imbricada entre a precarização da força de trabalho e das políticas sociais, como expressões que integram o cotidiano profissional. No subcapítulo 3 será apresentado o produto sistematizado e reflexivo sobre as alternativas profissionais. Os dois itens tratam, pois, de apresentar o conteúdo reflexivo elaborado pelos profissionais participantes das oficinas e neles sistematizados e que estarão integrados no tema em questão. Por fim, as considerações finais têm como intento apresentar aspectos da conjuntura e desafios do momento presente, bem como foram elencadas algumas estratégias importantes para o campo profissional.

No entanto, como falar do cotidiano profissional e das respostas possíveis de serem formuladas pelos assistentes sociais, sem realizar uma breve análise sobre a crise do capital e as suas consequências? Como já afirmava José Paulo Netto, em 2012, assistimos ao

[...] *exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem do capital*. Em todos os níveis da vida social, [...] o capital não tem mais condições de propiciar quaisquer alternativas progressistas para a massa dos trabalhadores e mesmo para a humanidade. Eles afetam a totalidade das instâncias constitutivas da vida social em escala planetária. (NETTO, 2012, p. 426, grifo do autor).

David Harvey (2016) demarca a importância que as crises têm na reconfiguração do modo de pensar que afeta todos os processos, dinâmicas, subjetividades e formas de organização que “permeiam a vida cotidiana”. Ou seja, junto com a crise são criadas novas formas de pensar e viver que adéquam o sujeito às necessidades do capital. Nas palavras do autor: “as crises abalam profundamente nossas concepções de mundo e de lugar que ocupamos nele”. No entan-

to, o autor, nesse livro, desvenda o significado da contradição que “acontece quando duas forças aparentemente opostas estão presentes ao mesmo tempo em determinada situação, entidade, processo ou evento” (HARVEY, 2016, p. 15). A destruição se dá em vários termos: de pequenas conquistas emancipatórias e civilizatórias.

Também José Paulo Netto (2012, p. 415) afirma que esta crise “não é uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida. A crise sistêmica se manifesta envolvendo *toda a estrutura* da ordem do capital”. Assevera Netto:

Ora, o que a mim me parece é que o *último terço do século XX e a abertura do século XXI assinalam – juntamente com os indicativos da emergência da crise sistêmica – o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem do capital*. Em todos os níveis da vida social, a ordem tardia do capital não tem mais condições de propiciar quaisquer alternativas progressistas para a massa dos trabalhadores e mesmo para a humanidade. O fundamento último dessa verdadeira mutação na dinâmica do capital reside no que o prof. Mézáros vem caracterizando como a especificidade do tardo-capitalismo: a *produção destrutiva*, que presentifica a *crise estrutural do capital*. Todos os fenômenos e processos em curso na ordem do capital nos últimos 25/30 anos, através de complexas redes e sistemas de mediação – que exigem investigações determinadas e concretas para a sua identificação e a compreensão da sua complicada articulação –, estão vinculados a essa transformação substantiva. Eles afetam a totalidade das instâncias constitutivas da vida social em escala planetária. (NETTO, 2012, p. 426, grifo do autor).

Entendemos que essa reflexão é central para compreendermos a conjuntura atual do País, momento no qual, sem dúvida, vivemos ameaças concretas às conquistas emancipatórias, às quais já se referia José Paulo Netto.

É no contexto dessa crise sistêmica do capital que os assistentes sociais vendem sua força de trabalho e são pressionados pelas

questões econômicas, políticas e socioculturais para atender aos interesses contraditórios do capital e do trabalho.

Outro elemento a ser considerado é a própria disputa do capital pelo fundo público, pois, segundo Salvador (2010, p. 606):

[...] a característica comum a todas as crises financeiras dos últimos trinta anos é o comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos. Com a financeirização da riqueza, os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais recursos do fundo público, impedindo a expansão dos direitos sociais.

Esse fator está diretamente relacionado ao cotidiano profissional do assistente social, como veremos na análise adiante.

Também entram neste contexto as alterações políticas, econômicas, sociais e culturais que ocorreram a partir do que se convencionou chamar de Golpe de 2016 e as consequências diretas e indiretas para o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. O momento que se inaugura no Brasil, a partir do Golpe de 2016, agregado à crise estrutural do capital, é de graves retrocessos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Pensar o exercício profissional dos assistentes sociais pressupõe a análise da sua condição de trabalhador, submetido a determinadas relações e condições de trabalho. Portanto, há que se diferenciar o trabalho em sua forma concreta do trabalho abstrato, pois, segundo Iamamoto, além de o trabalho criar “valor de uso determinado, tendo por suporte um trabalho técnico-material concreto dirigido por produtores individuais mercantis e não pela sociedade” (IAMAMOTO, 2007, p. 61), ele também é trabalho abstrato,

trabalho humano em geral, trabalho socialmente igual (e não fisiologicamente igual), cuja unidade de medida é o trabalho simples médio – historicamente determinado – em que cada hora de trabalho corresponde à igual parcela de trabalho total na sociedade (IAMAMOTO, 2007, p. 61).

É essencial destacar que o trabalho concreto se transforma em trabalho abstrato na sociedade mercantil. Segundo Yamamoto (2007, p. 62):

Este pressupõe um processo de desresponsabilização (ou equalização do trabalho) que se torna social ao ser socializado e unificado, isto é, ao ser igualado a outras formas de trabalho tornando-se impessoal, despersonalizado, parte da massa total do trabalho homogêneo.

Portanto, ao se analisar o trabalho, faz-se necessário vê-lo sob essa dupla dimensão de trabalho abstrato e trabalho concreto, e é nesta contradição que vamos apreender as respostas acerca das alternativas e estratégias de enfrentamento que propuseram os assistentes sociais, mediante as condições e relações às quais estão submetidos profissionalmente.

Essa reflexão é uma continuidade de outros estudos já realizados pelas autoras, especialmente em pesquisas em que foi investigada a realidade do mercado de trabalho dos assistentes sociais⁵, que foram organizadas em relatórios, artigos e capítulos de livros. Assim, entendemos ser importante resgatar alguns elementos já desenvolvidos em outros momentos para nos ajudar a pensar a profissão e seus dilemas contemporâneos, os quais se expressam nas respostas dadas pelos assistentes sociais às questões colocadas na oficina, pois observamos que as questões trazidas pelos profissionais refletem seu cotidiano, seja pelas respostas que contemplam as atividades realizadas, bem como os desafios e as estratégias frente às dificuldades e desafios profissionais.

5. A Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais do Espírito Santo foi realizada entre os anos de 2006 e 2007 e a Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina foi realizada entre os anos de 2009 e 2011. Ambas as pesquisas receberam financiamento público e foram coordenadas pela professora Dra. Vania Maria Manfroi.

Cotidiano profissional: precarização da força de trabalho e das políticas públicas

O trabalho do assistente social, sendo majoritariamente realizado no Estado, é impactado por todas as alterações que ocorrem nas políticas sociais. Assim, o desfinanciamento das políticas sociais implica em precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais. Historicamente, as políticas sociais no Brasil foram descontínuas, combinaram o público e o privado, não foram universais, foram tratadas de forma subalterna aos interesses econômicos e políticos e não se caracterizaram como políticas de Estado para responder às expressões da questão social.

Para Pereira, “no Brasil, as políticas sociais tiveram a sua trajetória em grande parte influenciada pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas no plano internacional e pelos impactos reorganizadores dessas mudanças na ordem política interna” (PEREIRA, 2000, p. 125). Segundo a mesma autora, o padrão nacional de proteção social brasileiro se caracterizou, historicamente, por “ingerência imperativa do poder executivo; seletividade dos gastos sociais e da oferta de benefícios e serviços públicos; heterogeneidade e superposição de ações; desarticulação institucional; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira” (PEREIRA, 2000, p. 126).

Embora a Constituição de 1988 tenha reconhecido os direitos sociais e tenham ocorrido avanços como o direito universal à saúde e o reconhecimento da assistência social como política pública, com a vigência do neoliberalismo mantém-se as ações dos governos brasileiros desde o início desse período — ocorrendo “por meio de um movimento pendular”, como disse Antunes (2020, p. 289), seja pela mão de “governos ‘puros’” ou por aqueles mais vinculados ao social-liberalismo. Este último explicita uma fase mais conciliadora, mantendo interesses das frações burguesas, bem como garantindo o orçamento público para inclusão da população mais empobrecida por meio de programas sociais.

O período pós Ditadura Militar de 1964, chamado de redemocratização, registrou, com diferenças significativas de governo a governo, a incorporação da reestruturação produtiva do capital sob a tutela do neoliberalismo, que passou a ser adotado no Brasil com os primeiros esforços, pode-se dizer, do Governo Collor de Mello. A literatura registra as dissimilaridades dos governos, que não vamos abordar neste momento, entretanto, o acentuado grau de financeirização da economia, a liberdade à circulação dos capitais e os processos de privatização de diversos setores estatais se somam, entre outras questões, aos ataques ao sistema de proteção ao trabalho, que passa a conhecer novas modalidades de trabalho precarizado e informal, motivados pela “desregulamentação, flexibilização, privatização e desindustrialização [que] se tornaram dominantes, sendo que a informalidade, a terceirização, o subemprego e o desemprego aberto atingiram altos níveis [...]” (ANTUNES, 2020, p. 190-191).

Mais recentemente, o acirramento da crise capitalista de 2008 e o descontentamento de vários setores com o governo Dilma levaram ao impedimento do seu governo, com o Golpe de 2016. A partir de uma arquitetura político-parlamentar, bem como midiática, o *golpe* se situou em uma dinâmica bem definida por Mascaro (2018, p. 105), em que há uma imbricação das instituições com a dinâmica própria da sociabilidade reinada pela mercadoria: “Política, direito e instituições, como plexos centrais do capitalismo, devem ser lidos a partir de sua natureza concreta, de suas formas sociais e de suas determinações pela mercadoria”.

Neste sentido, sob o modelo do neoliberalismo — o qual Antunes (2020) chamou de “contrarrevolução neoliberal” — essa dinâmica é também explicada por Valim (2018, p. 33) ao dizer que é “[...] entre ordem democrática e o neoliberalismo que irrompem os estados de exceção”, e acrescenta: “Quem decide sobre a exceção atualmente é o chamado ‘mercado’, em nome de uma elite invisível e ilocalizável; é dizer, *o soberano na contemporaneidade é o mercado*” (VALIM, 2018, p. 33, grifo do autor). É por isso que o *golpe* e os

estados de exceção só podem ser entendidos no contexto das nuances operadas no movimento do capital, que atua no sentido de ampliar sua atuação para ampliar o mercado.

Conectadas a isso, as mudanças aprovadas pós-Golpe durante o Governo de Michel Temer implicaram numa regressividade política e econômica radical, na qual se destacam as aprovações da EC 95/2016 e a Reforma Trabalhista. Em relação à primeira, como já destacamos anteriormente, o capital disputava o fundo público e esta emenda se destinou:

[...] a impor um limite nas despesas primárias, esta emenda tem como propósito garrotear as verbas destinadas aos serviços de interesse das camadas mais vulneráveis da população com o propósito de garantir recursos para o pagamento de juros da dívida, que, por sinal, é a verdadeira origem do déficit orçamentário brasileiro. Esta medida caminha de par com a manutenção de uma das maiores taxas de juros do mundo – que favorece ao setor financeiro e, principalmente, aos detentores de títulos da dívida pública. (ROCHA; MACÁRIO, 2016, p. 447).

Agregamos a seguinte reflexão de Mariano (2017), que assinala que o resultado prático da mudança constitucional da EC 95/2016 é o apoio explícito ao capital rentista e, em síntese, se trata de um retrocesso aos parâmetros constitucionais e

[...] que pretende devolver o país ao seu habitual Estado de exceção econômico, imposto pelo *mainstream*, aliás, a toda a América latina. Isto é, trata-se de um obstáculo neocolonialista ao desenvolvimento soberano de economias periféricas, que viveram nos últimos tempos governos com tendências populares e mais democratizantes, com o objetivo de domesticá-las na tradicional relação econômica de dependência com as economias do capitalismo central. (MARIANO, 2017, p. 277).

Junta-se a isso a reforma trabalhista⁶, que alterou substancialmente os direitos dos trabalhadores, usando como mote a ideia de que a flexibilização dos direitos trabalhistas aumentaria o número de empregos. No entanto, Lara e Hillesheim (2021, p. 70-71) afirmam que:

A contrarreforma trabalhista, baseada na ideologia da modernização cuja essência é regressiva, alterou mais de 117 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), determinando a prevalência das negociações contratuais sobre o legislado. O “negociado” pode até ser uma possibilidade para ações coletivas dos trabalhadores amparados por seus respectivos sindicatos, desde que sejam respeitados os direitos trabalhistas garantidos em lei ou ampliados, mas, com a contrarreforma trabalhista o que ocorreu foi mais uma tentativa de reduzir a proteção social ao trabalhador. O Brasil foi construído sobre as bases de modernizações conservadoras, sempre de acordo com os novos processos socio-históricos nos quais a exploração da força de trabalho era alocada também sobre novos patamares, aprofundando ainda mais as péssimas condições de vida da população.

Nesse cenário, a ofensiva à classe trabalhadora ganha vulto com a eleição da extrema-direita de Bolsonaro, que tem no campo da economia uma orientação ultraneoliberal e que endossa os ataques aos direitos e à proteção à classe trabalhadora, o que explicita a capacidade dinâmica que o mercado e o neoliberalismo têm — representados pelas frações da burguesia e pelo poder político — de avançar mais ou menos nos diferentes períodos históricos, invocando, inclusive, a excepcionalidade.

Em contexto de hegemonia neoliberal, é importante destacar o crescimento do número de bilionários mundiais e, também, brasileiros que despontaram no ranking de 2021. A concentração da riqueza cresceu, ao mesmo tempo que a pobreza e a fome aumentaram no País, afetando e alterando negativamente os números sobre

6. Disponível em: <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/28f9805c01b1a1e-f848a30e0e63fa5c3.pdf> acesso em: 8 out. 2021.

a segurança alimentar⁷. As contradições inerentes à sociabilidade capitalista afetam diretamente o modo de vida da classe trabalhadora, que enfrenta dificuldades permanentes e acentuadas na contemporaneidade para a sua reprodução, dadas as condições de acesso ao trabalho, à moradia, à alimentação etc., em contraponto ao acentuado mercado imobiliário, à produção da agroindústria exportadora etc.

Este processo macrossocial não é apenas um pano de fundo, ele se materializa em questões complexas que determinam o exercício profissional do assistente social, definido por Yamamoto (1999, p. 21) como a:

[...] ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades presentes de serem impulsionadas pelo profissional.

A ação do sujeito profissional pauta-se em finalidades, projeções sociais e valores socialmente compartilhados. Dentre as projeções, convém citar o projeto ético-político que, segundo Guerra (2007, p. 16),

[...] porta um conjunto de valores universalistas, humano-genéricos, orienta-se por uma teoria social crítica e assumir uma postura profissional comprometida com o atendimento das necessidades humanas que tem na vida seu princípio básico é de fundamental interesse de toda a sociedade.

O assistente social, por sua vez, é um profissional de nível superior com relativa autonomia, pois:

[...] tem responsabilidade e chance de escolha, de imprimir sentido, direção valorativa e finalidade às suas ações. Porém,

7. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/06/enquanto-fome-avanca-numero-de-bilionarios-cresce-no-brasil-e-seu-patrimonio-dobra>. Acesso em: 05 out. 2021.

para isso, é crucial capacidade intelectual – busca de substanciais conhecimentos teóricos e metodológicos (inclusive ético-políticos) que lhe permitam situar o seu papel como profissional na realidade social. (GUERRA, 2007, p. 16).

Analisar as questões expressadas pelos assistentes sociais no contexto das oficinas realizadas em conjunto com o CRESS é compreender como os processos históricos, na particularidade brasileira, impõem condicionantes ao trabalho do assistente social. Assim, buscamos compreender as reflexões feitas pelos assistentes sociais sobre o que denominamos na oficina como “dificuldades” do seu cotidiano profissional. Para sintetizar os debates feitos em grupos pelos profissionais, solicitamos que fossem anotados em um cartaz quais eram essas dificuldades e a oficina se pautou no rico debate sobre estas questões. Os cartazes foram transcritos e, num trabalho posterior, as pesquisadoras categorizaram as respostas buscando apreender as tendências que se apresentam no cotidiano profissional.

Organizamos as respostas de modo a agregar e demonstrar as tendências das questões que se colocam no cotidiano profissional dos assistentes sociais. Observamos que uma dessas tendências diz respeito à precariedade das políticas públicas, que tanto incidem sobre a capacidade que o profissional tem de dar respostas às demandas e requisições da classe trabalhadora quanto sobre a própria condição de trabalho dos profissionais.

Assim, encontramos questões ligadas à *dimensão teórico-metodológica* que tanto se referem à falta de condições para o exercício profissional – seja para o aprofundamento das questões por meio de estudos e pesquisas, falta de capacitações sobre as especificidades do exercício profissional — como ao posicionamento do profissional — seja pela concepção ou pela não participação nos espaços coletivos de discussão —, como podemos observar no Quadro 1.

Quadro 1 - A dimensão teórico-metodológica no cotidiano dos assistentes sociais

	DIFICULDADES AGRUPADAS
Dimensão teórico-metodológica	<ul style="list-style-type: none">• Realizar estudos e pesquisas;• Falta de formação continuada;• Falta de adesão dos profissionais nos espaços de discussão/reflexão coletiva (NUCRESS, reunião da categoria);• Criticidade e análise de conjuntura (limitações);• Limitações teórico-práticas do profissional;• Falta de capacitações específicas.

Fonte: Elaborado com base nos registros realizados pelos assistentes sociais nas oficinas (2021).

Também foi referida pelos profissionais a posição de assistentes sociais que são *contrários ao projeto ético-político*, ou seja, profissionais que aderiram a uma concepção neoconservadora da profissão, como podemos ver no Quadro 2.

Quadro 2 - O projeto ético-político no cotidiano dos assistentes sociais

Projeto ético-político	<ul style="list-style-type: none">• Profissionais com posicionamento contrário à garantia de direitos;• Descompasso entre o projeto ético-político profissional <i>vs.</i> projeto de governo.
-------------------------------	---

Fonte: Elaborado com base nos registros realizados pelos assistentes sociais nas oficinas (2021).

Cabe fazer breve referência à origem antimoderna da profissão. Assim como a emergência do neoconservadorismo, ela também é afetada por todo questionamento dos pressupostos da modernidade, a partir dos anos 1970, e que se aprofunda com o pensamento pós-moderno e neoliberal. Barroco (2011, p. 212) busca uma explicação no contexto de crise do próprio capital para isso. Para ela,

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas.

Outra dimensão que foi refletida pelos profissionais participantes das oficinas diz respeito às suas *condições de trabalho*, indicando a necessidade de aprofundamento da temática e as contradições do tempo presente. As questões remetem à estrutura das políticas, à falta de recursos, infraestrutura, até à ingerência no trabalho profissional e questões de assédio, como podemos verificar no Quadro 3.

Quadro 3 - As condições de trabalho no cotidiano dos assistentes sociais

Condições de trabalho	<ul style="list-style-type: none">• Garantia dos direitos dos assistentes sociais;• Gestores sem formação em Serviço Social;• Estruturas físicas precárias;• Equipe com desconhecimento das atribuições;• Insuficiência de profissionais e recursos frente às demandas postas;• Ineficiência de trabalho intersetorial como política de governo e fragilidade de trabalho em equipe;• Limitação ou falta de recursos financeiros e humanos;• Falta de indicadores qualitativos dos processos de trabalho;• Desrespeito aos pareceres dos profissionais;• Assédio moral na profissão;• Infraestrutura inadequada;• Falta de serviços especializados para suportes;• Desvalorização da profissão.
------------------------------	---

Fonte: Elaborado com base nos registros realizados pelos assistentes sociais nas oficinas (2021).

Essas questões são predominantes em pesquisas já realizadas anteriormente que apontaram a falta de condições adequadas para o exercício da profissão. Ou seja, os assistentes sociais não possuem os meios necessários para a execução do seu trabalho. Quando debatemos o cotidiano profissional temos que pensar como questão central a condição do assistente social como trabalhador, como já afirmamos na introdução do capítulo. Neste sentido, cabe destacar alguns dados que foram registrados nas pesquisas já feitas sobre esta condição. Rodrigues et al. (2014), Santos e Manfroi (2015,

2012) apontam elementos da análise que buscamos retomar nesse momento. Nos estudos feitos observamos que, naquele momento, se anunciava a expansão do mercado de trabalho.

Em pesquisas anteriores, observamos também que esses fatores foram evidenciados como questões de aviltamento das condições de trabalho: problemas de saúde, a carga horária excessiva, além da “falta de tempo para a vida social e o lazer, as pressões políticas, a falta de autonomia e o reconhecimento profissional, a pressão moral, entre outros fatores” (RODRIGUES *et al.*, 2014, p. 226). Em relação à precarização do trabalho dos assistentes sociais, encontra-se a seguinte realidade, sistematizada por Santos e Manfroi:

[...] os baixos salários, as formas de vínculos precários, a focalização e a seletividade das políticas sociais, a falta de recursos financeiros e de infraestrutura para desenvolver o trabalho, a ingerência política dos gestores no trabalho do assistente social, a falta de autonomia e de reconhecimento do trabalho, a fragmentação das políticas sociais, o adoecimento, o excesso de demanda, o remanejamento em função de perseguição política e a falta de espaço de trabalho adequado (SANTOS; MANFROI, 2015, p. 187-188).

Os assistentes sociais também assinalaram questões que se relacionam às *requisições profissionais* e que se configuram em pressão ao seu trabalho, como as questões burocráticas, o excesso de demandas e a falta de conhecimento sobre as atribuições e competências profissionais, como exemplificado no Quadro 4.

Quadro 4 - As requisições profissionais no cotidiano dos assistentes sociais

Requisições profissionais	<ul style="list-style-type: none">• Excesso de demanda burocrática;• Dificuldade na compreensão das atribuições e competências;• Demanda crescente;• Demanda x equipe reduzida.
----------------------------------	--

Fonte: Elaborado com base nos registros realizados pelos assistentes sociais nas oficinas (2021).

Na reflexão sobre o exercício profissional e suas dificuldades, os assistentes sociais que participaram das oficinas também apontaram a ingerência política ou interferência política como um dos elementos constituintes do cotidiano profissional, como podemos conferir no Quadro 5.

Quadro 5 - A interferência da gestão no cotidiano dos assistentes sociais

Interferência da gestão	<ul style="list-style-type: none">• Análise técnica tendo interferência pela Gestão no parecer;• Falta de Planejamento democrático;• Falta de transparência de recursos;• Limites institucionais;• Assédio moral no exercício da profissão;• Interpretação da legislação da Gestão Pública.
--------------------------------	--

Fonte: Elaborado com base nos registros realizados pelos assistentes sociais nas oficinas (2021).

Uma das questões com as quais, com certeza, os assistentes sociais lidam em seu cotidiano profissional é a falta de autonomia profissional e o tensionamento dos interesses políticos, e que se configuram como um entrave ao trabalho profissional e, ao mesmo tempo, aos interesses da classe trabalhadora e seus direitos.

Outra dimensão que já assinalamos anteriormente são os determinantes das *políticas sociais*, especialmente pelos cortes de gastos, que têm sido uma constante. Adiciona-se a isso a falta de compreensão acerca das políticas e da assistência social por parte dos gestores, a perspectiva neoliberal das políticas sociais, como podemos observar no Quadro 6.

Quadro 6 - A política pública/política social no cotidiano dos assistentes sociais

Política Pública/ Política Social	<ul style="list-style-type: none">• Compreensão que Defesa Civil é uma Política Pública, e não órgão de segurança;• Precarização Política de Assistência Social;• Recurso de benefícios eventuais insuficientes;• Investimento em ações pontuais e fragmentadas com viés de caridade/assistencialista;• Negligência política em relação à Assistência Social e outras políticas públicas (recursos escassos);• Conjuntura atual do país (política, social, econômica, cultural e outras);• Retrocesso nas políticas de direitos sociais;• Insuficiência e/ou limitações dos recursos financeiros para execução das políticas públicas;• Dificuldade de debate intersetorial;• Falta de clareza dos agentes sobre a política de Assistência Social.
--	---

Fonte: Elaborado com base nos registros realizados pelos assistentes sociais nas oficinas (2021).

Por outro lado, os assistentes sociais também expressam questões ligadas ao *processo de participação* dos próprios profissionais nos espaços coletivos, seja nas organizações dos trabalhadores ou do controle social.

Quadro 7 - As formas de organização no cotidiano dos assistentes sociais

Formas de organização	<ul style="list-style-type: none">• Falta de espaço de debate entre os trabalhadores;• Controle social precário, inexistente;• Falta de prioridade na representação dos trabalhadores junto aos Conselhos;• Desmobilização da categoria e demais trabalhadores dos direitos;• Falta de participação e de reconhecimento dos espaços de controle social.
------------------------------	---

Fonte: Elaborado com base nos registros realizados pelos assistentes sociais nas oficinas (2021).

O debate que as oficinas propiciaram foi importante para o autorreconhecimento das questões que perpassam o cotidiano do exercício profissional e, ao expressarem as dificuldades do trabalho profissional, os assistentes sociais apresentaram importantes questões que são dificultadoras do exercício profissional.

A seguir apresentaremos uma sistematização acerca das alternativas que os profissionais formulam no seu cotidiano profissional para abordarem os enormes desafios com que se defrontam diariamente no enfrentamento das expressões da questão social.

Alternativas profissionais: a elaboração de possibilidades frente às dificuldades que orbitam o cotidiano de trabalho

Recorremos a Vasconcelos (2007, p. 413) quando apresenta a reflexão sobre as alternativas de escolha dos assistentes sociais. Para a autora, “essas alternativas são possíveis pela rica contraditoriedade do real, mas suas possibilidades de implementação dependem de um sujeito profissional capacitado teórica, técnica e politicamente”.

Observando-se as alternativas que os grupos das oficinas elaboraram, nós as categorizamos em sete dimensões, quais sejam: *dimensão política geral; controle social; política da categoria profissional; qualificação profissional; campo das políticas sociais; formação profissional; condições e relações de trabalho; e virtudes.*

Ao analisarmos as dimensões apontadas pelos profissionais que participaram das oficinas observamos que eles entendem que há que se ultrapassar a imediatividade do cotidiano, ou seja, as respostas que se reduzem à lógica institucional e das políticas sociais, pois apreendem seu papel no processo de construção de propostas que enfrentem o ocultamento próprio do cotidiano. Sem dúvida esse processo se articula à perspectiva que se apoia na concepção pautada no projeto ético-político profissional, que foi uma conquista a partir do chamado “movimento de reconceituação” e que resgata essa dimensão coletiva da profissão. Nesse sentido, citamos a reflexão de Mota e Amaral (2016, p. 31):

As conquistas e avanços da profissão passaram a integrar o cotidiano profissional e acadêmico do Serviço Social, seja através de aportes que permitem a problematização crítica dos fenômenos sociais contemporâneos, seja oferecendo respostas profissionais portadoras de opções ético-políticas.

Para pensar a dimensão política da profissão é importante resgatarmos Yamamoto (2018, p. 143-144):

A prática profissional tem um caráter essencialmente político: surge das próprias relações de poder presentes na sociedade. Esse caráter não deriva exclusivamente da atuação individual do profissional ou de seu ‘compromisso’. Ele se configura na medida em que a sua atuação é polarizada por estratégias de classes voltadas para o conjunto da sociedade, que se corporificam através do Estado, de outros organismos da sociedade civil, e expressam nas políticas sociais públicas e privadas e nos organismos institucionais nos quais trabalhamos como assistentes sociais [...].

Nas oficinas, quando os assistentes sociais foram convidados a refletir sobre quais eram as alternativas para as dificuldades e desafios do cotidiano profissional, resgataram uma *dimensão política geral*. Neste sentido, numa das respostas encontramos a seguinte proposição: “contribuir com o processo organizativo dos usuários”, que é, sem dúvida, uma dimensão muito importante que está expressa no Código de Ética, em seu artigo 5º, que define como um dos deveres profissionais “a - contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais”. Este processo organizativo não precisa estar circunscrito à dimensão político-institucional e pode se referir a uma organização mais ampla.

Numa perspectiva complementar, aparece como alternativa: “planejar ações numa perspectiva coletiva”, ou seja, apreender os processos mais amplos que ultrapassem a individualização e fragmentação das expressões da questão social. Neste sentido, cabe lembrar o debate sobre a relativa autonomia profissional discutido por Iamamoto e retomado por Mota e Amaral (2016, p. 49), que assim se manifestam:

O exercício da relativa autonomia profissional [...] é um esforço contínuo que evidencia os limites e as possibilidades da intervenção. Se, do ponto de vista da inserção profissional de Serviço Social nos processos e relações de trabalho, temos o estabelecimento da relação de controle e subordinação, a natureza da relativa autonomia técnica e teórico-prática do profissional requer outras mediações, afora a das relações de trabalho.

Neste aspecto, as autoras apontam que essas mediações se referem às “consciências individual e coletiva do sujeito profissional, ao domínio das categorias ontológicas e reflexivas explicativas dos fenômenos e ao conhecimento das suas manifestações objetivas” (MOTA; AMARAL, 2016, p. 49).

Ainda nesta dimensão *política geral*, outros elementos foram identificados e agregam-se a esta reflexão, como: a “articulação com as lutas mais amplas da classe”, a “participação no movimento sindical”, a “resistência política”, a “participação em organizações coletivas”, a participação em “associações, fóruns, conferências, debates e movimentos sociais, conselhos municipais, sindicatos” e o “fortalecimento dos órgãos de representação de classe”.

Na segunda dimensão, o *controle social*, apareceram as seguintes respostas: “ocupar os espaços de participação institucionalizada (Conselhos)”; “tornar a representação orgânica nos espaços deliberativos”; “debates nos conselhos; conselhos de garantia de direitos, sindicatos”; “fórum dos trabalhadores”; “fóruns de trabalhadores de Assistência social”. Para Bravo (2009), os assistentes sociais possuem uma dupla vinculação aos conselhos democráticos que pode ser “essencialmente política” ou porque se configura como “um novo espaço socio-ocupacional”, mais caracterizado pelo exercício profissional de assessoria nestes lugares. No âmbito das alternativas profissionais frente às dificuldades e desafios profissionais, a presença da dimensão *controle social* demonstra uma vertente da atuação profissional mais voltada ao que Bravo (2009) caracterizou como “essencialmente política”, e demonstra que a *dimensão política geral* encontra formas de ser no ambiente no controle social, reiterando as feições da projeção política e coletiva, tão caras à profissão.

Do mesmo modo, no que diz respeito às políticas sociais e às alternativas apresentadas pelos grupos, foi possível identificar a dimensão no campo das *políticas públicas* com indicações sobre o “fluxograma da rede de atendimento”, a “participação na elaboração e execução dos orçamentos (Ex.: LDO, LOAS, PPA)”, a “maior participação nas decisões do legislativo”; o “fortalecimento da rede socioassistencial”; “fiscalizar correta utilização dos recursos”; “campo dos direitos: garantir a manutenção de direitos historicamente conquistados”. Esta dimensão sinaliza uma atuação profissional para além da condição de “execução terminal de políticas sociais”, mas

também como uma alternativa necessária no âmbito da formulação e da administração institucional na qual se vinculam as políticas públicas. A capacidade técnica, teórica, ética e política é invocada como possibilidade de exercício pelos assistentes no sentido de captar as demandas, aparentes e reprimidas, contidas na vida da população usuária. A atuação política, ou a linha da política, se revela também nesta dimensão.

No que concerne à dimensão da *categoria profissional*, são elencadas as seguintes alternativas: “apoio aos representantes da categoria nos espaços de construção das políticas”; “demandar ao CRESS maior suporte para a defesa das prerrogativas profissionais”; “organização política da categoria (NUCRESS, categoria do SUAS/SUS, fórum dos trabalhadores do SUAS/SUS)”; “Fortalecimento dos espaços coletivos da profissão”; “Fortalecimento da categoria; Criar espaços para divulgação do trabalho profissional”; “União da categoria”; “Abertura/Possibilidade de novos campos de trabalho: Educação presídio”. Esta dimensão apresenta aspectos de reconhecimento do espaço coletivo e organizativo da profissão como lugar possível de congregar as demandas dos assistentes sociais e coletivizar as estratégias. Por outro lado, há um reconhecimento do papel desempenhado pela categoria organizada, demonstrando a legitimidade social, técnica e política na representação da categoria para o reconhecimento e fortalecimento da própria categoria (como assinalam os próprios assistentes sociais). Ao mencionarem a atuação junto aos coletivos do SUS e SUAS parecem reivindicar um espaço importante de representação nessas políticas em que os assistentes sociais têm muito a contribuir, entretanto só o podem fazer quando organizados por dentro da própria categoria através da sua atuação junto aos NUCRESS e CRESS.

Outra dimensão se refere à *qualificação profissional*, através de manifestações sobre a necessidade de “reservar tempo para qualificação do trabalho profissional”; para a “busca de conhecimento e capacitações”. A interpretação sobre essas menções pode ser

atribuída, ao nosso ver, ao genérico da *formação* mesmo que as diferentes referências trazidas pelos profissionais tenham distinções semânticas que poderia nos implicar em aspectos distintos sobre a formação profissional, levando-nos aos questionamentos: *Formar para quê? Capacitar para quê?* ou *Qualificar para quê?* Questões que certamente necessitam aprofundamento não possível para o momento. O fato é que, em nossa leitura, os assistentes sociais apontam que as alternativas ao enfrentamento da realidade passam pela formação profissional e isso tem um significado importante para profissão presente nos princípios fundamentais do código de ética do assistente social, *ipsis litteris*: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. Guerra (2018, p. 40) reforça que “É fundamental que a formação municiie os profissionais de fundamentos que lhes permitam construir alternativas de respostas profissionais às atuais requisições profissionais das políticas e dos serviços sociais que implementam” e, por isso, defende um perfil profissional “[...] que, por meio de uma postura investigativa, faça a crítica ontológica do cotidiano”.

Em outra dimensão, os profissionais apontaram as *condições de trabalho* e a necessidade de “garantir condições adequadas de trabalho de acordo com a Resolução do CFESS” como alternativa necessária ao enfrentamento das dificuldades. Como reconhecido por Yamamoto (2014, p. 424), o trabalho do assistente social “encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho” e mesmo que o exercício de seu trabalho tenha “efeito e significados distintos no processo de reprodução das relações sociais”, como retratou a mesma autora, efetivando-se em condições diferenciadas é possível lembrar que como trabalhador o assistente social partilha dos dilemas vividos pelos trabalhadores, dado a sua condição assalariada.

Por outro lado, conforme a mesma autora, “[...] o trabalho como elemento subjetivo do processo de trabalho é componente da humanidade dos sujeitos, em processo de realização: é objetivação do sujeito e, simultaneamente, subjetivação da realidade pelo sujeito” (IAMAMOTO, 2014, p. 429). Ante o exposto, a autora advoga que:

Alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte daquele projeto exige estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem forças com segmentos organizativos da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos. (IAMAMOTO, 2014, p. 424).

Houve também a identificação de *estratégias profissionais* como a “mobilização social”, “rodas de conversa/debates com a rede”, o “empoderamento dos usuários” e o trabalho “intersetorial”. Essas chamadas estratégias são citadas como próprias de um conhecimento obtido na dialética com a realidade.

Por último, duas *virtudes* foram mencionadas como estratégias: “solidário” e “empatia”. Sem os aprofundamentos necessários, a análise se fragiliza para compreender os vínculos metodológicos que motivaram tais referências, porque elas podem ter sido mencionadas no imediato como uma relação necessária junto aos usuários, como de escuta, de reconhecimento sobre a história do outro, sobre ausentar-se dos julgamentos, do estabelecimento da confiança com o usuário etc. Por outro lado, a *empatia* e *solidariedade* estão imbuídos de conceitos sociológicos invocando competência socioemocional e que se conjugam em perspectivas teórico-metodológicas distintas das quais o serviço social brasileiro se alimenta para as análises teóricas e para o trato junto à população usuária. A problematização sobre as referências teórico-metodológicas é um eixo de análise desenvolvido pelo grupo de pesquisa que investigou a realidade do mercado de trabalho e dos estágios junto os assistentes sociais supervisores de estágio no estado de Santa Catarina e terá a atenção devida nas produções específicas.

Ao abordarmos as alternativas, foi possível identificar as projeções coletivas no âmbito da política e da organização profissional. De alguma forma, esta dimensão parece sinalizar que há uma incorporação no consciente profissional de que as alternativas às demandas e às dificuldades encontradas no seu exercício profissional requerem uma atuação profissional no âmbito da organização e da deliberação, na qual se encontra a *política* e também a instância organizativa e representativa da profissão.

Este consciente profissional parece manifestar o que José Paulo Netto denominou como “autoimagem” da profissão ao referir-se ao projeto político profissional, que é composto pelos seus “elementos constitutivos”, conforme indicam Teixeira e Braz (2009): a) a produção de conhecimentos no interior do serviço social, b) as instâncias político-organizativas da profissão e, c) a dimensão jurídico-política da profissão. Não é objetivo deste trabalho adentrar nos “elementos constitutivos” já bem desenvolvidos pelos autores, mas demonstrar as evidências de uma incorporação pelos assistentes sociais destes elementos presentes no projeto profissional, em especial no âmbito das alternativas profissionais frente às próprias questões assentes no cotidiano de trabalho profissional.

Isso revela que as projeções e a teleologia que é forjada no projeto ético-político profissional, elaborado no marco da história do serviço social, tem encontrado fertilidade no âmbito da consciência profissional, evidenciando mais que “autoimagem” no sentido projetivo e organizativo das instâncias representativas, mas espalhando-se pelo interior da profissão e sendo incorporado na projeção dos próprios assistentes sociais. Não obstante, isso não tem ocorrido da mesma forma no âmbito institucional, nas condições de trabalho, o que põe de manifesto — e já tratado aqui em nosso trabalho — as contradições que são inerentes à sociabilidade e ao trabalho no âmbito do capitalismo, que afetam inclusive as políticas públicas nas quais se inserem os assistentes sociais, e nas quais se configuram as respostas do Estado, e também do capital se

pensarmos a imbricação deles, às demandas da classe trabalhadora mediadas pelas políticas sociais.

Ao mesmo tempo que os profissionais assinalam que as alternativas ocorrem no que reconhecemos aqui *campo da política*, seria preciso problematizar se o lugar que o projeto ético-político ocupa neste consciente coletivo está mais situado como um *dever ser* ou como de fato um campo favorável às alternativas e decisões, as possibilidades de transformação, porque essa dimensão parece não ocorrer sem uma carga de responsabilidade profissional no vínculo com a moral e a ética profissional, conforme situamos ao falar do vínculo ao projeto ético-político. Se os ataques destinados à profissão elaborados pelos setores internos mais conservadores estão situados em condenar a dimensão política e hegemônica da profissão, eles não o fazem destituídos da política, conforme chama atenção Netto (2009, p. 29) sobre o que chamou de “truque barato do ‘apoliticismo’” presente há muito em nossa profissão que, ao lembrar Antônio Sérgio, acerta que “quem diz não gostar de política certamente adora a política conservadora”.

O que parece ser identificado nas oficinas não é um certo politicismo — já bem elaborado teoricamente pela análise crítica da profissão —, mas um lugar possível no campo das escolhas e possibilidades, da definição dos rumos, da teleologia, do confronto, da construção dos consensos e dissensos, do entendimento coletivo etc., que pode ser alçado ao combinar os conhecimentos profissionais contidos no seu processo formativo que também é referenciado pelos profissionais, porque requer também a técnica, a teoria etc., bem como o conhecimento vasto sobre a realidade social que se figura nos fenômenos sociais e que transmutam-se em demandas cotidianas aos serviços nos quais os assistentes sociais estão associados e são demandados a responderem. E isso revela uma possibilidade, quando elaborada analiticamente, de um conhecimento ímpar sobre a modo de vida e sobre as condições de vida dos usuários (e por que não da classe trabalhadora?), população

com quem trabalham cotidianamente. Condições essas de vida que, como já dito aqui, não são estéreis aos movimentos contidos na dinâmica capitalista, nas repostas estatais às demandas do capital e às da classe trabalhadora, e isso exige permanentemente o exercício da capacidade analítica dos profissionais em elaborar e traduzir essas demandas que aparecem no cotidiano de trabalho, e isso parece possível somente em momentos de *suspensão* — como lembra Heller (1986) — dada as características do próprio cotidiano que tendem a ocultar os processos mais essenciais.

E esse foi o propósito construído por meio da oficina, para reforçar os momentos de *suspensão* mediante a conjugação da formação, da leitura da realidade e de exercício da teleologia junto aos assistentes sociais. Além disso, o encontro entre universidade e campo profissional ocorre para contribuir com a retroalimentação de uma dialética necessária a esses espaços, porque um favorece o fortalecimento e a oxigenação do outro — dinâmica reivindicada tão recorrentemente e nem sempre alçada.

Considerações Finais: Conjuntura e desafios

Se no momento da realização das oficinas a conjuntura já apontava trágicos desafios para o trabalho do assistente social, o período de fechamento deste capítulo apresenta-se devastador em todos os sentidos. Tem-se, por um lado, o aprofundamento do pensamento neoconservador que adentra todos os espaços da vida social e que apontamos, no início da reflexão, como um resultado de que o capital abriu mão de toda a agenda civilizatória. São inúmeros os casos que poderíamos enumerar do pensamento predominante no Governo Bolsonaro. Os retrocessos das políticas sociais em todos os âmbitos, o reforço do discurso misógino, racista, homofóbico, políticas de destruição ambiental, as inúmeras concessões ao capital, os ataques às instituições e à democracia, as negociações com o chamado “centrão” e o negacionismo que levou (no atual momento) a

mais de 600 mil mortes por Covid-19. Houve aumento do número de pessoas em situação de miséria, o País volta para o mapa da fome e as políticas sociais foram total ou parcialmente destruídas.

Cresceu o número de desempregados que, segundo o IBGE é de 14,4 milhões para o segundo trimestre de 2021. Essa breve conjuntura econômica se associa à regressão da presença estatal nas áreas sociais, de saúde e educação restritas ao investimento conforme previsão na denunciada PEC da Morte que foi incorporada à Emenda Constitucional 95 em 2016. Se o mercado paira com força e aparentemente sem identidade, ele atua com suas representações no estado capitalista.

Se por um lado parece exaustivo o percurso que realizamos para chegar à centralidade de nosso estudo, por outro, em nosso entendimento, ele fornece as chaves para compreender a complexa realidade de trabalho dos assistentes sociais. No exercício cotidiano do trabalho, os profissionais deparam-se com as contradições inerentes às transformações do padrão de reprodução capitalista — com desdobramentos nas condições objetivas da vida da população, na subjetividade e na cultura, na sociabilidade etc.), também na resposta do Estado às demandas sociais (e por intermédio das instituições estatais que empregam os assistentes sociais, do orçamento público etc.), bem como as demandas originadas dos próprios usuários que sentem na vida diária, as limitações impostas pela sociabilidade capitalista.

Os estudos de Dal Pra *et al.* (2021, p. 595) sobre ações dos assistentes sociais no período da pandemia, endossam as evidências sobre as desigualdades que se acentuam à população usuária neste período e apontam que “a crise sanitária aprofundou as desigualdades sociais” trazendo demandas profissionais de ações socioeducativas “voltadas ao acesso da população aos serviços e direitos sociais que amparam e oferecem condições de vida diante das mudanças provocadas pela pandemia”.

É neste chão a desbravar — mas que o limite deste estudo não permite no momento — que o trabalho do assistente social vai se efetivando dia a dia. Perante a realidade que nos deparamos no momento, entendemos ser fundamental:

a) O enfrentamento coletivo em virtude do desmonte e do pensamento neoconservador que adentra também as políticas públicas,, vide o desempenho da Ministra Damares Alves do ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Sérgio Camargo na Fundação Palmares, Mário Frias na Cultura, Paulo Guedes na economia, defendendo apenas seus interesses particulares, os ministros que se sucederam na pasta da saúde e que se pautaram pelo negacionismo enquanto discurso oficial e das negociatas escusas para a compra de vacinas e levou a um atraso no início da vacinação da população e criou o caos sanitário que vivemos;

b) A defesa do projeto profissional frente os ataques aos direitos da classe trabalhadora, no sentido de ser um projeto que ecoa as demandas da classe trabalhadora, que denuncia as contradições da sociedade capitalista, bem como faz crítica as armadilhas do neoconservadorismo no serviço social que é, também, produto do movimento do capital pela via neoliberal para viabilizar os mecanismos teóricos e uma subjetividade profissional viáveis à natureza capitalista;

c) O estabelecimento de estratégias locais e regionais com os pares assistentes sociais e profissionais afins para a defesa da qualidade das políticas sociais, o debate coletivo sobre as conquistas e direitos da classe trabalhadora;

d) A vinculação real e concreta dos assistentes sociais na luta para preservação das políticas e dos direitos conquistados;

e) A necessidade de fortalecimento dos espaços de discussão dos assistentes sociais sobre as suas condições de trabalho, visando o enfrentamento à precariedade das suas relações e condições de trabalho;

f) O fortalecimento do CRESS e dos NUCRESSs como espaço coletivo de defesa dos direitos dos assistentes sociais e da classe trabalhadora;

g) A articulação entre formação e exercício profissional para que os espaços de formação, em formato de oficina sejam consolidados para fortalecer o enfrentamento cotidiano das condições de trabalho e da qualidade das políticas sociais.

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRAVO, M. I. S.; SOUZA, R. de O. Conselhos de Saúde e Serviço Social: luta política e trabalho profissional. **SER Social**, n. 10, p. 57–92, 2009. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12922. Acesso em: 10 out. 2021.

DAL PRA, K. R. *et al.* As ações profissionais da/o assistente social na atenção primária em saúde no contexto da pandemia de Covid-19. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 595–606, set./dez. 2021

GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. *In*: GUERRA, Y. *et al.* **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. 2018. p. 25–46.

GUERRA, Y. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, Projeto Profissional e Conjuntura, São Paulo: Cortez, n. 91, ano 28, p. 5-32, set. 2007.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 15-23.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação Profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, M. V. A dimensão política da prática profissional. *In*: IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 13. ed. São Paulo: 2018. p. 140-154.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LARA, R.; HILLESHEIM, J. Modernização trabalhista em contexto de crise econômica, política e sanitária. **O Social em Questão**, n. 49, ano 24, p. 61-88, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51110/51110.PDF>, Acesso em: 8 out. 2021.

MARIANO, C. M. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 4, n. 1, jan. abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rincal/wJb3fZFMmZh65KfmrCwKDrp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 out. 2021.

MASCARO, A. L. **Crise e Golpe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2018.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. *In*: **cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 29-54

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, n. 111, p. 413-429, set. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/so101-66282012000300002>. Acesso em: 10 out. 2021.

NETTO, J. P. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2009. Cap. 2. p. 15-42.

PEREIRA, P. A. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

ROCHA, F. R. F.; MACÁRIO, E. O impacto da EC 95/2016 e da PEC 287/2016 para a Previdência Social brasileira. **SER Social**, Brasília, v. 18, n. 39, p. 444-460, jul./dez. 2016 Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14632/12942. Acesso em: 8 out. 2021.

RODRIGUES, A. de A. *et al.* Inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho do Espírito Santo e de Santa Catarina: tendências da realidade. In: FAGUNDES, H. S. *et al.* (org.). **Questão Social e Direitos Humanos**. Florianópolis: UFSC, 2014. Cap. 12. p. 211-228.

SALVADOR, E. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-66282010000400002. Acesso em: 08 out. 2021.

SANTOS, M. T.; MANFROI, V. M. Condições de trabalho dos assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 36, v. 13, p. 178-196, 2º Semestre de 2015.

SANTOS, M. T.; MANFROI, V. M. Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n.30, v.10, p. 233-252, 2º Semestre de 2012.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS, 2009.

VALIM, R. **Estado de exceção**: a forma jurídica do neoliberalismo. São Paulo: Contracorrente. 2018.

VASCONCELOS, A. M. de. **A prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2007.

Capítulo 6

Trabajo Social en Uruguay en tiempos de incertidumbre: aportes para la

reflexión a partir de los espacios ocupacionales y la formación profesional

Adela Claramunt¹
Sandra Leopold²
Carolina Incerti³

Introducción

Este texto reflexiona acerca del trabajo social en Uruguay, particularmente, procura identificar, desde la perspectiva de los profesionales involucrados, las derivas y tensiones que, en las primeras décadas de este siglo, se vienen produciendo en el país, en el campo de la formación y en el espacio socio ocupacional de la profesión. Para ello, se apeló a una línea de indagación que optó por recuperar la producción disciplinar en publicaciones y eventos académicos nacionales, reconociendo líneas de problematización, preocupaciones recurrentes, interrogantes y orientaciones dominantes que se vienen asumiendo en diversas voces del colectivo de los trabajadores sociales (en adelante las TS) tanto en lo que refiere a la formación como al ejercicio profesional.

Se considera a su vez en este trabajo, la coyuntura actual de nuestro país, dado que el primero de marzo de 2020 asume un nuevo gobierno en Uruguay producto de una coalición electoral conservadora que nuclea a 5 partidos políticos. Se cierra así, un ciclo de quince años de gobierno *progresista*, acerca del cual aún

1. Dra. en Ciencias Sociales con Especialización en Trabajo Social, por la FCS-UDELAR. Docente e investigadora del Departamento de Trabajo Social, Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República, en régimen de dedicación total. adela.claramunt@cienciassociales.edu.uy

2. Dra. en Ciencias Sociales con Especialización en Trabajo Social por la FCS-UDELAR. Docente e investigadora del Departamento de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República, en régimen de dedicación total. sandra.leopold@cienciassociales.edu.uy

3. Mag. en Servicio Social por el PPGSSS-UFSC. Docente Asistente del Departamento de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República. carolina.incerti@cienciassociales.edu.uy

restan, en muchos aspectos, una reflexión rigurosa. No obstante, ese periodo supuso un ciclo de crecimiento económico, ampliación de derechos, reposicionamiento del papel del Estado, ampliación de la matriz de protección social y mejoras significativas en lo que refiere al trabajo y el salario en el marco de la negociación colectiva. Trece días después de iniciado el nuevo gobierno, se decreta la emergencia sanitaria. La irrupción de la pandemia por COVID-19 expone múltiples contradicciones que albergan nuestras sociedades, y arremeten, como suele suceder con las crisis, contra los sectores más afectados por la desigualdad social: problemas de trabajo, vivienda, salud, quedan expuestos con crudeza, y despejan, de manera contundente, toda noción de que la pandemia nos afecta a todos por igual. Con una perspectiva, que parece despolitizar toda referencia a la conflictividad social y apela, una vez más, al empeño y la responsabilidad de cada individuo para superar las situaciones de crisis social, se despliegan algunas acciones asistenciales limitadas en cobertura y materialidad. Incrementos poco significativos de instrumentos asistenciales, originariamente ya acotados, no parecen dar respuesta satisfactoriamente al crecimiento de la pobreza y la desocupación. En este sentido, la respuesta del gobierno también se distancia de las recomendaciones realizadas por la CEPAL (2020), que promueve un ingreso básico de emergencia como instrumento de protección social.

De acuerdo a Espín Hernández (2021) en su análisis del desarrollo social en Uruguay, la pandemia ha provocado una regresión de la desigualdad en todas sus esferas, junto a un incremento de la pobreza (31,8% sobre el valor de 2019). Además, el primer año de la pandemia, dejó como saldo un incremento del desempleo, alcanzando las cifras más altas de desempleo de toda la serie histórica del país, que se combina con una caída del salario real. Pese a la regresión de estos indicadores, Uruguay es uno de los países que ha hecho uno de los menores esfuerzos fiscales en la región para mitigar el deterioro de las condiciones de vida de la población (en

tanto el promedio regional es de 3,9% del PIB, en Uruguay es de 1,4% (CEPAL, 2020, apud. ESPÍ HERNÁNDEZ, 2021, p. 4)).

A su vez, las orientaciones gubernamentales, se desenvuelven en un contexto de contracción de ámbitos de participación y de espacios de diálogo social, al tiempo que se promueve la desregulación de algunas funciones del Estado y se evidencia una concepción punitivista de la vida en sociedad, aspectos por demás visibles en la Ley de Urgente Consideración aprobada en julio de 2020.

En este escenario, en tanto profesión inserta en la división socio-técnica del trabajo, se profundiza la precarización de las condiciones laborales de las TS (salario, formas de contratación, desespecialización y desprofesionalización) al mismo tiempo que crece la demanda por “administradores” de políticas sociales minimalistas. Como apunta Guerra (2018), el momento histórico impacta en las condiciones en las cuales el trabajo social da respuestas a la realidad y en los requerimientos que se le hacen desde las instituciones a la profesión. De esta forma, se vuelve necesario reflexionar sobre las implicancias de los procesos actuales para el ejercicio profesional y la formación de las TS en Uruguay.

Acerca del Trabajo Social

Se entiende necesario explicitar la concepción de trabajo social⁴ de la que se parte en este trabajo. Se lo considera un producto sociohistórico – con cambios y continuidades en su desarrollo - signado por múltiples determinaciones que lo configuran y reconfiguran como profesión social e institucionalmente legitimada. El ejercicio profesional se encuentra atravesado y determinado por las transformaciones societales e institucionales en las que se inscribe, y es parte de un proceso de elaboración colectiva en el que participan los

4. Se utilizan indistintamente los términos Trabajo Social y Servicio Social para denominar a la profesión, puesto que, si bien en el Uruguay se ha extendido la utilización del primero, en la región se emplean ambas expresiones.

profesionales que lo ejercen, por lo que se encuentra en permanente movimiento y sus agentes contribuyen a su recreación continua.

Se entiende a su vez al trabajo social como una profesión que surge históricamente en Europa y en Estados Unidos, asociada a los procesos de división sociotécnica del trabajo que se instauran con el advenimiento del capitalismo monopolista y con la intervención del Estado en la “cuestión social”, fundamentalmente a través de las políticas sociales (IAMAMOTO, 1997). En una primera fase el trabajador social se desempeña exclusivamente como operador de las políticas sociales con sus servicios y beneficios, pero con el pasar del tiempo y a partir de un proceso de calificación creciente que acompaña la ampliación y complejización de los sistemas de protección social, también actúa en la formulación y evaluación de dichas políticas (BEHRING, BOSCHETTI, 2006).

Al mismo tiempo que se complejizan las competencias y atribuciones del trabajo social se producen transformaciones en la identidad de las TS - en términos de la direccionalidad que imprimen a sus intervenciones y sus auto representaciones - que se distancia de la identidad atribuida originalmente a estos profesionales y básicamente asociada a tareas de control social y disciplinamiento de las poblaciones a las que destinan su accionar. El desempeño adquiere otros componentes y sentidos, a través de los procesos por los cuales se resuelven las tensiones generadas entre las demandas institucionales de quienes contratan a las TS y las de los sujetos a los que está destinada su labor, demandas que a su vez dan cuenta de las contradicciones propias de las políticas sociales en las que mayoritariamente se inscriben las TS como asalariadas. Estas políticas, al mismo tiempo y contradictoriamente, contribuyen a satisfacer las necesidades del capital posibilitando la reproducción de la fuerza de trabajo y manteniendo el orden social, a la vez que aportan recursos y protecciones a quienes viven de la venta de su fuerza de trabajo, mejorando sus condiciones de existencia y posibilitando ciertos niveles de redistribución de la riqueza socialmente generada

(aspectos que además aportan en la legitimación del Estado y de los partidos políticos en sus gestiones de gobierno).

Es en el marco de estas tensiones provocadas por demandas diferentes y contradictorias, que se construye la identidad profesional y se adquieren nuevas orientaciones de sentido de su trabajo, el que se abre a posibilidades superadoras de las originariamente atribuidas y se orienta a la ampliación de los derechos sociales y humanos y su efectivización, a la democratización de las relaciones sociales y al acrecentamiento del protagonismo de los sujetos en la construcción de sus vidas, entre otras opciones que aparecen como horizonte de posibilidad dentro del trabajo que desarrollan los profesionales.

Por otro lado, se considera que la categoría trabajo tiene un enorme potencial explicativo y en el caso del trabajo social posibilita encontrar un camino de superación en la tradicional dicotomía entre teoría y práctica, entre pensamiento y acción. El trabajo que llevan adelante las TS (considerado como trabajo abstracto⁵ y concreto⁶) conforma una especialización del trabajo colectivo, se trata de un trabajo complejo⁷ que tiene un fuerte componente intelectual, donde la acción sobre las expresiones de la “cuestión social” y con los sujetos afectados negativamente por ella, indica ser el ámbito privilegiado de desarrollo de sus espacios ocupacionales. Por otra parte, las TS en América Latina y en particular en Uruguay, son mayoritariamente trabajadores asalariados que

5. Se entiende aquí como trabajo abstracto el que desarrollan todos los seres humanos que dependen de la venta de su fuerza de trabajo y que implica el gasto o desembolso de dicha fuerza de trabajo en un tiempo determinado (las horas de trabajo), por el que reciben un salario del empleador. “(...) assim denomina-se todo e qualquer tipo de trabalho, posto que em sua realização há dispêndio de força de trabalho humana- física e/ou intelectual- no sentido fisiológico, e que desta forma, embora muito diferentes, podem ser considerados iguais.” (GRANEMAN 2000, p. 163).

6. Se entiende como trabajo concreto, útil, “(...) todo dispêndio de força humana de trabalho que assume uma determinada forma e possui um objetivo definido; por exemplo, o trabalho operário, o trabalho do assistente social.” (GRANEMAN, 2000, p. 163).

7. Marx entiende que “(...) el trabajo considerado como trabajo más complejo, más elevado que el trabajo social medio, es la manifestación de una fuerza de trabajo que representa gastos de preparación superiores a los normales, cuya producción representa más tiempo de trabajo y, por tanto, un valor superior al de la fuerza de trabajo simple. Esta fuerza de trabajo de valor superior al normal se traduce como es lógico, en un trabajo superior, materializándose, por tanto, durante los mismos períodos de tiempo, en valores relativamente más altos” (MARX, 1999, p. 148).

se desempeñan por lo común en el área de las políticas sociales y se inscriben como trabajadores en las esferas: gubernamental, empresarial, en organizaciones no gubernamentales y en entidades de carácter filantrópico. Considerar el ejercicio profesional como trabajo asalariado, implica a su vez identificar a sus profesionales como trabajadores que venden su fuerza de trabajo en el mercado laboral, visualizando lo que se tiene en común con el conjunto de los trabajadores asalariados, sin desconocer las particularidades del trabajo profesional que desarrollan.

Espacios ocupacionales, condiciones y contenidos del trabajo de los trabajadores sociales en Uruguay

En este apartado se sintetiza el conocimiento existente acerca de los espacios ocupacionales, las condiciones y contenidos del ejercicio profesional de las TS en los últimos 15 años en nuestro país, y específicamente en el último año signado por la pandemia de COVID-19.

Con este propósito, se presentan, en primer lugar, algunos resultados de la investigación finalizada en 2018⁸ acerca de los espacios ocupacionales y las condiciones de trabajo de nuestros profesionales en el periodo 2007-2017. El propósito central de dicha investigación fue el de contribuir al conocimiento del mercado de trabajo y de los espacios ocupacionales de las TS en el Uruguay de los gobiernos progresistas y sus interconexiones con las transformaciones societales del capitalismo tardío, los cambios en el mundo del trabajo y en las políticas sociales.

Cabe señalar que en Uruguay a fines del 2017 las TS constituyen un colectivo conformado por 3000 integrantes, los que mayoritariamente se desempeñan en el área de las políticas sociales y en

8. Dicha investigación se enmarca en la elaboración de la Tesis de Doctorado: Los trabajadores sociales en el Uruguay de la última década: sus espacios ocupacionales y condiciones de trabajo (CLARAMUNT, 2018).

actividades relacionadas con la profesión estudiada (el 88%). Se destaca que en los estratos más jóvenes (menores de 35 años) dicho porcentaje aumenta a un 92%. Por otra parte, el 94% del total se encuentra en condición de ocupado lo que nos lleva a afirmar que hay una situación de los egresados que puede denominarse como de “pleno empleo”, lo que indica estar asociado a la expansión de los programas y servicios sociales desplegados desde el Estado en este período, así como el fortalecimiento de diferentes políticas sociales sectoriales que requieren a las TS para su desarrollo. (CLARAMUNT et al, 2015). A pesar de esta situación ocupacional positiva, la flexibilización de las relaciones laborales tiene efectos directos en el mundo del trabajo profesional. Si bien se registra una ampliación - insospechada dos décadas atrás - de los puestos de trabajo, así como una diversificación de los espacios de inserción profesional, se instala a su vez la precarización como parte de las condiciones laborales.

Esta precarización se expresa de muy diversas formas y pueden ser sintetizadas en tres grandes dimensiones que se plantean a continuación. Por un lado, en los niveles salariales, que son bajos y muy bajos para empleos que requieren titulación profesional. Por otro, en los tipos de contratación, dado que se observa un persistente predominio de contratos a término y por proyectos (aun cuando están formalizados y tienen cobertura de la seguridad social). Una tercera dimensión de la precariedad se vincula al sufrimiento, desgaste emocional y desánimo, al que se ven sometidos los profesionales, asociados al tipo de responsabilidades que deben asumir, la gravedad y agudeza de las situaciones que deben enfrentar y que son vividas por los sujetos con los que trabajan. A esto se suma el escaso respaldo institucional con el que cuentan (declive institucional y escasez de recursos materiales, humanos y financieros, a pesar del aumento de la inversión pública social), y la inseguridad de muchos puestos de trabajo. Se trata de expresiones complejas y combinadas de la precarización del trabajo que contribuyen a hacer

más frágiles las posibilidades de desarrollar un trabajo profesional autónomo dentro de los límites de las organizaciones contratantes.

No obstante lo anteriormente planteado y aún en estas condiciones adversas, las TS indican en sus testimonios que encuentran caminos y formas de desarrollar niveles relativos de autonomía, de identificarse con su trabajo y darle direccionalidad a sus intervenciones de acuerdo a los parámetros colectivamente defendidos por la categoría profesional, en términos de avanzar en la concreción de derechos de ciudadanía, de ampliación de la justicia social y de profundización de la democracia económica y política.

También se encuentran profesionales que continúan su formación a lo largo de sus trayectorias y que estudian, investigan y exploran, nuevas y mejores estrategias de intervención profesional en los más diversos niveles y sectores de inserción. Pero esto lo hacen a pesar de las instituciones que los contratan las que en general indican carecer de incentivos, especialmente que estimulen la formación de sus cuadros profesionales en forma sustantiva, lo que posibilitaría enriquecer y dotar de mayor calidad a los programas y servicios sociales que desarrollan. Se visualizan a su vez en múltiples espacios laborales, la ausencia de posibilidades de ascenso (carrera profesional), de locales adecuados y equipamientos necesarios para llevar a cabo el ejercicio profesional.

La precariedad laboral -en sus diferentes dimensiones- que afecta a la mayoría de las TS, lleva a la búsqueda incesante de nuevos empleos y al desarrollo de estrategias de pluriempleo para paliar sobre todo la inseguridad y los bajos salarios. Así los profesionales, se ven sometidos a jornadas laborales extensas e intensivas que afectan negativamente su calidad de vida y la de sus familias, constituyéndose en otro elemento definitorio de la precarización laboral y una afectación de sus derechos humanos y sociales.

Al mismo tiempo, estas condiciones en que se desarrolla el trabajo ponen en entredicho las posibilidades efectivas de las TS para mantener y acrecentar la relativa autonomía profesional, en la

medida que generan restricciones para la formación continua, así como para el desarrollo de la dimensión investigativa de la profesión y para la generación de espacios de reflexión colectiva, en los que se potencia la capacidad de análisis, y la proyección socio-política de su accionar. El desarrollo de estas dimensiones del ejercicio profesional requiere de tiempos disponibles en la existencia de sus agentes, recursos y soportes colectivos (institucionales, sindicales y de la categoría profesional) que hoy dependen exclusivamente de las iniciativas y esfuerzos individuales de cada trabajador social y de las características favorables de su entorno familiar y de sus condiciones de existencia en general.

Por otro lado, no se visualizan incentivos y soportes institucionales consistentes para favorecer el desarrollo de las condiciones necesarias para el acrecentamiento de la autonomía profesional y del aporte enriquecido e innovador de la mayoría de los integrantes del colectivo de las TS en su quehacer laboral. Se está frente al predominio de jornadas extensas e intensivas (procesos de intensificación del trabajo que a su vez invade la vida privada y el tiempo de no-trabajo) que dejan escaso margen temporal y energías vitales para espacios de formación continua y de reflexión colectiva, así como para la participación en los espacios gremiales y en la asociación que nuclea a la categoría profesional.

Por otro lado, es de señalar, que al igual que en otras esferas del mundo del trabajo, el mercado laboral de las TS está habitado por múltiples formas de “uso de su trabajo”, las que contradictoriamente muestran avances y retrocesos. Se trata de espacios ocupacionales sumamente heterogéneos, segmentados y estratificados, donde por un lado ha crecido el número de empleos, así como el número de TS calificados que ocupan lugares de decisión política de distinto nivel, y al mismo tiempo pulula el multiempleo y el sobretrabajo, así como los empleos precarios, con salarios bajos y jornadas extensas e intensivas, sobre todo en las generaciones más jóvenes. Esto se ve reforzado por la incorporación de nuevas tecnologías para el

registro de la actividad profesional, así como de la identificación cada vez más difundida y precisa de los destinatarios de su accionar.

A pesar de estos procesos negativos que afectan y generan sufrimiento en estos asalariados, las TS indican contradictoriamente encontrar niveles de satisfacción ante la utilidad social de su trabajo y el reconocimiento de quienes son sus destinatarios, lo que aparece reflejado en las respuestas mayoritarias del censo de egresados (CLARAMUNT et al, 2015). A su vez en los testimonios expresan satisfacción con las atribuciones, competencias y direccionalidad que ponen en juego en el trabajo que desarrollan, aun cuando aparecen tensionados por las demandas y restricciones de las instituciones y organizaciones que los contratan. Colocan y procuran potenciar su formación y creatividad a disposición de amplios sectores de la población, que demandan y muchas veces acuden a su encuentro, en búsqueda de alternativas a sus complejas situaciones de vida, en un marco de dificultades para el acceso universal a la efectivización de derechos humanos y de ciudadanía.

Los contenidos y sentidos del trabajo de estos profesionales se debaten entre las demandas institucionales que remiten a procesos aparentemente crecientes de responsabilización individual y familiar por los problemas sociales, y la direccionalidad que buscan dar a su trabajo en el sentido de fortalecer la responsabilidad colectiva y pública por dichas problemáticas y su consiguiente resolución. Los relatos de las TS indican que parten de lecturas complejas de la realidad social que tienen en cuenta la multicausalidad de las problemáticas sociales y sus raíces estructurales y coyunturales, por lo que cuestionan las miradas centradas en la necesidad de modificar los comportamientos de las poblaciones empobrecidas y expulsadas del mundo del trabajo, como camino de superación de las necesidades sociales que los afectan.

En este sentido, las TS relatan sus resistencias y el esfuerzo que realizan en su trabajo cotidiano y en sus procesos formativos por trascender las demandas institucionales y avanzar en propuestas

conducentes a hacer efectivos los derechos humanos y sociales. Camino que como se ha señalado está surcado de tensiones y frustraciones. Finalmente se puede afirmar que la autonomía profesional (que en tanto trabajo asalariado es siempre relativa) se reduce sobre todo en lo que refiere a los enfoques y orientaciones sustantivas del trabajo a desarrollar. De la mano de estos procesos las TS se ven enfrentados en muchas ocasiones a la pérdida de sentido de su trabajo y al acrecentamiento de la alienación, en la medida en que viven su labor con extrañamiento, no sintiéndola parte de lo que desearían y deberían hacer por considerarlo adecuado desde su formación universitaria, entendida ésta en sus múltiples dimensiones.

Parecería primar - en el marco de la expansión del mercado laboral - la demanda de “operadores sociales” dispuestos a intervenir de acuerdo a protocolos de actuación previamente definidos, por encima de requerir intelectuales capaces de elaborar las mejores estrategias de intervención para cada situación y de acuerdo al conocimiento directo de los sujetos implicados; siendo capaces a su vez de comprender el sentido de su accionar y de trascender las demandas de los diferentes agentes institucionales y sociales. Se configura así un cuadro general que contiene riesgos de desprofesionalización y burocratización de las intervenciones profesionales que tienden a disminuir sus contenidos intelectuales y críticos y a exacerbar el pragmatismo, el productivismo y la cuantificación y registro de las acciones. Como se verá a continuación, estos riesgos se agudizan en el contexto de la emergencia sanitaria.

Con el propósito de acercarnos a la realidad del trabajo social uruguayo en los últimos 15 meses signados por la pandemia, recurrimos a la publicación “Contexto 2020” (DTS, 2021) que, mediante artículos de difusión, recoge reflexiones y experiencias de la profesión en el pasado año pandémico. Compuesta por más de treinta textos, se encontraron cinco que abordan el ejercicio profesional de las TS durante la pandemia. Además, se retomarán

debates suscitados en eventos virtuales organizados por el colectivo profesional en los últimos meses.

Durante la crisis sanitaria por COVID-19, las TS tuvieron que adaptar su intervención profesional a los nuevos requerimientos del contexto: trabajo a distancia, suspensión o reducción de la presencialidad, y requerimientos de emergencia desde las organizaciones empleadoras. Partiendo de distintos enfoques - vejez (SANDE; MONTOSI; BENTANCOR, et al, 2021), sujetos migrantes (ALMEIDA, et al, 2021), políticas públicas para la infancia (CAFARO, et al, 2021) - los autores de la publicación de referencia, coinciden en apuntar nuevos desafíos al ejercicio profesional del TS en la pandemia y la necesidad de poner en juego nuevas herramientas y estrategias de trabajo para dar respuestas a las demandas. En este sentido, a los efectos de las medidas para el control de la pandemia en la vida cotidiana de las TS, se suman nuevos requerimientos para la intervención profesional y los impactos en las condiciones laborales de las TS.

La investigación referida al inicio (CLARAMUNT, 2018) nos permite visualizar líneas de continuidad y de ruptura con la actual coyuntura, al mismo tiempo que aporta elementos para comprender que lo que hoy acontece no es ajeno a los procesos anteriores. Es así que en diferentes conversatorios, encuentros e intercambios realizados con profesionales del trabajo social durante 2021, nuestros colegas expresan la enorme incertidumbre por sus propios espacios laborales, ante el anuncio de reformulación y cierre de programas sociales⁹ (sobre todo dependientes del Ministerio de Desarrollo Social) y ante la indefinición de las orientaciones a seguir en los programas que permanecen. En consecuencia, los escasos recursos materiales y humanos para atender el aumento de la indigencia y la pobreza, deja a muchos colegas perplejos, con sentimientos de

9. Actualmente varios programas sociales están en proceso de reformulación o de cierre definitivo: ETAE, Uruguay Trabaja, SOCAT, Aulas Comunitarias y Jóvenes en Red, entre otros.

soledad y de desasosiego ante la desprotección que enfrentan los ciudadanos más vulnerables.

Por otro lado, los autores (DTS, 2021) coinciden en apuntar un escenario en el que las exigencias de la crisis sanitaria conviven con un giro que precariza la asistencia. En tanto las desigualdades preexistentes a la pandemia se profundizan, las respuestas del Estado se restringen.

Baraibar (2021) identifica un discurso igualizador en la comunicación del gobierno uruguayo durante el manejo de la pandemia. Expresiones desde el gobierno como “estamos todos en el mismo barco” o “de esta salimos todos juntos”, sustentaron una perspectiva despolitizada de la crisis sanitaria en la que no se problematizaron los efectos desiguales de la pandemia y las medidas asociadas a ésta en la población. ¿Cómo enfrentan las familias trabajadoras la disminución de los ingresos por el seguro de paro, la imposibilidad de realizar trabajos informales y el crecimiento del desempleo? ¿Cómo se quedan en casa las personas cuyas condiciones habitacionales y la convivencia representan un riesgo para su salud y sus vidas? Para la autora, la consideración residual de la dimensión social en la forma de configurar el problema del COVID-19, se expresó en respuestas públicas “residuales y desajustadas a la realidad a atender, son por poco tiempo y con apuestas a las expresiones de la sociedad civil” (2021, p. 15). En un escenario social marcado por el aumento de la pobreza (100.000 nuevos pobres en 2020), del desempleo (de 8,9% en 2019, a 11,0% en febrero de 2021¹⁰) y de la violencia de género y generación (aumento¹¹ de 25% en las consultas por violencia de género entre enero y septiembre de 2020, mientras que las denuncias de violencia contra niños y niñas aumentaron¹² de 4.774 en 2019, a 4.911 en 2020, pese al riesgo de subregistro por el confinamiento) - entre otros indicadores

10. Según datos del Instituto Nacional de Estadística (INE) analizados por Espí Hernández (2021)

11. Según datos divulgados por el Instituto Nacional de las Mujeres (Inmujeres) en nov. 2020.

12. Según datos del Informe de Gestión SIPIAV-INAU 2020.

sociales -, las respuestas institucionales a la emergencia sanitaria se centraron en la garantía de mínimos para la supervivencia, dando destaque a la alimentación¹³. En este sentido, se siembra el camino para un corrimiento del ejercicio profesional hacia intervenciones puntuales, donde constantemente debe estar determinando criterios focalizados para la selección de “los más pobres” entre las poblaciones con las que se trabaja, para determinar la adjudicación de los limitados recursos disponibles. De esta forma, la tendencia en las instituciones a privilegiar “los *requisitos* de acceso a los programas sociales y servicios en general por sobre los *criterios* profesionales” (2018, p. 50, cursiva de la autora), apuntada por Cazzaniga previo al COVID-19, se profundiza durante la pandemia, constituyendo una amenaza para la profesionalización de los espacios de intervención del trabajo social.

En definitiva, los profesionales se vieron ante la necesidad de repensar la intervención profesional, no sólo debido al recrudecimiento de la realidad social - que, en tanto se evidencia el crecimiento del desempleo, de la inseguridad y la incertidumbre, también los afecta en su condición de trabajadores - y los emergentes del nuevo contexto, sino también ante las demandas y exigencias de cada organización empleadora y las soluciones propuestas por el nuevo gobierno. En este escenario, aumenta el requerimiento por la competencia técnico-instrumental del trabajo social, teniendo que dar respuestas con carácter de urgencia a una realidad cada vez más compleja, corriendo el riesgo de reducir todo a una intervención a ciegas. ¿Cómo responder a las demandas del contexto sin perder de vista la referencia teórica y la direccionalidad ético-política de la intervención?, ¿cómo superar el sentido de la urgencia para

13. Reaparecieron las ollas populares y se realizó la entrega sistemática de canastas, tickets de alimentación y/o viandas desde distintas organizaciones sociales y educativas, con importante presencia de trabajo voluntario y aportes solidarios de la sociedad civil.

lograr comprender el conflicto y develar “lo viejo” en la “nueva normalidad”¹⁴?

En efecto, partiendo de experiencias puntuales en el tiempo de pandemia, los autores (DTS, 2021) reflexionan acerca de la necesidad de trascender el carácter urgente de las demandas colocadas al TS durante la pandemia, la reflexión crítica en el proceso de intervención y la producción de conocimiento que permitan superar “tecnicismo y mecanismos acríticos solicitados a la profesión en este contexto” (2021, p. 49), incluso producir y disputar espacios que habiliten la puesta en voz de los sujetos con los que se trabaja, a partir de la experiencia y el saber acumulado de la profesión (2021, p. 100). Si bien este es un desafío cotidiano en el ejercicio profesional, en este contexto se reactualiza el dilema clásico de la profesión: cuando se espera que la teoría produzca transformaciones a nivel práctico-empírico, “[...] numa profissão interventiva como o Serviço Social, pode-se pensar que na formação profissional há teoria demais” (GUERRA, 2005, p. 5).

Se entiende aquí, que recuperar la mirada política y social de la pandemia, nos permite visualizar que en definitiva no todos estamos en el mismo barco, y que los impactos sociales de la pandemia, no son más que la profundización de desigualdades preexistentes al COVID-19. Como señala Antunes (2020), la tragedia antecede a la pandemia, no es su consecuencia, sino que es exponenciada por ella. Sin esta comprensión, la dirección ético-política del trabajo social pierde claridad y corre el riesgo de naturalizar las manifestaciones actualizadas de la “cuestión social”.

14. Expresión utilizada desde el gobierno uruguayo durante los primeros meses de la pandemia para marcar la transición desde el “quedate en casa” al “distanciamiento social” con “libertad responsable”.

Tensiones y dilemas recurrentes en la formación de los trabajadores sociales uruguayos

El sistema universitario uruguayo se ha caracterizado por el monopolio de la universidad pública - Universidad de la República (UDELAR) desde su fundación en 1849 y hasta la habilitación en 1984 de la Universidad Católica del Uruguay Dámaso Antonio Larrañaga, que dispondrá también la formación de trabajo social, a partir de la creación de una Escuela de Servicio Social que se incorporó a la Facultad de Ciencias Sociales Aplicadas de ese centro universitario. No obstante, de manera sistemática ha registrado una matrícula estudiantil ínfima en relación a la que se alcanza en la UDELAR. En ella se concentra la mayoría absoluta del estudiantado universitario, así como de los equipos de investigación y la producción académica del país (CLARAMUNT; LEOPOLD, 2017).

Analizar la formación de las TS en Uruguay supone considerar un largo proceso socio histórico que se inicia en 1927 cuando se instala el primer programa de estudio para *visitadoras sociales de higiene*, en el Instituto de Higiene Experimental de la Facultad de Medicina (ORTEGA, 2008; BRALICH, 1993). De esta manera, el trabajo social comienza su desarrollo a partir de una relación de subordinación con la institución médica y particularmente con el movimiento higienista que hegemonizará el proceso de modernización capitalista del país desde fines del siglo XIX (ACOSTA, 2016).

Luego se sucederá un periplo que supondrá la inscripción de la formación a nivel ministerial, (Ministerio de Salud Pública y Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social), la creación de una Escuela de Servicio Social en 1937, que contará con el auspicio de la Unión Católica Internacional de Servicio Social y finalmente el surgimiento de la Escuela Universitaria de Servicio Social en 1957. La Universidad resultará intervenida por la dictadura cívico-militar

que comienza en 1973. Las TS - asistentes sociales durante ese período - participarán activamente en la resistencia a la dictadura desde todos sus ámbitos de inserción¹⁵, incluida la Escuela de Servicio Social que había sido cerrada al inicio de la intervención, reabierto momentáneamente en 1975 y definitivamente en 1977. Restituida la democracia en 1984 se iniciará un proceso de debate y reformulación en el ámbito universitario que concluirá en 1991 con la creación de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS) y en ella la instalación del Departamento de Trabajo Social, entidad responsable de la actual Licenciatura en Trabajo Social.

El proceso de creación de la Facultad, dio lugar a una disputa sobre el carácter del trabajo social en un período de retorno a la vida democrática en el país y de reconstrucción y reforma universitaria (ACOSTA, 2016). Quizás esta instancia, solo sea comparable, en intensidad, al debate de los años sesenta que inspiró la Reconceptualización de la profesión a nivel continental. La nueva institucionalidad traerá consigo no solo un cambio de nomenclatura - el servicio social dará paso al trabajo social – sino que, como bien señalan Bentura & Mariatti (2016), el ingreso de la formación de profesionales a la FCS, resultará *un verdadero punto de inflexión*, como resultado de la conformación de un espacio académico orientado a la formación profesional, con relativo distanciamiento de la exigencia inmediata de las tareas pragmáticas y en diálogo con el corpus teórico de las Ciencias Sociales.

No obstante, no será este un proceso exento de tensiones y contradicciones. En este sentido, al mismo tiempo que se genera una inserción que ampliará las posibilidades de comprensión y producción teórica del trabajo social también se reeditan dilemas recurrentes de la profesión, como la relación teoría/práctica y el desarrollo de perspectivas teoricistas o academicistas como contrapunto del practicismo o pragmatismo, emergen con suma potencia

15. Según datos aportados por Luis Acosta. Fueron en total 18 presos, 1 preso y exiliado, 23 exiliados, 2 muertos en tortura y 1 desaparecido, para un colectivo profesional que a comienzos de la década de los noventa, contaba con un número aproximado de 1000 TS. (ACOSTA, 2016)

y en su aparición vuelven a poner en cuestión la entidad profesional. Al respecto, sobresale una permanente conflictividad en torno al relacionamiento que se establece – y el que se debería establecer – entre el ámbito académico y el ejercicio profesional.

Si por un lado la vinculación con las Ciencias Sociales supone “un camino novedoso” como observan Bentura & Mariatti (2016, p. 176), el desarrollo profesional depende de las demandas que le son colocadas y de las respuestas que logre emitir el trabajo social en su espacio socio ocupacional. No hay respuestas que puedan concebirse por fuera de la comprensión crítica de los fenómenos sociales o, dicho de otro modo, no es posible concebir el ejercicio profesional por caminos que no sean teóricos. Como afirma José Paulo Netto, el significado social de la intervención profesional “[...] sólo es inteligible si se dilucidan las condiciones en que las relaciones sociales se procesan (es decir, se producen y se reproducen) en la sociedad contemporánea” (NETTO; 2008, p. 43).

Sin embargo, la amenaza del uso formal de la teoría social parecería emerger una y otra vez, al igual que el énfasis pragmático fundado en aquella afirmación que nos recuerda Yolanda Guerra: “en la práctica, la teoría es otra” (2005) o visibilizado en la crítica que Estela Grassi (2007) realizara al realismo y teoricismo, en tanto concepciones que, desde su perspectiva, invalidan, en ambos casos la reflexión situada y la comprensión crítica de los asuntos en los que interviene la profesión. Teoricismo y formalización de la teoría constituyen dos de las desviaciones que tempranamente señaló Marilda Iamamoto (2000, 2000b) en relación al trabajo social, al tiempo que enfatizó la necesaria solidez teórica “densa de historicidad” que requiere la profesión como recurso imprescindible para “iluminar” las posibilidades de la acción a partir de la apropiación del movimiento de la realidad (2000, p. 101).

La vigencia de estas tensiones y dilemas se expresa en la producción académica nacional analizada (ECHEVERRIBORDA, 2016; BENTURA, MARIATTI, 2016; SILVA, CARABALLO,

2019; CLARAMUNT, MACHADO, ROCCO, 2018) evidenciando el permanente retorno de los intentos de ruptura con el conservadurismo profesional que instalara inicialmente el movimiento de Reconceptualización. Hasta mediados los años sesenta del siglo pasado, el trabajo social latinoamericano se apropiaba de manera acrítica de las referencias teóricas – fundamentalmente norteamericanas – hegemónicas por perspectivas empiricistas, históricamente preocupadas por el uso instrumental y formalizado de las técnicas – una búsqueda “afanosa por la receta y el cómo” – que ha derivado, según una contundente expresión de Vélez Restrepo en una “sacralización instrumental de la profesión” (2002, p. 3).

María Echeverriborda (2016) recuerda esta primacía pragmática y empirista que marcó gran parte de la trayectoria histórica de la profesión en nuestro país, y señala la relativamente reciente incorporación del trabajo social a las perspectivas críticas y a los ámbitos universitarios, en tanto usinas legitimadas de producción de conocimiento, como factores explicativos de este predominio conservador. Sin desconocer problemas y ambigüedades en la búsqueda de validación teórica y de un lugar de interlocución con el bagaje teórico de las Ciencias Sociales, la autora reflexiona desde el ámbito de inserción de la formación en la FCS, asumiendo para este proceso, la visión de Netto (1991), quien señala que este nuevo tipo de relacionamiento, aunque cargado de tensión, contribuye a ofrecer, un contrapeso a la subalternidad profesional, que históricamente caracterizó al trabajo social.

Aún desde una perspectiva similar, Bentura & Mariatti (2016) advierten acerca de otras complejidades que emergen en la relación del trabajo social con las Ciencias Sociales. En este sentido, a partir del reconocimiento del origen de estas últimas, como resultado de la crisis filosófica de la burguesía a partir de 1848 y en respuesta a la teoría de Marx, ambos autores, repasan los marcos referenciales predominantes que han nutrido al trabajo social. El positivismo de Durkheim, el comprensivismo de Weber, la fenomenología

de Husserl y una relación compleja con el marxismo y con sus múltiples corrientes, sumado a las fuertes matrices fundacionales medicalizantes a las que ya se hizo referencia, han contribuido históricamente a una débil y limitada comprensión de los fenómenos sociales por parte del trabajo social, y han alimentado su subalternidad académica y profesional.

Los procesos socio históricos, económicos, políticos y culturales de reconfiguración de la sociedad capitalista a fines del siglo XX y comienzos del XXI, caracterizados por una crisis sistémica a escala planetaria, parecerían no dejar fuera ninguna dimensión de la producción y reproducción de la vida social (GUERRA, 2018; NETTO, 2012). No sólo en la vida cotidiana irrumpen múltiples irracionalismos; también la producción de conocimiento de las ciencias sociales resulta impregnada de una forma parcial y simplificada de pensar lo social, que prescinde de consideraciones históricas y estructurales. En este sentido, Ortega y Vecinday (2011) identifican la configuración de un nuevo marco cognitivo que tiende a reforzar los soportes y fundamentos sobre los que reposan las actuales propuestas de intervención fuertemente individualizadoras en el campo social. Para las autoras, la puesta en marcha de un proceso de transformación socio-cultural, orientado por este nuevo universo de sentido, que rápidamente parecería convertirse en sentido común, constituye un verdadero triunfo neoliberal, que nos recuerda, que este no solo significó la adopción de medidas técnicas y económicas.

Esta producción hegemónica de sentido, se desenvuelve al unísono con políticas sociales caracterizadas por crecientes componentes asistenciales, focalizados y meritocráticos que apelan a la responsabilidad individual en términos de estrategias de autocuidado y activación (ORTEGA & VECINDAY, 2011) y que demandan para su implementación, una figura profesional devenida en técnico polivalente, capaz de “hacer de todo un poco”, de forma cada vez más simplificada (GUERRA, 2018, p. 62). De esta manera,

ejercicio profesional y formación confluyen en tensiones y dilemas del mismo orden. La demanda por el dominio de saberes técnicos e instrumentales vuelve una y otra vez sobre el trabajo social y en su devenir, recuerda sus orígenes subalternos y moralizadores.

Reflexiones finales

Las tendencias neoconservadoras imperantes en la sociedad se inclinan a la criminalización y judicialización de la pobreza, así como a la defensa de políticas represivas y minimalistas en el área de la asistencia, la que, desde esta perspectiva, sólo se legitima en el caso de “pobres merecedores” de los soportes estatales. En esta coyuntura, las TS no sólo tienen dificultades para efectivizar sus derechos en términos de lograr condiciones de trabajo decente y acorde con su especialidad, sino que viven fuertes limitaciones para contribuir a efectivizar los derechos humanos y sociales de las poblaciones con las que trabajan. Las restricciones en la materialidad de las políticas sociales, llevan a las TS a una suerte de simulación: “hacemos como si” es una expresión que aparece en el discurso profesional y que remite a un trabajo social fragilizado por la ausencia de suficientes recursos materiales y humanos para contribuir en la realización de cambios sustantivos en las problemáticas que abordan.

A más de 15 meses de iniciada la pandemia y las medidas tomadas en respuesta a la misma, se comparte con Carbajal (2021) la preocupación por que las estrategias adoptadas en situación de excepcionalidad, tanto en el campo profesional como en la formación, sean tensionadas para su ampliación posterior a la pandemia.

No solo la intervención profesional se ve demandada de instrumentalidad asertiva. La formación universitaria, y particularmente la de las TS, se encuentra exigida de demandas tecnocráticas, saberes abreviados y tiempos acotados (LEOPOLD, 2017). En la actualidad, cuando la universidad debió mudar a formatos virtuales de enseñanza, en virtud de las condiciones sanitarias impuestas por la

pandemia, gran parte del trabajo docente se desplazó al aprendizaje del uso de los recursos tecnológicos. De esta manera, las interrogantes centrales se focalizaron en relación al instrumental técnico y con ello parecerían desplazarse o diluirse las preguntas esenciales a las que debe dar respuesta la formación.

¿No habremos desplazado sino omitido - no por falta de interés, sino por imposición de las condiciones de existencia y de trabajo - la pregunta sobre lo esencial?, ¿Qué requiere hoy la formación para que de ella devengan trabajadores sociales capaces de comprender el mundo e intervenir en él, al tiempo que posicionarse en defensa de los derechos efectivos de ciudadanía de las mayorías? Tarea nada sencilla dada las coordenadas de época que habitamos. No obstante, parecería ser esta la cuestión central a dilucidar. (LEOPOLD, 2021)

¿Cómo debería responder la formación en relación a la configuración de un marco cognitivo específico que sustenta y justifica la individualización de la conflictividad social y un campo socio ocupacional que demanda TS portadores de un saber práctico, ajustado a políticas que operan en lógica individualizadora y emergencial?. ¿Cómo se agravan las expresiones del pragmatismo en el TS cuando prevalece la enseñanza a distancia por medios virtuales?. ¿Podrá incidir el trabajo social en revertir la tendencia a respuestas que apuntan a garantizar mínimos en la protección social, para retomar objetivos más ambiciosos en términos de derechos y ciudadanía?

La “nueva normalidad” mantiene el viejo orden bajo la apariencia de novedad, sirviendo como justificación para la aceleración de procesos que profundizan la desigualdad social mientras aumenta la concentración de capital¹⁶. Como advierte Carbajal (2021), rescatando el posicionamiento del CFESS-CRESS, si no cuidamos de nuestros lentes de análisis diremos que todo el mundo está de cabeza para abajo debido a un virus, pero limpiando nuestros len-

16. Según el índice Bloomberg, a finales de 2020 los 20 individuos más ricos del mundo acumulaban un aumento del 24% en sus fortunas con respecto al año anterior.

tes y cambiándolos por unos que nos permitan ver la raíz de los problemas, podremos desvendar los tiempos vividos.

Referencias

ACOSTA, L. El proceso de renovación del Trabajo Social en Uruguay. **Fronteras**. Montevideo: DTS-FCS-UDELAR, n. 9, p. 29-45, 2016.

ALMEIDA, M., ET AL. Las prácticas profesionales en la institucionalización de la vejez en contexto de pandemia. **Contexto 2020: diálogo de saberes desde el Trabajo Social**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, p. 117-122, 2021.

ANTUNES, R. Entrevista a Ricardo Antunes. 'Llega una hora en que la salida es a la manera de la película Bacurau, ¿entiende?'. **Herramienta**. [en línea] Buenos Aires: N 28, abril 2020.

BARAIBAR, X. El problema de la construcción del problema: una mirada al nuevo gobierno uruguayo a partir del COVID-19. **Revista Digital de Ciencias Sociales**, Mendoza: SIPUC. FCPyS. UNCuyo. Vol. VIII, N° 14, pp. 13-36, mar/ago 2021.

BEHRING, E., BOSCHETTI, I. **Política Social – fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, Biblioteca Básica de Serviço Social. Vol. 2. 2006

BENTANCOR, E. Una reflexión crítica sobre una respuesta solidaria: las vejeces en

pandemia y el quehacer del Trabajo Social. **Contexto 2020: diálogo de saberes desde el Trabajo Social**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, p- 173-176, 2021.

BENTURA, J. P., MARIATTI, A. La centralidad de las funciones universitarias en el contexto de mundialización de la economía. Apuntes desde el trabajo social. **Fronteras**. Montevideo: DTS-FCS-UDELAR. n. 9, p. 167-179, 2016.

BRALICH, J. La formación universitaria de asistentes sociales. Más de seis décadas de historia. **Cuadernos de Trabajo Social**. Montevideo: UDELAR, N. 2, p. 9- 48, 1993.

CAFARO, L. ET AL. Cambios en curso: pandemia, formación en Trabajo Social y nuevas

orientaciones en políticas públicas en el campo de la infancia y adolescencia. **Contexto 2020: diálogo de saberes desde el Trabajo Social.** Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, p. 145-148, 2021.

CARBAJAL, C. La investigación como condición necesaria para la producción del conocimiento y del trabajo profesional. (Conferencia). *In: XIII Congreso Nacional de Trabajo Social.* UDELAR. UCU. ADASU, CECESO. Montevideo, 15-17 abr. 2021.

CAZZANIGA, S. La desolación profesional en tiempos de desolación. **Transformaciones sociales, protección social y trabajo social: XII Congreso Nacional de Trabajo Social.** SILVA, C. (Coord.). Montevideo: DTS-FCS-Udelar, p. 46-55, 2018.

CEPAL. **Enfrentar los efectos cada vez mayores del COVID-19 para una reactivación con igualdad:** nuevas proyecciones. Informe especial COVID-19, N° 5. Disponible en: <http://www.cepal.org>. Consultado en: 28 de junio de 2021

CLARAMUNT, A., MACHADO, G. y ROCCO, B. Recrear lo colectivo: Trabajo Social, estrategias de intervención y sus componentes ético-políticos. **Fronteras.** Montevideo: DTS-FCS-Udelar, n 11, p. 115-124, 2018.

CLARAMUNT, A; GARCÍA, A.; GARCÍA, M. **Primer censo de egresados de Trabajo Social.** Montevideo: ADASU- DTS-FCS-Udelar, 2015.

CLARAMUNT, A.; LEOPOLD, S. El Trabajo Social en Uruguay. Tensiones y desafíos de la formación y la inserción laboral de los profesionales en la actualidad. *In: Trabajo y Formación en Trabajo Social.* Avances y tensiones en el contexto de Iberoamérica. GUERRA, Y., et al (Coords), Granada: Universidad de Granada, 2017.

DEPARTAMENTO DE TRABAJO SOCIAL. **Contexto 2020:** diálogo de saberes desde el Trabajo Social. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2021.

_____. **Transformaciones sociales, protección social y trabajo social:** XII Congreso Nacional de Trabajo Social. SILVA, C. (Coord.). Montevideo: DTS-FCS-Udelar, 2018.

ECHEVERRIBORDA, M. Trabajo Social: una aproximación a sus fundamentos y notas sobre la formación profesional. **Fronteras.** Montevideo: DTS-FCS-Udelar. n. 9, p.181-193, 2016.

ESPÍ HERNÁNDEZ, A. **Uruguay: el país que supo reducir la desigualdad y la pobreza.** Un análisis de su desarrollo social bajo el enfoque de los ODS 1, 5 y 10 [en línea]. Documentos e Informes de Investigación - FCS, Montevideo, 2021.

IAMAMOTO, M. La metodología en el Servicio Social: lineamientos para el debate. *In: Metodología y Servicio Social hoy en debate.* Borggiani, E., Montaña, C. (org.). São Paulo: Cortez. 2000.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez. 2000b.

_____. **Servicio Social y división del trabajo.** San Pablo: Cortez Editora. 1997.

GRANEMANN, S. Procesos de trabajo y Servicio Social I. *In: Capacitación en Servicio Social y Política Social. Módulo 2: Reproducción social, trabajo y Servicio Social.* Brasilia: CFESS-ABEPSS-CEAD-UNB, 2000.

GRASSI, E. Problemas de realismo y teoricismo en la investigación social y en el Trabajo Social. **Revista Katálysis.** Universidade Federal de Santa Catarina. PPGSS. Florianópolis: Editora da UFSC, V. 16, p. 26-36, 2007.

_____. No que se sustenta a falácia de que “Na prática a teoria é outra?” *In: Anais do II Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais.* Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel-PR: UNIOESTE, 2005

_____. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis.** Universidade Federal de Santa Catarina. PPGSS. Florianópolis: Editora da UFSC, V. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.

_____. **Trabajo Social: Fundamentos y contemporaneidad.** La Plata: Colegio de Trabajadores Sociales de la Provincia de Buenos Aires. 2015.

_____. Servicio Social y formación profesional: desafío para la formación integral y de calidad. *In: Transformaciones sociales, protección social y trabajo social:* XII Congreso Nacional de Trabajo Social. SILVA, C. (Coord.). Montevideo: Udelar-FCS-DTS, p.56-68, 2018.

LEOPOLD, S. Conversaciones en la virtualidad. Consideraciones acerca de la formación de los trabajadores sociales en la universidad pública

uruguaya. (Conferencia). *In: XIII Congreso Nacional de Trabajo Social*. UDELAR. UCU. ADASU, CECOSO. Montevideo, 15-17 abr. 2021.

LEOPOLD, S. Que las ideas vuelvan a ser peligrosas. Formación, conocimiento y Trabajo Social. *In: Transformaciones sociales, protección social y trabajo social: XII Congreso Nacional de Trabajo Social*. SILVA, C. (Coord.). Montevideo: Udelar-FCS-DTS, p. 69-79. 2017.

MARX, K. **El Capital**. Crítica de la economía política. I. 3ª. Edición, 8va. reimpresión. México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

MONTOSSI, L. Las prácticas profesionales en la institucionalización de la vejez en

contexto de pandemia. **Contexto 2020**: diálogo de saberes desde el Trabajo Social. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, p. 83-86, 2021.

NETTO, J.P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social y Sociedad**. São Paulo, n. 111, p. 413-429, 2012.

_____. El orden social contemporáneo como desafío central. **Revista Trabajo Social**. Chile: Universidad Católica de Chile, n. 74, p. 31-46, 2008

_____. **Dictadura y Servicio Social**. Uma análise do Serviço Social, pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

ORTEGA, E. **El Servicio Social y los procesos de medicalización de la sociedad uruguaya en el período neobatlista**. Montevideo: Trilce, 2008.

ORTEGA, E.; VECINDAY, L. La trayectoria individualizante de la producción de conocimiento en el campo social. **Fronteras**. Montevideo: DTS-FCS-UDELAR, n. esp., p.113-122, 2011

SANDE, S. Trabajo social gerontológico en tiempos de pandemias. **Contexto 2020**: diálogo de saberes desde el Trabajo Social. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2021.

SILVA, C. y CARABALLO, Y. La producción de conocimiento y Trabajo Social; notas sobre la significación ético-política, una revisión necesaria. **Fronteras**. Montevideo: DTS-FCS-UDELAR., n. 12, p. 14-23, 2019

VÉLEZ RESTREPO, O. L. **Reconfigurando el Trabajo Social.**
Perspectivas y tendencias contemporáneas. Buenos Aires: Editorial
Espacio, 2002.

Organización de la práctica preprofesional en trabajo social

Ana Vázquez-Cañete¹

Introducción

La formación a partir de la práctica en el estudio del trabajo social ha sido un elemento fundamental desde los inicios de la profesión. Su interés ha estado marcado por la consideración del trabajo social como una disciplina aplicada que “promueve el cambio y el desarrollo local, la cohesión social y el fortalecimiento y la liberación de las personas” (FITS, 2014, p. 1).

De hecho, la formación en trabajo social se ha caracterizado por la conexión entre la teoría y la práctica como enfoque epistemológico, la interdisciplinariedad y la docencia participativa. Las asignaturas de prácticas están llamadas a integrar los conocimientos adquiridos como un elemento transversal en el aprendizaje de cada estudiante, donde la adquisición de las competencias profesionales se convierte en el referente principal (DELLAVALLE, 2014).

La complejidad creciente de la realidad social señala la importancia de ofrecer una formación que otorgue a las futuras profesionales la capacidad de lograr el objetivo planteado. Puig-Cruells (2020) identifica tres fenómenos que inciden de forma especial en la complejidad a la que debe enfrentarse la profesión. En primer lugar, el creciente desarrollo de los servicios dirigidos al bienestar psicosocial de las personas. En segundo lugar, la importancia de la relación entre las personas que participan en la intervención y la relevancia del vínculo que ha de establecerse en este marco. Y,

1. Profesora Ayudante Doctora. Departamento Trabajo Social y Servicios Sociales, Universitat de València. ana.i.vazquez@uv.es

en tercer lugar, la evidencia de que la diversidad y extensión de los recursos asistenciales que puedan establecerse, no sustituyen en ningún momento la acción profesional ni en la respuesta a la precariedad o el “malestar de las personas” (PUIG-CRUELLS, 2020, p. 59), ni en la construcción del bienestar social. Según esta autora, las prácticas en los estudios de trabajo social son “el conjunto de actividades y funciones propias de los trabajadores sociales, que se realizan tanto en los marcos de las instituciones colaboradoras como aquellas que se realizan en las universidades, como son la supervisión y la orientación” (PUIG-CRUELLS, 2020, p. 61). Estaríamos hablando, además, de una asignatura relevante en la que participan una multiplicidad de actores.

Desde una perspectiva que conjuga el análisis y la reflexión, así como la experiencia docente en el marco de la educación superior en las universidades españolas, en las siguientes páginas se realiza una aproximación al marco que permita responder a la complejidad de la formación de las futuras generaciones de profesionales del Trabajo Social. Y para ello se propone un análisis a partir de diferentes aspectos: el marco establecido para la práctica preprofesional en la educación superior en España, cómo entender las prácticas externas curriculares en el Grado en Trabajo Social, los elementos básicos que constituyen esta asignatura y, finalmente, algunos riesgos y retos.

Las prácticas externas curriculares en el espacio europeo de educación superior

Las prácticas externas curriculares han sido una constante en la formación del Trabajo Social. Sin embargo, en España, los cambios producidos por el Espacio Europeo de Educación Superior (en adelante EEES), también conocido como el Plan de Bolonia, ha supuesto cambios que afectan “tanto a la estructura organizativa de las enseñanzas como a la metodología que se emplea en el desar-

rollo de los contenidos, como exigencia de calidad” (VÁZQUEZ, 2005, p. 242).

El modelo de enseñanza-aprendizaje establecido en el Espacio Europeo de Educación Superior (EEES) orienta el proceso formativo a la adquisición de un conjunto de competencias para el desempeño profesional y en el marco de las Ciencias Sociales se podrían distinguir diferentes tipologías de competencias: de carácter cognitivo o conceptual, vinculadas con el dominio de los conocimientos fundamentales propios de la disciplina; de carácter procedimental o metodológico, relacionadas con el manejo de métodos, técnicas y procedimientos que permiten desarrollar los procesos de actuación; y de carácter actitudinal que permiten valorar y orientar la acción de manera ética y comprometida (VELA, 2019). Por lo tanto, la formación de prácticas vinculadas a la obtención del título de Grado, ha de estar dirigida a la adquisición de todo este conjunto de competencias.

Para realizar una aproximación al marco que queda establecido a partir de la implantación de los Grados en la universidad española, se ha utilizado el estudio de Guindo y Ortega (2019). Estas autoras establecen un análisis de interés sobre las prácticas externas curriculares en el marco del EEES a partir de su puesta en marcha en las universidades españolas, que refleja los diferentes aspectos que adquieren protagonismo en la gestión y el desarrollo de las prácticas externas curriculares.

Estas prácticas están configuradas como asignaturas pertenecientes al plan de estudios de cada titulación, lo que supone que cada estudiante debe realizarlas y superarlas para obtener el título universitario. Las asignaturas de prácticas tienen por objetivo la integración de los conocimientos teóricos adquiridos en las aulas universitarias y el estudio, y los conocimientos prácticos que se adquieren a partir de su aplicación y la aproximación a la realidad profesional. Para ello, se convierten en esenciales la observación y la acción guiada de cada estudiante de modo que adquiera la

capacidad y las competencias necesarias para la respuesta ante situaciones reales.

Las prácticas académicas persiguen que el alumnado alcance el conocimiento que requiere la disciplina y la profesión para la que se forma, pero Guindo y Ortega (2019, p. 157) concretan unos fines específicos de las prácticas:

- a. Contribuir a la formación integral de los estudiantes complementando su aprendizaje teórico y práctico.
- b. Facilitar el conocimiento de la metodología de trabajo adecuada a la realidad profesional en que los estudiantes habrán de operar, contrastando y aplicando los conocimientos adquiridos.
- c. Favorecer el desarrollo de competencias técnicas, metodológicas, personales y participativas.
- d. Obtener una experiencia práctica que facilite la inserción en el mercado de trabajo y mejore su empleabilidad futura.
- e. Favorecer los valores de la innovación, la creatividad y el emprendimiento.

Asimismo, Guindo y Ortega, señalan que tanto la estructura como el contenido de las prácticas curriculares de la universidad española, están establecidos en el Real Decreto 1393/2007, de 29 de octubre, por el que se establece la ordenación de las enseñanzas universitarias oficiales.

Así, en este marco normativo se hace referencia a una serie de aspectos que definen las características y contenidos básicos que deben reunir las prácticas externas curriculares en los estudios de Grado de la universidad española. Entre los aspectos recogidos se encuentra el proyecto formativo que concreta la realización de esta práctica académica, los objetivos académicos que responden a las competencias básicas, genéricas y específicas a alcanzar, y las actividades a desarrollar. Según señalan Guindo y Ortega (2019), el proyecto formativo y los contenidos de las prácticas han de estar diseñados asegurando una relación directa con los estudios cursados

y garantizando los principios de inclusión, igualdad de oportunidades, no discriminación y accesibilidad universal.

Además, se detalla la duración de las prácticas, que estará determinada por el plan de estudios específico, pero sin exceder el 25% del total de créditos del título, o el horario a realizar que se definirá según las características de las prácticas, garantizando la compatibilidad con las demás actividades académicas.

La propia configuración de las prácticas externas curriculares requiere la incorporación del estudiantado en ámbitos profesionales externos a la universidad, para lo que será necesaria la suscripción de convenios de cooperación educativa con este tipo de instituciones o entidades. Este convenio es esencial ya que, además de definir las responsabilidades de los diferentes actores implicados en las prácticas y el objeto de las prácticas, debe garantizar que la actividad de cada estudiante tiene una finalidad formativa, sin encubrir una práctica laboral. En España se ha planteado un debate sobre la posible existencia de una relación laboral entre el estudiante y la entidad donde realiza las prácticas y, como consecuencia, la existencia de obligaciones vinculadas al Régimen de la Seguridad Social. Este debate se apoya en la existencia de diferentes tipos y características de prácticas tanto desde el marco universitario (curriculares y extracurriculares, financiadas y no financiadas, etc.), como la existencia también de prácticas laborales en empresas no vinculadas a la realización paralela de unos estudios. Para Guindo y Ortega la propia definición de prácticas académicas hace referencia a su carácter formativo y no de carácter productivo, es decir, dirigidas a la obtención de conocimientos y competencias profesionales vinculadas con la formación académica. Por este motivo, no existirá una relación laboral entre la persona que realiza las prácticas y la institución o empresa donde las desarrolla.

Otro aspecto relevante recogido en este marco formal de las prácticas externas curriculares es la figura de tutor. Así, a cada estudiante se le asignará un tutor profesional en la entidad cola-

boradora y un tutor académico en la universidad, que no podrán coincidir en la misma persona. Ambas figuras deben estar vinculadas con el ámbito al que representan y afines a la formación a la que corresponden las prácticas.

Finalmente, la normativa también reconoce un conjunto de derechos y deberes para los principales actores que forman parte del proceso de prácticas y que están dirigidos a garantizar que la realización de las prácticas corresponde con los objetivos planteados y se desarrollan en las condiciones más óptimas deseadas, asegurando el aprendizaje y la evaluación del estudiante, así como su compromiso en la institución donde desarrolla su actividad.

La formación de prácticas externas en el grado en trabajo social

Los aspectos definidos en el marco del EEES para las prácticas externas curriculares en la educación superior en España queda también aplicado para el Grado en Trabajo Social. Pero, además, como señalan Mosteiro, Beloki y Sobremonte (2013, p. 188) el objetivo de “fortalecer la integración teórico-práctica del alumnado a través de las prácticas externas ha sido una constante en los planes de estudio universitarios de Trabajo Social”. A juicio de estas autoras, en los diferentes documentos a partir de los cuales se ha diseñado el Grado en Trabajo Social en las universidades españolas², las prácticas externas son entendidas como un elemento central en el proyecto formativo de la titulación, señalando la importancia de diseñar programas formativos específicos en los que participen profesionales de centros externos.

2. Ver Conferencia de Directores y Directoras de Centros y Departamentos de Trabajo Social (2007) Criterios para el diseño de planes de estudio de los grados en Trabajo Social aprobado conjuntamente por la Conferencia Española de Decanos/as y Directores/as de Centros y Departamentos de Trabajo Social y el Consejo General de Diplomados en Trabajo Social y Asistentes Sociales (no publicado); por parte de la ANECA, ver Vázquez, O. (2004) Libro Blanco de Trabajo Social, aprobado por la Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación; y Conferencia de Directores/as de Centros y Departamentos de Trabajo Social (2013) Estándares de calidad en las prácticas curriculares externas del título de Grado en Trabajo Social .

Este programa formativo, que también es señalado en el EEES, ha de responder a los estándares de calidad que han de ser reconocidos en el marco de la disciplina. Así, el Libro Blanco del Trabajo Social (VÁZQUEZ, 2004), señala que la formación práctica ha de contribuir a que el alumnado desarrolle un conjunto de competencias genéricas y competencias específicas. Entre las primeras se indican: capacidad de análisis y síntesis; capacidad de organización y planificación; capacidad de gestión de la información; resolución de problemas; toma de decisiones; trabajo en equipo; trabajo en equipo de carácter interdisciplinar; habilidades en las relaciones interpersonales; compromiso ético; adaptación a nuevas situaciones, y creatividad³.

Junto con la definición de estas competencias genéricas y específicas, hay autoras que señalan también que la formación en trabajo social debe tener un carácter integral que incorpore contenidos disciplinares, competenciales y actitudinales, de modo que contribuya a generar profesionales que no solo sepan hacer, sino que también conozcan el medio en el que trabajan y sean capaces de analizarlo críticamente (VÁZQUEZ, 2005, p. 247). Estos objetivos competenciales harán referencia a:

- Trabajar de manera conjunta con personas, familias, grupos, organizaciones y comunidades para valorar sus necesidades y circunstancias.
- Planificar, implementar, revisar y evaluar la práctica del trabajo social con personas, familias, grupos, organizaciones, comunidades y con otros profesionales.
- Apoyar a las personas para que sean capaces de manifestar las necesidades, puntos de vista y circunstancias.
- Actuar en la resolución de las situaciones de vulnerabilidad, conflicto, crisis, carencias o dificultades con las

3. Puede consultarse el listado y especificación de las competencias genéricas y específicas en el Libro Blanco de Trabajo Social en el siguiente enlace: http://www.aneca.es/var/media/150376/libroblanco_trbjsocial_def.pdf

personas, así como para las propias y las de los colegas de profesión.

- Administrar y ser responsable, con supervisión y apoyo, de la propia práctica dentro de la organización.
- Demostrar competencia profesional en el ejercicio del Trabajo Social.

En definitiva, el título de Grado en Trabajo Social está orientado a la adquisición, por parte del alumnado, del conjunto de conocimientos y competencias para el desarrollo de la función profesional y a este fin se orientan las diferentes materias de un plan de estudios. La formación ha de estar orientada a preparar para la intervención social en contextos complejos, pero también para el diseño y evaluación de políticas públicas, así como contribuir en la construcción de una ciudadanía activa en la defensa de los derechos humanos de todas y cada una de las personas (PASTOR, 2014).

Por todo ello, las asignaturas de prácticas adquieren una relevancia especial, ya que se estaría haciendo referencia a la necesidad de que el futuro profesional pueda adquirir un conjunto de conocimientos, pero también de competencias, habilidades y destrezas suficientes para poder comprometerse en una intervención social transformadora.

Puig-Cruells (2020) señala que hay cuatro ejes sobre los que pivota el estudiante en su proceso de prácticas: el marco institucional de las prácticas y las actividades que cada estudiante realiza en él; la relación de aprendizaje que se establece con los tutores profesionales; el programa formativo y de evaluación que debe integrar el conjunto de la experiencia realizada; y la supervisión de prácticas que compete al marco universitario.

En estos cuatro ejes, por tanto, recae también la exigencia de un proceso de enseñanza-aprendizaje que no sea una mera reproducción de conocimientos y metodologías, sino que capacite para el análisis crítico, la propuesta y el compromiso con la acción. El contexto social actual está protagonizado por procesos de incerti-

dumbre y de emergencia de fenómenos nuevos que cuestionan y provocan la acción profesional. Y adquiere cada vez más importancia el aprendizaje de la práctica reflexiva como parte integral del conjunto de la práctica profesional. Por ello, al hablar de la organización de las prácticas externas curriculares en Trabajo Social, no es posible hacer referencia sólo a la parte formal y estructural de las mismas, ya de por sí suficientemente compleja, sino que es preciso también entender en profundidad su contenido intrínseco y su relevancia.

A este respecto, Cardona (2017), subraya que las profesiones orientadas a las relaciones de ayuda, una característica esencial del Trabajo Social, han de considerar su práctica desde una perspectiva que “va más allá de la lógica del suministro de servicios y prestaciones que ha caracterizado la expansión de los sistemas de protección social” (CARDONA, 2017, p. 67). A juicio de esta autora, la acción profesional ha de estar dirigida a la complejidad de dimensiones en las que se manifiesta el malestar y el sufrimiento de las personas, y que no se puede afrontar sólo desde lo que sucede, sino de cómo lo vive cada persona. Desde aquí, “los procesos de cambio están vinculados a crear condiciones cognitivas, emocionales y relacionales adecuadas” (CARDONA, 2017, p. 67) para que las personas puedan implicarse en ese cambio y para ello se hace esencial profundizar en las dimensiones de escucha, de comprensión y de intervención.

El abordaje de las situaciones de malestar psicosocial implica reconocer su naturaleza compleja y asumir la importancia de la confluencia de teorías, modelos de intervención y las características de las demandas específicas de las personas. Cardona se refiere a la interrelación de esta múltiple realidad como la construcción del contexto de intervención profesional. No se trata de la amplia realidad en la que se pueda desarrollar la intervención, sino a “los diferentes acuerdos relacionales que se dan en el marco de una relación de ayuda con personas o familias, sobre cuáles serán los asuntos

a tratar y cómo se va a llevar a cabo la intervención” (CARDONA, 2017, p. 72). Se podría entender como un pacto entre personas (profesional y usuario/cliente), de carácter cooperativo y simétrico, para realizar un esfuerzo que permita alcanzar un cambio. La cooperación entre actores en el contexto de prácticas – “cooperar es transitar juntos” señala Cardona (2017, p. 77) – supone tomar conciencia del papel que cada actor desempeña en la intervención, y entender esta como un proceso. Implica, por tanto, huir de posiciones que sitúan al profesional como el experto que determina y decide sobre las posibilidades y capacidades de las personas.

La perspectiva que aborda esta autora se sitúa en la línea de otras autoras que reclaman una mirada reflexiva a la realidad social, alejada de los procesos sistemáticos a los que el desarrollo del modelo de protección ha conducido al Trabajo Social. Entendida así la intervención, el proceso de aprendizaje profesional y las prácticas en Trabajo Social, adquieren una mayor complejidad que la mera presencia de estudiantes en los servicios de atención. Y, por tanto, la coordinación de las prácticas va más allá de la gestión de entidades y personas, y se convierte en un proceso complejo, que combina gestión y coordinación académica y en el que la reflexividad sobre la acción profesional se convierte en el factor determinante.

Elementos constitutivos de la práctica

El programa formativo

El elemento central en torno al que construir el diseño de las prácticas externas curriculares es el contenido docente que estas deben tener para alcanzar los objetivos que se plantea, es decir, el programa formativo.

Con frecuencia, y así parece entenderlo parte del estudiantado, la realización de las prácticas en los contextos institucionales puede suponer una ruptura con el marco universitario, un tiempo de “independencia” de las rutinas académicas de docencia y evaluación.

Sin embargo, se trata de una visión reduccionista que puede limitar la potencialidad de esta experiencia.

Por este motivo, es de especial importancia el diseño de un programa formativo que permita la adquisición de conocimientos, habilidades y destrezas profesionales, y que posibilite el desarrollo de los valores y principios, así como las actitudes positivas tanto a nivel personal como profesional (PASTOR, 2014). En sí, el programa formativo de las prácticas reúne el contenido esencial que se debe trabajar para que cada futuro profesional desarrolle, con un alto grado de autonomía, el proceso de enseñanza-aprendizaje que le permitirá vincular los contenidos docentes, de mayor contenido teórico, con la actividad práctica, de mayor contenido metodológico, orientado desde las claves fundamentales que orientan la disciplina.

Como se señala en el Libro Blanco, la formación del Título de Grado en Trabajo Social en España se contempla como una “formación integral que atienda tanto a contenidos disciplinares, competenciales y actitudinales que contribuyan a generar profesionales que no sólo sepan hacer, sino que también conozcan el medio en el que trabajan y sean capaces de analizarlo críticamente” (VÁZQUEZ, 2004, p. 284). Este planteamiento implica un conjunto de objetivos de diferentes características: objetivos competenciales referidos al saber hacer, que supone el dominio de las realizaciones profesionales; objetivos disciplinares referidos al saber, como conjunto de conocimientos aportados por las diferentes materias y disciplinas vinculadas; y objetivos actitudinales referidos al saber ser, que muestra el interés por los principios y valores esenciales de la profesión como la justicia social y la dignidad personal.

El programa formativo debe tomar en cuenta que “las prácticas curriculares conforman el ámbito natural para una primera transferencia de la teoría a la práctica” (LÓPEZ, GARCÍA y TRISTANTE, 2014, p. 90) y aunque su contenido puede variar en función del momento curricular, suponen un proceso de aprendizaje acti-

vo y experiencial, que integra conocimientos (teoría) y destrezas (praxis), permitiendo al estudiante adquirir herramientas para el conocimiento de la realidad social, el análisis y la detección de las situaciones-problema, así como plantear las posibles respuestas y llevarlas a cabo. Entre los aprendizajes que permiten al estudiante tener una adecuada experiencia de profesionalización, Puig-Cruells (2020) señala el conocimiento del campo, el ámbito institucional, y el servicio específico de prácticas; la tarea realizada por el profesional, recursos materiales y documentación profesional; el aprendizaje de actitudes y valores, autonomía y mejora personal, así como habilidades como la comunicación, la escucha o la negociación; y el manejo de técnicas de observación y de entrevista, y de gestión organizacional.

Uno de los instrumentos de interés en las prácticas de trabajo social es el plan de prácticas. A juicio de Gavari y Cacheiro (2010) constituye un acuerdo entre el estudiante, el tutor profesional de la entidad y el tutor académico encargado de su supervisión. Debe ser elaborado por cada estudiante, con la orientación de los tutores, durante los primeros contactos y después de haber conocido las características de la entidad y comprendido los objetivos propuestos para las prácticas, y recoge los propósitos y acciones que constituirán el contenido de las actividades a desarrollar. Gavari (2007, citado en GAVARI y CACHEIRO, 2010, p. 553) señala que este plan de prácticas tiene como finalidad:

- Recoge el compromiso y la intencionalidad del estudiante en el logro de unos resultados y productos en el aprendizaje.
- Es un instrumento de motivación para cada estudiante, como un producto de elaboración propia y adquisición de un logro.
- Actúa como guía de las responsabilidades, actividades y tareas asignadas al estudiante en el centro de prácticas.

- Supone un compromiso de aprendizaje por parte del estudiante en el cumplimiento de lo acordado y también por parte del centro de prácticas que debe favorecer y garantizar la realización de esas actividades.

En definitiva, este plan de prácticas o Programa Individualizado de Prácticas como lo denomina Pastor, permite adaptar los objetivos y contenidos genéricos de la asignatura a la realidad específica de la entidad donde se realizan las prácticas y el estudiante que se incorpora a ellas (PASTOR, 2014).

Y, del mismo modo que se plantea el proceso de enseñanza-aprendizaje de las prácticas y su desarrollo, también resulta relevante tomar en cuenta que estos mismos aprendizajes han de quedar recogidos, a partir de la organización y sistematización de la información que de ellas se derivan. Este ejercicio de sistematización, que queda recogido en una memoria de prácticas, constituye una evidencia del análisis y la reflexividad que debe realizar cada estudiante sobre su propio ejercicio profesional, así como de los aprendizajes adquiridos, y la reflexión de tutores profesionales y académicos que participan en la evaluación de la asignatura (GARCÍA, 2014, p. 217).

El contexto institucional

La selección de los centros ofertados para la realización de las prácticas de trabajo social es una cuestión fundamental en la formación de las futuras generaciones de profesionales. Autoras como Mosteiro, Beloki y Sobremonte (2013) señalan que su relevancia tiene relación con la calidad de las prácticas y la consecución de los objetivos del programa formativo. Entre las dimensiones que pueden caracterizar la adecuación de los centros de prácticas se podría señalar el perfil profesional del tutor de la entidad, que ha de estar titulado en Trabajo Social; las actividades propuestas en el proyecto formativo relacionadas con la atención directa e indi-

recta, la formación o la investigación; las condiciones contextuales referidas a los procesos internos de la entidad, disponibilidad de espacios para el desarrollo de las prácticas, la interacción con otros profesionales y el compromiso con valores esenciales como la igualdad, la no discriminación, etc.; las posibilidades de inserción laboral posterior; el uso de diferentes idiomas en aquellos contextos que así lo requieran; la posibilidad de transferencia de conocimiento a través de redes de colaboración entre las entidades y la universidad; así como la diversidad de usuarios a los que se ofrece atención y que permiten un mejor acercamiento a la diversidad y la complejidad social. Igualmente, resaltan la importancia de identificar aquellas entidades que, por sus características, puedan constituir entornos no adecuados para el aprendizaje (ej. postulados con fines o valores contrarios a los del Trabajo Social, desarrollo de prácticas que no respeten los valores esenciales de la profesión) o bien que pretendan utilizar al estudiantado para fines lucrativos propios de forma velada (MOSTEIRO, BELOKI y SOBREMONTTE, 2013).

En cualquier caso, la oferta realizada desde el sistema universitario para la realización de prácticas debería garantizar el acceso a la diversidad de niveles y espacios de intervención en los que actúa el trabajo social y que, como señala Martínez (2021) conforman una importante amplitud de sectores de población y ámbitos que configuran el sistema de protección, bien sea desde el ámbito público (de especial relevancia por su responsabilidad con la sociedad), el ámbito privado, el tercer sector u otras estructuras como puede ser la investigación, el trabajo forense o el ejercicio libre de la profesión.

Desde hace algunos años se ha detectado una disminución progresiva de las plazas de prácticas ofrecidas para el estudiantado de Trabajo Social, una realidad que también es compartida con otras disciplinas. Son diversas las causas que se podrían señalar. La incidencia de las diferentes crisis económicas, la complejidad y burocratización de los procesos de atención, así como la debilidad del sistema de protección, ha terminado por conformar un modelo

saturado, con una financiación reducida y que, en ocasiones, se caracteriza por la inestabilidad y precariedad de los equipos profesionales. Además, en este último tiempo, los efectos de la pandemia por covid-19 y las medidas sanitarias para hacerle frente, han tenido como consecuencia una progresiva reducción de la disponibilidad de centros que ofrecieran espacios adecuados para la realización de las prácticas. Y, finalmente, el escaso reconocimiento a la labor de tutorización de los equipos de profesionales en las instituciones, desincentiva la implicación de estos con la práctica formativa, aunque es imprescindible reconocer el importante grupo de profesionales que año tras año mantienen su compromiso con la profesión y con la labor de acompañamiento y tutoría al estudiantado.

La constatación de estas limitaciones debería situar el debate en cómo responder a este reto sin perder el nivel de exigencia de calidad y la adecuada valoración de la idoneidad los espacios adecuados para acoger al estudiantado y garantizar unas prácticas externas de calidad para la formación de las futuras generaciones del Trabajo Social.

Junto con el contexto institucional, sería necesario tomar en cuenta la vinculación del estudiantado con el entorno social en el que se realizan las prácticas. Esta dimensión, que por las limitaciones de este tipo de propuestas no puede ser abordada aquí, tiene que ver con la atención que se debe prestar al espacio social donde se inserta la entidad de prácticas, el papel que ésta realiza y, como consecuencia, el compromiso que el estudiantado adquiere con él. Es de interés la toma de conciencia de cómo el contexto y los diferentes agentes sociales que en él se desenvuelven forman parte también del proceso de enseñanza-aprendizaje y deben ser identificados y reconocidos, constituyéndose también en formadores, en transmisores de conocimiento y prácticas comunitarias, como así parece señalarlo la Definición Global de Trabajo Social (FITS, 2014).

Tutoría y Supervisión

El modelo de prácticas desarrollado a partir de la implantación del EEES sitúa al estudiantado en el centro del proceso de enseñanza-aprendizaje. Sin embargo, con demasiada frecuencia, los modelos aplicados contradicen este planteamiento.

Porcel y Vázquez (1995) señalan cómo en el proceso de formación, en ocasiones se otorga un papel central a las aportaciones conceptuales y metodológicas, relegando a las prácticas a un papel complementario, cuando son en realidad “el espacio óptimo de construcción del conocimiento profesional” (p. 55). Para ello se hace necesario el uso de instrumentos que actúen como soporte al proceso desarrollado por el estudiante, como es el caso del acompañamiento experto.

Las prácticas externas curriculares son asignaturas dirigidas a que el estudiantado integre de modo reflexivo los conocimientos adquiridos y la experiencia vivida, sin embargo, el aprendizaje no se produce de una forma automática ni para todos de la misma manera. Como señala Puig-Cruells (2020) cada persona parte de situaciones, actitudes y expectativas diversas que pueden condicionar tanto la relación con los equipos profesionales y el profesorado como el desarrollo mismo de las prácticas. Esta diversidad puede manifestarse a partir de actitudes que se manifiestan en el proceso de prácticas como la dependencia, la justificación constante ante la incertidumbre, la búsqueda de independencia o bien la propia identificación con el tutor -quizá la actitud más provechosa-. Al mismo tiempo, el autoconcepto de cada estudiante y la toma de conciencia de sus fortalezas y sus debilidades para afrontar los retos que se encontrará en las prácticas determinarán el aprendizaje.

Esta misma autora hace referencia también a los modos de aprendizaje que tienen lugar en el proceso de prácticas: desde la experiencia, a partir de las acciones que realiza el propio estudiante; desde la teoría, trasladando a la praxis los conocimientos adquiri-

dos en el ámbito teórico; desde el modelo, es decir, a partir de la imitación y la reinterpretación de otros profesionales, en este caso, el tutor; desde el estudio, reflexionando y contrastando las ideas y experiencia de otros con las propias; desde las búsquedas bibliográficas a partir de relatos científicos; y desde la reflexión, verbalizando las experiencias adquiridas y los sentimientos. Se trata, por tanto, de un aprendizaje complejo, en el que juega un importante papel las características individuales y el proceso vital de cada estudiante.

Por todo ello, la tutoría y la supervisión constituyen un instrumento adecuado para acompañar este proceso, entendiéndose como un aprendizaje experimental y reflexivo centrado en el protagonismo del discente de manera interactiva y cooperativa (CANET y MARTÍ, 2015). Así, el estudiante sigue manteniendo un rol de aprendizaje, de dejarse conducir, en una relación triangular con el tutor de entidad y el académico, y en función de cómo se establezca este vínculo se favorecerá el proceso y la satisfacción con el mismo (PUIG-CRUELLS, 2020).

En esta relación triangular, hay que analizar también las dos figuras que realizan la acción tutorial y que, según las diferentes autoras, pueden recibir nombres distintos. Siguiendo la indicación de Puig-Cruells (2020), se entendería como tutores a las personas tituladas en trabajo social que reciben al estudiante en la institución y realizan un acompañamiento desde la acción profesional. Por el otro lado, se encontraría la supervisión docente, que correspondería a los profesores adscritos a la universidad. Si bien las denominaciones pueden ser distintas, en el primer caso el acompañamiento desde las instituciones permite el aprendizaje en un contexto determinado y contrastar los conocimientos y habilidades adquiridos en el estudio con la intervención real. Este primer acercamiento al mundo profesional, a través de actividades vinculadas con la observación y la acción, el conocimiento del desempeño profesional, las actitudes y destrezas profesionales, o el análisis y reflexión sobre las situaciones vividas, construyen un

referente que actúa de modelo en el aprendizaje del quehacer del Trabajo Social. En el segundo caso, el acompañamiento académico favorece la reflexividad, la toma de conciencia del estudiante sobre la acción y sobre las propias potencialidades y logros. Permite la supervisión desde una perspectiva externa a la institución, posibilita la reflexión y la búsqueda de significado del ejercicio profesional, permite contextualizar el conjunto de conocimientos, metodologías y experiencia, y contrastar el aprendizaje adquirido en el aula y el aprendizaje adquirido en las prácticas.

A lo largo de este trabajo se está haciendo referencia a la labor de tutorización y supervisión que pueden desempeñar tanto la persona profesional en el contexto de prácticas como la docente en el contexto académico. Aunque ambas funciones se desarrollan en torno al proceso de enseñanza-aprendizaje, en sí no constituyen la misma acción y requieren una formación previa acorde a las necesidades planteadas.

La tutoría constituye un proceso complementario a la labor didáctica que se produce fuera del contexto de aula. Permite un acercamiento individualizado entre estudiante y tutor que posibilita la ayuda y el estímulo, elevando así la calidad del proceso de enseñanza-aprendizaje (MONEREO, 2019, p. 109). La persona que ejerce la tutoría realiza una labor facilitadora del proceso formativo, aumentando la seguridad y la independencia de cada estudiante (GAVARI y CACHEIRO, 2010). A juicio de Benito del Rincón, permite dar respuesta a las dificultades de aprendizaje de cada estudiante y favorecer su autonomía, a través de la individualización y el uso de estrategias de aprendizaje (DEL RINCÓN (2000), citado en MONEREO ATIENZA, 2019).

Por otro lado, la supervisión, sea individual o grupal, al tiempo de ofrecer formación en áreas en las que el estudiante puede tener un menor manejo, permite diferentes formas de reflexión sobre la práctica profesional. Autoras como Puig-Cruells (2020) se refieren a la supervisión específicamente académica, como aquella

acción reflexiva que favorece que el estudiante pueda repensar la práctica, contrastándola con la teoría y el método, pero también repensar los diferentes marcos desde los cuales se posiciona (ideológico, político, teórico, metodológico y jurídico). Por su parte, para Aragonés (2020) a través de la supervisión es posible rescatar saberes escondidos o déficits formativos en el ejercicio profesional, en un contexto de complejidad múltiple en la que conviven tanto las exigencias del entorno (institucionales, organizativas, sociales), la disponibilidad de recursos teóricos, metodológicos y técnicos suficientes, así como la exigencia y el rigor de una posición ética que sustente el quehacer profesional.

Tras analizar el papel que desempeña la tutorización y la supervisión en el acompañamiento de la práctica preprofesional, cabe realizar una breve reflexión sobre el modo de designar a las personas que ejercerán esa función. Es cierto que, cada vez más, el conjunto de la sociedad y la intervención social en concreto, se orienta hacia espacios e intervenciones multi e interdisciplinares, y que es deseable que el aprendizaje de la intervención se dé en este tipo de contextos favoreciendo la comprensión de la acción de las diferentes profesiones que actúan en el espacio social. Pero, al mismo tiempo, es importante que se produzca un aprendizaje afianzado de aquellos conocimientos teóricos, metodológicos y prácticos vinculados directamente con la disciplina. Por ello, es deseable que, tanto en el ámbito profesional como en el académico, la tutorización sea ejercida por profesionales de la disciplina de Trabajo Social, y que en los casos en los que esto no pueda producirse, exista una especial supervisión desde el ámbito académico. Por todo ello, la existencia de comisiones de prácticas o de figuras que ayuden a coordinar la acción del equipo docente, constituye una práctica imprescindible en la gestión de las prácticas externas curriculares.

Riesgos y retos

Junto con la delimitación de los procesos y procedimientos a desarrollar en la gestión de las prácticas externas en el Grado en Trabajo Social, es importante señalar la existencia de riesgos y retos presentes y futuros. Muchos de los retos que debe afrontar la asignatura están directamente relacionados con los mismos que tiene la profesión y que, por lo tanto, deben cuestionar los procesos formativos y el modo de desarrollar la participación del estudiantado que realiza prácticas en las entidades e instituciones.

Entender los desafíos, tanto en la formación de la disciplina como en el desarrollo profesional, permite reforzar el nivel curricular de la disciplina, de modo que a partir de la prevención o la intervención pueda afrontar los cambios y transformaciones sociales y sus efectos sobre la ciudadanía, en la defensa de la justicia social (ARAGONÉS, 2020).

Por un lado, estamos experimentando importantes eventos que afectan al desarrollo normal de los procesos académicos y sociales. Al igual que el conjunto de la sociedad, el modelo tradicional de prácticas se ha visto gravemente afectado por la emergencia sanitaria provocada por el covid-19. Según señala la Asociación Universitaria Española de Trabajo Social (ABOLAFIO et al, 2020), casi el 60 % del estudiantado universitario de trabajo social en España se vio afectado por esta situación y más del 20% no pudo realizar las Prácticas. La múltiple respuesta dada desde las universidades y desde las entidades e instituciones de prácticas ha puesto de manifiesto que, si bien algunas funciones y actividades que el estudiantado realiza en las prácticas pueden ser gestionadas de manera virtual (diseño de proyectos, reuniones de coordinación, reflexión crítica, etc.), el desarrollo de todas ellas confluyen necesariamente en la interacción con las personas con las que se interviene, precisamente la que más se ve afectada por los procesos de exclusión, con el establecimiento de una relación directa y el acompañamiento profesional y han

puesto de manifiesto la dificultad para lograr el máximo nivel de experimental en las asignaturas de prácticas. Los efectos de la pandemia también han revelado que, ante la incertidumbre generada, la respuesta por parte de las entidades del tercer sector ha sido mucho mejor, más amplia y flexible, que la del ámbito público. Por lo tanto, cabe reflexionar qué mecanismos son necesarios desarrollar para hacer frente a situaciones de incertidumbre y que permitan responder y garantizar la formación de calidad del Trabajo Social. Estos mecanismos deberán tomar en cuenta, además, el funcionamiento del sistema universitario que, en ocasiones y dependiendo del volumen de las diferentes universidades, puede suponer una limitación por la existencia de rígidas normativas o procedimientos o, por el contrario, favorecer la búsqueda de respuestas a partir de mecanismos creativos e innovadores.

Por otro lado, las transformaciones de la sociedad, y en especial de los mecanismos del sistema de protección (modelos de gestión burocratizada, uso de tecnologías, nuevos espacios y especialización, etc.), han generado nuevas realidades que condicionan el proceso de enseñanza-aprendizaje del Trabajo Social, porque, a juicio de algunas autoras, son realidades que cuestionan a la misma disciplina.

Algunas autoras hablan de un riesgo de desprofesionalización. Por ejemplo, Hernández (2018) señala el riesgo de desprofesionalización de la disciplina y señala algunos factores de especial relevancia que inciden en este proceso. Por un lado, la precarización fruto de las políticas de racionalización económica y de un modelo que ha dualizado los servicios de protección, en parte dependiente de la administración pública y en parte dependiente de entidades privadas; la burocratización que genera unos modelos de intervención alejados de la relación asistencial y la capacidad de generar conocimiento; la fragmentación que surge de la profusión de procedimientos y rutinas estandarizadas, que reducen la intervención a la cumplimentación de formularios que, a su

vez, terminan desvalorizando la profesión y creando una imagen equivocada de esta.

Por su parte, López-Davillo (2021) habla de devaluación de la profesión que queda relegada a la tramitación de recursos, la urgencia y la burocracia, vaciando el contenido del acompañamiento social. En una línea similar Ovejas y Epelde (2020) señalan que el exceso de normatividad y protocolarización de los procesos de intervención han conducido a una pérdida de fuerza del diagnóstico profesional, dificultando la atención y la construcción de la relación de ayuda, a la que se unen la sobrecarga provocada por las excesivas ratios de atención y las tareas administrativas. Aragón (2020) por su parte, señala que las sucesivas crisis económicas y sociales y los recortes en las políticas sociales obligan al colectivo profesional a realizar acciones de contención de la sobrecarga asistencial. Como consecuencia, las funciones profesionales se ven conducidas a la gestión de recursos precarios y fragmentados, la burocratización y una dinámica de gestión de casos que debilita la disciplina.

Pero, además, la excesiva identificación entre el sistema de servicios sociales y la disciplina del trabajo social dificulta otro tipo de respuestas (ARAGÓN, 2020; OVEJAS y EPELDE, 2020). La intervención, con frecuencia, se desarrolla a partir de referentes normativos, dificultando el desarrollo de una intervención a partir de los contenidos disciplinares del trabajo social reflexivo que, además, posibilitaría un mayor énfasis en el acompañamiento y la promoción de una “ciudadanía participante, sujeto de derechos y de obligaciones” (OVEJAS y EPELDE, 2020, p. 123).

Por último, es importante reconocer que el trabajo social está sufriendo los efectos de los profundos cambios sociales, económicos, políticos, laborales, etc., producidos desde el inicio del siglo XXI, que han afectado de manera grave a las condiciones socioeconómicas de grandes capas de la población. Para Martí y Pérez (2020) se está generando un cambio de paradigma en la forma de comprender y enfrentar la realidad por parte de la ciudadanía. Las respuestas

de corte neoliberal que la mayor parte de los estados han impuesto frente a la crisis financiera y económica se han visto reflejadas en el rescate económico de grandes núcleos de poder, al tiempo que se producían recortes graves en la protección social y la pérdida progresiva de derechos para la población. El malestar que esto ha generado entre las personas que han visto que su situación vital no sólo no mejoraba, sino que empeoraba, ha provocado el rechazo creciente a las instituciones de ayuda, al tiempo que ha crecido el desprestigio de los profesionales y su incapacidad para ofrecer respuestas en un sistema que lejos de ofrecer protección, los convierte en técnicos de la acción social. Estas transformaciones han dado paso también a un cambio en la asunción de protagonismo por parte de las personas (usuarios, clientes, consultantes, según las autoras) a quienes se dirigen estos servicios y en general en gran parte de la ciudadanía, que abandonando una actitud pasiva de recepción de la ayuda comienzan progresivamente a asumir su protagonismo desde la acción. Frente a esto, la actitud y la acción profesional requiere una profunda revisión y debate que permita recuperar el “papel como dinamizadores de cambios sociales” (MARTÍ y PÉREZ, 2020, p. 19) y no como meros descriptores de la realidad y gestores de recursos. A juicio de estas autoras, se hace necesaria una acción profesional posicionada desde la promoción del cambio, desde la proximidad a las personas protagonistas de la realidad social y desde la búsqueda de nuevas prácticas que favorezcan esa transformación. Y para ello es necesario adoptar nuevos planteamientos para desarrollar una práctica profesional que se posicione críticamente desde la construcción social del conocimiento.

Una (im)posible conclusión

Algunas de las cuestiones señaladas aquí, en especial en el ámbito de los riesgos y retos, parecería que reflexionan más en torno a la acción profesional que en torno a la formación del estudiantado.

Sin embargo, la organización y la coordinación de una asignatura de prácticas externas curriculares no deberían perder de vista el fin último que persigue, que es la formación de las futuras generaciones, y el contexto en el que se desarrolla el proceso formativo, que es el contexto profesional.

Para lograr este objetivo, en el diseño del título de Grado en Trabajo Social se reconocía la demanda existente entre los profesionales del contexto español de la necesidad de una mayor formación en el campo profesional durante el proceso formativo y, fundamentalmente, en la práctica profesional, tanto por la relevancia de esta materia como por la complejidad creciente de los ámbitos donde ejercen los profesionales del trabajo social (VÁZQUEZ, 2004).

En el momento actual, los cambios sociales y los procesos de la enseñanza superior evidencian la necesidad de una transición de la disciplina hacia la complejidad de la realidad social y su incertidumbre, desde posiciones críticas y reflexivas. Y es aquí donde se hace relevante el modo en el que el estudiantado del Grado en Trabajo Social se aproxima a las prácticas preprofesionales en los diferentes contextos institucionales. El cómo lo haga, y cuál sea el acompañamiento que recibe, contribuirá a la formación de profesionales técnicos de la intervención o a profesionales agentes de cambio social. Por tanto, si bien es imprescindible que el estudiantado adquiera todos los conocimientos teóricos, metodológicos y técnicos de la disciplina, la finalidad del proceso formativo no es lograr estudiantes con competencias para reproducir el modelo, capaces de cumplimentar informes y protocolos, sino profesionales con capacidad para analizar, cuestionar y proponer, construyendo nuevos modelos y paradigmas que permitan el desarrollo de la disciplina y su respuesta a las realidades de las personas en sociedad que cambia y evoluciona.

En este contexto el papel de la tutoría y la supervisión profesional y académica adquieren un papel protagonista en el acompañamiento de futuros profesionales con autonomía y capacidad crítica. Se

trata, por tanto, de un proceso formativo en permanente análisis y reflexión, de un proceso inconcluso.

Referencias

ABOLAFIO et al (2020) **Orientaciones para la adaptación de las prácticas curriculares del grado en Trabajo Social antes la pandemia del SARS-Cov-2**. Asociación Universitaria Española de Trabajo Social (AUETS). Disponible en: <https://dugi-doc.udg.edu/handle/10256/18976>.

ARAGONÉS, Teresa, (2020) Prólogo. En Berasaluze Correa, Ainhoa, Ariño Altuna, Miren, Ovejas Lara, Rosario, Epelde Juaristi Maddalen (coord.) **Supervisión en Trabajo Social: una metodología para el cambio**. Thomson Reuters Aranzadi. (p. 11-17)

CANET BENAVENT, Encarna y Martí Trotonda, Amparo (2015) Els equips reflexius en la supervisió de Treball Social. **TS Nova**, nº 11, semestre 1º, 2015.

CARDONA CARDONA, Josefa (2017) en Ituarte Tellaache, Amaya (coord.) **Prácticas del Trabajo Social Clínico**. València. Ed. Nau llibres pp.67-86

DELLAVALLE, Marilena (2014) La interdisciplinarietà y la relación teoría/práctica: una experiencia interdepartamental. Azarbe. **Revista Internacional de Trabajo Social y Bienestar**, nº 3).

FITS (2014) Definición Global del Trabajo Social. International Federation of Social Workers (IFSW), disponible en <https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/definicion-global-del-trabajo-social>

GARCÍA GÓMEZ, M^a José (2014) Aspectos formales, éticos y de referencias bibliográficas en la memoria de prácticas. En Pastor Seller, Enrique (coord.) **Prácticas y supervisión en Trabajo Social: metodología, organización e instrumentos de supervisión de la práctica profesional**. Murcia. Editorial Diego Marin pp. 215-228.

GAVARI STARKIE, Elisa y Cacheiro González, María Luz, (2010) Las prácticas profesionales: tutorización, plan de prácticas y portafolio. **REOP**, vol. 21, nº 2, 2º Cuatrimestre, p. 550-558.

GUINDO MORALES, Sara y ORTEGA LOZANO, Popeyo Gabriel (2019) Prácticas externas de empresa, “practicum” y trabajo de campo:

pros y contras. En Serrano Escribano, Selina; Burgos Goyé María del Carmen y López Insua, Belén del Mar (coord.) **Innovación docente en ciencias sociales y jurídicas**. El reto de facilitar salidas profesionales desde el enfoque por competencias y capacidades. Murcia. Laborum Ediciones (pp.153-183).

HERNÁNDEZ ECHEGARAY, Arantxa (2018) Los riesgos en la profesionalización del Trabajo Social en España en **Cuadernos de Trabajo Social** n. 31(1) 2018: 139-152.

LÓPEZ LÓPEZ, Rosario; GARCÍA NAVARRO, Rosa María; TRISTANTE ORTIZ, M^a Carmen (2014) la sistematización de la intervención profesional inicial. En Pastor Seller, Enrique (coord.) **Prácticas y supervisión en Trabajo Social**: metodología, organización e instrumentos de supervisión de la práctica profesional. Murcia. Editorial Diego Marin pp.87-106.

LÓPEZ-DAVALILLO, Lola Urraca (2021) **La dimensión terapéutica del Trabajo Social**. Guía práctica para el desarrollo del Trabajo Social Clínico, volviendo a su origen humanista y relacional. Nau llibres. València

MARTÍ TROTONDA, Amparo y PÉREZ COSÍN, José Vicente (2020) **Trabajo Social en tiempos convulsos**. La ruptura epistemológica a través de medios narrativos. Publicaciones Universitat de València.

MARTÍNEZ, MARTÍNEZ, Lucía (2021) El Trabajo Social en el estado español. En Carmen Montalbá Ocaña (coord.). **Construir el Trabajo Social**: evolución y desarrollo de una disciplina. València. Tirant Humanidades. (pp. 45-130)

MONEREO ATIENZA, Cristina (2019) Técnicas docentes para el fomento de las capacidades: desarrollo metodológico y estrategias de enseñanza sobre el profesor, el alumno y la enseñanza teórico-práctica en derecho. En En Serrano Escribano, Selina; Burgos Goyé, María del Carmen y López Insua, Belén del Mar (coord.) **Innovación docente en ciencias sociales y jurídicas**. El reto de facilitar salidas profesionales desde el enfoque por competencias y capacidades. Murcia. Laborum Ediciones (pp.81-111)

MOSTEIRO PASCUAL, Amaia; Beloki Marañón, Usue y Sobremonte Mendicuti, Emma (2013) **Proceso de selección de los centros de prácticas de Trabajo Social**. Instrumento de sistematización y

objetivación. *Alternativas*, 20, 2013, pp. 187-201. Doi: 10.14198/ALTERN2013.20.10.

OVEJAS, Charo; y Epelde, Madalen (2020) Super(ar)visión para la mejora de la práctica profesional. En Berasaluze Correa, Ainhoa, Ariño Altuna, Miren, Ovejas Lara, Rosario, Epelde Jaristi, Maddalen (coord.) **Supervisión en Trabajo Social: una metodología para el cambio**. Pamplona. Thomson Reuters Aranzadi.

PASTOR SELLER, Enrique (2014) Las prácticas externas en Trabajo Social. En Pastor Seller, Enrique (coord.) **Prácticas y supervisión en Trabajo Social: metodología, organización e instrumentos de supervisión de la práctica profesional**. Murcia. Editorial Diego Marin. Pp. 7-22

PORCEL, Amparo y VÁZQUEZ, Carmen (1995) **La supervisión**. Espacio de aprendizaje significativo. Instrumento para la gestión. Zaragoza. Editorial Certeza

PUIG-CRUCELLS, Carmina (2020). El rol docente del tutor y supervisor de prácticas en Trabajo Social: construcción de la reflexividad y el compromiso durante la formación a través de la supervisión. *Prospectiva. Revista de Trabajo Social e intervención social*, (29), 57-72. Doi:10.25100/prts.v0i29.8084.

VÁZQUEZ AGUADO, Octavio (coord.). (2004). **Libro Blanco Título de Grado en Trabajo Social**. Madrid: Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación. http://www.aneca.es/var/media/150376/libroblanco_trbjsocial_def.pdf

VÁZQUEZ AGUADO, Octavio (2005) **El Espacio Europeo de Educación Superior y el Trabajo Social en España**. Portularia, vol V, núm 1, 2005, pp. 239-254.

VELA DÍAZ, Raquel (2019) Técnicas de desarrollo docente para la formación en competencias profesionales y fomento del trabajo autónomo. En Serrano Escribano, Selina, Burgos Goyé María del Carmen y López Insua, Belén del Mar (coord.) **Innovación docente en ciencias sociales y jurídicas**. El reto de facilitar salidas profesionales desde el enfoque por competencias y capacidades. Murcia. Laborum Ediciones (pp.19-36)

Estágio em Serviço Social na Espanha – Entrevista com a Professora Doutora Eveline Chagas Lemos¹

Vania Maria Manfroi²
Aline de Andrade Rodrigues³

Introdução

A entrevista foi realizada no dia 18 de junho de 2020 como parte da pesquisa de doutorado Sanduíche de Aline de Andrade Rodrigues do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, aprovada pelo PRINT/CAPES/UFSC. A entrevistada, Eveline Chagas Lemos, é Professora da Universidade de Barcelona (UB), graduou-se em serviço social pela Universidade Estadual do Ceará e em Psicologia na Universidade Federal do Ceará, fez mestrado em Intervenção Psicossocial na Universidade de Barcelona, Espanha, e o doutorado no Programa Educação e Sociedade, da Faculdade de Educação, na linha de investigação Trabalho Social, Serviços Sociais e Políticas Sociais⁴. A docente está vinculada ao Departamento de Serviço Social desde 2009. O conteúdo do encontro está voltado ao conhecimento sobre a forma de organização do estágio e sobre a organização do trabalho docente na UB. A entrevista foi feita online, em virtude

1. Professora *Lectora* da graduação em “*Trabajo Social*” da Universitat de Barcelona. Membro do GRITS - Grup d’Innovació i Recerca en Treball Social. echagas@ub.edu

2. Professora Titular aposentada do Departamento de Serviço Social da UFSC, professora voluntária do PPGSS e coordenadora da Pesquisa “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais”. vaniamanfroi@gmail.com

3. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC), bolsista do Programa Institucional de Internacionalização – Capes-PrInt, Edital n. 1/2019/ do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina. aalinear@gmail.com

4. Sítio eletrônico do programa: <https://www.ub.edu/portal/web/educacio/educacio-i-societat>

da pandemia do Covid 19, posteriormente foi transcrita, editada e revista pela autora.

Aline de Andrade Rodrigues: Agradecemos por sua colaboração com nossa pesquisa, nosso objetivo com este momento é o de conhecer sobre a realidade da graduação e do estágio em serviço social na Universidade de Barcelona. Para começar, você poderia nos falar brevemente sobre sua entrada na UB?

Eveline Chagas Lemos: Eu fiz o doutorado entre os anos de 2010 até janeiro de 2014. Posteriormente à defesa da tese, comecei a trabalhar como *professora associada* na UB e, neste momento, eu tenho um contrato como *professora leitora*. O professor associado é aquele professor que tem que ter obrigatoriamente um trabalho fora da Universidade para poder dar aula na instituição, no meu caso, estive dois anos como professora associada nesta universidade. Depois da minha condição de professora associada fui aprovada para a vaga de pós-doutorado, que não é igual ao Brasil. Esse é um tipo de contrato que regulariza a atuação de professores doutores que antes estavam contratados como associados. É um contrato de três anos, em que assumimos o compromisso de ter dedicação exclusiva à universidade. Por isso, tive que deixar os trabalhos de consultoria que fazia antes e me dedicar exclusivamente à docência e à investigação. Acabado este período, eu concorri a uma nova convocatória, de *professora leitora*. Fui aprovada e atualmente tenho um contrato de cinco anos. Quando terminado esse período, terei que concorrer a uma vaga de professor agregado (permanente) e, no caso de não ter concurso, ou não ser aprovada, a possibilidade seria voltar a ser associada.

A realidade contratual dos professores aqui é bastante diferente da realidade do Brasil. Desde a crise de 2008 já não fazem concursos para professores, diante disto, a universidade busca outras formas de contratação para manutenção do quadro de docentes. Uma

dessas outras formas é o pós-doutorado. São o que eles chamam de “bolsa de estudos” de pós-doutorado, em que uma parte do salário dos professores que tem essa “bolsa” é pago por fundações no meu caso, foi uma fundação bancária. Os contratos de professores leitores também poderiam ser considerados como “processos de aprendizagem”, já que temos que aproveitar esse período para melhorar nosso currículo acrescentando mais oportunidades de sermos aprovados no concurso de professor permanente. A ideia é que, durante esse período como *professora leitora*, o departamento possa justificar a necessidade de contratação de mais professores permanentes e solicitar vagas para concurso. É muito difícil que haja concurso público diretamente para professores permanentes e o que se costuma fazer é uma “troca” de uma vaga de professor leitor (quando se aproxima a finalização do contrato) por uma vaga de professor permanente. É uma forma de regularizar e melhorar a condição dos professores leitores. Como todos os concursos, a convocatória é aberta a qualquer pessoa que tenha os critérios para se apresentar, ou seja, não existe 100% de garantia de passar de *leitor a permanente*.

Vania Maria Manfroi: Essa realidade é específica da UB ou é de todas as universidades da Espanha?

Eveline Chagas Lemos: É a realidade de muitas universidades públicas do país, principalmente a partir da crise econômica de 2008. É claro que é preciso contextualizar o que é o *Trabajo Social* dentro da universidade. Como curso de graduação universitária tem muito pouco tempo, menos de 40 anos. O nosso curso, especificamente, como graduação é de 2004 ou 2006, não mais. Antes, era uma escola de *Trabajo Social*. A escola é muito antiga, mas tanto o *Trabajo Social* como a Enfermagem (que hoje são de nível de graduação) eram escolas profissionais. O *Trabajo Social* faz pouco mais de quinze anos que está oficialmente como curso

dentro da universidade. Para ser um curso universitário, se fez um estudo e diagnóstico demonstrando essa necessidade e a proposta teve que ser aprovada pela ANECA (Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación). Esse processo foi publicado no “*Libro Blanco: Título de Grado en Trabajo Social*”. No momento, foi realizado todo um estudo para analisar as diferenças⁵ porque, para transformar-se em um curso da universidade, existem novos critérios de acesso, de quadro de professores, novos requisitos que precisam ser atendidos e, como graduação, estão submetidos ao rigor da universidade, como o número de doutores, os grupos de investigação etc. Até a entrada no contexto universitário, não havia essas exigências. A maioria dos professores do nosso departamento eram profissionais que lecionavam na antiga escola de *Trabajo Social*, quando se consolida o curso dentro da universidade essas pessoas que foram contratadas pela universidade e nesse momento são regularizadas com contrato de *colaborador permanente*, oferecendo a mesma estabilidade do *professor permanente*. Naquele momento entraram alguns sem mestrado e sem o doutorado, mas com contrato indefinido, como se fossem concursados. Esses professores possuem a estabilidade, porém é uma estabilidade adquirida em virtude desse momento, do momento de transição para o curso superior e da necessidade de um corpo de profissionais, que são os professores mais antigos que davam aula no *Trabajo Social*. Durante alguns anos, até mais ou menos o ano de 2010, alguns professores que estavam como associados conseguiram essa vaga de professores colaboradores permanentes. Atualmente, essa categoria profissional não existe mais e as possibilidades de ingressar na Universidade como professor permanente se dá pela via da carreira acadêmica, por exemplo: entrar como professor associado (com um contrato bastante precário – máximo 650 euros por meia jornada), seguir com um pós-doutorado, depois como *professor leitor* e esperar

5. Para mais informações ver em: http://www.aneca.es/var/media/150376/libroblanco_trbjsocial_def.pdf

concurso para *professor permanente*. Vale ressaltar que o doutorado é imprescindível. Isso significa que os profissionais da área que desejam seguir carreira acadêmica devem estar muito convencidos porque conciliar um trabalho fora da universidade com a docência e um doutorado é bastante complicado. Existem pouquíssimas bolsas de estudos para as pessoas que fazem doutorado. Acrescento outra informação curiosa: muitos dos meus companheiros que entraram na universidade no momento da transição para a graduação tiveram que fazer seus doutorados nesses últimos 10 anos e, outra diferença com o Brasil, nenhum deles teve a docência reduzida, nem licença para concluir a tese, nem possibilidades de solicitar uma bolsa etc. Todos conciliaram sua jornada de trabalho na universidade com a elaboração de suas teses doutorais.

Aline de Andrade Rodrigues: Tendo em vista as exigências para o curso na universidade, qual é o suporte que vocês contam para apoio à pesquisa, quais são os recursos financeiros disponíveis?

Eveline Chagas Lemos: Na verdade, muito pouco. A parte da formação relacionada a temas de investigação, ou sobre como concorrer a convocatórias ou melhorar o currículo, existem pequenas ajudas econômicas para os grupos de investigação. Mas realmente são ajudas muito pequenas. Se falamos em “apoio”, ou sobre o que “se oferece” é a redução de créditos de docência. Na avaliação anual do nosso currículo, em quantas mais investigações competitivas (que significa ser financiada por organismos externos à universidade) participamos e quanto mais publicações e participações em congressos temos, menos atividades no ensino fazemos.

Aline de Andrade Rodrigues: Tem bolsistas destinados a isso?

Eveline Chagas Lemos: Nos dias de hoje não possuímos recursos da própria Universidade. Quando existe, é uma ajuda no máximo

de mil euros durante um ano inteiro para contratar um estudante que possa ser bolsista. Nós temos, geralmente, um bolsista durante três meses. Como curso de *Trabajo Social*, as nossas condições de trabalho são as mesmas que em outros departamentos, com a diferença de que em investigação e pesquisa, no âmbito social, nós não temos tanto financiamento. O que ocorre é que na nossa realidade são os docentes que precisam submeter projetos às convocatórias nacionais e europeias para, então, conseguir financiamento e fazer pesquisa. Com o recurso, se contrata uma pessoa para que nós não tenhamos que fazer a transcrição das entrevistas, por exemplo. Tentamos fazer sinergias com as disciplinas para poder fazer as investigações que não são financiadas. Por exemplo, na disciplina de *Pesquisa aplicada de Trabajo Social* dividimos os estudantes em diferentes grupos e quando fazemos o trabalho de campo, os estudantes nos acompanham para aprenderem como se faz uma entrevista, como fazemos um grupo de discussão, e logo eles fazem a transcrição das entrevistas.

Quando conseguimos financiamento externo para fazer uma pesquisa, esse dinheiro entra na conta da universidade. A universidade fica com 20% desse valor, como uma forma de “cobrar” pelas gestões que os profissionais administrativos têm que fazer, como pagar as despesas dos trabalhos de campo (viagens, alojamentos, refeições etc.) ou o contrato de uma pessoa de suporte etc. Os docentes não cobram absolutamente nada por nenhuma pesquisa que é feita. É como se fosse a contraparte para UB. É uma loucura porque temos o estresse de ter que elaborar projetos de pesquisa a convocatórias que são altamente competitivas. No processo de avaliação curricular docente a pesquisa (com financiamento externo) tem muito peso e é muito valorizada pela universidade.

Vania Maria Manfroi: Eveline, eu gostaria de perguntar sobre a questão salarial. Como é a questão salarial na sua condição hoje? É uma condição que dá para viver bem? Porque Barcelona é uma

cidade cara, não é uma cidade barata, como é que é essa questão? Você mora em Barcelona mesmo?

Eveline Chagas Lemos: Moro em Barcelona. Na situação que eu estou eu sempre digo que a sensação que tenho é que estou de férias da minha vida. Trabalho mais que nunca, mas estou de férias porque o dinheiro que eu ganho é suficiente para pagar minhas contas tranquilamente, considerando que não tenho filhos nem pessoas sob minha responsabilidade. Quando digo isso, de estar de férias, comparo com minha situação até aproximadamente 2015, porque não tive bolsa para fazer o mestrado nem o doutorado e literalmente “sobrevivi” dos trabalhos informais que tinha como babá e das “bolsas de trabalho” (beca de colaboración) que a universidade oferece para estudantes. No meu caso, durante 3 anos, trabalhei no setor de informática, fazendo a manutenção dos computadores dos professores e ganhava 450 euros ao mês. Infelizmente, a universidade praticamente já não oferece essas bolsas, dificultando bastante as possibilidades de trabalho de estudantes estrangeiros, que chegamos aqui com visto de residência para estudos, que é incompatível com contrato de trabalho formal. Quero dizer que, quando se chega aqui com um visto de residência para estudos, não se pode trabalhar porque esse visto não permite que as empresas nos contratem. São muito limitadas as possibilidades de conseguir um trabalho remunerado e, se conseguimos um trabalho, deve estar relacionado ao estudo, como se fosse um contrato de estágio. Por isso costumamos fazer trabalhos informais e sem contrato. É uma pena, mas essa é uma informação que não está muito difundida e quando os estudantes de outros países chegam aqui se deparam com as dificuldades de terem que se sustentar e não poderem trabalhar. Quando a pessoa tem passaporte europeu isso não acontece, porque as pessoas com descendência têm os mesmos direitos das nascidas aqui.

Quando terminei o doutorado foi quando consegui mudar a minha condição de estudante para residente com permissão para trabalhar e as coisas começaram a melhorar. Aqui é diferente do Brasil e os salários das pessoas não variam tanto dependendo da ocupação que tenha. Até a crise de 2008 se falava dos “mil euristas” fazendo referência ao valor que muitas pessoas ganhavam e, naquele momento, poderia ser considerado um salário mínimo. Com esta crise os salários baixaram muito e, poderíamos dizer que, neste momento o salário mínimo deve estar em torno de 700 euros. Começa a se fazer mais evidente uma hierarquização das profissões e muitas pessoas buscam formação visando melhores condições salariais. Ainda assim, não chega a ser abismal a diferença salarial entre a maioria das pessoas e 1800 euros pode ser considerado um bom salário, podendo ser tranquilamente o salário de assistentes sociais, secretárias, professores de escola primária, gerentes de loja ou professores universitários. Se dá para viver? Se vive melhor ou pior dependendo das cargas familiares que tenha cada pessoa. O que considero que ajuda bastante é a tranquilidade de contar com um sistema de transporte público que funciona, um sistema de saúde que dá resposta às necessidades das pessoas, uma educação pública de qualidade (ainda que se pague uma taxa dependendo da renda familiar), uma cidade onde as pessoas ocupam os espaços públicos (praças, jardins, parques, ...).

Aline de Andrade Rodrigues: Eu vou fazer uma pergunta que ainda tem a ver com a docência. Eu gostaria que você falasse um pouco sobre a organização do ensino superior, eu acho que você acompanhou um pouco do processo de transição do serviço social no contexto do tratado de Bolonha e, também, em relação ao ensino superior espanhol, de forma mais geral, você observa mudanças? Que mudanças seriam essas?

Eveline Chagas Lemos: A proposta do Plano Bolonha é criar um espaço de ensino superior em toda a Europa para que possa haver mobilidade entre os estudantes, para nivelar as graduações. Trata do que se pode fazer para que qualquer um dos estudantes que está aqui na Espanha e queira ir um ano de estudos para a Alemanha, ou para França, que possa ir. O plano Bolonha vai atuar tanto na graduação como na pós-graduação. As graduações passam a ser de quatro anos. Existem outros questionamentos que estão em discussão, como se voltasse a ser de “três mais dois”, ou seja, três anos de graduação e dois anos de um *máster* [de mestrado]. De momento, quase todas as graduações são de quatro anos. Quando os estudantes finalizam a graduação de quatro anos eles podem fazer um *máster* [mestrado] e podem escolher fazer um oficial ou não oficial. Todos os mestrados são vinculados à universidade, mas o mestrado oficial é o que serve de ponte para fazer um doutorado. Essa é uma das dificuldades que temos e que muitos estudantes estão tendo problemas. Existem muitos deles que vêm de fora [da Europa] para fazer o mestrado, com o intuito de depois poder fazer o doutorado, mas sem saber que esse mestrado não é oficial então, com ele, o estudante não poderá fazer o doutorado. E qual é a diferença? Para ser um mestrado oficial há uma série de critérios, número de doutores, número de catedráticos, composição da equipe, os professores têm que ter um número de investigações, publicações em revistas específicas. Muitos departamentos não conseguem cumprir com esses critérios e, ao não conseguir cumprir, não podem ser denominados como mestrado oficial. Os mestrados costumam ser de dois anos, com 90 créditos e quando se cursa o mestrado oficial é possível matricular-se em um programa de doutorado. Ao fazer um mestrado não oficial, o estudante possui uma pós-graduação que também é reconhecida, mas não dá acesso a fazer um doutorado. Isso é produto do Plano Bolonha.

Antes, o equivalente ao mestrado se chamava de “diploma de estudos avançados” que era um curso em forma de seminários

durante dois anos e que, após esse período, se podia optar por ingressar em um programa de doutorado. No entanto, isso acabou com a vigência do Plano Bolonha e, atualmente, a única forma de ingressar ao doutorado é cursando o mestrado oficial. Isso complica o acesso para as pessoas que não são do espaço europeu, porque praticamente as obriga a terem que pagar para fazer um mestrado antes de começar o doutorado.

Aline de Andrade Rodrigues: Gostaríamos de entender um pouco sobre a organização do estágio, de como ocorre na Universidade de Barcelona. Você pode falar dessa conexão com a normativa nacional?

Eveline Chagas Lemos: O curso de *trabajo social* na UB é de quatro anos e ingressam 200 estudantes por ano, então são 1.000 estudantes no total do curso. A média de estudantes na maioria das disciplinas é entre 60 e 80 pessoas. Para as disciplinas que são consideradas de formação básica é importante que os grupos sejam reduzidos. Estas têm 30 estudantes por grupo. E a única disciplina que tem o número super reduzido de estudantes é a disciplina de supervisão de práticas [de estágio], que são grupos de 15 alunos.

Quando não éramos um curso de graduação, quando se configurava como escola de *Trabajo Social de diplomatura* [diplomação], eram quatro anos e, desses quatro anos, havia um ano de práticas de estágio, porém desde que nos tornamos nível superior existem dois períodos de estágio. Eles ocorrem no 3º e no 4º ano. Especificamente, acontecem no 2º semestre do 3º ano (de fevereiro a maio) e no 1º semestre do 4º ano (de setembro a dezembro), porque no segundo semestre do 4º ano dedica-se mais para o TFG (Trabalho de Fim de Graduação). Supervisão e Práticas (estágio) são duas disciplinas diferentes. A ideia é que no espaço de supervisão se desenvolva conteúdos que eles estão recebendo nas práticas, no estágio. Aqui, o horário do estágio está contemplado dentro do horário das aulas. Me recordo de quando eu estudava no Brasil

minhas aulas eram no período matutino, então eu fazia estágio no período vespertino. Aqui não ocorre desta forma. Realizamos supervisão toda segunda-feira de manhã, quatro horas de aulas seguidas. Nas terças de manhã e nas quartas de manhã os estudantes não têm nenhuma disciplina, porque são os dois dias que eles se dirigem ao campo de estágio. Então realizam cinco horas diárias no estágio, totalizando 125 horas. No quarto ano ocorre da mesma forma: supervisão nas segundas-feiras e estágio nos outros 4 dias da semana, em um total de 220 horas. A maioria dos estudantes do curso trabalha e esse é um dos motivos que faz com que o estágio não seja feito em turno diferente ao que estão matriculados.

Em relação à organização interna, existe o que chamamos de coordenação das práticas [dos estágios]. A coordenação dos estágios é realizada por professoras do curso que possuem uma quantidade de créditos para se dedicarem a esse trabalho. Atualmente, estão três professoras, com a função de contatar com todos os centros [campos de estágios] e organizar as práticas, além de buscar novos campos de estágio. Pensar que estamos falando de estágio para 200 estudantes. A maioria dos campos de estágio são no âmbito da saúde: em hospitais, centros de saúde mental, centros sociosanitários. Alguns desses centros, como os hospitais universitários, são obrigados a terem estudantes em práticas por isso, mais da metade das vagas são no âmbito da saúde. Aqui, não se contempla a possibilidade de os próprios estudantes buscarem o campo de estágio, por um lado, porque se considera um serviço que quem tem que oferecer é a universidade e, por outro, para controlar a qualidade. O procedimento para selecionar o centro de estágio é simples. Por exemplo, um ou dois meses antes de começar o semestre os estudantes preenchem o aplicativo da universidade onde estão todas as ofertas de estágio. Eles escolhem dez opções, por ordem de prioridade de interesse. A atribuição do campo aos estudantes passa pelo desempenho acadêmico, os que têm melhores notas têm mais possibilidades de conseguir sua primeira opção. São

muitos estudantes e é muito trabalho. Nós sempre começamos as aulas de supervisão com estudantes que ainda não têm campo de estágios e isso ocorre porque a coordenação entra em contato com os campos dois ou três meses antes do início do estágio e, entre o momento em que se acordou a vaga e o início do curso letivo, ocorrem imprevistos que impedem o supervisor de campo receber o estudante. Não é uma organização fácil, mas no final todos realizam os estágios.

Outra informação importante é que geralmente é muito raro que os estudantes de 3º ano repitam o estágio no mesmo campo no 4º ano, porque eles também já têm a expectativa e o interesse de fazer os estágios em dois campos diferentes objetivando a experiência em duas áreas. Poucos querem repetir, o que significa mais trabalho para a coordenação do estágio. Por outro lado, existem outras variáveis que incrementam a complexidade, como os supervisores de campo que aceitam alunos de 3º ano, mas não querem os de 4º (devido ser mais horas) e há outras instituições que só recebem estudantes de 4º ano.

As motivações dos profissionais para acolherem os estudantes também são muito variadas. Existem aqueles que aceitam ser supervisores de estágio porque recebem pontuação no currículo, e assim podem ganhar posições na carreira; alguns fazem porque são obrigados, o que ocorre nos casos em que a entidade ou serviço tem convênio com a Universidade; há profissionais que recebem um incremento salarial por supervisionarem estudantes de estágio (ocorre somente no âmbito da justiça) mas, felizmente, a maioria faz pelo compromisso, porque gosta e porque acredita na importância do estágio.

Falar em estágio é também falar do espaço de supervisão acadêmica. Temos uma equipe composta em sua maioria por professores associados, que é uma vantagem porque são profissionais que estão no mundo prático e têm muita experiência. A assistência nas aulas de supervisão é obrigatória e, caso o aluno tenha mais de três faltas,

reprova. Como as duas disciplinas formam um conjunto, é necessário aprovar nas duas e caso reprove em uma delas isso implica retornar para cursar novamente as duas disciplinas.

Antes de começarem as aulas, cada um dos supervisores acadêmicos recebe da coordenação de estágio uma tabela do *excel* com o nome dos estudantes, com os campos de estágios e com um supervisor de campo de referência, e tem o compromisso de entrar em contato com cada um dos supervisores de campo para saber se tudo corre bem, se estão preparados para receber o aluno, se há alguma incidência. O aluno só vai ao campo de estágio depois que o supervisor acadêmico tiver com tudo acordado com o supervisor de campo.

Até aproximadamente quatro anos atrás, os supervisores acadêmicos, precisavam realizar três visitas presenciais ao campo de estágio. Uma durante o primeiro mês do estágio, para conhecer o campo, o supervisor e realizar uma reunião entre os três para o planejamento das práticas; uma segunda visita no meio do período, para fazer a avaliação intermediária e, a última, finalizado o estágio, para fazer a avaliação final. Era muito complicado, porque não temos de onde tirar tantas horas para visitar 15 instituições. Atualmente, o que estamos tentando garantir é que se faça pelo menos uma visita presencial, mesmo que seja no final para avaliar. Paralelo a isso, mantemos o contato constante com o supervisor de campo, através de e-mail ou por telefone. O que eu espero é que depois de aprendermos a trabalhar com esse novo tempo, que tudo é virtual, que seja possível o contato por meio das videoconferências e que a visita presencial não seja mais uma sobrecarga. A maioria dos supervisores acadêmicos são professores associados e muitos têm jornada completa em outro trabalho limitando muito as horas que podem dedicar a esse tipo de atividade (me refiro às visitas aos campos de estágio).

Como dito antes, a disciplina de supervisão acontece às segundas-feiras, com duração de quatro horas. Nas primeiras duas horas,

cada aluno explica como está no estágio, o que faz. No geral é um momento de compartilharem entre eles as áreas de estágio e as diferentes formas de fazer serviço social. Em seguida, na outra parte da aula, trabalhamos uma dimensão mais teórica. O conteúdo de 3º ano vai diferenciar do conteúdo de 4º ano. No início do curso letivo, os estudantes precisam desenvolver um estudo do campo de estágio, compreender o marco legal e legislativo da área do campo, conhecer as características do território, o perfil de pessoas atendidas, o organograma da entidade e tudo o que é mais relacionado ao *Trabajo Social*. Ou seja, o que é o *Trabajo Social* dentro da instituição, quais são as funções do assistente social, se há algum modelo teórico de referência, que metodologia se utiliza, qual contexto da intervenção, como fazem as coordenações com outros profissionais e serviços, como se faz o trabalho em rede, se faz intervenção grupal e comunitária etc. Toda essa informação é explicada em um documento que chamamos de memória de práticas.

No início do período de estágio, cada aluno tem que desenvolver o que chamamos de plano de práticas que é um documento em que eles apresentam quais são as expectativas que pretendem alcançar durante o estágio. Assim, eles precisam identificar: objetivos gerais, os objetivos específicos, as atividades que irão desenvolver para alcançar os objetivos e quais são os indicadores de avaliação de resultados e dos objetivos. Esse plano incorpora diferentes dimensões: o contexto das políticas públicas e do âmbito de intervenção do campo de estágio, as funções do *Trabajo Social* e a dimensão do desenvolvimento de uma identidade profissional. Eles também precisam realizar um diário de campo e toda essa informação, de alguma maneira, é contemplada na memória final, que costuma ter uma extensão de 80 páginas.

Na supervisão de estágio do 4º ano, trabalha-se priorizando os aspectos mais relacionados ao serviço social. Aqui o tema metodológico do *Trabajo Social*, em nível acadêmico, está muito desenhado, ainda que na prática não se faça ou não se fale. Uma das coisas que

admiro aqui é essa capacidade de tentar sistematizar a intervenção. O processo de intervenção, ainda que seja baseado no modelo médico, creio que de alguma forma ajuda os alunos a compreenderem o que fazemos e como fazemos. É certo que a realidade da própria intervenção é muito diferente nos dois contextos [Brasil e Espanha]. É diferente trabalhar aqui em que há recursos, em que o assistente social é visto como gestor de recursos. Em um primeiro momento, o profissional se dedica a fazer um estudo inicial para conhecer a pessoa/família e a situação em que se encontram. Logo, se faz um diagnóstico, um plano de trabalho, um segmento e se avalia esse plano de trabalho. Os estudantes tentam identificar esse processo nos seus campos de estágio, assim como se fazem os registros, as entrevistas, a análise das entrevistas etc. Está muito pautado. Então é fácil trabalhar.

Mesmo assim há muita liberdade. Existem umas pautas e há supervisoras acadêmicas que seguem as pautas e há outras que trabalham e desenvolvem outras questões, como eu, porque creio que essa dimensão mais humana e de autoconhecimento é importante, então eu trabalho muito isso.

Aline de Andrade Rodrigues: Na sua interpretação, há alguma situação que seja delicada nos estágios de serviço social que necessite aprimoramento? Um exemplo, no Brasil vivemos uma discussão sobre o processo pedagógico, porque o estudante durante muito tempo foi visto, e ainda é visto assim por muitas instituições, como alguém que vai substituir uma força de trabalho qualificada, graduada. Vocês passam por essas questões? Existem outras?

Eveline Chagas Lemos: Não, isso não é a realidade daqui. Os estudantes em estágio são estudantes em estágio. Não fazem absolutamente nada. Os estágios de 3º ano são estágios de observação. Particularmente não gosto desse termo porque limita muito e fortalece a ideia de alguns estudantes que pensam que o único que

têm que fazer é observar. Acho que isso vai contra a pró-atividade dos estudantes. Por outro lado, alguns supervisores de campo pensam que a única coisa que eles podem fazer é observar, mesmo que como supervisor acadêmico você esteja mediando e diga “se você vê que é uma pessoa que está preparada, então que vá fazendo coisas”. Venho de uma experiência em que meu estágio no serviço social foi chegar no primeiro dia e ver o caos que era no âmbito da mediação judicial com famílias e, no segundo dia, já estava realizando acordos de pensão alimentícia e o sistema de visitas aos filhos. Aqui não. São poucos os que fazem alguma intervenção direta no estágio e se conseguem é somente no 4º ano, quando estão cumprindo as 20 horas e existe margem para que façam uma entrevista com uma família, uma coordenação com profissionais de outros serviços, etc. Acredito que a possibilidade de os estudantes fazerem mais ou menos também passa pela questão da realidade. Ainda que os profissionais estejam saturados, há profissionais, há recursos e, algumas vezes, há controle por parte dos supervisores de campo que consideram que as pessoas atendidas não devem ser atendidas por estudantes. Às vezes não há espaço para um estudante fazer uma intervenção, uma entrevista ou estar sozinho com uma família. O profissional tem que confiar 100% no estudante, pedir autorização às pessoas ou famílias atendidas e, muitas vezes, ainda ficará do lado vendo como ele está realizando tal intervenção. Quando há boa relação e o estudante é super proativo existe mais margem de aprendizagem prática.

Aline de Andrade Rodrigues: Gostaríamos de perguntar um pouco sobre esse conteúdo teórico, que é sobre as referências teórico-metodológicas do processo de formação, não apenas no estágio.

Eveline Lemos Chagas: As discussões, os referenciais teóricos daqui e do Brasil são completamente diferentes. Aqui as grandes referências do *Trabajo Social* são Mary Richmond, Jane Addams e muitos

outros autores europeus que sistematizam a prática profissional do serviço social. Em geral, creio que existem poucos espaços de reflexão nas disciplinas e uma das coisas que me choca é que muitos estudantes não conseguem compreender qual é a importância de se estudar filosofia, sociologia, economia ou direito em *Trabajo Social*. Os referenciais teóricos daqui são, na maioria, com ênfase na prática profissional.

Aline de Andrade Rodrigues: São referenciais teóricos próprios da Espanha?

Eveline Lemos Chagas: Sim, do contexto espanhol e do contexto europeu. Por um lado, quando falamos em modelos teóricos em serviço social, se destacam os modelos: psicossocial, sistêmico, de intervenção em crises, ecológico e feminista. Por outro lado, muitos autores desenvolvem o método de *Trabajo Social* explicando suas fases: estudo inicial, diagnóstico, plano de intervenção, acompanhamento e avaliação. Temos disciplinas específicas para trabalhar os métodos: *trabajo social* individual/familiar, *trabajo social* de grupos e *trabajo social* comunitário. Essas três disciplinas são obrigatórias e são os pilares da formação.

Aline de Andrade Rodrigues: Para conhecer um pouco da realidade dos estudantes, gostaríamos de saber se os estudantes recebem alguma bolsa de estágio ou algum tipo de remuneração.

Eveline Lemos Chagas: Não. Não existe. Nenhum estágio é remunerado.

Aline de Andrade Rodrigues: Gostaria de perguntar sobre o perfil dos estudantes, quem são esses estudantes? Qual a condição financeira? De que cidades eles são? São majoritariamente de Barcelona, da Catalunha etc.?

Eveline Lemos Chagas: Na graduação há poucos estudantes de fora. A maioria dos estudantes é daqui, da Catalunha. Algumas vêm de outras cidades da Espanha, mas é a minoria. Apesar de a universidade ser pública, ela é paga e o valor depende da renda familiar. O valor da matrícula é fixo, mas de acordo com a renda familiar eles pagam mais ou pagam menos pelos créditos das disciplinas. Quando eles fazem a matrícula e trazem informação sobre a família, cruzam esses dados com os dados do sistema (renda familiar, número de membros da família etc.) e se aplica o desconto automaticamente. Se é de família numerosa (com mais de três filhos), de famílias monoparentais ou que possuem membro com alguma deficiência, possuem maior margem de desconto e alguns podem receber bolsa que chega perto dos 100%. Não saberia dizer qual é a porcentagem de estudantes que recebem bolsa. Muitos dos estudantes que acompanho escolheram fazer serviço social por causa de vivências pessoais, de terem vivido alguma situação de desproteção, de violência, que imigraram... e que decidem fazer serviço social para poder ajudar outras pessoas. Essa vontade de trabalhar no âmbito social e ajudar as pessoas predomina. Temos uma porcentagem significativa de estudantes que têm muitas problemáticas sociais adjuntas. Outra questão é que muitos trabalham para pagar a faculdade, então isso é uma desvantagem, se não trabalham não têm como pagar a matrícula. Também há outro perfil, que não têm vulnerabilidade econômica, que os pais custeiam porque têm condições de pagar e, também, estão os que por nota não conseguiram ingressar em psicologia, educação social ou direito... Há um pouco de tudo.

Vania Maria Manfroi: Eveline, agradecemos a excelente entrevista que foi muito importante para conhecer a realidade do estágio no curso de Serviço Social da Universidade de Barcelona.

Aline de Andrade Rodrigues: Agradeço pela oportunidade desse encontro e de conhecer mais de perto a realidade que você está inserida.

Sobre os(as) autores(as):

Adela Claramunt: Possui doutorado em Ciências Sociais, com especialização em Trabalho Social, pela Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade da República (UDELAR - Uruguai). É docente e pesquisadora do Departamento de Trabalho Social, da Faculdade de Ciências Sociais da mesma instituição.

Aline de Andrade Rodrigues: Possui graduação em serviço social pela Universidade Federal de Santa Catarina. É mestre e, atualmente, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma universidade. Realizou doutorado sanduíche na Universidade de Valência, Espanha. É assistente social da UFSC.

Ana Isabel Vázquez Cañete: É graduada em Trabalho Social e em Antropologia Social e Cultural. Possui doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Valência, Espanha. É docente da mesma instituição, atuando junto ao Departamento de Trabalho Social e Serviços Sociais. Formadora autônoma na área de ação e intervenção social.

Ana Maria Baima Cartaxo: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Ceará, mestrado e doutorado em serviço social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora aposentada, atuando como docente voluntária junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC.

Bruna Depiné: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi bolsista de Iniciação Científica da pesquisa que deu origem à presente publicação. É assistente social com atuação na política de assistência social e habitação.

Carolina Incerti: É Assistente social, mestre em serviço social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Univer-

sidade Federal de Santa Catarina. É professora do Departamento de Trabalho Social, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade da República (UDELAR-Uruguai).

Denise Aparecida Mechelute Gerardi: Possui graduação em serviço social e mestrado em serviço social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma instituição. É Assistente Social da Central de Penas e Medidas Alternativas, do município de São José.

Eveline Chagas Lemos: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará e em psicologia pela Universidade Federal do Ceará. É mestre em Intervenção Psicossocial e doutora pela Universidade de Barcelona, na linha de pesquisa: trabalho social, serviços sociais e políticas sociais. É membro do grupo de estudos sobre Pesquisa e Inovação no Trabalho Social (GRITS), da mesma instituição.

Inez Rocha Zacarias: Possui graduação, mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estuda e pesquisa temas relacionados à formação profissional, trabalho e processos de trabalho em serviço social, método em Marx e fundamentos do serviço social.

Jaime Hillesheim: Possui graduação em Serviço Social e em direito. É mestre em serviço social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutor em serviço social pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professor dos cursos de graduação e pós-graduação em serviço social da UFSC. É membro pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas: Trabalho, Questão Social e América Latina.

Maria Regina de Ávila Moreira: Possui graduação em serviço social pela Universidade Federal Fluminense, mestrado e doutorado em serviço social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora do curso de serviço social, no âmbito da graduação e pós-graduação, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Maria Teresa dos Santos: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade de Taubaté, mestrado e doutorado em serviço social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora associada na Universidade Federal de Santa Catarina. É membro do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP/UFSC).

Nalá Ayalén Sanchez Caravaca: Possui graduação em serviço social pela Universidad de Buenos Aires - Argentina. É mestre em serviço social pela Universidade Federal de Santa Catarina, instituição onde atualmente é doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. É membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP).

Vania Maria Manfroi: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora titular aposentada, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi coordenadora da pesquisa que deu origem à presente publicação.

Sandra Leopold: Possui doutorado em Ciências Sociais, com especialização em Trabalho Social, pela Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade da República (UDELAR – Uruguai). É

docente e pesquisadora do Departamento de Trabalho Social, da Faculdade de Ciências Sociais da mesma instituição.